

RENATO FELIX LANZA

**ALDEIA ICATU: DA PACIFICAÇÃO KAINGANG À CHEGADA DOS
TERENA**

DOURADOS - 2020

RENATO FELIX LANZA

**ALDEIA ICATU: DA PACIFICAÇÃO KAINGANG À CHEGADA DOS
TERENA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Indígena e do Indigenismo.

Orientador: Prof. Dr. **Lúcio Tadeu Mota**

Dourados - 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L297a Lanza, Renato Felix
Aldeia Icatu: Da Pacificação Kaingang à chegada dos Terena [recurso eletrônico] / Renato Felix
Lanza. -- 2020.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Lúcio Tadeu Mota.
Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Aldeia Icatu. 2. Pacificação Kaingang. 3. Povo Terena. I. Mota, Lúcio Tadeu. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

RENATO FELIX LANZA

**ALDEIA ICATU: DA PACIFICAÇÃO KAINGANG À CHEGADA DOS
TERENA**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Lúcio Tadeu Mota (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Isabel Cristina Rodrigues (Dr., UEM) _____

3º Examinador:

Eder da Silva Novak (Dr., UFGD) _____

Ao povo Kaingang e ao povo Terena, representados aqui pela população da Aldeia Icatu, pelas lutas, conquistas, resistência, protagonismo e manutenção de suas culturas.

Para minha família e amigos. E a todos que militam na causa indígena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, à espiritualidade que, direta ou indiretamente, influe em minha vida, a minha família e amigos, aos indígenas de Icatu, aos indígenas de Guatapu, aos indígenas do Mato Grosso do Sul, todos eles que conheci durante a dissertação e que me acolheram e me trataram com imensa amizade no dia a dia de suas aldeias, nos passeios que fizeram e me convidaram, nas apresentações em conjunto, nos congressos, nas assembleias, nas festas tradicionais, nos churrascos...

Agradeço ao Instituto Federal de Birigui (IFSP) que permitiu a realização de meus estudos, em particular, aos colegas da Coordenação de Apoio ao Ensino (CAE), que concordaram com meu afastamento.

Agradeço ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFSP pelos dilemas e provocações que me permitiram seguir no caminho desta dissertação.

Agradeço a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) que, por ser um centro de excelência do saber, possibilitou o estudo na área desta dissertação.

Agradeço aos professores, funcionários, alunos e ao orientador, que foram fundamentais nesse processo de pesquisa e escrita.

Agradeço a minha cachorra Nutella, border collie que conviveu comigo durante meus dois anos de afastamento para o mestrado e que esteve lá quando ninguém mais estava, seja no frio ou no calor de Dourados.

Por fim, agradeço a todos aqueles que lutam diariamente no movimento indígena em prol das aldeias e dos direitos indígenas, particularmente no tocante à demarcação da terra e à manutenção de suas culturas, enfrentando o ódio e a violência (física ou não) que estão enraizados na população brasileira e em seus representantes políticos.

RESUMO

A história paulista, bem como a brasileira, carece de um olhar acerca dos indígenas. Entretanto, nas últimas décadas, percebe-se um florescente campo de pesquisa na área. A busca por uma história na qual os indígenas são protagonistas e não somente indivíduos à margem dela, dominados e passivos ou, quando não, tratados como coitados é o foco atual. Nesse sentido, o objetivo dessa dissertação é contribuir com a análise da formação da aldeia Icatu, situada no município de Braúna, estado de São Paulo, desde seu início (1916) até a chegada de famílias Terena (1930-1940). Como metodologia, partiu-se da análise bibliográfica do tema, da documentação e bibliografia de autores que conviveram no local, da análise documental do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), por meio dos arquivos do Museu do Índio, e da oralidade indígena, procurando-se comparar as versões governamentais, as dos pesquisadores não indígenas e a dos próprios indígenas. Parte-se das afirmações do SPI, que afirma ser a aldeia originalmente criada para abrigar populações Kaingang, no contexto da chamada pacificação da etnia, mas que receberia parcelas de populações Terena vindas do atual estado do Mato Grosso do Sul. Como resultado da análise documental citada e da oralidade indígena, compreende-se que o processo se constituiu em um genocídio onde os Kaingang perderam quase que a totalidade de seus membros pelas armas de fogo e doenças, além de seu território, tudo em nome da expansão do café, das estradas de ferro e das cidades, em nome do progresso paulista. Também se conclui que, nas afirmações do SPI, não se levou em conta as motivações Terena para se deslocarem até o Oeste Paulista. Icatu constitui-se, atualmente, numa aldeia multiétnica, onde convivem, amistosamente, os Kaingang e os Terena, que lutam para preservação de sua história e de suas culturas ante o apagamento histórico.

Palavras-Chave: Aldeia Icatu. Pacificação Kaingang. Povo Terena.

ABSTRACT

Sao Paulo's history, as well as Brazilian history, needs an attentive look at the indigenous people. However, in the last decades, a flourishing field of research in the area has been seen. The search for a story in which the indigenous are protagonists and not just isolated beings on the margins of it, dominated and or passive, identified as poor people is the current focus. In this regard, the objective of this dissertation is to contribute to an analysis of the formation of the Icatu village, located in the municipality of Brauna, Sao Paulo, considering its beginning (1916) until the Terena families arrival (1930-1940). As methodology, it was started from the bibliographic analysis of the theme, from the bibliography documentations of authors who lived on the site, from the analysis of the Indian Protection Service (SPI) documentation, through the Museu do Indio's files and from the indigenous orality, aiming at comparing the governmental versions used, such as non-indigenous and indigenous researchers. Considering the SPI statements, which claims to be a village originally created to accomodate Kaingang population, in the context of what is called ethnicity pacification, but that would receive parcels of the Terena population coming from the state of Mato Grosso do Sul. As a result of the documentary analysis mentioned and the indigenous orality, it is understood that the process was constituted as a genocide, where the Kaingang almost lost the totality of their members by fire guns and diseases, in addition to their territory, all on behalf of coffee expansion, the roads and cities, on behalf of Sao Paulo's progress. It was also concluded that, in the SPI statements, the Terena's motivations to travel to Sao Paulo West were not taken into consideration. Icatu is currently constituted on a multi-ethnic village, where the Kaingang and Terena live together on a friendly manner, fighting for their history conservation and their cultures in sight of historical erasure.

Keywords: Icatu village. Kaingang Pacification. Terena people.

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas e siglas.....	9
Lista de fotografias.....	9
Lista de mapas.....	11
Lista de tabelas.....	11
Introdução.....	12
Capítulo 1	
OS TERENA.....	25
1.1 Origens: Chaco e Pantanal.....	25
1.2 Os Terena e a Guerra do Paraguai.....	36
1.3 Protagonismo Terena no Brasil.....	46
Capítulo 2	
OS KAINGANG DE SÃO PAULO.....	60
2.1 Histórico.....	60
2.2 A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB).....	74
2.3 A Pacificação: os Kaingang no Oeste Paulista.....	90
Capítulo 3	
ICATU.....	137
3.1 Anos Iniciais.....	137
3.2 A Chegada dos Terena.....	163
3.3 Atualidades.....	185
Considerações Finais.....	206
REFERÊNCIAS.....	211
FONTES.....	220
ENTREVISTAS.....	220
APÊNDICE A.....	222

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CGGESP – Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo
DNP – Departamento Nacional de Povoamento
EFNOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
Ha - Hectares
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IR-5 – Inspetoria Regional 5 (SPI)
ISA – Instituto Socioambiental
Km - Quilômetros
MS - Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
NEHO – Núcleo de Estudos de História Oral
PIB – Povos Indígenas do Brasil
PPGH – Programa de Pós-Graduação em História
PR - Paraná
RID – Reserva Indígena de Dourados
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena
SP – São Paulo
SPI – Serviço de Proteção ao Índio
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UNESP – Universidade Estadual Paulista
USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Valdevino Gonçalves Cardoso (Vavá).....	31
Foto 2 – Dança do Bate Pau 1950.....	50
Foto 3 – Dança do Bate Pau no IFSP Birigui.....	51
Foto 4 – Dança do Bate Pau na Aldeia Icatu.....	51
Foto 5 – Dança do Bate Pau na Assembleia Terena (Aldeia Ipegue, Aquidauana).....	51
Foto 6 – Kenklá.....	73
Foto 7 – Primeira Locomotiva, Estação em Bauru e Imagens da Noroeste.....	84
Foto 8 – Oficina em Três Lagoas, Campo Grande e Imagens da Noroeste.....	85
Foto 9 – Porto Esperança, no Rio Paraguai e Ponte sobre o Rio Paraguai.....	85
Foto 10 – Corumbá, Ponto Terminal da EFNOB.....	86
Foto 11 – Hospital Indígena.....	92
Foto 12 – Menina Kaingang.....	99
Foto 13 – Indígenas Pilando Milho.....	99
Foto 14 – Palhoça Kaingang no Ribeirão dos Patos.....	115
Foto 15 – Atração e Pacificação Kaingang.....	116
Foto 16 – Bandeira de Mello, o Pai.....	126
Foto 17 – Grupo Kaingang Pacificado em Trânsito para São Paulo.....	128
Foto 18 – Anita Bandeira de Mello, a Mãe.....	130

Foto 19 – Os Kaingang e a Pacificação.....	135
Foto 20 – Pacificação.....	138
Foto 21 – Muares do Posto.....	144
Foto 22 – Casas em Icatu.....	144
Foto 23 – Casa de Máquinas de Icatu.....	144
Foto 24 – Carro Puxado por Carneiros em Icatu.....	145
Foto 25 – Represa de Icatu.....	145
Foto 26 – Antiga Escola de Icatu.....	145
Foto 27 – Casa da Administração de Icatu.....	146
Foto 28 – Lago Artificial para Carpas em Icatu.....	146
Foto 29 – Indígenas Trabalhando em Icatu.....	147
Foto 30 – Construção em Icatu.....	147
Foto 31 – Visão de Icatu em 1922.....	147
Foto 32 – Mulheres em Icatu.....	148
Foto 33 – Icatu, Década de 1940.....	148
Foto 34 – Homens de Icatu.....	148
Foto 35 – Vista do Posto de Icatu em 1921.....	150
Foto 36 – Icatu em 1921.....	151
Foto 37 – Casa de Máquinas de Icatu em 1922.....	151
Foto 38 – Animais de Criação em Icatu.....	152
Foto 39 – Indígenas de Icatu em 1922.....	152
Foto 40 – Indígenas na Lateral da Casa de Máquinas de Icatu.....	152
Foto 41 – Casas de Indígenas de Icatu em 1922.....	153
Foto 42 – Cata-Vento e Casa do Encarregado de Icatu.....	153
Foto 43 – Casa Indígena em Icatu.....	153
Foto 44 – Rebanho em Icatu.....	154
Foto 45 – Casa de Máquinas na Década de 1940.....	154
Foto 46 – Oficina, Serraria e Escola de Icatu.....	154
Foto 47 – Cata-Vento, Casa da Administração e Casa do Chefe de Posto de Icatu...	155
Foto 48 – Escola e Depósito.....	155
Foto 49 – Casa do Encarregado.....	157
Foto 50 – Casa de Correção em Icatu.....	160
Foto 51 – Casa de Correção em Icatu B.....	161
Foto 52 – Icatu Vista de Cima.....	185
Foto 53 – Escola Indígena de Icatu.....	187
Foto 54 – Mural da Escola Indígena “Índia Maria Rosa”.....	188
Foto 55 – Cacique Ronaldo Kankri.....	189
Foto 56 – Icatu Hoje.....	190
Foto 57 – Lideranças de Icatu.....	190
Foto 58 – Passagem pela Aldeia Renascer, em Ubatuba.....	191
Foto 59 – Elemir Soare Martins.....	197
Foto 60 – Janete Robakolim Surui.....	199
Foto 61 – Aldeia Placa, em Cacoal, Rondônia.....	200
Foto 62 – Sandra Regina Gomes.....	203
Foto 63 – Gileandro Barbosa Pedro.....	204
Foto 64 – Beatriz Vera.....	205

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul.....	26
Mapa 2 – Aldeias Terena no Mato Grosso do Sul.....	26
Mapa 3 – Aldeias na Região de Miranda e Aquidauana.....	33
Mapa 4 – Povo Terena no atual Estado de Mato Grosso do Sul.....	34
Mapa 5 – Terras Indígenas Kaingang.....	62
Mapa 6 – Hidrografia do Oeste Paulista.....	64
Mapa 7 – Terras Indígenas: Foco no Oeste Paulista.....	66
Mapa 8 – O Oeste Indígena.....	75
Mapa 9 – Terrenos Desconhecidos.....	76
Mapa 10 – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.....	77
Mapa 11 – Densidade Ferroviária do Brasil (meados do Século XX).....	81
Mapa 12 – Estradas de Ferro do Estado de São Paulo (meados do século XX).....	82
Mapa 13 – Perfil Longitudinal da EFNOB.....	83
Mapa 14 – Ferrovia Ligando Atlântico ao Pacífico.....	86
Mapa 15 – EFNOB: de Santos a Santa Cruz de la Sierra.....	87
Mapa 16 – Divisão das Etnias Indígenas pelo Sul do Brasil Segundo Ihering.....	91
Mapa 17 – Etnias do Brasil Meridional Segundo Ihering.....	97
Mapa 18 – Frentes Colonizadoras e o Contato com os Kaingang.....	100
Mapa 19 – Penetração dos Mineiros no Território Paulista no Século XIX.....	103
Mapa 20 – Sítios Arqueológicos no Oeste Paulista.....	107
Mapa 21 – Povoamento do Oeste Paulista.....	133
Mapa 22 – Aldeias do Estado de São Paulo.....	163
Mapa 23 – Aldeias na Cidade de São Paulo.....	163
Mapa 24 – Povoamento do Planalto Paulista.....	167
Mapa 25 – Localização de Icatu, Vanuire e Araribá.....	167
Mapa 26 – Postos Indígenas e Aldeias no Estado de São Paulo.....	169
Mapa 27 – Araribá.....	176
Mapa 28 – Localização do Araribá.....	179
Mapa 29 – Mapa Histórico de Araribá.....	181
Mapa 30 – Localização de Icatu.....	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Terena: Censo 2010.....	25
Tabela 2 – População Kaingang: Censo 2010.....	60
Tabela 3 – Relação de Caciques Kaingang.....	72
Tabela 4 - Expansão das Estradas de Ferro (1854 – 1929).....	80
Tabela 5 – Média Populacional dos Kaingang Paulistas e de Icatu (1912-2018).....	161
Tabela 6 – População Guarani e Terena de Araribá (1906-1974).....	180
Tabela 7 – População de Icatu.....	222

INTRODUÇÃO

Estuda-se o processo de formação da aldeia Icatu, originalmente Kaingang, situada no município de Braúna, Estado de São Paulo, da chamada pacificação dessa etnia até a chegada de membros da etnia Terena, período formado, aproximadamente, pelas décadas de 1910 a 1940. Engloba-se, pois, o processo de perda territorial Kaingang e sua delimitação em territórios diminutos frente ao avanço do café e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB), no Oeste Paulista, e a vinda de parcelas populacionais Terena de região pertencente ao atual Mato Grosso do Sul, teoricamente com a intenção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) de civilizar os Kaingang.

O SPI, criado em 1910, atuaria no Oeste Paulista, junto aos Kaingang, na atração e pacificação da etnia com a criação do Posto de Ribeirão dos Patos, onde hoje está o município de Promissão, considerado o primeiro local de contato. Entretanto, após poucos anos de permanência no posto, os indígenas seriam retirados da região, pois ela seria solicitada pelo crescente desenvolvimento econômico do estado, representado pela expansão da cafeicultura e das estradas de ferro. Após a retirada dos Kaingang do posto de Ribeirão dos Patos, foram criadas duas novas áreas para eles: Icatu e Vanuire. Invadindo, pois, áreas Kaingang, a expansão provocaria a reação da etnia. Foca-se, pois, esse processo de criação da aldeia de Icatu, até a chegada dos Terena, evidentemente citando Vanuire e Araribá, pois estas três áreas indígenas do Oeste Paulista possuem muita história em conjunto. Para tanto, analisa-se, também, a história recente dos Terena e a dos Kaingang paulistas.

O Brasil possuía, aproximadamente, 900 mil indígenas, segundo o censo de 2010. Destes, quase 150 mil não falavam português. Aproximadamente 520 mil estavam em terras indígenas e, dos 900 mil, mais de 550 mil viviam em áreas rurais. A população indígena do Estado de São Paulo era a 8ª em quantidade, com quase 42 mil indivíduos. As aldeias do Oeste Paulista contavam com quase 900 pessoas: 536 em Araribá, 139 em Icatu e 210 em Vanuire.

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA, 2019 a), aponta-se que a chamada pacificação dos Kaingang teria ocorrido entre 1840 e 1930. São mais de 30 terras indígenas da etnia espalhadas por 4 estados (os três da região Sul e São Paulo). Para o Instituto, os ascendentes deles seriam os Guaianá da costa atlântica entre Angra dos Reis e Cananeia e, apesar das pesquisas recentes rebaterem, é colocado que Telêmaco Borba

teria introduzido o nome Kaingang no final do século XIX. Possuem língua da família Jê, do tronco macro-Jê e são mais de 30 mil pessoas.

O Instituto aponta o Oeste Paulista como uma das últimas áreas conquistadas sobre os Kaingang. Os de São Paulo seriam pacificados em 1912, os do Paraná, em 1930. A invasão do território pelo governo paulista e pelos colonos geraria reação da etnia, como os ataques a ferrovias, que contribuiriam para a criação do SPI e de expedições de pacificação.

Os Terena, segundo o ISA (2019 b), são uma etnia pertencente à família linguística Aruak, com aproximadamente 16 mil pessoas, em 2001, espalhadas por terras indígenas no Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT) e São Paulo (SP). A Funasa e o Censo 2010 apontam, mais recentemente, quase 30 mil. Os próprios Terena falam em mais de 50 mil com os que vivem nas cidades. Para o ISA, na metade do século XVIII, os Terena já estavam na região de Miranda e Aquidauana, municípios hoje pertencentes ao atual Mato Grosso do Sul. Com a Guerra do Paraguai, lutaram por seus territórios contra os paraguaios e fizeram alianças com o exército brasileiro, sendo protagonistas nesse episódio. Ao fim da guerra, tiveram que, mais uma vez, lutar por seus territórios, porém, contra os brasileiros que ficaram na região e se apossaram de suas terras. Essa versão também é apontada pelos próprios Terena.

Dois outros fatores são vitais para a compreensão da história Terena: a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB). O SPI pela questão da tutela e da criação de áreas reservadas, aldeamentos com interesses na liberação de terras indígenas e na aglomeração de mão de obra. Para os Terena, estes fatos poderiam ser uma forma de assegurarem suas terras e garantirem alguns benefícios por parte do estado, já que sempre argumentaram sua importância e seus trabalhos prestados ao governo nas fronteiras e na Guerra do Paraguai. Já a EFNOB, no Oeste Paulista, foi construída passando por território Kaingang, e, logicamente, este povo lutou pelo direito a suas terras. Porém, para os colonos, essa etnia era um empecilho ao progresso e desenvolvimento da região. O SPI optou pela chamada dos Terena para, na visão do órgão, civilizar o bravo e hostil Kaingang. Por fim, no lado sul-mato-grossense da estrada, os Terena foram fundamentais como mão de obra.

A aldeia Icatu foi criada na década de 1910, surgindo em meio ao processo de pacificação, iniciado em 1912, pelo SPI, por conta de disputas territoriais devido à chegada da ferrovia e do café. Somente entre 1927 e 1930 é que surgem os primeiros registros indicando que os Terena chegaram ao Estado de São Paulo, trazidos pelo SPI

para ocupar o posto indígena Araribá, que tinha ficado desabitado devido às mortes provocadas pela gripe espanhola que dizimou populações Guarani do local. Além disso, os agentes do órgão acreditavam que os Terena eram excelentes agricultores e poderiam instruir os Kaingang e os Guarani nas atividades de lavoura e criação de animais. Os Terena eram, pois, considerados pacificadores pelo SPI.

A oralidade indígena aponta, entretanto, algumas divergências dessas afirmações do SPI, pois, principalmente entre os indivíduos Kaingang, nota-se uma discordância quando classificam seus ascendentes como hostis e não civilizados e que precisariam do exemplo Terena para se socializarem ao branco, bem como para aprenderem a agricultura, para aceitarem a EFNOB e o café que tomavam suas terras. A chegada dos Terena estaria mais associada no auxílio, e não no ensino. Também se justificaria pela diminuição das populações das áreas indígenas do Oeste Paulista, devido às epidemias. Muitas uniões matrimoniais ocorreriam entre as etnias, formando famílias e vínculos, ampliando as trocas populacionais entre as aldeias dos estados paulista e sul-mato-grossense.

A maioria das informações citadas até aqui foram resultantes de um primeiro contato com a oralidade das lideranças da aldeia de Icatu e de consultas ao Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Porém, para se pesquisar essa temática e se produzir um trabalho acadêmico, qual metodologia seria utilizada? Quais eram e como trabalhar as fontes? Seria usada a história oral? Como saber de onde eram os Terena que estavam em Icatu, já que se descobriu ser a aldeia originalmente Kaingang? Seria interessante um entrecruzamento de análise documental com a oralidade dos indígenas? Como fazer isso e quais seriam as dificuldades? As respostas surgiram após os primeiros contatos com a etnohistória. Discute-se, pois, nos próximos parágrafos, os caminhos metodológicos tomados para esclarecimentos das questões levantadas acima.

O projeto de dissertação começou por um contato realizado com as lideranças de Icatu, no ano de 2017, para que fosse realizado um evento no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo (IFSP), campus Birigui. Da parceria, formada após o evento que contou com apresentação de danças, palestra, exposição e venda de artesanato, foram pensados projetos em conjunto que beneficiassem a comunidade de Icatu e a do IFSP Birigui.

A necessidade de se conhecer mais a própria história na qual se estava mergulhado, mas da qual pouco se sabia, era evidente. Como estar no Oeste Paulista, terra Kaingang, e não se conhecer nada sobre essa etnia? Entre alunos, funcionários e

professores, praticamente ninguém sabia da existência de uma aldeia a menos de 40 quilômetros de distância do campus Birigui. Como foi que a história dessa região paulista, que só foi recentemente incorporada à economia brasileira com a chegada do café e da ferrovia, deu-se em detrimento dos povos indígenas? Porém, como também se deu a resistência e articulação desses povos para que suas terras e culturas fossem preservadas? Como se deu a chegada de uma etnia de outro Estado? Quais motivos justificaram tal ação? Além disso, como os indígenas percebem sua história e como ela é contada pelos não indígenas?

Na elaboração do projeto apresentado no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), procurou-se analisar quais métodos auxiliariam na adoção de uma estratégia de pesquisa mais adequada à temática indígena. Buscou-se encontrar um método que somasse ao levantamento de dados e informações bibliográficos, que sondasse novas versões, inclusive se utilizando de textos de autores de outras áreas que não a de história. Como afirmou Barros (2017), o historiador não contaria somente fatos como eles aconteceram. Sua missão seria, na verdade, fornecer à sociedade diversas interpretações problematizadas sobre o que aconteceu. Interpretações que dariam sentido a estes fatos. Não existiria, pois, verdade única. Porém, o autor afirma que contar a história sem ideologias, neutra, é impossível. Por fim, diz que metodologia remete a determinada maneira de se trabalhar algo, de se eleger ou se constituir matérias, de se extrair algo, de se movimentar sistematicamente em torno do tema e dos materiais definidos pelo pesquisador. Seriam, pois, ações concretas, dirigidas à resolução de um problema; mais do que ao pensamento, remeteria à ação. Teoria seria o pensar e a metodologia o fazer.

Conforme disse Grespan (2018), foi o método que permitiu e resguardou o território do historiador, dando cientificidade. No século XIX, buscava-se a verdade das fontes para se distinguir a História da ficção. Para ele, a autenticidade das fontes, a análise correta, a seleção dos fatos individuais relevantes seriam as tarefas do método. Entretanto, com o século XX, ainda segundo o autor, a História foi se desvencilhando de suas convicções cientificistas. O método não podia mais se limitar a indagar a autenticidade e a ordem dos eventos. Precisava-se de ordens possíveis, hipóteses comprováveis e formulações. O método não mais como a busca desesperada e única pela verdade.

Após essas considerações, e partindo-se da conversa inicial com as lideranças e de suas explicações sobre suas origens, buscou-se a leitura de obras que versassem sobre Icatu. Muitas dessas não tratavam sobre a história propriamente dita da migração de

parcelas Terena para o local, mas davam subsídios para se entender a localidade e o processo de sua formação. Algumas obras eram de dissertação, de tese, por vezes, de outras áreas. Outras eram governamentais, como de informes da Secretaria de Habitação do Governo de São Paulo, da FUNAI e do IBGE. Compreendeu-se, basicamente, que a aldeia estava assentada em antigo território Kaingang, mas que contava, em sua maior parte, com população da etnia Terena. Necessitava-se entender melhor a história de Icatu.

Após a estruturação do projeto, partiu-se para a leitura de alguns trabalhos que fornecessem conceitos de história indígena, como o de Cunha (1992), no qual a autora demonstra que os portugueses, ao chegarem ao Brasil, trataram-no como se o mesmo fosse virgem, sem ninguém nele, batizando-o como queriam e chamando o fato de descobrimento. Dessa forma, Cunha aponta que, na visão dos europeus, o indígena entraria para a história só a partir daí. E como ficariam as origens do povo do continente americano? Para ela, acabou-se julgando que eram povos sem história, primitivos, parados no tempo. Mesmo assim, seriam escravizados, utilizados nas fronteiras e em todos os interesses das colônias e metrópoles. Cunha diz que os colocar apenas de forma passiva e com o viés do sofrimento gera uma história colonial, eliminando o protagonismo indígena. Ela cobra, pois, a utilização e reconstrução de uma história na qual as sociedades indígenas também pensavam no que lhes acontecia, construindo suas histórias também por suas escolhas e consequências.

Outro autor importante é Monteiro (1995), que demonstra que a historiografia brasileira procurou, nas últimas décadas, incorporar grupos sociais marginalizados, discutindo as formas pelas quais se abordava o passado indígena. Segundo ele, dizia-se que o desaparecimento e a aculturação indígena eram inevitáveis, devido às violências sofridas, os deslocamentos forçados, a imposição de trabalhos e a assimilação forçada. Entretanto, atualmente, nega-se isso e o autor dá destaque por parte da própria população indígena, que vem se fortalecendo e demonstrando seu protagonismo. Aponta, pois, uma perspectiva de continuidade e não de ruptura e declínio demográfico indígena, citando novas fontes como os mitos e as narrativas de tradições orais. Monteiro pede pela reversão da omissão e, além disso, da visão apenas simpática que acaba enquadrando os indígenas como vítimas. Nesse sentido, Oliveira e Freire (2006) também auxiliaram, pois objetivam fornecer informações sobre a presença e participação dos indígenas nos processos de formação do Brasil, demonstrando que ele não foi acidental, mas que houve de fato protagonismo indígena.

Almeida (2010, p.9) contribuiu ao descrever que os indígenas tiveram participação essencial no processo de conquista e colonização da América, tanto como aliados quanto como inimigos. A autora aborda a história dos indígenas em contato com a sociedade colonial e pós-colonial no Brasil. Para Almeida, eles só recentemente passaram a obter a atenção dos historiadores, o que tem contribuído para uma multiplicação de estudos que desconstruem visões que ela chama de equivocadas e preconceituosas. Pesquisas interdisciplinares passaram a englobar e mesclar teorias e métodos da história e da antropologia. De um papel secundário, de vítima passiva de um processo de violência onde não possuíam protagonismo, os indígenas passaram a ser agentes, o que fez, segundo Almeida, permitir outra compreensão sobre sua história e a história do Brasil.

Almeida se pergunta o porquê de os indígenas terem desaparecido da história do Brasil e responde que se tratou de uma ideia segundo a qual eles estavam sendo integrados à colonização e iniciando um processo de aculturação no qual mudanças culturais progressivas os estariam conduzindo à assimilação e à perda da identidade étnica (ALMEIDA, 2010, p.14). Os processos históricos vividos por eles não eram valorizados pelos pesquisadores. Eram chamados de povos primitivos, isolados e sem história. Seus processos de mudança eram vistos apenas como propulsores de perdas culturais que os levavam à extinção.

Almeida aponta que essa perspectiva das relações de contato era dualista e simplista, opondo “índio aculturado” ao “índio puro”; aculturação à resistência cultural (que significava a negação total dos valores culturais impostos); estrutura cultural imutável aos processos históricos (que levavam à destruição). Para ela, esse dualismo acabaria gerando abordagens reducionistas que geravam visões equivocadas sobre a atuação dos indígenas nos processos históricos (ALMEIDA, 2010, p. 16). Entretanto, a autora aponta que os movimentos indígenas atuais dizem que falar português, participar de discussões políticas, reivindicar direitos e participar da sociedade dos brancos, aprendendo seus mecanismos, não significa deixar de ser indígena, mas é uma possibilidade de agir, sobreviver e defender seus direitos.

A contribuição de Ribeiro (2010) se deu quando ele discutiu democracia racial e assimilação no Brasil. Para ele, conclusões científicas seriam unânimes ao indicar que não havia nenhuma democracia racial no Brasil e a chamada assimilação dos indígenas na sociedade brasileira, pela qual eles se transformariam em brasileiros, esquecendo-se de suas origens, também não teria ocorrido. O que ocorria de fato era o extermínio e a ocupação de suas terras por outros (RIBEIRO, 2010, p. 24).

Para Ribeiro, até tempos recentes, só se contava com abordagens de aculturação que, segundo ele, eram incapazes de explicar o que acontecia com as culturas que se viam alcançadas pelas fronteiras da civilização. Para resolver esse impasse, ele lança a teoria da transfiguração étnica, já que integração não seria assimilação, pois mesmo em meio ao mais severo contexto, mantinham-se auto identificados como indígenas. Mesmo ao mais violento processo genocida e etnocida da expansão da civilização europeia, resistiam. A transfiguração étnica seria, pois, entender que as culturas são transformadas no confronto de umas com as outras, consistindo nos modos de transformação de toda a vida e cultura do grupo, para que existam e resistam no meio hostil (RIBEIRO, 2010, p. 25-29).

Ribeiro pedia por uma antropologia brasileira que fugisse do que classifica como primatologia ou barbarologia, que só pensava os indígenas como fósseis vivos do gênero humano, importantes apenas como objetos de estudo. Nesse ponto, percebe a importância da ideologia de Rondon, inspirada no positivismo, que defendia uma política indigenista leiga (RIBEIRO, 2010, p.38). Mas também aponta que a tal proteção leiga foi usada para pacificação e entrega dos territórios indígenas ao invasor, bem como aponta uma incapacidade das etnias para articulação e unificação.

Por fim, Ribeiro diz que o indígena vivia uma situação desesperadora de quem não queria se identificar com a sociedade nacional, negando-se a se dissolver nela, mas que, por outro lado, precisava de seu amparo compensatório. O problema indígena seria o branco, que invadiu suas terras e destruiu suas vidas. Ficaria, pois, uma dívida histórica de amparo oficial e legal (RIBEIRO, 2010, p.78-79).

Cunha (2012, p.11) traz contribuições quando diz que uma das maiores armadilhas no estudo da temática indígena talvez seja a ilusão do primitivismo, isto é, a ideia de que certas sociedades teriam ficado no ponto zero da evolução, como fósseis vivos que testemunhariam o passado. Seriam sociedades primitivas condenadas a uma eterna infância, não possuindo história. Entretanto, para ela, a percepção de uma consciência histórica na qual os indígenas são sujeitos, e não apenas vítimas, seria nova somente para o branco, pois, para o indígena, ela seria costumeira. Cunha diz que eles pensavam o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruindo a história, pesando e dando consequência para suas escolhas (CUNHA, 2012, p.24-25).

Os indígenas, que falaram e contribuíram grandemente com a construção dessa dissertação, analisam que a chegada do branco, do não indígena, às terras onde hoje se encontra o Brasil, constituiu-se em um grande processo genocida e etnocida. Argumentam que, desde a chegada até os dias atuais, ocorreu um apagamento da história

indígena, uma história que não foi apenas de aceitar a violência passivamente, mas onde houve resistência e luta contínua. Dizem que não sumiram, que não são apenas uma única etnia com uma única cultura. Cobram uma nova narrativa da história nacional que demonstre seu protagonismo, seus heróis, suas diferenças culturais e suas contribuições, que demonstre o que de fato ocorreu e que contribua para a destruição de preconceitos profundamente enraizados no brasileiro.

Por meio das referências encontradas nos trabalhos dos autores citados, novos trabalhos e vários caminhos surgiram. Nesse momento, não se procurou entrar em uma bibliografia especificamente Terena ou Kaingang e, muito menos, de Icatu. Procurava-se, primeiramente, uma base conceitual e teórica indigenista. Após a leitura dessa base inicial, e em meio ao estudo dos créditos proporcionados pelas disciplinas do mestrado, procurou-se uma formação teórico-metodológica que auxiliasse na elaboração da dissertação.

Quando se optou por adentrar na bibliografia sobre a História Terena, buscou-se a obra de Carvalho (1979), de alguns autores da Comissão Pró-Índio de São Paulo (1984), Bittencourt e Ladeira (2000), Vargas (2003), Oliveira (2012), Acçolini e Moura (2015), entre outros. Com essa carga de leitura, buscou-se a indicação do orientador. Com isso, a discussão da dissertação ganhou novos rumos, focando-a em Icatu e nas relações com a história Kaingang do local, por meio das obras de Pinheiro (1992 e 1999) e Rodrigues (2007). Percebeu-se que as histórias Terena e Kaingang estavam intimamente entrelaçadas no Oeste Paulista.

Outro ponto levantado pelo orientador foi a questão do uso da etnohistória para uma abordagem metodológica. Utilizou-se o artigo de Cavalcante (2011) e o de Mota (2014), além de Oliveira (2003) e autores da revista *Ethnohistory*. Cavalcante (2011) argumenta que a etnohistória foi tratada de quatro formas distintas: uma disciplina independente, uma representação própria dos povos indígenas acerca de sua história e tempo, uma etnociência e um método interdisciplinar. Conclui, porém, que é uma metodologia que se utiliza de evidências documentais e tradições orais para estudar as transformações nas culturas das sociedades sem escrita da América, sobretudo do período colonial. Para ele, a etnohistória representaria uma porção de liberdade metodológica, o problema determinando as fontes e o método. Diz que os métodos deveriam estar a serviço da pesquisa, mas aponta que o não engessamento não significa anarquia. Seria uma metodologia mais favorável para a construção de uma história indígena dita, pelo autor, mais holística. Termina por dizer que o objetivo é superar a perspectiva

eurocêntrica e evolucionista. Superar a inclusão da temática indígena como anexo, pois os indígenas são sujeitos históricos e não podem ser tratados apenas como vítimas.

Mota (2014) demonstra que os indígenas devem ser analisados como protagonistas. Não podem ser tratados apenas como conquistados, inferiores ou infantis. A pretensa superioridade racial e cultural europeia teria sido, segundo ele, uma construção que se impôs e se impõe em várias disciplinas, impondo conceitos e negligenciando a história de inúmeras sociedades pelo mundo. Estas eram tratadas como se não tivessem nem futuro e nem passado. Mota diz que se tinha o preconceito de se estudá-las, pois se argumentava que elas não possuíam escrita e, além disso, temia-se o uso da história oral. Precisava-se de novos métodos e novas fontes. Para ele, a etnohistória, com o uso combinado de diversas fontes, poderia dar resultado significativo quando comparada com a história sustentada em documentos. Ela incorporaria tradições orais, etnoconhecimentos e a cooperação interdisciplinar.

Oliveira (2003) discute conceitos de Etnohistória e História Indígena, do ponto de vista teórico-metodológico, dizendo ser recente no Brasil essa discussão. Para isso, seriam necessárias a utilização de fontes diversas e a interdisciplinaridade. Aponta que, apesar de os dois conceitos serem usados como sinônimos, o primeiro implicaria valer-se de um método interdisciplinar, somando antropologia, arqueologia e história, entre outras disciplinas.

Por meio dos autores da Revista *Ethnohistory*, compreende-se que a chamada Etnohistória teria se iniciado nos Estados Unidos, provavelmente fruto da Declaração dos Direitos Indígenas (*Indian Claim Act*, 1946), que permitiu aos povos indígenas daquele país reivindicarem compensações pelas terras perdidas. Com isso, gerou-se demandas por pesquisas históricas e por profissionais. Em 1954, a Conferência de Ohio se transformaria na Conferência Indígena Americana de Etnohistória e, no mesmo ano, surgiria a revista *Ethnohistory*. Esta passaria a publicar estudos interdisciplinares. No Brasil, o interesse surgiu após a Constituição de 1988, quando se deu a legalização dos direitos indígenas no país. Com isso, houve pressões dos povos originários e autovalorização crescente da identidade étnica.

Embasado nessa metodologia, centralizou-se a dissertação nas primeiras décadas do século XX, no Oeste Paulista, analisando-se as documentações e bibliografias, mas buscando-se adentrar em novas áreas, disciplinas e na oralidade indígena representada pelas conversas com os moradores de Icatu e de indivíduos Terena do Mato Grosso do Sul. O estudo da história Kaingang e seu processo de pacificação, com auge em 1912,

mostrou-se fundamental para a compreensão dos motivos pelos quais parcelas populacionais Terena terem migrado para a região, bem como para se compreender a criação do SPI e sua política indigenista, a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a frente colonizadora cafeeira. Foram fundamentais autores que estiveram ou descreveram o processo em sua época.

Partiu-se para a releitura e fichamento das obras relacionadas com a história Terena, focando-se na busca por relações com Icatu. Vasculhou-se teses e dissertações nos bancos da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), entre outras, descobrindo-se trabalhos abordando as terras indígenas de Icatu, Araribá e Vanuire. Fortaleceu-se a questão das relações no território de São Paulo entre as etnias Kaingang, Terena e Guarani. Buscou-se atentar à questão do protagonismo indígena e suas motivações nesses trabalhos. Depois de realizada essa etapa, foi focado o contato com museus, órgãos públicos e documentos dos postos indígenas e da FUNAI, com o objetivo de se obter mais informações.

A última etapa consistiu na busca pela oralidade Terena e Kaingang. Foram feitas visitas às aldeias e buscou-se identificar novas relações. Observou-se um desconforto por parte dos indígenas de Icatu em gravar entrevistas em vídeos ou áudios, ficando, pois, as conversas marcadas pela oralidade dos encontros informais, das festas, dos passeios e dos eventos nos quais eles participavam. O gravador e a filmadora acabaram sendo relegados. Não se pôde forçar algo no qual eles claramente não se sentiam à vontade para fazer. Mesmo assim, identificadas as pessoas que colaborariam com a pesquisa, buscou-se um aporte teórico para a realização dessa fase.

Um possível caminho para auxiliar o cumprimento desse objetivo se deu através do contato com a obra de Meihy, como o estudo do Manual de História Oral (1998), de Augusto e Lea (2006) e de Conceitos do Núcleo de Estudos de História Oral da USP (NEHO). A segunda obra citada traz uma divisão interessante, composta por entrevistas, anotações, caderno de campo e notas técnicas. Ela aborda todo o processo de constituição do projeto, apontando a metodologia e os conceitos da chamada história oral. Diz não ser uma obra de ficção, nem um estudo antropológico, nem uma reportagem, história ou sociologia. Afirmava necessitar de um método científico, apesar de se apresentar com muito rigor.

Meihy (2006, p.105) dá algumas definições de História Oral como: a prática de coleta de narrativas através do uso de meios eletrônicos e destinada a recolher

testemunhos, promover análise de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato; a formulação de documentos por meio de registros eletrônicos; o conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continuam com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. Para ele, um projeto prevê planejamento da condução das gravações, transcrição, conferência da fita com o texto, autorização, arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados; seria uma alternativa para estudar a sociedade por meio da documentação feita com uso de testemunhos gravados em aparelhos eletrônicos e transformados em textos escritos; seria um processo sistêmico de uso de depoimentos gravados, vertidos do oral para o escrito, com o fim de promover o registro e o uso de entrevistas.

Com o auxílio do conceito de ponto zero, também estudado na obra de Meihy, que é a definição de uma entrevista na qual o entrevistado conheça a história do grupo ou de quem se queira fazer a entrevista central, devido à inexistência de um projeto inicial ou na dificuldade de se estabelecer prioridades, buscou-se, pois, quem seria o colaborador com essa característica. Chegou-se à figura do cacique de Icatu. A partir disso, mais parcerias foram realizadas para apresentações, palestras e participações em eventos como o Congresso de Extensão e Mostra de Arte e Cultura do IFSP (CONEMAC), realizado em Barretos, São Paulo, em novembro de 2018, articulando-se a participação de mestrandos indígenas da UFGD e lideranças da aldeia Icatu para apresentação de trabalhos e falas sobre a cultura das etnias Guarani, Kaiowá, Kaingang e Terena. Esse projeto ocorreu dentro do espaço reservado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), do IFSP, com acesso livre ao público. Esse evento gerou o fortalecimento dos laços entre o autor e os colaboradores, inclusive com socialização na cidade de Barretos e estadia na própria aldeia de Icatu.

Distinguiu-se, com Meihy, formas de entrevistas como a história oral de vida, que presta atenção ao valor da moral e da experiência pessoal e a narrativa biográfica, na qual tem-se um roteiro cronológico e factual. Estudou-se os meios de passagem de entrevistas para a escrita como a transcrição absoluta, que seria uma passagem completa, com todos os detalhes sonoros da entrevista gravada para a escrita; transcrição literal, que seria uma passagem de todas as palavras; textualização, que seria uma transcrição trabalhada, integrando as perguntas, estabelecendo a lista de palavras importantes e das expressões básicas da história e a transcrição, que seria uma entrevista trabalhada já em sua fase de apresentação pública, com correções gramaticais.

Para Meihy (2006, p.123), se toda narrativa é construção, elaboração e seleção de fatos e impressões, sendo uma versão dos fatos e não os fatos em si, deve-se ter em conta o fato de que o entrevistado pode vetar e censurar a própria fala. Este, que deve ser chamado colaborador, pois, segundo Meihy, trata-se de relacionamento e um compromisso, tem essa prerrogativa.

Entretanto, foi com a etnohistória e a questão do protagonismo indígena que se focou de vez a bibliografia sobre Icatu. Com essa base, e com o auxílio também dos pressupostos da história oral, obteve-se uma segurança para ir atrás da documentação e do contato com a oralidade indígena. Pois, conforme dito anteriormente, observou-se um desconforto ao se solicitar gravações e filmagens que sempre eram postergadas: “Vamos marcar”; “Vou conversar com o pessoal”. Mesmo assim, contou-se com os laços criados com os colaboradores e com as informalidades. Pretendeu-se, pois, pesquisar e descobrir novas versões, confirmar, contrapor-se e contribuir com a história de Icatu, dos Terena, dos Kaingang, do Oeste Paulista, enfim, com a história nacional, baseado em conceitos e procedimentos metodológicos que vão ao encontro da pesquisa em história indígena, procurando sustentação acadêmica, porém, não engessada.

No capítulo 1, faz-se um breve relato da bibliografia acerca dos Terena. São abordadas as questões referentes aos dados históricos e demográficos, além das origens desse povo, mostrando-se geograficamente seu deslocamento pelas terras fronteiriças entre o atuais Paraguai (Chaco/Êxiva) e Mato Grosso do Sul (Pantanal), sua participação vital na Guerra do Paraguai e as questões territoriais que viriam com a guerra e com a colonização da região. Priorizou-se a história Terena em território atualmente sul-mato-grossense e a análise de fatos históricos que são citados pelos Terena para demonstrarem seu protagonismo como brasileiros.

No capítulo 2, abordam-se aspectos históricos dos Kaingang no estado de São Paulo, bem como aspectos relacionados à sua origem. É analisada a situação da etnia no Oeste Paulista durante o período da chamada pacificação (início do século XX), quando um processo de genocídio fez com que ela fosse exposta à expansão da cafeicultura, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e das nascentes cidades da região. Nesse período de expansão capitalista do Oeste Paulista, surgem os postos de atração e a aldeia de Icatu.

No capítulo 3, trata-se dos anos iniciais da aldeia Icatu e da chegada e presença Terena nela e no Oeste paulista, em área considerada de transição entre os Kaingang, os Guarani e outras etnias, priorizando o caso Kaingang de Icatu, mas não se deixando de citar os casos de Araribá e Vanuire, por sua vinculação e trânsito de Terena entre elas. É

tratada também a análise de documentação do SPI, referente ao período estudado, encontrada no acervo do Museu do Índio, bem como a oralidade dos indígenas presentes na aldeia Icatu e de outros que atuam no movimento indígena, que trazem contribuições acerca de sua história e demandas atuais.

No decorrer do processo de escrita dessa dissertação, ganhou-se experiência fundamental dentro da causa indígena com a aproximação e participação em projetos com as áreas de retomada indígena no município de Caarapó, Mato Grosso do Sul, inclusive com campanhas de mobilização para defesa da cultura indígena e da construção da casa de rezas, além de proposta de atividades culturais com os jovens indígenas. Houve participação em projeto de extensão, proferindo-se, inclusive, palestra para estudantes do ensino médio nas escolas da rede pública do município de Dourados, Mato Grosso do Sul e participação em congressos e eventos, articulando a ida de indígenas aos mesmos. Criou-se um projeto para a compra de um pedaço de terra para construção da Aldeia Guatapu, no município de Itanhaém, São Paulo, onde algumas famílias Guarani e Tapuia pretendem se estabelecer e viver “na cultura”. Ocorreu uma aproximação com o movimento indígena com participações em festas, reuniões e assembleias Guarani e Terena, como a festa do batismo do milho, na aldeia Jaguapiru, em Dourados, e a Assembleia Terena, realizada na aldeia Ipegue, em Aquidauana, Mato Grosso do Sul. Esses eventos colocaram o pesquisador em contato com as pautas indígenas, bem como geraram novas possibilidades de pesquisa e contribuições através da amizade com essas populações, o que contribuiu para a melhor realização dessa dissertação.

CAPÍTULO 1

OS TERENA

1.1 Origens: Chaco e Pantanal

Os Terena são Aruák, concentrados no Mato Grosso do Sul e São Paulo. Em Dourados, município sul-mato-grossense, e no estado paulista, foram levados, segundo o SPI, para servirem de exemplo aos indígenas locais. Outrora chamados de Guaná ou Chané, mantinham relações com os Mbayá desde o Chaco, na época da colonização. Com o aperto dos espanhóis, cruzaram o rio Paraguai rumo ao território português. Compõem os Guaná os subgrupos: Terena, Echoaladi, Layana e Kinikinau. Tempos depois, com a Guerra do Paraguai, os Guaná sofreram ataques dos paraguaios e fugiram da região dos atuais municípios sul-mato-grossenses de Miranda e Aquidauana. Após a guerra, houve a ocupação do território deles pelos não indígenas brasileiros. O governo apoiou a ocupação. De aliados, passaram a ser considerados empecilhos. Com o SPI, o objetivo de proteção passou para o de direção. Barbosa (1913, p.5) já apontava que os Terena eram indígenas muito procurados por seus serviços de fazendeiros.

Tabela 1 – População Terena: Censo 2010

Variável - Pessoas indígenas (Pessoas)	
Brasil	
Ano - 2010	
Sexo - Total	
Tronco linguístico, família linguística, etnia ou povo	
Total	896.917
3.1.15 Terena	28.845

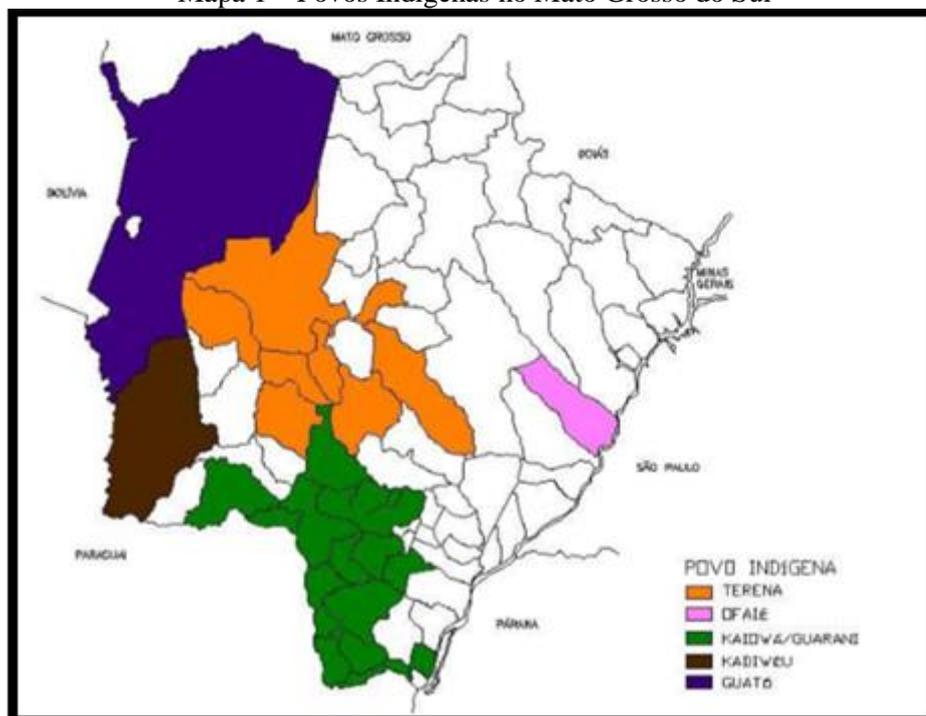
Fonte: IBGE - Censo 2010

De acordo com a tabela acima, o último censo demográfico apontava que, em 2010, a população Terena beirava os trinta mil indivíduos. Dados mais atuais são ainda conflitantes, mas demonstram a tendência de crescimento da etnia.

Vargas (2003) demonstra a atual localização dos Terena pelos territórios dos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo:

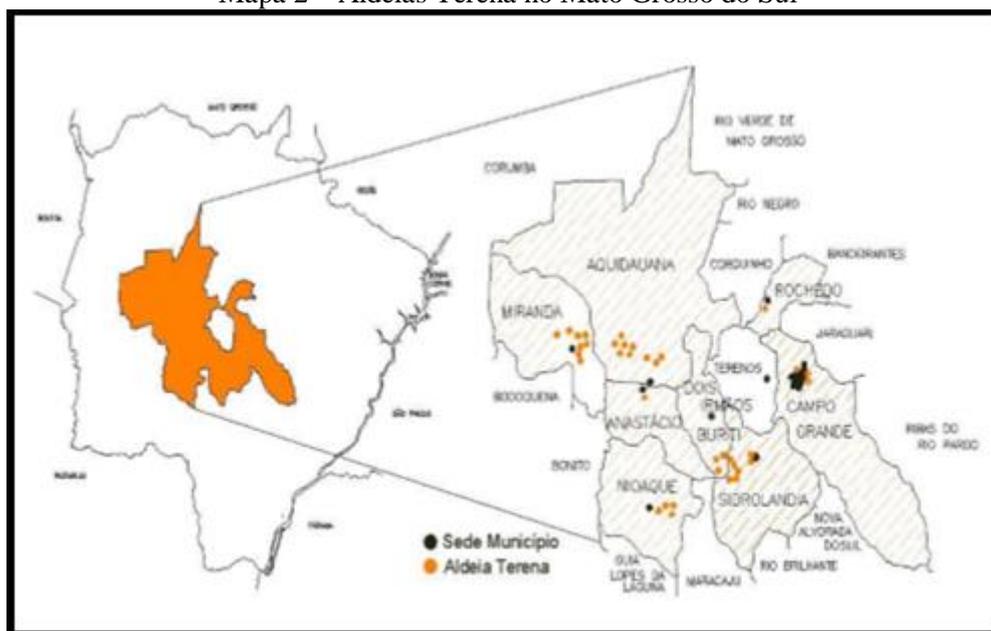
Atualmente, os índios Terena encontram-se no estado do Mato Grosso do Sul, nas cidades de Campo Grande, Aquidauana, Anastácio, Miranda, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Nioaque, Rochedo e Dourados, no estado do Mato Grosso, na cidade de Rondonópolis, e em São Paulo, nos municípios de Avaí e Braúna (VARGAS, 2003, p.20).

Mapa 1 – Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul



Fonte: SMANIOTO, 2010. In: VARGAS, 2011, p. 22

Mapa 2 – Aldeias Terena no Mato Grosso do Sul



Fonte: SMANIOTO, 2010. In: VARGAS, 2011, p. 24

Segundo consta em Borelli e Luz (1984, p.9), no período colonial, classificou-se a enorme diversidade de nações indígenas em apenas dois grupos: Tupi e Tapuia. Esse fato encobriu as variadas culturas e línguas. Os Tupi seriam do tronco linguístico Tupi e os Tapuia seriam do tronco Macro-Jê (BORELLI; LUZ, 1984, p.11). Os Terena não estão, pois, nessa classificação. Para as autoras, eles vieram do Chaco, em meados do século XVIII, estabelecendo-se na região de Miranda, atual Mato Grosso do Sul. Lutaram na Guerra do Paraguai por seus territórios, entretanto, geralmente são citados no evento apenas de forma secundária, como mão de obra ou para defesa da fronteira.

São constantes nas falas dos indígenas as críticas aos não indígenas por classificá-los como sendo todos iguais, desconhecendo sua diversidade de povos, culturas e línguas. O apagamento da história indígena, segundo os indígenas que foram contatados durante essa dissertação, aparece, além de nas falas da população em geral, nos livros didáticos e até na bibliografia de alguns autores que pretendem falar sobre indígenas.

Para iniciar o debate acerca das origens do povo Terena, recorreu-se a Bittencourt e Ladeira (2000), em livro que relata a história dessa etnia. Tem-se aí, uma das principais obras sobre o assunto. Segundo as autoras comentam na apresentação do livro, ele foi gerado por um encontro de professores Terena na USP, em 1994. A motivação seria a falta da abordagem da História Indígena nos livros de História, em uma clara supressão da participação desses povos na formação da História do Brasil, o que vai ao encontro do que disseram os indígenas sobre o apagamento de sua história.

Buscando refazer esse modelo eurocêntrico, o livro traz a História Terena desde seu passado na região do Chaco, conhecida como Êxiva pelos Terena, passando por seu deslocamento para a região do atual Mato Grosso do Sul, até tempos mais recentes. Para tal, analisaram-se as fontes materiais, textos escritos, desenhos, pinturas e fotografias. Entretanto, as autoras colocam como sendo de extrema importância ouvir-se os relatos orais. A língua Terena seria sua fonte mais importante. De origem Aruák, da região norte da América do Sul, como apontam as autoras, essa língua conservaria elementos comuns com a dos Laiana e Kinikinau:

O nome Aruák vem de povos que habitavam principalmente as Guianas, região próxima ao norte do Brasil e algumas ilhas da América Central, na região das Antilhas. Quando os europeus começaram a dominar a região, os Aruák dividiam e disputavam o mesmo espaço com outro povo indígena, os Karib. E foi com estes dois povos que os europeus tiveram seus primeiros contatos. Tal como aconteceu com o nome Karib, que passou a designar aquela região, o Caribe, também o nome Aruák veio a ser usado pelos europeus para identificar um conjunto de

línguas encontradas no interior do continente sul-americano. (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.12).

Em Acçolini (2012, p. 25), também se relata serem os Terena um povo Aruák, proveniente do Chaco, e que passaram a habitar a região do atual pantanal sul-matogrossense, desde o século XVIII. Borelli e Luz (1984, p.12) também tocam na questão da origem Terena ter, além da já citada proveniência chaquenha, o tronco Aruák, e que sua chegada ao território hoje pertencente ao Brasil se deu devido ao processo de colonização das áreas espanholas paraguaias.

Vargas (2003, p.40), em seu trabalho de buscar entender as reivindicações territoriais dos Terena, analisando o estabelecimento deles na região de Miranda, no atual Mato Grosso do Sul, antes da Guerra do Paraguai, embora estabeleça um período de análise entre o fim da citada guerra e o fim do SPI, discorre sobre sua desterritorialização do Chaco dizendo também que foi devido à expansão espanhola. No Chaco, eram conhecidos como Chané-Guaná. Dos Guanás, havia subgrupos como os Terena, os Laiana, os Kinikinau e os Guaná.

Mussi (2006) aponta um fato que foi de grande importância para se pensar essa dissertação, que foi a busca por melhores condições de vida ser algo constante no modo de ser Terena. É por esse motivo que esse povo tem sua história marcada por deslocamentos, nos quais acumulou experiências para inserção com estratégias, negociações, adaptações e ressignificações socioculturais:

[...] é a busca de melhores condições de vida, inquietação impulsionadora permanente entre os Terena, mesmo em terras brasileiras. Seja de aldeia para aldeia, motivação mais antiga; seja da aldeia para a cidade, motivação mais recente, o povo Terena tem a sua história marcada pelos deslocamentos, acumulando experiência bastante significativa nas dinâmicas de inserção, e das estratégias de negociação, adaptação e ressignificação sócio-culturais [...] (MUSSI, 2006, p.174).

Em Carvalho (1979, p.23), destaca-se que a literatura clássica coloca os Terena como pertencentes ao grupo Chané-Guaná, Aruak, habitantes do Chaco. Ele relata a divisão de Felix de Azara, segundo a qual, os espanhóis dividiriam os Guaná em seis: Layana (Eguaacchigo), Chabaraná (Tchoaladi), Quinquinao, Etelenoé, Niguecactemic e Choroaná (CARVALHO, 1979, p.24). Destaca que, mesmo sem uniformização da divisão e classificação desses grupos pelos autores, Chané e Guaná apresentam-se como geralmente associados ao Aruák. Durante a pesquisa e, conseqüentemente, a visita às aldeias hoje ditas Terena, pôde-se perceber a presença de indivíduos Terena, Laiana e

Kinikinau. Nas falas informais dos indígenas, percebe-se uma revalorização desses subgrupos, que estariam anteriormente mesclados na designação Terena.

Segundo Carvalho (1979, p.26), o Chaco era uma área economicamente marginal para os primeiros colonizadores, improdutiva e, devido a isso, teve sua exploração retardada. Entretanto, migraram junto aos “Caduveos-Mbayá” para a região de Miranda, Mato Grosso do Sul. Para ele, os Terena seriam os únicos sobreviventes dos antigos Chané-Guaná Aruak (CARVALHO, 1979, p.40). Essa afirmação não se sustenta mais ao se perceber as falas atuais e os movimentos de revalorização das identidades Kinikinau e Laiana, que podem ser vistos nas aldeias da região dos municípios de Miranda e Aquidauana.

Silva (2013, p. 19) aponta que, para Bittencourt e Ladeira (2000, p.107), o modo de viver dos Terena mudou muito após o contato com outros povos indígenas, com os portugueses e com os brasileiros. Muitos hábitos foram transformados, porém, outros não. Citando Ladeira (2001), também diz que os Terena seriam o único subgrupo remanescente da nação Guaná no Brasil, o que, reforça-se, vem sendo revisado com o contexto das retomadas indígenas e da revalorização de subgrupos outrora ditos extintos. Por sucessivas levadas migratórias, que se intensificaram em meados do século XVIII, os Guaná cruzaram o rio Paraguai, vindos do Chaco. Silva diz que, segundo Oliveira (1976, p.35-36), os Terena eram divididos em Kauti (cativos) e Xané (Terena de Verdade). Estes últimos dividiam-se em Naati (chefes) e Waherê (povo comum). Os Xané ainda se dividiriam em duas metades cerimoniais: xumonó e sukirianó, numa divisão que regularia comportamento mágico-religioso. Por fim, Silva faz menção de serem os Terena considerados os indígenas que mais contribuíram para a formação do Centro Oeste brasileiro como produtores agrícolas, mão de obra e na guerra.

Bittencourt e Ladeira (2000, p.37) dizem que os europeus chegaram ao Êxiva (Chaco) pelo rio Paraguai atraídos pela prata de Potosi. Com o passar do tempo, e as lutas para o controle da região, muitas aldeias seriam destruídas. Os deslocamentos acabaram sendo inevitáveis:

Durante essas guerras, muitas aldeias foram destruídas. Os Guaná vieram se deslocando acompanhando os seus aliados Mbaya-Guaicuru para o Mato Grosso do Sul, no século XVIII. Os Terena, os Kinikinau, os Laiana reconstruíram suas aldeias perto do Forte Coimbra e das vilas das Serras do Albuquerque, entre os rios Paraguai e Miranda. Os Kadiwéu e outras tribos Guaicuru se estabeleceram nas redondezas da Serra de Maracajú (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.39).

As autoras demonstram que, enquanto os espanhóis procuravam garantir a posse da região com fazendas de gado, expulsando as populações nativas, os portugueses faziam fortes e acordos com os indígenas (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.41). Os Guaicuru (Mbayá/Kadiwéó), por exemplo, fizeram um tratado com os portugueses em 1791. Para elas, esse fato ajudou no distanciamento dos Guaná da proteção dos Guaicuru, pois os Guaná começaram a fazer também acordos diretamente com os portugueses (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.42).

Combès e Richard (2015, p.233), apontam que vários dos atuais povos indígenas do Mato Grosso do Sul vieram da região do alto Paraguai, dividindo, pois, uma história comum. Demonstram que os Chané eram vassalos do Mbaya e que habitavam o Chaco (Êxiva) em uma relação de mútuos benefícios.

Vargas (2011, p.18) também cita as origens Terena no Chaco, como parte do grupo Chané-Guaná e aborda as relações deles com os espanhóis e portugueses. Aponta a chegada deles no atual território do Brasil em meados do século XVIII, na região de Miranda e Aquidauana. A autora também traz uma divisão temporal da história Terena proposta por Bittencourt e Ladeira (2000), que retrata o início em terras chaquenhas:

[...] A partir da linha do tempo proposta por Bittencourt e Ladeira (2000) – Tempos Antigos, saída do Chaco paraguaio; Tempos de Servidão, perda dos territórios depois da Guerra do Paraguai, trabalhos nas fazendas; tempos atuais, estabelecidos em reservas [...] (VARGAS, 2011. p.53).

Com uma visão indígena sobre o tema, contou-se com os relatos do Terena e professor de história Valdevino Gonçalves Cardoso, da aldeia Limão Verde, localizada no município de Aquidauana, Mato Grosso do Sul, mais conhecido como Vavá. Ele explanou temas relacionados à essa dissertação, apresentando a história de seu povo. Primeiramente, ele se apresenta:

Boa noite, eu sou professor Valdevino Gonçalves Cardoso, mais conhecido como Vavá Terena, aqui da Aldeia Limão Verde, situada no município de Aquidauana, Mato Grosso do Sul, e onde vive o povo Terena (CARDOSO, V.G. Entrevista via áudio realizada em 3/4/2020).

Vavá relata a origem da etnia Terena no Êxiva, ou seja, o Chaco, e seu deslocamento para o atual Mato Grosso do Sul, no século XVIII, em busca de espaço para viver e manter sua cultura:

O estado do Mato Grosso do Sul é o estado onde mais se concentra esse povo. Essa região toda era e é uma região habitada pelos indígenas antes da colonização e o povo Terena tem como princípio falar de sua história a partir do século XVIII, do povo Terena no Êxiva, onde hoje é o Paraguai, ou seja, do outro lado do rio Paraguai. No século XVIII, o povo Terena vem para o Brasil. Era um povo que vivia em constante deslocamento e outro fator poderia ser a guerra entre as várias etnias que existiam pela região. O povo Terena, lógico, como todo povo, precisa de um lugar, de um espaço para viver, para manter a sua cultura e, desse lado de cá, onde hoje é o Mato Grosso do Sul, os povos Terena encontraram um bom território para que pudessem viver e ter ali a sua cultura e resistência (CARDOSO, V.G. Entrevista via áudio realizada em 3/4/2020).

Vavá confirma que os Terena eram parte do povo Guaná ou Chané e que, dentro desse grupo, subdividiam-se com os Laiana, os Kinikinau e os Echoaladi. Aponta que os Terena estão espalhados por Mato Grosso do Sul, São Paulo e Mato Grosso e que a língua Terena faz parte da família linguística Aruak:

O povo Terena é do povo Guaná, é chamado de Guaná ou Chané. Dentro desse núcleo de povos existem outros povos como os Terena, os Laiana, os Kinikinau, os Echoaladi... alguns exemplos. O povo Terena não está apenas no Mato Grosso do Sul. Aliás, o povo Aruak, a língua Aruak não está apenas com os Terena, mas em outros estados do Brasil. Voltando ao povo Terena, ele não está só no Mato Grosso do Sul, mas em São Paulo e Mato Grosso existe a concentração desse povo atualmente (CARDOSO, V.G. Entrevista via áudio realizada em 3/4/2020).

Foto 1 - Valdevino Gonçalves Cardoso (Vavá)



Fonte: Cedida por Valdevino Gonçalves Cardoso (Vavá), 2020.

Vargas (2011, p.56) fala da escassez de fontes sobre a história Terena nos séculos XVI, XVII e XVIII. Porém, cita que, desde sua permanência no Chaco, eles já tinham como tática dominar as etnias mais fracas e aliar-se com quem pudesse realizar trocas,

submetendo-se aos mais fortes. Tinham como característica dispersar-se pela região na tentativa de manter suas terras e conquistar outras:

Esse contexto já demonstrava algumas de suas táticas de defesas: dominavam as etnias mais fracas que a sua, assim como se aliavam àquelas com as quais poderiam realizar as trocas e se submetiam às mais fortes. Esta era uma das pautas culturais de convívio que lhes permitiriam diferentes formas de relacionamento com os demais grupos indígenas e não indígenas, tanto no Chaco, quanto posteriormente no Brasil, interagindo com esses grupos de acordo com as situações que vivenciavam. Além disso, os Terena dispersavam-se pela região na tentativa de manter as terras que ocupavam e que já estavam sendo ocupadas pelos colonizadores, bem como conquistar outras, onde também pudessem estabelecer suas relações com demais grupos indígenas. (VARGAS, 2011, p.57).

Mussi (2006), ao mostrar em seu trabalho as dificuldades da vida na aldeia e as novas que surgiriam devido ao deslocamento para a cidade grande, no fim do século XX e início do XXI, acaba fazendo referência da trajetória Terena desde o Chaco. Aponta, também, que esse povo somente chegou ao atual território brasileiro em meados do século XVIII. Demonstra que os Terena deslocaram-se acompanhando o movimento dos Mbayá devido ao processo de colonização espanhol no Paraguai:

[...] Tais deslocamentos são marcados basicamente por três momentos distintos: o primeiro momento ocorre por volta do século XVIII, quando se inicia o processo de expansão dos Terena ainda no Chaco; o segundo momento, transição do século XVIII para o século XIX, trata do processo de expansão dos Terena do Chaco para o território brasileiro; e o terceiro momento, transição do século XIX para o século XX, quando os Terena já se encontram em território brasileiro. (MUSSI, 2006, p. 71).

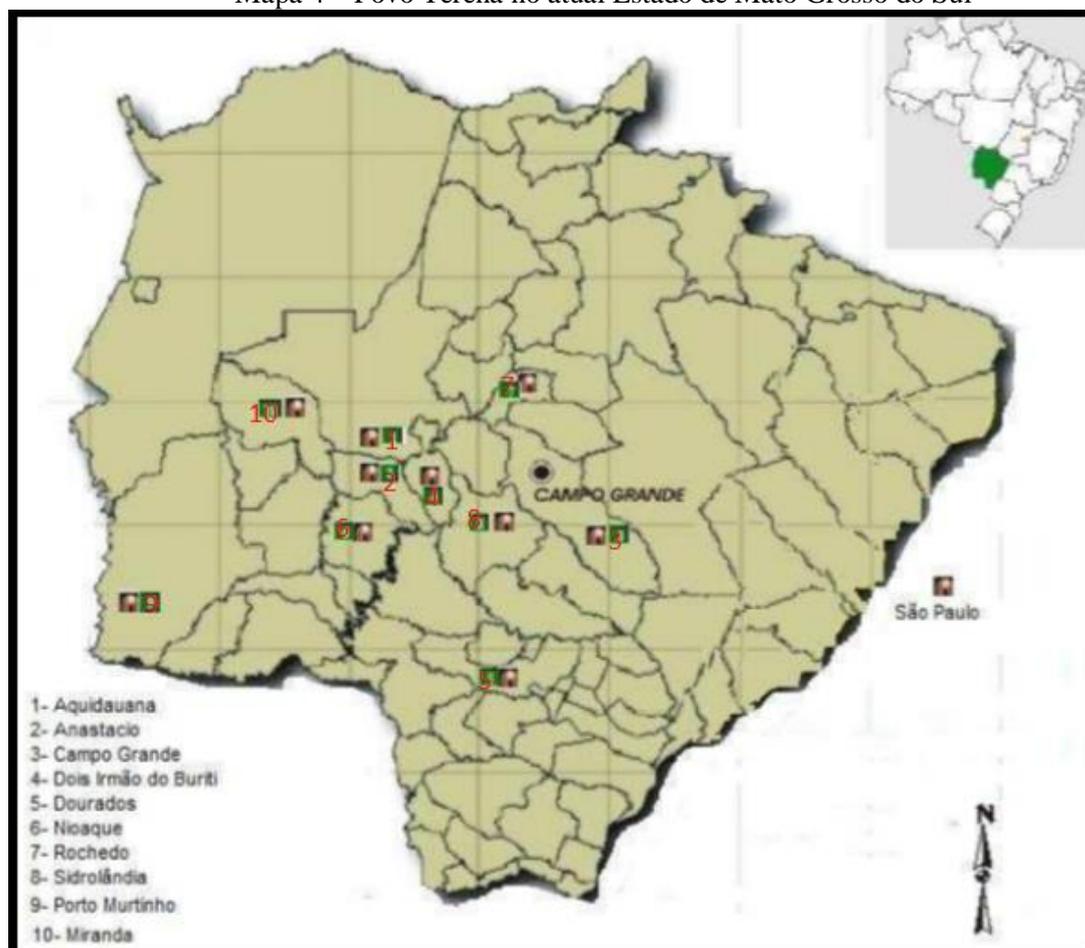
Borelli e Luz apontam que a estrutura social Terena era dividida em quatro estratos:

[...] chefes (Unati), comuns (Whaerê-Shane), Guerreiros (Shuna-Asheti) e cativos (Kauti). Os Unati eram geralmente os chefes das metades (quando uma sociedade se divide em dois segmentos, de modo que toda pessoa é, necessariamente, membro de um deles); os Whaerê-Shane, essencialmente trabalhadores, cultivadores e gente de serviços. O estrato Shuna-Asheti, de guerreiros e seus parentes, parece também incluir capitães menores e, mesmo, chefes de casas comunais. Finalmente, os cativos, obtidos nas capturas, nem sempre aproveitados nos trabalhos agrícolas por serem oriundos de grupos caçadores-coletores, representavam mais uma fonte de prestígio político do que propriamente econômico. (BORELLI; LUZ. Comissão Pró-Índio, 1984, p.13-14).

O contexto Terena seria o de negociação para que, assim, pudessem permanecer em sua cultura e garantir um espaço territorial mínimo (OLIVEIRA, 2013, p. 37). Oliveira narra a relação das aldeias Terena na região do atual Mato Grosso do Sul antes da Guerra do Paraguai, comenta o impacto do fim dessa guerra na sociedade Terena, analisa a Dança da Ema, também chamada de Bate-Pau ou Kipaé e faz uma localização dos Terena, comentando, por fim, que a Dança se tornou símbolo político (OLIVEIRA, 2013, p. 92).

A partir desse contexto de fixação dos Guaná em território atualmente brasileiro, Marques (2012, p. 24 e 38) apresenta a antiga aldeia Piranhinha como sendo a anterior e originária da atual aldeia Limão Verde, em Aquidauana, Mato Grosso do Sul, e traz um mapa com a localização atual dos Terena no estado sul-mato-grossense, onde pode-se perceber os reflexos daquelas migrações para a configuração de hoje:

Mapa 4 – Povo Terena no atual Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: MARQUES, 2012, p. 26 (Adaptado pelo autor)

A autora também apresenta o Pantanal como sendo parte do Chaco (MARQUES, 2012, p. 41), reforçando o tema para que se evitasse falar que os Terena não eram brasileiros, pois o próprio território não era do Brasil. Nas conversas com os indígenas,

percebe-se o escárnio que se configura ao se tentar chamá-los de estrangeiros, de não brasileiros. O próprio território nem era parte do Brasil até recentemente. A região era fronteira entre Chaco e Pantanal. Não existia uma clara divisão. Outro ponto levantado pelos indígenas foi o de que eles sempre lutaram ao lado do exército brasileiro, sustentaram aquela parte da nação em diversos momentos, contribuindo em vários pontos que veremos adiante.

1.2 Os Terena e a Guerra do Paraguai

A temática Guerra do Paraguai é constante quando os Terena apontam sua própria história. Nas conversas que ocorreram nas aldeias, nas palestras, nas apresentações de trabalhos acadêmicos orais e escritos, nas reuniões e assembleias, enfim, na quase totalidade das oportunidades em que se comentou o passado da etnia, englobou-se a questão desse conflito armado no qual poucos escritos não indígenas apontam o protagonismo Terena. Essa realidade tende a ser alterada com a chegada de pesquisadores indígenas e também de não indígenas que se debruçam, atualmente, sobre o tema.

Vargas (2011, p.59) diz que, expulsos do Paraguai, os Terena seguiram para o Mato Grosso do Sul. Como integrantes dos grupos chamados Chané-Guaná, saíram do Chaco atravessando o rio Paraguai, na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, devido à colonização luso-espanhola. Além disso, essas populações acompanharam o deslocamento de outros grupos étnicos com os quais mantinham relações. Segundo a autora, ao se estabelecerem no território brasileiro, próximos aos rios Miranda e Aquidauana, tiveram problemas com os grupos que já habitavam o local e com o processo de colonização que se iniciava. Aponta que o contato com os não indígenas era pouco e baseado nas trocas de seus bens e produtos. Entretanto, a situação mudou completamente com a Guerra do Paraguai, que teve um desfecho de destruição e forçou a fuga dos Terena de suas terras.

Alfredo d'Escragnolle Taunay, um dos principais cronistas dessa guerra, afirmou que no distrito de Miranda havia mais de dez aldeias, constatando que os Terena formavam a maior população indígena da região. Suas aldeias estavam localizadas no Naxedaxe, a seis léguas da Vila de Miranda, no Ipegue a sete e meia, na Cachoeirinha e a três léguas dessa, encontrando-se no aldeamento Grande, além de outros pequenos centros. Entre três a quatro mil índios viviam nesses diversos pontos. Os Kinikináo aldeavam-se no Evagarigo, a sete léguas N. E. de Miranda: os Guaná no Eponadigo, a sete no Lauiad; os Laiana, a meia légua da Vila de Miranda. Os Guaicuru encontravam-se no Lalima e perto de Nioac, e os falsos Kaduvéu em Amagalobida e Nabilek. E ainda os aldeamentos de Matto Grande ou do Bom Sucesso, perto de Albuquerque dos Kinikináo, como sendo o aldeamento modelo do Baixo Paraguai. Estes foram os aldeamentos indígenas registrados por Taunay quando de sua permanência entre as sociedades indígenas da região de Miranda, muitos dos quais foram destruídos pela mencionada guerra, resultando na total desorganização das sociedades indígenas, devido à perda de sua autonomia política e econômica (VARGAS, 2003, p. 51).

Vargas indica a obra de Taunay para demonstrar a importância dos indígenas no exército brasileiro, durante esse conflito, como soldados, guias, informantes, produtores de alimentos, entre outras funções. Alguns alcançaram, inclusive, títulos de capitães, demonstrando o protagonismo deles, já que a intenção principal era a defesa de seus interesses, e não apenas uma mera vontade de servir passivamente ao governo brasileiro:

Os índios Terena foram incorporados à Guarda Nacional, assim como os demais índios; no entanto, eram eles, os Terena que compunham o maior número com 216, Kinikináo, 39 e Laiana, 20, que habitavam as aldeias próximas a Aquidauana. Na liderança desses índios, encontrava-se José Pedro, capitão dos Terena devido ao respeito e obediência que os indígenas tinham com ele, um filho da civilização, qualidade que pode ser atribuída ao fato dele ter sido educado por Frei Mariano de Bagnaia, na aldeia dos Kinikináo em Bom Conselho, valorizando-se, assim, a educação religiosa recebida por esse índio, que recebeu o título de capitão, em 1867, concedido pelo Governo Imperial (VARGAS, 2003, p. 52).

Acçolini e Moura (2015, p.250) argumentam que, no livro **Entre os Nossos Índios**, Taunay (1931 [1866]) afirma que, para os indígenas da região, até a Guerra do Paraguai, não existiam brasileiros, paraguaios, bolivianos, mas sim castelhanos e portugueses. A noção de nacionalidade só viria com a Guerra citada. Para elas, Taunay destaca que os Terena eram, em sua maioria, autóctones da região, onde viviam de 3 a 4 mil pessoas desse povo. Com a guerra, os Terena teriam incorporado a ideia de pertencerem a uma nação que não era nem portuguesa, nem espanhola, lutando por ela. Seu inimigo passava a ser os paraguaios.

Taunay (1931, p.5) demonstra o protagonismo indígena e os interesses deles ao negociarem com os brancos por benfeitorias e instrumentos. Os relatos ocorrem em meio à Guerra do Paraguai. O autor comenta a chegada em uma aldeia chamada Piranhinha, descrevendo o acolhimento salvador e a presença do capitão indígena José Pedro, onde foram bem recebidos por indígenas armados, pintados e que falavam uma língua diferente. O capitão teria ganhado essa patente após ir ao Rio de Janeiro, em 1867. (TAUNAY, 1931, p. 12-14). As armas citadas teriam vindo de Miranda, fruto de um saque após a cidade ter se esvaziado perante a invasão paraguaia. Conta que o indígena capitão José Pedro falou bem do imperador e que reconhecia a benevolência dele para com os indígenas.

Taunay fala da subdivisão dos grupos em Miranda: Mbayá-Guaicuru (Guaicuru, Kadiwéo e Beaquiéos) e Chanés (Terena, Laianá, Kinikináu e Guaná ou Chooronó). Diz que as línguas, costumes e práticas não diferiam muito, mas se notavam. O autor passa a

descrever os antigos locais desses povos em Miranda, falando de seus rituais e religiosidade (TAUNAY, 1931, p. 20). Aponta relatos da guerra em aldeia no Agaxi e descreve o surgimento da figura de Pacalalá como liderança:

Era rapaz de pouco mais de vinte annos; typo soberbo de robustez, índio de raça pura, como lhe denunciavam a côr de cobre vermelho, as feições angulosas, os malares salientes, os dentes acerados e magníficos. Os olhos, pequenos e vivíssimos, e o queixo accentuado denunciavam-lhe a intelligencia e a energia.

Tão moço ainda, já soubera incutir o prestigio aos seus e angariar a consideração dos brancos. Era o procurador infatigavel das queixas e reclamações que sua gente tinha dos moradores do Miranda. A frei Marianno de Bagnaia denunciava as irregularidades dos contractos ou os desmandos occorridos na sua aldêa, pois a cada passo se repetiam as tentativas de exploração dos pobres índios pelos civilizados.

Pedia providencias; indicava medidas acertadas, de reparação. E de vez em quando obtinha algum resultado, acautelando os interesses dos seus e alcançando justiça (TAUNAY, 1931, p.28).

Demonstra o conhecimento que este indígena tinha, sabendo reclamar e fazer acordos com os portugueses, sendo vital na fuga de seu povo para longe da invasão:

Atirador exímio e excellente caçador, frequentemente apparecia com jaós, jacutingas, macucos e inambús, senão com gordas pacas, quando dispunha de dinheiro para comprar polvora e chumbo, artigos caros em Matto Grosso.

Propendia Pacalalá para o congraçamento dos da sua tribu com a gente de Miranda embora o affligisse a má fé que os brancos punham em suas relações com os índios.

- Cuidado com os portuguezes, aconselhava aos seus. Não somos seus escravos. Elles são os nossos iguaes e não nossos senhores. N' esta terra não deve haver duas especies de gente: uma que mande e outra que trabalhe. Todos devem trabalhar e receber a paga justa de seu trabalho. Uma vez ameaçou, até, ir ao Rio de Janeiro queixar-se ao Imperador. E isto produziu real abalo no animo embotado de uma das autoridades da villa, individuo tão autoritario quanto subalterno de sentimentos.

- Se de nós abusarem muito, irei, até a Côrte, falar com o Imperador, que é o Capitão Grande. Elle nao quer que os índios sejam maltratados pelos portuguezes.

Assim estava Pacalalá naturalmente indicado para assumir a chefia de sua gente numa emergencia grave como a que decorrera da invasão paraguayana. E os acontecimentos justificaram plenamente a confiança depositada em sua intelligencia, coragem e espirito de energia e decisão.

Sem perda de tempo, ordenou o abandono total da aldêa. Ás mulheres, crianças e velhos, carregados de tudo quanto havia de transportavel, mandou que tomassem o caminho do porto do Canuto, no rio Aquidauána, d'ahi a oito leguas. Tratariam, depois, de embrenhar-se na serra de Maracajú, coberta de quasi impenetrável mata (TAUNAY, 1931, p.30).

Para uma mais detalhada visão, anexa-se à essa dissertação a passagem de Taunay, na qual ele relata a ida de Pacalalá em direção à vila de Miranda, que estava em marcha devido à fuga perante a invasão paraguaia, momento em que foram deixadas para trás as armas. Estas seriam recolhidas pelos indígenas, que as pegam e vão em direção à Serra de Maracajú, com seu povo, preparar o esconderijo e a resistência:

Evacuada completamente a aldeia, reuniu Pacalalá trinta moços robustos e à sua frente marchou para Miranda. Queria certificar-se exactamente do que havia e desejava armar bem os seus, certo, como se achava, da próxima aggressão paraguaya.

Encontrou a estrada do Agaxi cheia de fugitivos: índios de diversas tribus, aos magotes, ou isolados. Passavam cavalleiros em disparada, viam-se velhos a se arrastar, exaustos, da caminhada realizada sob a soaheira terrivel do verão, gente a chorar e a gritar desesperada, crianças extraviadas, mulheres desamparadas. Famílias inteiras abalavam ao léo, sem saberem para onde ir, umas a pé, outras em carros de bois, a cujas juntas, na ancia da fuga, os conductores aguilhoavam cruelmente.

Tangida pelo pânico toda a população de Miranda alli estava. E cousa digna de notavel observação: numa ocasião daquellas, facto algum occorreu de violencia, roubo ou homicídio, tão facil de succeder no emtanto, no meio da desordem e conturbação geraes.

Entrando em Miranda encontrou o moço indio, como era de esperar, a villa entregue á mais completa anarchia.

Immediatamente verificou que ninguém tinha alli a menor intenção de resistir ao invasor. Seria isto, aliás, verdadeiro acto de inutil temeridade. Toda demora importava em augmento de perigo.

Queria Pacalalá, armar bem os seus, como dissemos, mas as autoridades, desarvoradas, desorientadas, não distribuiam, não queriam distribuir os armamentos e as munições dos depositos da villa. Assim esperou que os moradores, cada vez mais impressionados pela approximação paraguaya, se retirassem.

A 8 de Janeiro do 1865, não havia em Miranda mais um só habitante. Ficava o seu enorme deposito de artigos bellicos, entregue ao saque dos indios, antes de cahir em poder dos paraguayos, como fatalmente dentro em breve aconteceria.

Trataram terrenas, laianos, guanás, kinikináus, guaycurús, cadiuêos, beaquiéos de se proverem de excellentes espingardas e clavinas e de quanta polvora e bala puderam angariar; munição de que dispuzeram em abundancia durante todo o tempo da occupação do districto, logo chamado oficialmente pelos paraguayos do Mboteteú.

Com sua escolta bem armada e municuada, partiu Pacalalá para o porto do Canuto onde o esperava sua gente. Capitaneando a tribu subiu então a serra de Maracajú, pela mais ingreme encosta, escolhendo local para acampar, em bellissima chapada.

Já a este planalto, mas por caminhos differentes, haviam chegado muitos retirantes. À Serra vestia, ainda então, vigorosa mata virgem, dentro da qual varios núcleos de fugitivos se foram formando. E isto sem que nos primeiros dias soubessem da vizinhança em que se achavam uns dos outros.

Era seguro refugio á perseguição paraguaya. Mas para attingir o providencial abrigo, quanto soffrimento, quanto desespero de toda aquella attribulada gente! Quanta privação! Dias e dias a fio mal tivera como alimento senão palmitos, côcos, fructos sylvestres, mel e uma ou outra caça. Esta comprada quasi a peso de ouro, ou, o que igualmente valia, a troco de colherinhas de sal.

Reinara verdadeira fome, frequentemente, entre os espavoridos retirantes. Mas ainda assim muito melhor lhes era a sorte do que se tivessem ficado ao alcance dos paraguayos cujas avançadas por toda a parte commettiam atrocidades no genero das que já houvera em Corumbá, dirigidas pelo General Barrios.

Effectuaram-se logo derrubadas para as sementeiras dos cereaes que alguns previdentes haviam trazido, certos de que, tão cedo, não voltariam aos seus lares.

Cegamente obedecido pelos seus, mandou Pacalalá, que todos os kinikináus promptamente roçassem e plantassem. Elle proprio deu o exemplo costumeiro, de amor ao trabalho. Tambem foram os seus os primeiros a recolher abundantes cargas de milho e feijão.

Generosamente retribuia aquele solo virgem os esforços e soffrimentos dos pobres asylados, dando-lhes alguma compensação a tantos e tão grandes males.

Todos quantos galgaram a serra, asylando-se em suas encostas, dentre em breve tiveram a maior fartura de mantimentos muito além da mais exagerada expectativa.

Assim notavelmente se desanuviou o torvo futuro prenhe de apprehensões de privação e de penuria (TAUNAY, 1931, p.32-34).

O autor comenta sobre o território invadido e a região onde os fugitivos ficaram escondidos: os Morros de Maracajú, até 1867. Os indígenas, inclusive, faziam rondas e saques nas planícies vizinhas, demonstrando sua importância na resistência brasileira:

Passara Pacalalá a ser consumado especialista nas caçadas dos bois, alçados da planície. Era o mais intrepido em descer da serra [...]

Tangiam seis dos seus kinikináus umas rezes, quando reconheceu que inevitavelmente iam ser atacados. O lugar, porém, já na fralda da montanha prestava-se maravilhosamente a profícua resistencia: serpeava a trilha palmeada por denso matagal de taquarissimas.

Destacando dous dos seus para continuarem a tocar a ponta, Pacalalá e os quatro demais companheiros esperaram a ronda n'um desfiladeiro. Com certo tiro prostrou o joven chefe indio ao paraguayo que vinha abrindo caminho á frente dos seus.

Precipitadamente retrocedeu a patrulha. Deixava como trophéus da victoria não só o cadaver do companheiro como o cavallo de que, fulminado pela bala do kinikináu, tombara o invasor (TAUNAY, 1931, p.38).

Taunay narra a morte heroica de Pacalalá, herói indígena brasileiro que lutou pelo direito de seu povo àquelas terras que estavam sendo invadidas pelos paraguayos:

No porto de D. Maria Domingas á margem direita do Aquidauána, existia extenso cannavial sobremodo cubiçado pelos índios muito gulosos de substancias assucaradas.

Formou Pacalalá o projecto de alli ir ter, com o fito de, no proprio local, fabricar rapaduras. Para tanto convidou seis kinikináus e dez terenas, encetando com felicidade o seu trabalho.

Passaram-se alguns dias, sem maior alteração, do que decorreu o natural abandono das medidas de prudencia. Por casualidade, quiçá, foram os índios, avistados por uma patrulha inimiga, que vigiando os caminhos da mata mandou logo pedir reforço ao posto do Souza, d'ahi a seis leguas. Ao chamado acudiram perto de duzentos homens.

Quando se viram cercados, sentindo-se perdidos, desanimaram os índios.

De um em um, incitou-os Pacalalá, a combater confiantes, mostrando-lhes a vantagem da excellente posição, protegidos como estavam pela densa mata próxima. E depois era-lhes preciso vender caro a vida pois tinham á frente inimigo que a ninguem dava quartel, e feroz em sua vindicta, sobretudo quando se tratava de mbayás. Ninguem lhes cahisse vivo ás mãos!

Armas não lhes faltavam, nem munições, e ainda menos a dextreza dos atiradores.

Cumpria, pois, não fraquear. E acima de tudo procurar acertar os tiros sempre, aproveitando-os o mais possível

Avançando para a orla da floresta, collocou o joven kinikináu cada companheiro atraz de uma arvore grossa, a todos aconselhando a maior calma e demora em fazer a mais certa pontaria.

Estavam os paraguayos a pouca distancia, formados em linha, num descampado, assim os primeiros tiros dos nossos índios prostraram para mais de doze d'elles. Responderam com nutrida descarga, cujas balas apenas vararam troncos e cortaram galhada.

Recuaram os índios para o interior da mata. Perseguidos por uma companhia de infantaria acolheram-na por modo tal que a obrigaram ao retrocesso.

Multiplicava-se Pacalalá: em toda a parte, a exaltar o animo de cada combatente, procurando aproveitar os esforços e o crescente entusiasmo dos companheiros.

Mas, quando o inimigo, assustado, batia em retirada, carregando os feridos e mortos e certo de se haver batido, com uma borda inteira de endemoninhados, não poude o joven e heroico kinikináu, cantar victoria.

Ao pular de urna arvore para outra, atraz de cujo tronco ia abroquelar-se dos projectis, fulminou-o uma bala, no meio da testa.

Encheu sua morte os companheiros de panico. Quando a noute cahiu, desapoderadamente fugiram todos. Apenas chegou a lugubre e infausta noticia aos aldeamentos dos morros, immenso alarido levantou-se. As moças kinikináus cortaram logo os cabellos, á altura das orelhas, de si tirando qualquer enfeite ou joiazinha, segundo a praxe dos povos primitivos tambem corrente em sua tribu (TAUNAY, 1931, p.40-41).

Com base nas citações acima, Taunay demonstra a participação dos indígenas na guerra, dando destaque a personagens que foram vitais. Já em **A Retirada da Laguna**, Taunay apresenta os indígenas de forma secundária e, por vezes, discriminatória, classificando-os como cruéis e vingativos (TAUNAY, 19--?, p.9), mas também traz

passagens que podem demonstrar a participação dos Terena durante a Guerra do Paraguai. O objetivo da obra foi narrar as dificuldades pelas quais passou uma expedição militar brasileira na região do atual Mato Grosso do Sul durante um recuo desde a Laguna, na fronteira com o Paraguai, até o rio Aquidauana, durante trinta e cinco dias de perseguição do exército paraguaio. Uma das passagens que reforçam a participação dos indígenas é:

Recebeu logo o 17º batalhão ordem de ir, além do ponto atingido pelo 21º, realizar um reconhecimento, sob a direção do guia Lopes e em companhia de um grupo de índios Terenas e Guaicurus, que desde algum tempo se apresentara ao Coronel [...] (TAUNAY, [19--?], p.24).

Entretanto, sempre enfatizando características negativas, como na passagem em que diz que da indolência iam para um ardor sem limites quando se tratavam de saques:

Os auxiliares índios, Guaicurus e Terenas, não foram os últimos a se apresentar para o saque. Tão pequena disposição para o combate haviam mostrado que, na nossa carreira, ao lhe tomarmos a frente, lhes bradáramos: Vamos! Avante! valentes camaradas! Agora se lhes transmutara a indolência num ardor sem limites para o saque. Já se haviam disseminado pelas roças de mandioca e de cana, de lá trazendo, imediatamente, cargas sob as quais vergavam, sem, contudo, encurtar o passo (TAUNAY, [19--?], p.31).

Na obra, encontram-se raras citações positivas aos indígenas, como na passagem na qual se diz que eram bravos auxiliares:

Iluminados por uma aurora magnífica percebíamos, aos nossos pés, os soldados correndo pelo campo, para o local do combate; mais longe, os índios Terenas e Guaicurus, que depois de se haverem comportado nesta refrega como bravos auxiliares, carregavam agora aos ombros os despojos dos cavalos tomados aos paraguaios [...] (TAUNAY, [19--?], p.41).

Mas, como a maioria das citações aos indígenas, retomam-se apontamentos negativos, como possíveis desrespeitos aos cadáveres dos inimigos:

Os cadáveres paraguaios não arrastados pelo laço dos compatriotas foram, todos, achados mutilados e de modo hediondo. A propósito de tais profanações fez o Coronel violentas exprobrações aos índios, acenando-lhes até com a pena capital, se acaso, daí em diante, desrespeitassem os mortos [...] (TAUNAY, [19--?], p.43).

O que é possível deixar claro com as passagens que citam indígenas na obra, é que eles estavam sempre presentes, mesmo que quase sempre citados de forma negativa ou em tarefas consideradas de menor importância:

[...] Certo é que poucas horas mais tarde, durante a marcha, foi lançado morto à estrada. Enterramos todos os nossos cadáveres em covas que mandamos abrir pelos índios [...] (TAUNAY, [19--?], p.51).

Os indígenas deram seu sangue e suas vidas durante o combate e, para defender seus interesses, muitos também foram vítimas de doenças como cólera:

Já desde algum tempo tinham os doutores Quintana e Gesteira levado o fato ao conhecimento do Coronel. Pouco depois morreram, com um dia de moléstia apenas, um índio terena recebido na enfermaria de Bela Vista.

[...] Neste dia fez a cólera nove vítimas. Assinalaram-se vinte casos novos: o chefe dos Terenas, Francisco das Chagas, chegou moribundo numa rede que sua gente carregava. Estavam estes desgraçados índios no auge do terror; mas não podiam mais abandonar a coluna, ocupado como se achava todo o campo por um inimigo que, quando os apanhava, jamais deixava de os fazer perecer nos mais horríveis suplícios (TAUNAY, [19--?], p.65).

Por fim, uma nota de rodapé demonstra como eram tratados de forma diferenciada dos demais soldados, separando-os, isto é, distinguindo-os de quem eram militares:

No dia da invasão do território paraguaio, isto é, em abril de 1867, era o efetivo da coluna de 1680 soldados. A 11 de junho reduzira-se a 700 combatentes. Perdêramos pois 908 soldados pela cólera e o fogo. Morreram além disto grande número de índios, mulheres e homens negociantes ou camaradas que haviam acompanhado a marcha agressiva do nosso corpo (TAUNAY, [19--?], p.89).

Vasconcelos (2015, p.771) cita o uso dos indígenas na defesa e expansão do território nacional. Entretanto, os indígenas buscavam defender suas terras contra os paraguaios. Há uma divergência entre autores que falam em voluntarismo:

Durante esse período, a importância do índio na defesa e expansão do território nacional ficou mais uma vez evidenciada: tanto os Guanã como os Mbayá-Guaikurú atuaram ativamente ao lado do exército brasileiro durante o conflito. O seu recrutamento e engajamento na tropa não se deu apenas pela força do exército, mas também pela própria necessidade de impedir que suas terras invadidas ficassem sob o domínio dos paraguaios. Em termos gerais, o recrutamento de soldados para a Guerra do Paraguai não pode ser reduzido ao seu “caráter forçado” nem meramente ao caráter de uma “verdadeira cruzada nacional de voluntariamento”, como fizeram os autores “tradicionais” (VASCONCELOS, 2015, p.771).

Para Bittencourt e Ladeira (2000, p.56), durante a Guerra do Paraguai, os Guaicuru lutaram ao lado dos brasileiros, e, os Terena, também. Enfrentaram os paraguaios

militarmente e com o fornecimento de alimentos. As autoras apontam a obra de Taunay, **A Retirada da Laguna**, para descrever esse processo da Guerra do Paraguai na região. Elas também relatam a importância da história de Pacalalá, chefe Kinikinau, parente dos Terena, para se conhecer esses acontecimentos, sendo que este chegou a denunciar os brancos de Miranda contra seu povo. Segundo as autoras, eleito capitão, mandou seu povo se retirar da região do Agaxi e ir para a Serra de Maracajú. Elas reforçam a ida de Pacalalá até a cidade de Miranda para pedir armas, encontrando a cidade não disposta a resistir. Em alguns dias, já vazia com a fuga dos brancos, os indígenas Kinikinau, Layana e Terena pegaram as armas encontradas e também saíram de lá. Quando retornaram para a Serra, os brancos já estavam por lá refugiados e famintos (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.62). Os indígenas foram vitais para o provimento da alimentação de todos e para a resistência contra os paraguaios naquela localidade.

As autoras também relatam a história de outro herói Terena, Kali Siini, que junto a outros dois foram até Cuiabá reivindicar o título de capitães de suas aldeias. Eles eram Koixomuneti (liderança espiritual-religiosa). Voltaram já empossados daquela função portando uma carta, além de já estarem com as vestimentas para tal. Os relatos dizem que Kali Siini lutou bravamente contra os paraguaios com flecha e lança e, inclusive, teria matado uma onça nesse meio tempo, garantindo a terra dos Terena. Após o final da guerra, ele orientou ao povo Terena que não se casasse e nem trouxesse portugueses para a aldeia e para que nem mesmo falasse português (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.65).

Com a Guerra do Paraguai, as autoras apontam que as aldeias entre Miranda e Aquidauana foram esvaziadas. Após o término do conflito, os indígenas retornaram para suas terras, mas perceberam que muitas delas estavam ocupadas por brancos. Além disso, o Governo não garantiria o retorno da posse para eles (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.76). A situação Terena se tornaria difícil, pois muitos acabaram sendo obrigados a procurar trabalho nas fazendas que surgiam em suas próprias terras.

O professor Terena Vavá diz que seu povo participou efetivamente do conflito, pois, além de defender o Brasil, estava defendendo suas terras. Entretanto, após o término do evento, eles encontraram seus territórios invadidos. Era o período chamado de Servidão:

Voltando sobre a questão da Guerra do Paraguai, os povos Terena participaram ativamente desse conflito e, além de defender o Brasil, estavam defendendo também seus próprios territórios tradicionais. E o

fato que aconteceu é que, ao retornarem do conflito, os territórios tradicionais haviam sido devastados por conta da guerra e havia também invasões de não indígenas em territórios tradicionais. Isto é narrado por alguns historiadores, por alguns pesquisadores, pelo chamado período da servidão: o índio volta da guerra e não encontra a sua terra e encontra agora fazenda, cercado de fazenda. Então, para sobreviver, ele é obrigado a trabalhar nas fazendas. Isso foi chamado de período de servidão. Eu chamo isso de período de escravidão. Para mim, enquanto historiador, enquanto indígena, a escravidão só mudou de formato e tempo. Ela continua acontecendo nos dias atuais, ainda. Principalmente com os povos indígenas. E naquele período da servidão, surgiu também um órgão responsável, o SPI, que era responsável para proteger os povos indígenas. Na realidade, a sigla ela é tão bonita, mas de proteção, de fato, não havia nada (CARDOSO, V.G. Entrevista via áudio realizada em 3/4/2020).

Vavá retorna ao tema Guerra do Paraguai e diz que o conflito se deu justamente em território indígena, com a participação ativa destes em defesa de suas terras, seja como soldados, seja como fornecedores de alimentos. Ele aproveita para destacar o forte vínculo dos Terena com a agricultura e com a terra, não sendo esta apenas produto do capital:

Um fato interessante foi a guerra do Brasil com o Paraguai, e esse conflito foi justamente no território indígena e envolveu diretamente os povos indígenas, ou os povos Terena, nesse conflito, ora como soldado, ora como uma espécie de base alimentícia para esses índios, porque os povos Terena eles trabalhavam aqui, tinham sua roça e esses produtos colhidos da roça eram para abastecer de alimento o exército brasileiro. O povo Terena tem uma ligação muito grande com a roça, desde sua mitologia de criação. O criador Terena dá sementes, várias sementes e ensina o povo a plantar, a cultivar. Então, é do povo Terena essa questão da agricultura, essa ligação com a terra. A terra não é um produto do capital, mas um produto que tira o sustento e que dá a vida. E o povo Terena tem essa visão com relação ao que é a terra, e outras pessoas, de outras culturas, de outros povos não indígenas, principalmente... o não indígena tem a terra como um produto do capital, já o povo Terena tem uma ligação de filho e mãe. A melhor alimentação de uma criança é o leite materno. Ali que está a vida. Então, a mãe terra é que nos dá a vida e nos dá sustento (CARDOSO, V.G. Entrevista via áudio realizada em 3/4/2020).

Nas falas indígenas coletadas durante o processo de construção dessa dissertação, percebe-se o conhecimento que eles têm dos territórios que perderam, mas essa consciência é utilizada para seu atual processo de retomadas de terras que, mesmo duramente combatido por fazendeiros e políticos, parece estar surtindo efeito, principalmente na região Terena do Mato Grosso do Sul, na qual se percebe o crescimento do número dessas terras.

1.3 Protagonismo Terena no Brasil

Aproveitando que o subitem se refere ao protagonismo, inicia-se com a fala do professor Vavá Terena, que discorre sobre o papel do SPI. Segundo ele, o órgão, ao invés de proteger os direitos dos indígenas, aliava-se aos ruralistas. Vavá também aponta a questão da Lei de Terras como um acelerador do processo de espoliação das terras indígenas, comenta a formação da mão de obra constituída por indígenas que tinham suas terras roubadas ou reduzidas, bem como aborda o diferencial de sua aldeia, que surgiu em um contexto de guerra e resistência indígena:

O órgão do SPI, um órgão estatal, ele se aliava aos ruralistas ou aos militares para adquirir território que eles chamavam de terra devoluta. Com a Lei de Terras, criada em 1850, diziam que as terras sem dono, sem propriedade, eram terras devolutas. Na realidade, existiam ali comunidades indígenas. E aí, foi a partir de então que se criou... o SPI criou pequenos espaços para concentrar a população indígena, haja vista que era um período positivista, de um sistema político positivista, eles tinham que, na mente do Estado, os indígenas iriam desaparecer. E se criou alguns pequenos espaços e ali, na opinião do SPI, deveria levar escola, deveria levar os índios para trabalhar, trabalhar com as ferramentas, para justamente trabalhar nas fazendas. E eu lembro de relatos contados que, mesmo trabalhando nas fazendas, há relatos de indígenas que passavam fome. Minha mãe, meu avô contava. Trabalhava em determinadas fazendas e, às vezes, tinha que caçar para se alimentar e eu ficava imaginando: como é que esse povo estava trabalhando em uma fazenda e estava passando fome? E aí eu volto aquela questão de escravidão. E os povos Terena perderam seu território justamente no período do SPI e a gente pode observar em algumas aldeias que o SPI... que o funcionário do SPI esteve nas aldeias, as aldeias eram... foram construídas ali em pequenas vilas, com quadras e ruas. A minha aldeia é uma aldeia diferente. A Limão Verde foi formada também no período da guerra, pois já havia aqui indígenas. Esse território todo é indígena, mas foi um lugar, segundo a pesquisa, segundo relato dos anciãos, uma terra que serviu de refúgio para os povos indígenas (CARDOSO, V.G. Entrevista via áudio realizada em 3/4/2020).

Bittencourt e Ladeira (2000, p.79) apontam que, com a República, cresceu a construção de estradas de ferro e linhas telegráficas para facilitar a comunicação, controle e escoamento da produção no Brasil. Para que estas obras fossem realizadas, contou-se com a mão de obra indígena. Rondon descreveria a situação lamentável de servidão pela qual os Terena passariam:

Os Terena são comumente explorados pelos fazendeiros. É difícil encontrar um camarada Terena que não deva ao seu patrão os cabelos

da cabeça... Nenhum “camarada de conta” poderá deixar o seu patrão sem que o novo senhor se responsabilize. E, se tem a ousadia de fugir, corre quase sempre o perigo de sofrer vexames, pancadas e não raras vezes a morte, em tudo figurando a polícia como co-participante em tais atentados (RONDON citado por BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.81).

Vargas (2011, p.44), quando diz que os Terena cruzaram o rio Paraguai durante a segunda metade do século XVIII, ampliando seu território, aponta a obra de Taunay como um cronista da Guerra do Paraguai que demonstra a importância dos indígenas para o Brasil. Os Terena, segundo a autora, seriam incorporados à Guarda Nacional, contando com a liderança de José Pedro, capitão Terena. Para os indígenas, seria uma escolha participar da guarda, fato que seria usado para solucionar problemas com fazendeiros e defender suas terras (VARGAS, 2011, p.52). Entretanto, apesar da vital contribuição Terena, a autora demonstra que isso não garantiria a posse de suas terras. De donos, passariam a mão de obra explorada.

Bittencourt e Ladeira (2000) dizem que a política de estabelecer os indígenas em áreas controladas por funcionários do governo começou a ser praticada em 1910, com o SPI. Para as autoras, o marechal Cândido Rondon teria imposto ao SPI a ideia de pacificar o indígena para permitir o avanço do branco, através da criação de territórios para aqueles, transformando-os em trabalhadores, protegendo-os e educando-os, liberando, assim, as terras:

[...] * “pacificar” o índio arredio e hostil, para permitir o avanço dos purutuyé nas zonas pioneiras, isto é, recém abertas para a colonização.
*demarcar suas terras, criando “reservas indígenas”, lotes de terra sempre inferiores aos territórios anteriormente ocupados pelos índios. A justificativa é que “pacificados” não precisavam mais “correr de um lado para outro”.

*educar os índios, ensinando a eles técnicas de agricultura, noções de higiene, as primeiras letras e ofícios mecânicos e manuais para que pudessem sair da condição de índio bravo e serem transformados em trabalhadores nacionais.

*proteger os índios e assisti-los em suas doenças (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.95. Asteriscos conforme texto original).

Borelli e Luz (1984, p.14) demonstram que os agentes colonizadores caracterizaram os Terena como civilizadores, pacificadores, agricultores, tecelões, pessoas que prestavam valiosos trabalhos e que se contratam a toda sorte de serviços.

Vargas (2003, p.23) diz que os Terena são sujeitos históricos e que se apropriam dos mecanismos da sociedade envolvente, em uma clara interação histórica com a política

brasileira, dando-lhes prerrogativas para afirmação de direitos aos seus territórios. De origem chaquenha, conforme já demonstrado, chegaram ao Brasil e, em pouco tempo, passaram pela experiência da Guerra do Paraguai, na qual lutaram por seus territórios durante e após a mesma, devido à chegada de colonos. Para a autora:

[...] o espaço territorial é o meio pelo qual as sociedades indígenas reelaboram sua cultura, sua política e sua economia, daí o interesse dos Terena em legalizarem, nesse contexto, os seus territórios junto ao governo, adotando as práticas dos não índios para estabelecer os seus limites, a sua terra indígena, devido ao povoamento que se desenvolvia no sul de Mato Grosso (VARGAS, 2003, p.31).

Segundo Vargas (2003, p.115), a partir do momento em que passaram a reivindicar suas terras, deixaram de ser o **índio amigo** para se tornarem **bugres**, isto é, hostis, não civilizados conforme a visão dos brancos. Tentou-se negar-lhes as contribuições, mas o povo Terena não permitiu. Vargas conclui fazendo um resumo da importância Terena no Mato Grosso do Sul, desde o século XIX, com suas trocas de alimentos e outros produtos, até a Guerra do Paraguai, quando foram **fronteiras vivas** na defesa do território nacional e deles, principalmente (VARGAS, 2003, p.129-130). No início do século XX, segundo Vargas, foram colocados em áreas pequenas, já que o SPI queria transformá-los em trabalhadores nacionais autossuficientes, formando mão de obra barata e apta para as fazendas do outrora território de Mato Grosso, mantendo a economia de Estado e liberando terras (VARGAS, 2003, p.131). Por fim, demonstra que os Terena souberam interagir e negociar para que suas pautas fossem atendidas, e que é com todo esse conhecimento de sua história e de seus direitos que os Terena vêm ampliando as retomadas de terras.

Bittencourt e Ladeira (2000, p.82) apontam dois outros fatores como marcantes na história dos Terena: a criação do SPI e a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. A estrada teria o objetivo de ligar Bauru até Corumbá e acabou por colonizar áreas do atual Mato Grosso do Sul. Os Terena seriam os principais trabalhadores do trecho sul-mato-grossense. No trecho paulista, a Noroeste enfrentaria a resistência dos Kaingang, povo que lutava para preservar suas terras ante a invasão dos cafeicultores e da ferrovia.

Apesar das contribuições Terena, o Governo rapidamente esqueceria a atuação dos indígenas e legalizaria sua desterritorialização. Conforme dito anteriormente, era o início do período chamado de **Tempo de Servidão** (VARGAS, 2011, p.56). Entretanto, os Terena passariam a reivindicar suas terras:

Mas essa situação não foi simplesmente aceita pelos índios Terena que, desde o final da já mencionada Guerra contra o Paraguai, reivindicavam junto ao governo brasileiro o direito de permanecer nos antigos territórios que ocupavam antes dessa guerra. Essa reivindicação foi motivada em função de sua participação ativa no conflito ao lado dos brasileiros, defendendo os seus territórios, bem como os interesses do governo, acreditando que esta razão lhes conferia e garantiria o seu direito de posse sobre os antigos territórios que ocupavam. A partir deste princípio, os índios Terena passaram a reivindicar do governo brasileiro novamente a posse sobre os mesmos (VARGAS, 2011, p.57).

A autora aponta que nova onda de não indígenas viria forte com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. A rede telegráfica e a Noroeste são, pois, fatores de grande mudança na vida dos Terena. Esses empreendimentos cruzaram o território dessa etnia e, como demonstra a autora, alguns deles foram levados para outras localidades para trabalhar e ser exemplo a outras etnias, como para ensinar trabalhos agrícolas em Araribá, no interior do Estado de São Paulo, junto aos Guarani. Entretanto, pode-se colocar aqui também o interesse Terena por novas terras e melhores condições de vida:

[...] foi quando esses índios permitiram ser transferidos para outras reservas indígenas que não eram as suas, para ensinar os trabalhos agrícolas para outras etnias, indo para outras regiões do estado e também para fora dele, sendo esse o caso de sua presença em Araribá no interior de São Paulo, junto com os índios Guarani [...] (VARGAS, 2011, p. 96).

Como ilustração, pois o objetivo desse capítulo não é adentrar nas minúcias da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, aponta-se que, segundo Queiroz (2015):

[...] Essa estrada começou a ser construída em Bauru, em 1905, com o propósito de atingir Cuiabá, a capital de Mato Grosso; contudo, logo esse objetivo foi alterado, sendo definido um ponto final: a cidade de Corumbá, no SMT. Assim, já em 1908, a construção foi iniciada também pela extremidade sul-mato-grossense – não, entretanto, a partir de Corumbá, mas, sim, do local denominado Porto Esperança (também situado às margens do Rio Paraguai, porém, muito a jusante de Corumbá. O trecho Bauru- Porto Esperança foi dado por concluído em setembro de 1914 (QUEIROZ, 2015, p.120).

Acçolini e Moura (2015) também destacam a obra de Taunay como fonte para se descrever a época da Guerra do Paraguai e citam a importância desse fato para a Dança do Bate Pau (Dança da Ema), uma das principais manifestações culturais Terena, ainda hoje, vinculando-a com a guerra:

A Dança do Bate-Pau é uma manifestação ritualística vinculada à Guerra do Paraguai, pois é considerada a dança que legitima o grande guerreiro. Atualmente, essa dança é apresentada durante as festividades

do Dia do Índio, comemorado no dia 19 de abril, em praticamente todas as aldeias Terena espalhadas pelo Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo. Acompanhados pelos músicos e seus instrumentos (um pequeno tambor e uma flauta), os homens dividem-se em dois grupos, marcados por cores distintas (azul e vermelho). À época da guerra, a divisão seguia as filiações das metades Sukirikionó e Xumonó e, atualmente, manifesta-se entre crentes e católicos ou outras variações. Os homens vestem-se com um saiote confeccionado com penas de ema ou, devido à escassez desse material, com folhas de buriti, ornamentadas com fitas coloridas de papel crepom, com cocares também de penas de ema ou outro material. Toda a performance relaciona-se a uma batalha ritual entre os dois grupos. Cada homem empunha um bastão com o qual simula o ataque, enquanto o outro defende-se. Na luta, os bastões ou paus produzem uma sonoridade própria ao se chocarem, marcando o compasso de todas as peças da dança, que termina com a eleição do guerreiro mais corajoso. O guerreiro é erguido por uma rede formada pelos bastões dos demais guerreiros em formação circular; estes últimos gritam ao erguer o representante do grupo vencedor (ACÇOLINI; MOURA, 2015, p.250-251).

Foto 2 – Dança do Bate Pau 1950



Fonte: OLIVEIRA, 2002, p.251

Foto 3 – Dança do Bate Pau no IFSP Birigui



Fonte: Próprio Autor, 2017

Foto 4 – Dança do Bate Pau na Aldeia Icatu



Fonte: Próprio Autor, 2017

Foto 5 – Dança do Bate Pau na Assembleia Terena (Aldeia Ipegue, Aquidauana)



Fonte: Próprio Autor, 2019

Para Carvalho (1979, p. 41), a situação Terena no Brasil se altera novamente com o início da construção das linhas telegráficas pela Comissão Rondon (1903-1904) e pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1905. Anteriormente, conforme já dito, havia sido alterada com a questão da Guerra do Paraguai, onde os Terena foram aliciados para defesa das fronteiras (CARVALHO, 1979, p.50).

Em Acçolini e Moura (2015, p.249), destaca-se o protagonismo Terena na história do Mato Grosso do Sul. Nesse processo, aponta-se a manutenção, a alteração e o surgimento de costumes da etnia:

A etnia Terena foi uma das protagonistas na constituição e consolidação dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste brasileira. Lutou por seus territórios contra os paraguaios e depois contra os brasileiros, que se apossaram das terras Terena quando do término da guerra contra o Paraguai. Fortaleceram-se enquanto etnia e receberam novos territórios, nos quais produziram e reproduziram o *modus vivendi* Terena/Arawak. Todavia, novas relações, novos costumes e comportamentos, bem como novas religiosidades foram aceitas pelos Terena contemporâneos (ACÇOLINI; MOURA, 2015, p.249).

Vargas (2011, p.19) demonstra, na introdução de sua obra, a importância da participação efetiva dos Terena na Guerra do Paraguai, dentro do exército brasileiro, as relações de amizade criadas e as reivindicações de direitos que surgem desse contexto. A aldeia é considerada pela autora como espaço privilegiado para as reivindicações dos Terena e de seu fortalecimento político ao longo de sua trajetória. Os Terena apropriaram-se dos códigos da sociedade envolvente, atualizando os seus próprios, modificando-os continuamente, conforme suas necessidades e interesses. Para a autora, essa etnia costuma dividir-se em vários grupos a procura de novos espaços, sendo, pois, uma dinâmica interna após consolidação de aldeias (VARGAS, 2011, p.26).

Vargas aponta a estratégia dos professores Terena de fortalecer os vínculos com o passado, reforçando a importância da terra e justificando a necessidade de ampliação de seus territórios. A memória histórica justificando e legitimando reivindicações atuais. Para a autora, os Terena se destacaram por permitirem o contato e pela relação de trabalho que mantinham nas fazendas, ajudando no processo de **civilização** de outras etnias ao lhes ensinar o trabalho agrícola. Em contrapartida, faziam solicitações ao governo (VARGAS, 2011, p.67).

Vargas destaca, pois, as táticas de negociação e reivindicação dos Terena junto às autoridades. Teriam mantido relações de amizade com o exército brasileiro desde a

Guerra do Paraguai, o que para eles legitimariam seus direitos à terra. Então, não há que se falar apenas em imposição nas transformações territoriais, políticas e culturais, mas deve-se atentar para o protagonismo Terena, com suas iniciativas, estratégias e reafirmação de sua identidade (OLIVEIRA, citado por VARGAS, 2011, p.19).

Vargas exemplifica a questão da justificativa Terena para reivindicação de terras:

[...] Dessa forma, as participações indígenas nos conflitos entre os não índios atendiam, a princípio, os interesses de seus aliados, porém atendiam também aos interesses indígenas, pois era a partir dessas situações de alianças que os Terena estabeleciam uma base para negociar seus interesses, entre os quais se destacavam, mais uma vez, os direitos territoriais (VARGAS, 2011, p.40).

Em outra passagem, a autora demonstra, mais uma vez, o protagonismo Terena:

Tornou-se comum, durante esse período, os índios Terena deslocarem-se de Miranda, onde se encontravam suas antigas aldeias, dentre elas Ipegue, e irem até Cuiabá solicitar providências da Diretoria Geral dos Índios naquela cidade. Sentiam-se no direito de reivindicar devido aos préstimos em favor do Império. Prestavam favores para essa diretoria, tais como, contribuir para civilizar as demais etnias, ou seja, ensinar-lhes o trabalho com a terra, produzir seus próprios alimentos; esses favores prestados eram agora cobrados pelos índios Terena, como forma de garantir os seus territórios.

Desta maneira, os Terena tentavam estabelecer uma troca, entre eles e o governo brasileiro, como forma de pagamento pelos seus serviços prestados. E assim, suas antigas pautas culturais de convívio eram novamente colocadas em prática, ou seja, dominavam quando podiam, aliavam-se quando necessário e também cediam. Moldavam-se conforme a situação que lhes era imposta, sempre expressando uma ação; nesse caso, prevaleceu a segunda maneira, a aliança, ou melhor, por terem-se aliado aos brasileiros, em algumas situações que já foram mencionadas, é que reivindicavam uma atitude das autoridades brasileiras para com eles em relação aos territórios que ocupavam. A sua docilidade, como consta em muitos dos documentos consultados, era mais uma maneira de estabelecerem as suas pautas culturais, não significando sua submissão diante da sociedade envolvente. Registra-se que também se recusavam a aceitar a invasão pelos não índios dos seus antigos territórios (VARGAS, 2003, p.89).

Entre as principais reivindicações Terena, a autora aponta a revisão, ampliação e demarcação do território deles. A base que permitiria tais demandas é a própria história desse povo. A própria solicitação de catequese e redução, em tempos passados, demonstraria compreensão dos códigos da sociedade colonial e tornar-se-ia tática para obtenção de vantagens junto ao colonizador (VARGAS, 2011, p.57).

Fato é que, após a Guerra do Paraguai, os outrora amigos, tornaram-se empecilhos, pois as autoridades brasileiras buscavam mantê-los em territórios pequenos para incentivar a colonização do então Mato Grosso, diminuindo a violência entre fazendeiros e indígenas, resolvendo o problema da mão de obra e protegendo as fronteiras (VARGAS, 2011, p.65). Porém, para os Terena, apenas aldeá-los não resolvia os problemas. Buscaram, pois, obter contrapartidas:

[...] O governo brasileiro adotou uma política para garantir a posse sobre as terras indígenas e, ao mesmo tempo, atender às reivindicações dos índios quanto à demarcação dos seus territórios, para que os índios com sua força de trabalho contribuíssem para a recuperação econômica da região de Miranda, até então uma das principais áreas de ocupação Terena, que havia sido completamente destruída com a guerra [...] (VARGAS, 2011, p.66).

Vargas (2011) diz que as demarcações (o termo, atualmente, é contestado e considerado um anacronismo) dos territórios da etnia começaram no início do século XX, no atual Mato Grosso do Sul. Rondon estaria diretamente relacionado a isso. Todavia, as criações das reservas (termo também contestado pelo mesmo motivo) atendiam, sobretudo, aos interesses não indígenas, pois limitava apenas pequenas porções dos territórios aos indígenas, liberando a maior parte aos particulares (VARGAS, 2011, p.93). As demarcações, segundo a autora, foram conquistadas para os Terena, mesmo considerando-se as enormes perdas. Era uma garantia de se poder permanecer na terra, reconhecidos pelo Estado. Foi um meio de apropriação que os Terena se utilizaram diante dos códigos sociais que surgiam. Eles interagiram com a política indigenista e a pretensa proteção do SPI (VARGAS, 2011, p.94).

A pretensão do SPI era a de controlar as terras indígenas e ampliar a mão de obra, garantindo assim o desenvolvimento econômico da região. Para os Terena, a dita proteção significava a garantia de permanecerem em seus territórios (VARGAS, 2011, p.96). Outro sentido apontado pela autora era a obtenção de utensílios e ferramentas para realizar os trabalhos em suas lavouras, bem como obtenção de roupas e medicamentos. Diz que era possível também um interesse de se estabelecer relações com o Estado Brasileiro, ocupando-se espaços em instituições. Como exemplo, ser nomeado capitão era uma forma de negociação com o estado. Outra possibilidade era o uso do cristianismo para ascensão social na sociedade brasileira. Porém, não abandonavam totalmente as práticas religiosas Terena, pois através de Igrejas, as articulações políticas ocorriam. A conversão era mais por motivos políticos do que religiosos (VARGAS, 2011, p.111). Por fim, a

autora comenta que, enquanto foram trabalhadores nas fazendas, sem serem possuidores de terras, eram indígenas modelo para o SPI. Todavia, ao disputarem terras, suas qualidades foram esquecidas, tornando-se preguiçosos, bêbados e desobedientes. Tornaram-se bugres (VARGAS, 2011, p.129).

Mussi (2006, p.86), citando Altenfelder, diz que os Terena já estavam ligados à organização política brasileira no final do século XVIII. Para o autor, essa etnia desenvolvia estratégias próprias de organização e adaptação, tornando-se mais propícia à negociação:

No processo de expansão da grande família Aruak, o subgrupo Terena se diferenciava, relativamente, dos demais por desenvolver uma estratégia própria de organização e adaptação. Não seria exagero enxergar, neste processo de mobilidade espacial, algumas nuances culturais que podem sugerir, já naqueles idos, uma dinâmica intrínseca aos Terena que os tornava mais afeitos à “negociação” de suas pautas e à mobilidade de suas fronteiras etno-culturais (MUSSI, 2006, p.89).

Ximenes (2011, p.27) discute as estratégias da retomada, processo que envolve a ampliação e luta por demarcação das terras indígenas, em suas duas performances: a diplomática e a guerreira. Diz que peritos atestam serem os Terena, brasileiros. Ela chama a atenção para os problemas de se generalizá-los em Chané-Guaná, mas que também é importante não os separar de vez (XIMENES, 2011, p. 31). Ela diz que, para Oliveira (1976), os subgrupos Guaná atravessaram o rio Paraguai a partir da 2ª metade do século XVIII, instalando-se nas proximidades do rio Miranda. Eram parcelas, não todos. A autora aponta a questão dos territórios e tratados da América Portuguesa e Espanhola serem muito fluidos e que um grande território Guaná já existia, sendo que seus membros se deslocavam nele. A própria história dos Terena dizem que se deslocaram do Chaco teria sido construída no período colonial e o pantanal também estaria inserido nesse grande território chaquenho (XIMENES, 2011, p. 34).

Ximenes (2011, p. 38) demonstra que os indígenas sabiam se aproveitar da sua posição fronteiriça para barganhar entre espanhóis e portugueses. A etnia possuía a fama de ser amistosa, mansa. Essa abertura era estratégica, mas quando se precisou, souberam ser guerreiros (XIMENES, 2011, p. 40). Os Terena entrariam na guarda nacional, durante a Guerra do Paraguai, para protegerem seus territórios e também se protegerem dos fazendeiros. Ximenes diz que dominar os códigos de conduta das sociedades com as quais conviviam fazia parte das estratégias de interação interétnica dos Terena.

Bittencourt e Ladeira (2000, p.98) dizem que, mais recentemente, com o crescimento das cidades, muitos indígenas deslocaram-se para elas em busca de melhores oportunidades, em face do crescimento populacional e da não ampliação das áreas demarcadas. As autoras apresentam a espacialidade e as justificativas para aumento dos territórios Terena:

Atualmente os Terena aldeados vivem em pequenas “ilhas” de terra espalhadas em municípios sul-mato-grossenses como Miranda, Aquidauana, Anastácio, Sidrolândia, Dois irmãos do Buriti e Nioaque - também há famílias Terena vivendo em aldeias no Estado de São Paulo, para onde foram levadas pelo extinto SPI. Cercadas por fazendas de gado, as áreas Terena podem ser caracterizadas como reservas de mão de obra para fazendas e usinas, uma vez que a falta de terras cultiváveis obriga o Terena, tradicionalmente um excelente agricultor, a empregar sua força de trabalho em atividades fora da área indígena.

Nos últimos anos, importantes segmentos da comunidade Terena vem se mostrando preocupados em reverter essa situação.

Quando os Terena solicitaram a demarcação do território, não estavam pedindo um presente do governo ou de Rondon. O povo Terena havia enfrentado o exército paraguaio para proteger suas terras. A demarcação das terras Terenas foi a confirmação de um direito muitas vezes conquistado no decorrer de sua história (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.100).

Mussi (2006) fala das aldeias urbanas Marçal de Souza e Água bonita:

No centro urbano, mais especificamente na cidade de Campo Grande, o trabalho de pesquisa foi realizado em diversos bairros, concentrando-se, principalmente, nas comunidades indígenas Marçal de Souza e Água Bonita; a propósito, conviria lembrar que a aldeia Marçal de Souza foi reconhecida pela ONU como a primeira aldeia indígena urbana a ser organizada em nosso país. (MUSSI, 2006, p.19).

A autora comenta que os indígenas começaram a sair das reservas, em 1960, rumo à periferia das cidades em busca de uma vida melhor, como trabalho, escola e assistência médica, bem como devido à escassez de terras, brigas e o fim do cooperativismo. Entretanto, não deixaram os laços se romperem com as aldeias. A saída das aldeias não constituiria, conforme classifica a autora, uma destribalização ou desaldeação, mas seria parte de um processo migratório histórico dos Terena, que permitiria dar continuidade nas tradições e laços com as aldeias de origem (MUSSI, 2006, p.277). Também demonstra que, historicamente, os Terena, por meio de sua mobilidade social e capacidade adaptativa de incorporar novos elementos a sua ordem social, negociam as bases de sua sobrevivência física e cultural.

Oliveira (1958), além de falar da origem chaquenha dos Terena, destaca a penetração pastoril no estado de Mato Grosso do Sul, no final do século XVIII, a Guerra do Paraguai, a construção da rede telegráfica, a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1905-1914) e a política protecionista do SPI como fundamentais para se entender a etnia. Demonstra que, por participarem ativamente da guerra citada como fornecedores de alimentos e militarmente, pleiteiam e justificam seu direito à terra.

Carvalho (1979, p.41) faz uma análise das localidades onde viviam os Terena. Demonstra a importância da etnia para o Brasil no evento da Guerra do Paraguai, no qual foram utilizados para a defesa das fronteiras e segurança nacional. Cita o uso dos Aruak em vários relatórios como pacificadores e civilizadores, agricultores que prestariam valiosos trabalhos para a sociedade regional (CARVALHO, 1979, p.46-47).

Garcia (2008, p.14) discute a participação e contribuição dos indígenas Guaná (Terena) na região sul do então Mato Grosso, entre 1845 e 1930, buscando analisar as circunstâncias e estratégias nas relações de trabalho que eles tiveram no processo de ocupação e desenvolvimento da região, sobretudo após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), reordenando o território. Garcia comenta que a catequização e conversão dos indígenas era uma forma de se criar mão de obra e defesa para a província (GARCIA, 2008, p. 34).

Com a Guerra do Paraguai, o autor aponta que se buscou a participação dos indígenas. Taunay seria a principal fonte para se entender esse contexto. Os Terena acabariam entrando na contenda para proteger suas terras, pois estavam justamente nas áreas de conflito (GARCIA, 2008, p. 43). Garcia comenta a importância dos Terena para sobrevivência da população local no contexto da invasão paraguaia, inclusive na questão militar. Patentes de capitão chegariam a ser distribuídas entre a etnia, fato que seria apropriado e reelaborado em sua significação por eles, sendo justificativa de reivindicações de posse de seus territórios.

Garcia aponta que, com a Rusga, revolta ocorrida no antigo estado do Mato Grosso, durante o período regencial, pecuaristas vieram para o sul do estado, para território Terena, e que, após a Guerra do Paraguai, vieram de Paranaíba, aproveitando-se da interpretação dúbia da Lei de Terras de 1850, Lei nº 601 (GARCIA, 2008, p. 52). O exército, desmobilizado, também ficou na região do pantanal após a guerra. Garcia diz que, com a Constituição de 1891, transferiu-se para os estados as terras devolutas. Assim, o estado de Mato Grosso venderia ou cederia a posse de terras habitadas pelos Terena. Garcia afirma que era política do Estado dar gratuitamente terras devolutas para

colonização em detrimento dos Terena e que a EFNOB seria vital nesse processo. As pequenas áreas indígenas serviriam para aldear, formar mão de obra, liberar outras áreas, porém, para os indígenas, também serviam para se manterem e se organizarem (GARCIA, 2008, p. 57).

O autor fala sobre os Guaná nas cercanias dos presídios de Coimbra e Miranda, com sua participação bem ativa na economia, perto de 1800 (GARCIA, 2008, p. 67). Para ele, a tática era a de aglomerar os indígenas perto dos povoados, fortes e presídios para civilizá-los, assimilá-los e utilizar de sua mão de obra. Cita que os Terena ofereciam serviços para civilizar e catequisar as demais etnias já em fins do século XIX (GARCIA, 2008, p. 96).

Garcia (2008, p. 104) fala da ida de parcelas Terena para Dourados, para Araribá, Icatu e Vanuire, através de relatório de Estigarribia, da 5ª Inspetoria do SPI. Comenta a participação dos Terena nas linhas telegráficas, por meio de Rondon, e nas revoltas tenentistas. Comenta que a EFNOB teve bloqueio em São Paulo, mas no Mato Grosso do Sul, teve auxílio dos indígenas. Por fim, diz que identificar a etnia como pacificadora pode ter um viés aculturador (GARCIA, 2008, p. 130).

Pereira (2015, p.784) apresenta os Terena em Dourados (Mato Grosso do Sul):

A chegada dos Terena à região de Dourados deu-se, principalmente, por deslocamentos demográficos realizados no final do século XIX (após a Guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança – 1864-1870) e primeiras décadas do século XX. Dentre os fatores de deslocamento dos Terena de seu território de ocupação tradicional em direção à região de Dourados, merece destaque a participação desses índios na implementação da rede de telégrafo, que se estendeu até as cidades da fronteira com o Paraguai, como Ponta Porã e Bela Vista [...] (PEREIRA, 2015, p.784).

O autor aponta que muitos Terena se deslocaram, no final do século XIX e início do XX para a região da atual cidade de Dourados, principalmente no momento da expansão do telégrafo, porém, outros vieram para trabalhar nas fazendas de gado. Aos poucos, esses indivíduos acabaram indo para a RID (Reserva Indígena de Dourados) e se instalando, favorecendo a manutenção de vínculos:

[...] Gradativamente, foi-se instalando um processo migratório, motivado pelas visitas entre parentes que viviam na RID e em outras terras indígenas terena. Desde sua demarcação, a RID constituiu-se em local de concentração de serviços, o que também foi importante atrativo para a população terena [...] (PEREIRA, 2015, p.786).

Como contribuição final ao item, Oberg descreve as casas Terena, vestimentas, coleta, caça, pesca, agricultura, animais domésticos, pássaros, artesanato, comenta os impactos dos não indígenas na vida Terena e relata histórias de vida, inclusive dos que serviram na chamada Revolução Constitucionalista de 1932, mostrando protagonismo:

[...] During this time he, together with some others Indians, worked for a while on the telegraph line. In 1932 he and several other Indians went with the manager of the Post to fight in the revolution, staying away for 6 months (OBERG, 1949, p. 17).

Oberg também descreve relato de Terena participando da 2ª Guerra Mundial:

Antonio Vicenti (native name Pikihi) is 47 years old. He was born in Bananal and was baptized a Catholic when quite young. He learned to read and write and became a Protestant when he was 12 years of age. He reads the Bible and speaks, besides Terena and Portuguese, Spanish and a little Guarani. He has a daughter and two sons, one of whom was in Italy during World War II as a soldier in the Brazilian Army (OBERG, 1949, p. 18).

Oberg, por fim, faz uma ligeira referência a cumprimento de penas de indígenas em posto no estado de São Paulo (Icatu), discute sobre a religiosidade e mitos antigos, a chegada ao território brasileiro e o contato com o povo branco, que gerou forte adaptação e mudança. Conclui dizendo que a dança do Bate Pau teria surgido no Brasil, provavelmente observando ritmos caboclos como a congada (OBERG, 1949, p. 50).

Todos os autores citados demonstram que a etnia esteve fortemente ligada à história do atual Mato Grosso do Sul, povoando e participando ativamente da história nacional, com protagonismo na Guerra do Paraguai, atuando na construção da rede telegráfica, na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na Reserva Indígena de Dourados, como trabalhadores nas fazendas, em suma, na construção física e cultural do atual estado do Mato Grosso do Sul, mas também do estado de São Paulo.

CAPÍTULO 2

OS KAINGANG DE SÃO PAULO

2.1 Histórico

Os Kaingang são uma etnia do tronco linguístico Macro-Jê, estando espalhados pelos três estados da região sul do Brasil e pelo estado de São Paulo. Formam, segundo o censo de 2010, representado na tabela abaixo, uma população de quase 40 mil pessoas:

Tabela 2 – População Kaingang: Censo 2010

Variável - Pessoas indígenas (Pessoas)	
Brasil	
Ano - 2010	
Sexo - Total	
Tronco linguístico, família linguística, etnia ou povo	
Total	896.917
1.3.14 Kaingang	37.470

Fonte: IBGE – Censo 2010

Analisando a bibliografia referente aos Kaingang, Schaden (1953, p.139) diz que os Kaingang eram os senhores do Oeste Paulista e dos vastos campos e matas dos estados sulinos. Segundo palavras do autor, a etnia já estava civilizada (termo preconceituoso, pois coloca a cultura não indígena como padrão a ser seguido) em meados do século XX, andando vestidos, praticando a agricultura e vivendo em postos organizados pelo SPI. O autor também versa sobre as divisões dos Kaingang e as origens míticas deste povo, como o dilúvio universal e as origens do fogo, do milho, da moranga e da abóbora.

Mota (2016, p. 135) demonstra que pesquisas apontam um passado Kaingang relacionado aos Jê do Brasil Central. Entretanto, ele diz que a essencialidade da etnia se desenvolveria nos planaltos meridionais. Mota se utiliza da etnohistória como método interdisciplinar, conjugando procedimentos de várias disciplinas. Reforça a origem Jê dos Kaingang como originária do Planalto Central e que teriam rumado para o sul há mais de três mil anos (MOTA, 2016, p.136). Acerca disso, o autor diz que pesquisadores sugerem

uma possível rota que passaria pelo sul de Minas Gerais, ao longo da Serra da Mantiqueira e da Serra do Mar, seguindo pelo Planalto de Itapeva (MOTA, 2016, p. 146). Dois possíveis cenários são apontados: viriam do estado mineiro, mas parte deles ficariam isolados, pois os Kaiapó meridionais ocupariam seus corredores de expansão e os grupos do tronco linguístico Tupi ocupariam o Vale do Paranapanema. Seriam os Kaingang paulistas fruto de refluxo do Sul; E a hipótese de que partiram do Brasil Central para o Sul, passando por São Paulo, chegando ao Vale do Paranapanema, Itararé, Itapirapuã e Ribeira, seguindo rumo ao Sul e Sudoeste, cruzando os rios Iguaçu e Uruguai, chegando até o noroeste do Rio Grande do Sul e nordeste da Argentina.

Borelli e Luz (1984, p.13) apontam que a ancestralidade dessa etnia era a dos Guaianá, do Planalto do Piratininga, de filiação Jê. Comentam que, atualmente, são classificados como Jê, porém, existindo a dúvida se os representantes paulistas da etnia vieram de Piratininga para o oeste ou se vieram do sul. Os Kaingang estão presentes nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Monteiro (1984, p.24) reforça a tese de que os Guaianá são os prováveis ancestrais dos Kaingang, nação que resistiu ao avanço cafeeiro no Oeste Paulista. Borelli (1984, p.58-59) retorna ao assunto comentando as duas versões sobre os Kaingang: vindos do planalto de Piratininga, cidade de São Paulo atual, ou do sul do país? Fato é que os autores concordam ser uma tarefa complexa a reconstituição da trajetória histórica dos caminhos percorridos pelas populações Kaingang.

Para Pinheiro (1992, p.11), que objetivou fazer um estudo da conquista de São Paulo a partir da perspectiva indígena, pois as contribuições deles seriam constantemente negadas ou manipuladas, os Kaingang eram diferentes de outras etnias paulistas, pois não contactariam rapidamente os chamados civilizados, opondo-se à colonização.

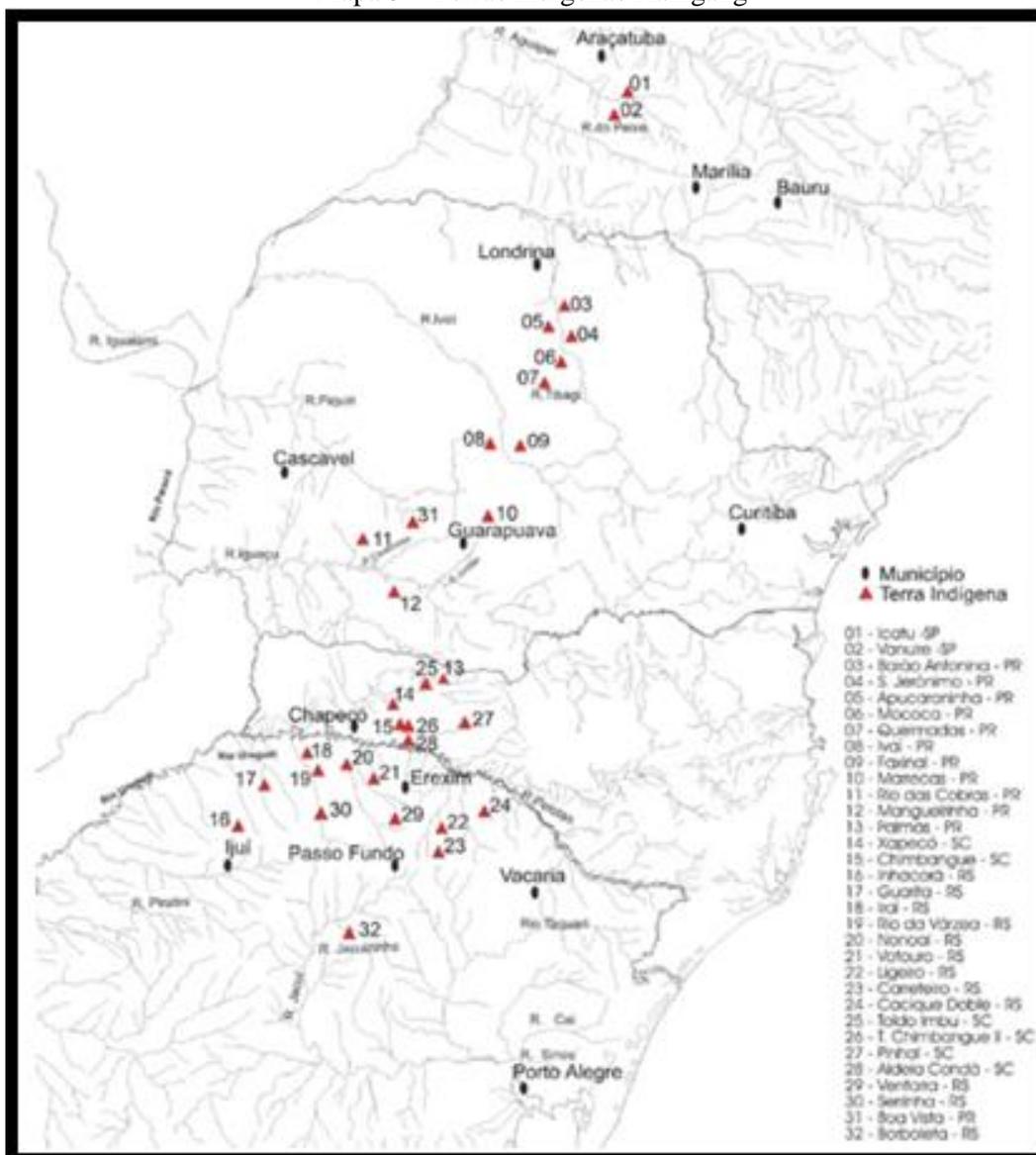
Schaden (1954, p.386) diz que a antiga divisão entre as populações indígenas de São Paulo, com base no idioma, era feita em Tupi-Guarani, no litoral, subdivididos em Tupiniquim, Tupinambá e Karijó; e Tapuia, no interior, subdivididos em Puri, Kaiapó Meridionais, Oti-Xavante, Ofaié-Xavante e Kaingang.

Schaden (1954, p.389-390) indica como fontes principais, sobre os Tupi, Hans Staden, José de Anchieta e Gabriel Soares de Souza, bem como Jean de Léry, André Thevet, Manuel da Nóbrega, Fernão Cardin, Pedro de Magalhães Gândavo, Ulrich Schmidel e Anthony Knivet.

Pinheiro (1992, p.58) também diz que, no início da colonização, dividiam-se os indígenas em Tupi, como sendo os do litoral, e Tapuia, como os do interior. Este último

viraria o **bravo**, o que não se submetia. É nesse último grupo que se encontrariam os Guaianá. Estes, no século XVI, guerreavam e se avizinhavam ao norte com os Tamoios (Angra dos Reis) e ao sul com os Carijó (Cananeia). A autora acaba considerando, pois, os Kaingang como descendentes diretos dos Guaianá coloniais (PINHEIRO, 1992, p.60).

Mapa 5 – Terras Indígenas Kaingang



Fonte: TOMASSINO, 2003

Em Cruz (2007, p. 31), aponta-se que os Kaingang, presentes em São Paulo e nos três estados do Sul, são uma das etnias mais populosas do Brasil, chegando a 22 mil pessoas (dados anteriores ao Censo 2010), mas que, no estado paulista, só possuem cerca de duzentas pessoas. Para ele, são pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, originários de algum ponto entre as nascentes do São Francisco e do Araguaia, há milhares de anos.

Para o autor, alguns pesquisadores associariam a serra *Krinjimbé*, serra mítica dos Kaingang, à Serra do Mar (São Paulo). Assim, os Guaianá seriam ascendentes dos Kaingang, durante a época da chegada dos europeus. Os Guaianá dominariam toda a costa do mar compreendida entre Angra dos Reis (Rio de Janeiro) e Cananeia (São Paulo), dividindo o litoral com os Tupinambá. Seriam Tapuia, e não Tupi. Esse era o debate que ocorria na época dos primeiros contatos com os Kaingang do Oeste Paulista, que reagiam à invasão de seu território, sendo, por isso, classificados como arredios e bravos. O autor aponta que, na República, a imagem dos Guaianá como Tupi-Guarani, precursor do povo paulista, já estava estabelecida, pois os Tupi seriam os chamados mansos e civilizados. Entretanto, classificar os Kaingang como Guaianá seria uma incongruência aos princípios paulistas, pois eram o não civilizado, o Tapuia arredio e bravo. Os paulistas não queriam sua história associada a indígenas ditos não civilizados.

Para Silva (2014, p.167), a chegada dos Kaingang ao Oeste Paulista foi apresentada pelos pesquisadores e indígenas por meio de várias versões. Ela aponta que, em Icatu, conta-se uma versão onde teria ocorrido uma disputa entre grupos no estado do Paraná devido à pressão dos brancos, o que levou à migração. Parte desses grupos chegaria ao oeste e ficaria conhecido como **índios arredios do rio Peixe**.

Em Rodrigues (2007), mostra-se que a região entre os vales dos rios Tietê e Paranapanema eram os territórios tradicionais Kaingang em São Paulo. Faz-se uma descrição da bacia do rio do Feio/Aguapeí, como área principal de habitação dessa etnia no Estado entre o final do século XIX e início do século XX:

Segundo informações do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Aguapeí/Peixe (CBH-AP), a bacia do rio Feio/Aguapeí é formada pelas águas do rio Feio que nascem a uma altitude de 600m entre as cidades de Gália e Presidente Alves e pelo rio Tibiriçá, que nasce a uma altitude de 480m junto à cidade de Garça, percorrendo uma extensão de 420km até sua foz no rio Paraná. Sua área é limitada ao Norte com a Bacia do rio Tietê, a Oeste com o Estado do Mato Grosso do Sul, tendo como divisa o rio Paraná, a Leste seu limite é a Serra dos Agudos e ao Sul encontra-se a Bacia do rio do Peixe (RODRIGUES, 2007, p.46).

MAPA 6 - Hidrografia do Oeste Paulista



Fonte: Google Maps, 2018

Os mapas acima demonstram a hidrografia do Oeste Paulista, bem como algumas cidades da região discutida como área Kaingang, isto é, a região circundada pelos rios Tietê, Paraná e Paranapanema, mais especificamente a área dos rios Feio/Aguapeí e Peixe.

Rodrigues (2007, p.49) diz que, até o século XVIII, a região era considerada de pouco valor para os colonos, um sertão que, entretanto, não estava desabitado. Citando Mellati, diz que a colonização do Oeste Paulista foi realizada em três frentes: de criadores de gado vindos de Minas Gerais, a frente cafeeira e a frente de agricultura diversificada.

Todavia, diz que antes dessas frentes, no século XVI, as bandeiras já percorriam essa região em busca de indígenas.

Cruz (2006, p. 39) diz que os Kaingang são do tronco linguístico Macro-Jê e, em São Paulo, estão no Oeste, nos postos indígenas Vanuire, Icatu e Araribá. Ele foca Vanuire que, além dos Kaingang, é composta pelos Krenak, que vieram na década de 1940, de Minas Gerais, devido à mineração e aos fazendeiros, e pelos Terena, que vieram do Mato Grosso do Sul, em período mais recente (1930-1940).

Baldus (1953, p.315) fala do uso dos termos Coroados e Kaingang. Segundo ele, este último teria sido criado por Telêmaco Borba. Ihering (1907, p.209) discorre que o termo Kaingang significaria gente do mato e também diz que teria sido Telêmaco Borba, em 1882, que teria dado esse nome a eles. Já Taunay (1888, p.255) aponta que a etnia levou o apelido de Coroados e de Bugres e comenta uma possível versão para a origem do nome, mas que eles preferiam ser chamados de Kaingang. Segundo Borelli e Luz (1984), os Kaingang tiveram várias denominações: Tapuias, Jê, Guaianá, Coroado, Bugre, Botocudo, entre outras.

Rodrigues (2007, p.69) também comenta que os Kaingang teriam recebido esse nome de Telêmaco Borba, em 1882, pois, anteriormente, eram chamados de Guaianá, Coroado, Botocudo. Entretanto, em Mota (2004), expõe-se que os Kaingang, que já teriam sido chamados por outros nomes como Gualachos, Chiquis, Guaianás e Coroados, não teriam tido essa denominação originalmente através de Borba. Mota demonstra que a denominação Kaingang já havia sido utilizada em outros escritos. Ele também aponta que o uso do termo Kaingang ou do termo Coroado não era apenas uma mera questão de linguística, mas sim um contexto de guerra de conquista no qual o branco tentava impor sua nomenclatura, o Coroado, tentando dissolver a etnia, enquanto que o termo Kaingang seria uma forma de autodeterminação dela.

Baldus (1953) faz uma localização dos Kaingang paulistas:

Em diversos lugares da parte oriental dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul encontramos os remanescentes duma tribo de índios que, por longo tempo, soube impor aos invasores brancos respeito e terror. São os Kaingang cujo grupo setentrional dominava, até o segundo decênio do nosso século, o sertão dos rios do Peixe e Aguapeí-Feio, chegando, não raro, até o Tietê. Os poucos sobreviventes desses silvícolas paulistas são estabelecidos em Icatu e Vanuire, dois postos do Serviço de Proteção aos índios, situados no seu antigo habitat. Icatu dista por estrada de rodagem 34 quilômetros de Glicério, estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e 11 quilômetros da povoação de Brauna. Possui 109 alqueires de terra

circundadas de estabelecimentos neo-brasileiros. Vanuire, que mais facilmente pode ser alcançado via Tupan, tem 250 alqueires (BALDUS, 1953, p.313).

Baldus (1954, p.399-400) afirma que, no princípio do século XX, grande parte do território paulista ainda era classificado como sertão desconhecido, justamente a área Kaingang entre o Baixo Tietê e o rio Paranapanema. O local somente seria melhor explorado com a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, com a investida de missionários religiosos, com a expansão ferroviária e com o café. Isso geraria tensões, pois estava-se entrando no território da etnia. A solução para apaziguar a área somente seria dada com a criação do Serviço de Proteção ao Índio, em 1910.

Atualmente, são três os territórios indígenas no Oeste Paulista, Araribá, Icatu e Vanuire, localizados, respectivamente, nos municípios de Avaí, Braúna e Arco-Íris:

Mapa 7 – Terras Indígenas: Foco no Oeste Paulista



Fonte:IBGE. Disponível em:

ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_do_brasil/sociedade_e_economia/mapas_murais/terras_aldeias_indigenas_2008.pdf. Acesso em 6 dez. 2019

Rodrigues (2007, p.93) afirma que a aldeia Vanuire localiza-se em Arco-Íris, contando com Kaingang, Krenak, Terena, Fulniô, Pankararu, Guarani e Atikun, além de não índios. Aponta que Vanuire possui representantes Terena vindos do Mato Grosso do Sul (RODRIGUES, 2007, p.101). O autor cita a importância do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuire, em Tupã, de 1966, da Secretaria de Estado da Cultura, para a preservação e divulgação das culturas indígenas no estado paulista.

Pinheiro (1999, p.20) apresenta a aldeia Vanuire, compondo-a de vários grupos, de onde se predomina o Kaingang (grupo Jê) e o Krenak (Borun). Comenta em nota de rodapé que, para Darcy Ribeiro, os Krenak são os Botocudo e estariam na categoria de outros que não os Tupi, Os Aruak, os Karib e os Jê. Para Nimuendaju e para os próprios indígenas, seriam Borun, vindos do Rio Doce. Eles foram transferidos, a partir da década de 1940, de região mineira que era bastante disputada por fazendeiros. Sofriam processo idêntico aos Kaingang. Completando, as outras etnias da aldeia seriam a Atikum, a Pankararu, a Guarani-Kaiowá e a Terena.

Cruz (2007) também fala da presença Krenak em Vanuire, demonstrando serem do subgrupo dos Botocudo, do tronco linguístico Macro-Jê, habitantes de Minas Gerais e Espírito Santo. Já teriam sido denominados Aimoré, Gren, Gueren ou Kren e Botocudo. Passariam por problema semelhante ao dos Kaingang com a chegada da estrada de ferro e do uso capitalista de suas terras. Alguns seriam transferidos, em 1958, para Vanuire. Citando Pinheiro (1999), diz que o primeiro Krenak chegaria em Icatu em 1940 e, em 1955, em Vanuíre, já haveria relatos da presença de Krenak (CRUZ, 2007, p.83). Mesmo com terra demarcada em Minas Gerais, os contatos e migrações continuam, além de muitos terem optado por ficar em Vanuire.

Cruz (2007, p.11) diz que a aldeia Vanuire, localizada em Arco-Íris, São Paulo, com 706 hectares, não possui rios, somente córregos: Pirã, Koiós e Iakri, também não apresentando grandes áreas de matas. Para ele, os Kaingang seriam os primitivos da região, e os Krenak teriam vindo do estado mineiro, a partir de 1940, devido às invasões de suas terras. Aponta que os Terena chegariam na área por volta de 1950, vindos do Mato Grosso do Sul para trabalhar nas roças.

O autor aponta um desconhecimento da população geral acerca dos indígenas, configurando um processo de apagamento histórico, com versões somente do que chama de conquistador. Ele diz que os Kaingang e os Krenak tentam reverter esse quadro saindo da aldeia para vender seus artesanatos e participar de eventos nas cidades vizinhas, mostrando, assim, conforme eles mesmos classificariam, a sua cultura.

Cruz (2007, p.115) afirma que os indígenas estariam encontrando alternativas para a rejeição local. Para serem reconhecidos, usariam da imagem construída pela sociedade envolvente. Desta forma, conclui que sabem tirar proveito da situação, negociando, em um processo de autoafirmação, de ser indígena.

Borelli (1984, p.76) diz que, no início do século XX, devido a fortes pressões internas e externas, o Brasil começaria a rever sua política indigenista, trocando-a de um extermínio aberto para pretensas demandas por proteção estatal. Em 1910, o SPI e o Estado se veem forçados a uma escolha entre a pressão dos que queriam o chamado progresso e dos que queriam a proteção dos indígenas. Assim, Borelli diz que, para o órgão, o indígena tornou-se sua meta de proteção, porém, seu obstáculo.

Nesse contexto, a autora afirma que o objetivo de pacificar os Kaingang, em 1912, era o de preservá-los das chacinas, retirando-os das áreas de conflito e tranquilizando a colonização. Afirma-se que o plano de pacificação e de formação de áreas reservadas foi elaborado por tenentes do SPI, contando com a presença de indígenas Kaingang do Paraná e São Paulo, aprisionados por bugreiros, inclusive com a importante figura da Índia Vanuire, que muito contribuiria para um contato dito mais pacífico.

O SPI foi criado em meio a uma polêmica que seria a do indígena ser incapaz, ser um empecilho ao progresso, ou de ele ser capaz de despojar-se e transformar-se em civilizado. De qualquer forma, eram duas visões preconceituosas. O que de fato se queria era a transformação dos territórios indígenas em áreas ditas produtivas e a criação de mão de obra para as fazendas (BORELLI, 1984, p.102).

Rodrigues (2007), citando Lima, diz que, com a pacificação e aldeamento, ainda nas primeiras décadas do século XX, os Kaingang passaram a ser melhor compreendidos, porém, perderam quase que totalmente seu território (LIMA, citado por RODRIGUES, 2007). Como exemplo, diz que o relato de Manizer [(1914) 2006] é importante para se discutir o posto chamado Vila Kaingang ou Acampamento dos Patos, entre dezembro de 1914 e janeiro de 1915, pois, mesmo tendo uma visão naturalista, transcreveria sistematicamente a vida naquele local considerado o primeiro acampamento de contato.

Rodrigues diz que Lima aponta uma população maior de Kaingang em São Paulo do que outros autores da época e que descreve trágicos acontecimentos, em 1886, na região de Bauru, com financiamento de uma investida de bugreiros contra aldeias Kaingang na região do rio Feio:

[...] Numeroso grupo chefiado pelo coronel Francisco Sanches de Figueiredo, partiu de Campo Novos e atravessou o rio do Peixe, seguindo rumo noroeste alcançou as vertentes da aldeia. Esta era composta de 5 linhas de ranchos, de uma cerca de 40m de comprimento, roça de milho calculada em 12 alqueires, animais domésticos, 500 índios [...] Pereceram todos os capitães da aldeia [...] Mais tarde, o superior dos capuchinhos, Fr. Bernardino de Lavalle, ao se referir ao massacre de 1886, acrescentaria também a utilização de 1kg de strychnina, para extinguir, com um intervalo de 5 a 6 meses, a população de mais de duas aldeias Kaingang (LIMA, citado por RODRIGUES, 2007, p. 86).

Segundo consta em Rodrigues, para Lima, o episódio significaria a morte, conseqüente de envenenamento da água, de mais de mil Kaingang.

Rodrigues (2007, p.79) comenta que, com uma visão oposta ao extermínio indígena, existiam alguns grupos de intelectuais e militares. Dentre eles, estava Horta Barbosa. Este, com um discurso realizado em 1913, falou sobre os Kaingang no período do contato no sertão paulista. Barbosa (1913, p. 4) diz, inclusive, que escrevia para modificar a falsa opinião de que a etnia era feroz e para provar que não era incapaz de merecer outro tratamento que o extermínio completo por meio da carabina.

Pinheiro (1992, p.14) demonstra que o uso do termo pacificação é uma tentativa de se encobrir a existência da guerra. A autora não acredita em submissão total, pois vê tentativas de sobrevivência, de manutenção da cultura e do uso das terras. Para a autora, o século XX colocou os indígenas paulistas em áreas diminutas ou os dispensou entre os trabalhadores rurais. O século XIX teria sido de lutas (guerras e pacificação) e embates teóricos, nos quais diversos grupos pontuavam seus métodos para civilizar e incorporar os indígenas na população marginal:

Entre os colonizadores, diferentes segmentos sociais viam-se imbuídos da missão de “civilizar” o índio e incorporá-lo às populações marginais da sociedade contemporânea. Cada uma dessas diferentes frações sociais tinha seu plano específico para a incorporação do índio à sociedade e, a seu modo, procurava justificá-lo teórica e empiricamente. A igreja, os positivistas, alguns grupos ou pessoas independentes, jornalistas, cientistas e políticos envolveram-se nas discussões e nos empreendimentos indigenistas [...]. (PINHEIRO, 1992, p.18).

Em meados do século XIX, surgiria Darwin com questões relacionadas à evolução das espécies. Nesse sentido, os indígenas acabariam sendo classificados em estágios inferiores de evolução, na selvageria e na barbárie. A Europa seria o topo da escala. A elite paulista, por exemplo, tentava homogeneizar legalmente as sociedades indígenas para formar trabalhadores braçais. Era uma tentativa de encobrir a dominação e o

genocídio sobre populações consideradas inferiores (PINHEIRO, 1992, p.24). No final do século XIX, os indígenas ainda eram classificados como selvagens e bárbaros, porém, passíveis de serem socializados. Dentro desse interesse, estava a vontade de liberar suas terras.

Uma nova política indigenista se formaria com a nova elite econômica do século XX. Necessitava-se de justificativas para expulsões e massacres. As comissões científicas passavam as informações e ordenavam os espaços a serem civilizados. O indígena era, pois, o empecilho:

No fim do século XIX e início do XX, o Governo promoveu a imigração, localizou e procurou controlar a população cabocla e os indígenas dispersos e estimulou a implantação de ferrovias. O governo e a iniciativa privada se encarregavam de desalojar os índios renitentes. Os principais meios utilizados foram as “bandeiras” ou “dadas”. A ciência, através da Comissão Geográfica e Geológica deu as informações necessárias para que se reordenasse o espaço geo-social rumo à “civilização”. (PINHEIRO, 1992, p.39).

Em Nimuendaju (1993, p.17), aborda-se a discordância do autor para com von Ihering, do museu paulista, que era a favor do extermínio dos indígenas. Esta discordância era reforçada pela diferença de visões entre Rondon e o próprio Ihering, quando da estada de Rondon, entre 1910 e 1912, no Oeste Paulista. Esclarece-se que os textos de Nimuendaju, do início do século XX, ficariam mais de 70 anos nos arquivos de Luiz Bueno Horta Barbosa (NIMUENDAJU, 1993, p. 27) e, por fim, que Nimuendaju participou do SPI, a convite de Barbosa, nas expedições de reconhecimento das áreas indígenas do interior paulista (NIMUENDAJU, 1993, p. 28).

Para Pinheiro (1999, p.24), Von Ihering julgava que os Kaingang desapareceriam, pois eram frágeis com seu isolamento nas matas, diante da eficiente sociedade capitalista. Seriam, para Ihering, obstáculos à civilização e deveriam ser exterminados. Para a autora, uma mudança de atitude de contato para com os indígenas não foi aceita naturalmente, existindo resistência da parte de religiosos e bugreiros ante a criação do SPI (PINHEIRO, 1999, p.31). Nessa época, chamado de SPILTAN, o órgão trouxe uma mudança na imagem do Governo, confundindo a crítica e propiciando o aparecimento e heroização de Rondon. Para Pinheiro, esses seriam os elementos formadores do Oeste Paulista: coronelismo, identificação com o latifúndio, privilégios e paternalismo. Com o SPI, transferia-se a responsabilidade do contato para a esfera oficial, mudando-se de tática para ocupação dos territórios indígenas (PINHEIRO, 1999, p.32).

Pinheiro diz que a sociedade paulista do início do século XX achava natural o extermínio dos indígenas, como consequência de um processo de civilização da sociedade. Seria inevitável e aconselhável que os ditos civilizados se apossassem das terras indígenas a fim de explorá-las produtivamente. Seria um serviço à Humanidade integrar os miseráveis indígenas à sociedade civilizada sob a proteção e tutela do Estado (PINHEIRO, 1999, p.60).

No Início do século 20, o indígena foi “incorporado” pela nação brasileira enquanto parcela a ser “civilizada”. Nas suas singularidades foi observado pelo viés do preconceito, ridicularizado, alcoolizado, delinquente e indisciplinado. O “problema indígena” não foi mais solucionado apenas pela via da violência aberta, da “limpeza”, levada a cabo pelos bugreiros a mando das forças políticas e de fazendeiros, mas também, e, prioritariamente agora, pela “paz imposta” do Serviço de Proteção aos Índios (PINHEIRO, 1999, p.64).

A autora comenta que a chamada Lei de Terras, de 1850, regularizou a posse das áreas onde os indígenas antes circulavam, favorecendo a apropriação das terras ditas devolutas. Esse quadro contaria com a ajuda do próprio SPI, da CGGESP, da EFNOB e de particulares (PINHEIRO, 1999, p.82).

Para Cruz (2007, p.61), somado ao interesse de exploração econômica do Oeste Paulista, existia uma ideologia de Estado, representada pelo SPI, para pacificar e inserir o indígena no modo capitalista através da criação de Posto Indígena para mão de obra agrícola. Diz, também, que, por volta de 1842 a 1886, antes da introdução de práticas agrícolas na região, a pecuária teria sido a atividade aplicada à colonização pelos criadores e posseiros. Com isso, núcleos de subsistência seriam fundados por migrantes de Minas Gerais, contribuindo para o surgimento de núcleos urbanos descontínuos e escassos. Estradas seriam abertas rumo ao oeste de São Paulo que, segundo a Lei de Terras de 1850, era área de terras devolutas, isto é, pertencentes ao Estado. Quem quisesse, poderia adquiri-las, comprando-as. Entretanto, invasões e fraudes, junto à violência, caracterizavam a formação das grandes fazendas da região. Para tanto, descartava-se a legitimidade da posse e presença indígena na região. Até 1880, o autor aponta que, segundo Pinheiro (2004), a penetração dos pioneiros freava-se em Bauru. Mas, com a EFNOB, o massacre teria começado (CRUZ, 2007, p.62).

Em Nimuendaju (2013), breve artigo é apresentado como uma resposta aos senhores da época da chamada pacificação dos Kaingang, que queriam o extermínio da etnia em virtude da expansão da civilização no Oeste Paulista. O autor debocha da opinião daqueles que diziam que o extermínio não seria a ferro e fogo. Pergunta-se de que forma

seria então realizado um extermínio, talvez, somente com epidemias, entretanto, aponta como uma possível solução o contato através do uso de intérpretes que demonstrassem que os não indígenas estariam ali dispostos a dialogar. Deveriam buscar compreender a cultura indígena e seus anseios. Para tal, todavia, diz que não há interesse e nem pessoas aptas, preferindo-se o vergonhoso uso do extermínio dissimulado para a população em geral.

Taunay (1888, p.265), entre outros assuntos, descreve a religiosidade Kaingang, mas a trata de maneira preconceituosa, já que diz que os indígenas não saberiam os verdadeiros princípios, no caso, para ele, os princípios cristãos. Diz que estavam com os brancos por que queriam ferramentas e não qualquer tipo de conversão ou alteração em seu modo de ser (TAUNAY, 1888, p. 267).

Como contribuição histórica sobre os Kaingang, temos Schaden (1938, p.24), que, além de demonstrar o uso de nomenclaturas da etnia em acidentes geográficos, discorre sobre as possíveis versões do porquê de nomes Tupi-Guarani em lugares onde eles não estavam, como por exemplo, em localidades Kaingang. Seria por causa dos bandeirantes paulistas e suas excursões de apresamento.

Por fim, apresenta-se tabela contendo os nomes das lideranças Kaingang destacas pelos autores ou órgãos consultados para esta dissertação. O X representa que houve a citação da liderança:

Tabela 3 – Relação de Caciques Kaingang

	Borelli	Barbosa	Museu do Índio	Mello	SPI	Rodrigues	Pinheiro
Vauhin	X	X	X	X		X	x
Clenclá				X		x	x
Erim						X	x
Iacri	X		X			X	x
Charin	X	X	X		X	X	x
Congre-Hui	X	X				X	x
Cangrui	X	X				X	x
Rugrê	X	X				X	x
Careg			X			X	x
Dombruy					X		
Doquê						X	
Recandui						X	
Requency						X	

Fonte: elaborada pelo próprio autor com base na bibliografia consultada

Borelli (1984) cita Congre-Hui, Cangrui, Rugre, Charin (que seria de Vanuire), Vauhin (que estaria no Ribeirão dos Patos e iria para Icatu) e Iacri (que estaria além do rio Feio). Mello (1982) cita Clenclá e Vauhin. O primeiro estaria perto da sede de Ribeirão

dos Patos e o segundo, a 2 km, em Vila Sofia. Vauhin teria vindo com outros dez na pacificação. Rodrigues (2007) cita como caciques Vauhin, Clenclá, Ererim, Iacri, Charin, Congre-Hui, Cangrui, Rugrê, Careg, Doquê, Recandui e Requencyr.

Pinheiro (1992 e 1999) cita Vauhin (que seria substituído), Clenclá, Ererim, Iacri, Charin, Congre-Hui, Cangrui, Rugrê e Careg. O Museu do Índio, por meio da documentação da 5ª Inspeção do SPI, digitalizada, cita Vauhin, em Icatu, substituído por Careg. Iacri seria o líder dos Kaingang isolados. Charin seria de Vanuire. O SPI cita Dombruy, em 1920 e Charin, como sendo de Vanuire.

Barbosa (1913) cita Vauhin (1º encontro na pacificação), que era da aldeia mais oriental, para além do Tibiriça, Congre-hui, Cangrui, Rugrê e Charin, este da aldeia mais ocidental, nas cabeceiras do Ribeirão Itaúna, acima do salto Carlos Botelho. Para Barbosa, do Ribeirão dos Patos, seguindo por mais 30 km, chegava-se ao Rio Feio e a um novo acampamento. Seguindo mais 30 km, chegava-se a Vauhin.

Para Mello (1982), Clenclá ficaria perto da sede de Patos e, Vauhin, a 2 km, na vila Sofia. Borelli coloca Iacri além do rio feio. O Museu do Índio aponta que, da Vila Kaingang, os indígenas vão para Icatu, em 1916, que seria local do chefe Iacri.

Encontrou-se no acervo digital do Museu do Índio uma foto que faz referência a Clenclá, grafada com “K” e sem “L”. Pelas datas, é possível fazer-se uma ligação, mas não se pode concluir serem as mesmas pessoas:

Foto 6 – Kenklá



Fonte: FOERTHMANN, H. 1942. Museu do Índio. Acervo on-line

Segundo Rodrigues Pedro, um dos indígenas mais antigos de Icatu, Kenklá, que aparece na foto acima, seria um dos antigos e Pedro já teria ouvido histórias sobre ele. Essa fala ocorreu em uma visita a casa de Rodrigues Pedro, por meio do convite de seu neto que, gentilmente, indicou seu avô para a conversa após ter visto algumas fotos que ele poderia reconhecer.

2.2 A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB)

Realiza-se neste item uma breve análise histórica da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, com a intenção de se obter requisitos mínimos para o relacionamento desta com a questão da transferência de parcelas populacionais Terena ao Oeste Paulista, uma vez que vários autores e, inclusive, o SPI a apontam como causa de guerras contra os Kaingang.

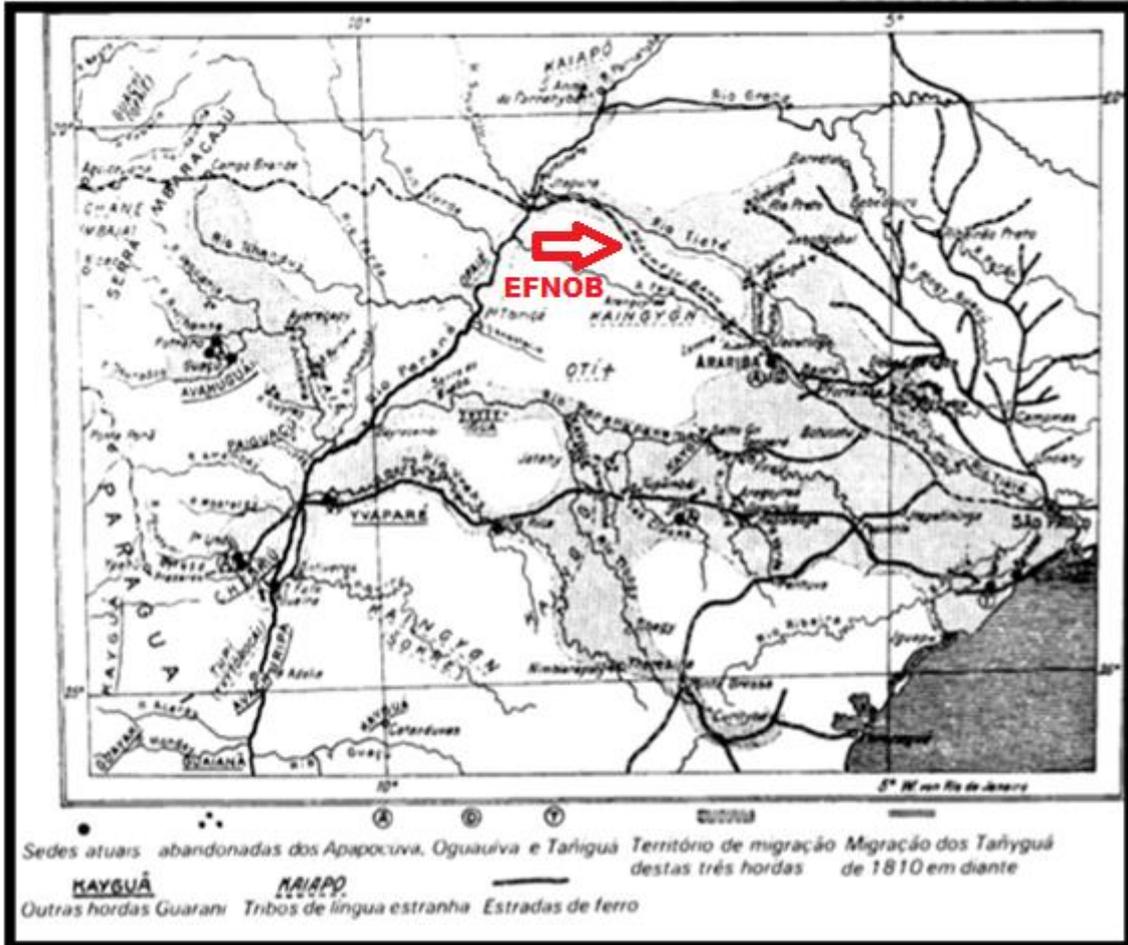
Para Borelli (1984, p.45), a colonização do Oeste Paulista só se efetivou nas primeiras décadas do século XX. A região era considerada sertão desconhecido e habitada por indígenas classificados como selvagens e hostis. A partir da segunda metade do século XIX e início do XX, tiveram início processos de reconhecimento, colonização e ocupação daquele território por meio de expedições de caráter exploratório, organizadas por comissões e instituições científicas, expedições de cunho religioso, núcleos de subsistência, expansão da economia cafeeira e construção de novas vias de comunicação, como a ferrovia.

O setor cafeeiro, entre meados do século XIX e início do século XX, encontrou o Oeste Paulista para se desenvolver em cima de terras ditas devolutas, expulsando populações que recentemente haviam chegado nela por migrações e populações indígenas que já estavam há mais tempo e que, logicamente, não possuíam os títulos de posse da sociedade não indígena.

Pinheiro faz uma descrição da região por onde a EFNOB (estrada que permitiu o desenvolvimento e escoamento do café) percorreria trecho Kaingang:

Conforme pode-se observar no mapa “Oeste Indígena”, aquele território era habitado pelos indígenas Kaingang, Oti e Guarani. Foi cortado pela Estrada de Ferro e reduzido pelo avanço da conquista. Apareceram muitos conflitos com colonos. A região próxima a Bauru já havia sido há duas décadas “liberada” dos Kaingang pelos bugreiros. Portanto, a zona de conflito não seguia os 300 km mencionados. Conflitos ou evidências da presença de Kaingang eram comuns na região da Serra dos Agudos, Lençóis Paulista, Bauru, Promissão e Lins, “repleta de índios”. Entretanto, nos trechos percorridos pela Estrada de Ferro onde foram encontrados Kaingang, ou sinais deles, o que era bem mais comum, era entre as estações de Albuquerque Lins, Km 151, e muitos quilômetros antes de Araçatuba, Km 270. A estação Araçatuba era no Km 437. Portanto, na época da pacificação, estavam sujeitos à presença Kaingang, cortando o território onde eles haviam se refugiado, 119 Km da Estrada de Ferro (PINHEIRO, 1999, p. 132).

Mapa 8 - O Oeste Indígena

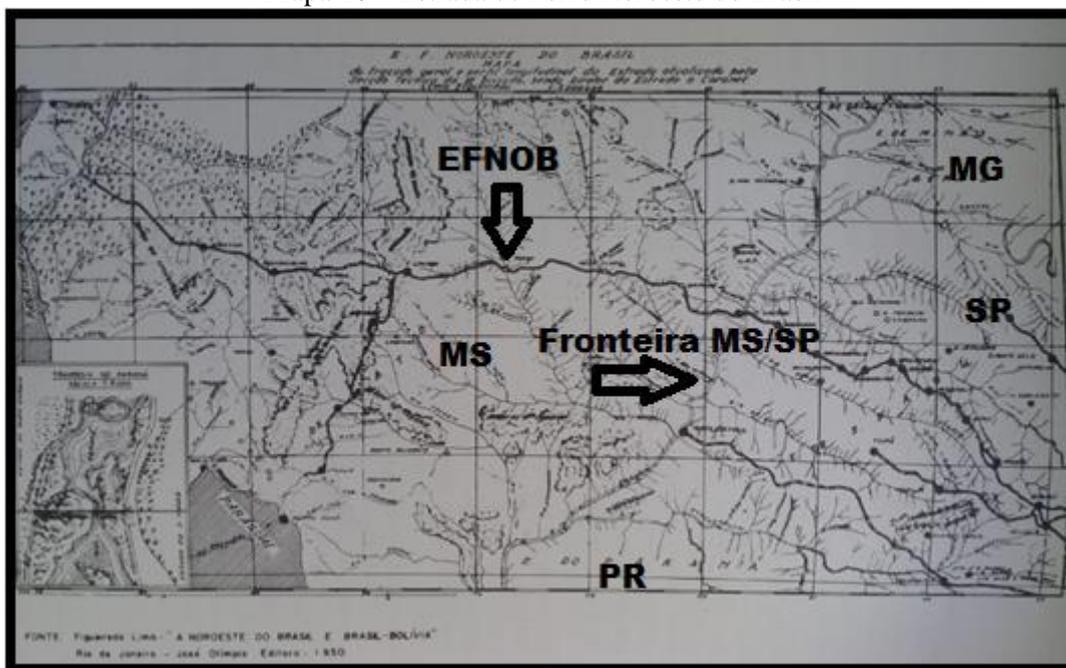


Fonte: NIMUENDAJU, Curt. As Lendas da Criação e Destruição do Mundo. São Paulo: Hucitec/USP, 1987, p.5 “Território de Migração dos Guaraní Sul Brasileiros”. In PINHEIRO, 1999, p. 133

Pelo mapa 8, Nimuendaju ilustra as migrações em áreas por onde os Guaraní passaram pelo estado de São Paulo, mas também pode-se observar que o traçado da ferrovia Noroeste passaria por território Kaingang, em área mais clara do mapa, compreendida entre os rios Tietê, Paraná e Paranapanema, onde o rio Feio também merece destaque. Percebe-se também a área onde os Oti estariam. Já no mapa 9, logo abaixo, demonstra-se que a região citada era chamada de Terrenos Desconhecidos, mas também como Área Indígena Paulista:

Segundo Pinheiro (1999, p.21), a partir de 1860, a proximidade entre civilizados da região de Bauru e Botucatu com os indígenas aumentou. Foi-se criando uma política de colonização de terras em São Paulo, ligada à oligarquia cafeeira com a intenção de devassar o interior do Estado e, assim, consequentemente, os territórios indígenas.

Mapa 10 – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil



Fonte: CARVALHO, 1979, p.62 (Adaptado pelo autor)

Para Carvalho (1979, p.60-61), a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil veio para aumentar a fonte das hostilidades. Foi fruto da expansão cafeeira e de pretensões militares e políticas em Mato Grosso e fronteiras.

Carvalho escreve que o ponto inicial da Noroeste foi a cidade de Bauru, que era o terminal da estrada Sorocabana e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Era, pois, o fim da parte pretensamente povoada e cultivada do Oeste do Estado. Era uma região de matas inexploradas e habitadas pelos Kaingang, considerados perigosos (CARVALHO, 1979, p.65). Em 1905, Bauru era apenas uma pequena vila de 600 habitantes. Em 1906, a estrada foi aberta ao tráfego por 48 km, incluindo as estações de Bauru, Tibiriçá e Jacutinga (Avaí). O segundo trecho foi aberto em janeiro de 1907, até o km 92, em Lauro Muller. No governo Afonso Pena, mudou-se o traçado, que não tinha mais como destino Cuiabá, e sim Corumbá e a própria Bolívia (ligar o Atlântico ao pacífico). Os trilhos avançaram sobre território indígena, gerando ataques e doenças (CARVALHO, 1979, p.66-67).

Desde o início da construção da Noroeste, em 1905, até a chamada pacificação, que Carvalho coloca como ocorrida em 1914, os Kaingang não teriam dado sossego aos trabalhadores da estrada. Como exemplo, Carvalho cita vários conflitos ocorridos nas décadas de 1910/1920, sendo que o de Baguaçu, perto da atual cidade de Birigui, em 1910, e o de Araçatuba, em 1914, seriam os mais significativos. Devido a essas dificuldades, a Noroeste avançaria lentamente. O panorama socioeconômico da região foi se modificando, dando origem aos núcleos urbanos de Lins, Penápolis, Birigui e Araçatuba (CARVALHO, 1979, p.68).

Para a construção dessas estradas, dependia-se de apoio governamental. O autor diz, então, que o Governo Federal seria quem forneceria as armas e munições, estipulando o número de colonizadores, além de se responsabilizar por trazer imigrantes (CARVALHO, 1979, p.69). Assim, quando os indígenas ameaçaram paralisar a expansão ferroviária, estariam desafiando não somente os particulares, mas, também, o Governo Federal. A expansão da ferrovia seria símbolo de progresso econômico, do aumento da densidade populacional, do avanço da indústria e do cultivo, da segurança e da unidade nacional (CARVALHO, 1979, p.70). Para além das mortes causadas pelos confrontos, relato de epidemias de gripe sobre os indígenas mostraram como elas eram mortais para eles. Em 1916, piorando a situação, veio o sarampo, trazido pelos colonos espanhóis. Atingiu em cheio Icatu e a aldeia de Iacri. Os Kaingang quase foram dizimados (CARVALHO, 1979, p.71).

Cruz (2006, p.4) comenta que, anteriormente ao café, os mineiros já haviam chegado na região com a pecuária, porém, os conflitos seriam infinitamente menores. Cita a criação da CGGESP, em 1886, para fazer o reconhecimento da promissora área entre os rios Tietê, Feio-Aguapeí e Peixe, desconsiderando os grupos que ali viviam. Já a Estrada de Ferro Noroeste seria um plano de integração que ligaria Santos ao Pacífico. Porém, chegou apenas até a Bolívia. Em São Paulo, ela iniciava-se em Bauru (CRUZ, 2006, p.42).

Além das contribuições ao tema já dadas pelos autores que foram utilizados até agora, cita-se a obra de Silva (1976), que tem por objeto o estudo das origens da industrialização no Brasil, na qual se prioriza o exame da economia cafeeira. O autor aponta que essa escolha se deve ao fato de que o café foi o principal acumulador de capital do Brasil no período, sendo que as regiões produtoras dele geraram o necessário para a maior parte da indústria nacional concentrada na capital paulista:

Finalmente, a razão fundamental da posição ocupada pela análise da economia cafeeira está em sua importância para explicar as características da indústria nascente brasileira. Toda a análise da economia cafeeira fundamenta o estudo das relações entre economia cafeeira e indústria nascente (SILVA, 1976, p.17).

Silva (1976, p.18) demonstra que esse é um período de mudanças fundamentais na história brasileira, no qual o desenvolvimento e a crise do café trouxeram a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, desenvolvendo o mercado e, na parte que cabe a essa dissertação, com desenvolvimento de estradas de ferro. Tudo isso favoreceria a industrialização.

O autor aponta as condições externas favoráveis ao comércio mundial na segunda metade do século XIX. Para o Brasil, a era do café (SILVA, 1976, p.29). Importante fato é que ocorreria um deslocamento do centro geográfico das plantações para São Paulo:

[...] durante a década de 1880 a produção de São Paulo ultrapassa a produção do Rio de Janeiro, os planaltos de São Paulo praticamente substituem o Vale do Paraíba. [...] Mas a partir de 1870, a Província de São Paulo é de longe a principal responsável pela expansão cafeeira. (SILVA, 1976, p.49-50).

Silva (1976, p.52-53) diz que, mesmo com a chegada de trabalhadores de Minas Gerais e Bahia, os imigrantes estavam em maior número, até 1920, na economia cafeeira. Estes não aceitariam sem lutas a exploração a que eram submetidos. Greves, lutas e mortes ocorreriam nas plantações. Pode-se associar aqui a questão das greves e da repressão aos trabalhadores que ocorreram na construção da estrada de ferro, o que pode ter ocorrido por influências de imigrantes.

O autor reforça a importância das estradas de ferro para o café:

O desenvolvimento da economia cafeeira não teria sido possível sem as estradas de ferro. As antigas tropas de mulas não podiam escoar uma grande produção espalhada por milhares de quilômetros. Com as estradas de ferro as distâncias deixaram de ser obstáculo importante. Todo o interior de São Paulo estava portanto apto a ser conquistado pelos “pioneiros” do café [...] (SILVA, 1976, p.56).

Por meio da tabela abaixo, Silva demonstra o crescimento das estradas de ferro no período da expansão do café, comparando a quilometragem na região cafeeira com as de outras áreas do Brasil, deixando clara a vinculação estrada de ferro-café:

Tabela 4 – Expansão das Estradas de Ferro (1854 – 1929)

Expansão das Estradas de Ferro (1854 a 1929)		
Ano	Região Cafeeira (Km)	Brasil (Km)
1854	14,5	14,5
1859	77,9	109,4
1864	163,2	411,3
1869	450,4	713,1
1874	1053,1	1357,3
1879	2395,9	2895,7
1884	3830,1	6324,6
1889	5590,3	9076,1
1894	7676,6	12474,3
1899	8713,9	13980,6
1904	10212,0	16023,9
1906	11281,3	17340,4
1910	-	21466,6
1915	-	26646,6
1920	-	28556,2
1925	-	32000,3
1929	18326,1	32000,3

Fonte: SILVA, 1976, p.58 (adaptado pelo autor)

Silva debate acerca da propriedade das terras na região do café. Para ele, só havia duas possibilidades: terras com proprietário e terras devolutas. Essas últimas eram terras não ocupadas, ou melhor, sem título de propriedade, já que muitas delas estavam ocupadas, pelo menos por indígenas. A expansão do café se basearia nessas últimas, principalmente. Para se apropriarem dessas terras, era necessário o título. Este era facilmente obtido através da própria burguesia cafeeira que controlava o poder. Os antigos ocupantes eram expulsos, contando com o governo para isso, e até mortos com métodos que o autor classifica como mais civilizados:

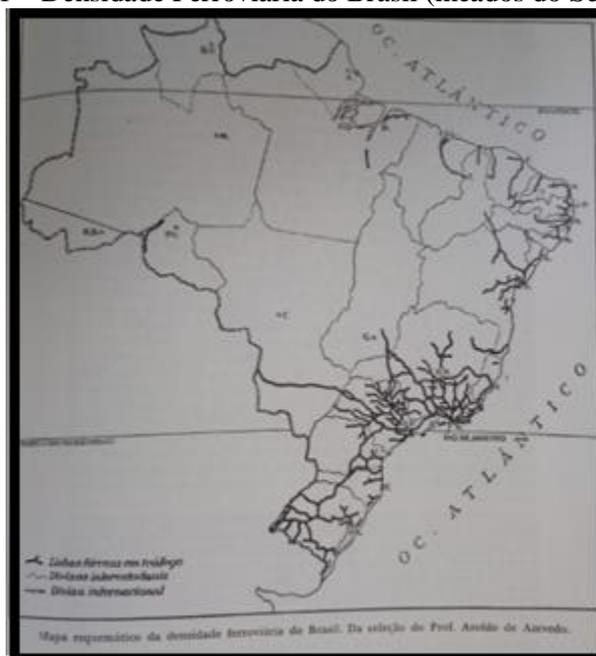
Entre os ocupantes incômodos das terras desocupadas, havia brasileiros de origem europeia mais ou menos distante (alguns já mestiçados com indígenas ou negros), que viviam fundamentalmente apoiados numa agricultura de auto-subsistência. Havia também indígenas. Esses últimos estavam nessas terras há séculos. Alguns deles, algumas tribos, ofereceram forte resistência aos novos conquistadores e foi necessário mobilizar tropas importantes e travar verdadeiras batalhas para que essas terras se tornassem realmente disponíveis para as plantações de café. Já nessa época, métodos mais civilizados – como a disseminação de doenças contagiosas – eram utilizados para tornar o local disponível para o capital (SILVA, 1976, p.71).

Por fim, o autor demonstra que a indústria nascente, principalmente a de São Paulo, encontraria a força de trabalho necessária justamente na imigração em massa que fora provocada pela expansão cafeeira (SILVA, 1976, p.97). Silva parte, pois, para

análises mais detalhadas da relação café-indústria nas páginas seguintes de sua obra, mas que, por serem variadas e extensas, não caberiam à discussão proposta por essa dissertação.

Em Azevedo (1950, p. 21-22), o autor diz que o trilho do trem é um instrumento de penetração, é pioneiro do povoamento e diz que as potências, para consolidarem seus impérios, precisavam levar o mais longe possível e em todas as direções o poder dos trilhos, já que estes exprimiriam a vontade de conquista e colonização.

Mapa 11 – Densidade Ferroviária do Brasil (meados do Século XX)



Fonte: AZEVEDO, 1950, p.35.

Azevedo demonstra por suas palavras que os primeiros caminhos de ferro seguiriam por roteiros pré-existentes, isto é, dos indígenas:

Nos velhos caminhos que cortavam o país, partindo da orla litorânea para o interior, através de ásperas serranias e estendendo-se do planalto de São Paulo, em direções diversas, decalcaram-se os traçadores das primeiras linhas férreas. As antigas veredas dos índios, palmilhadas pelas bandeiras, já indicavam aos traçadores de nossas vias de comunicação as diretrizes seguras para projetarem os leitos e assentarem os trilhos sobre os quais deviam correr as primeiras locomotivas. [...] (AZEVEDO, 1950, p.37).

Mapa 12 – Estradas de Ferro do Estado de São Paulo (meados do século XX)



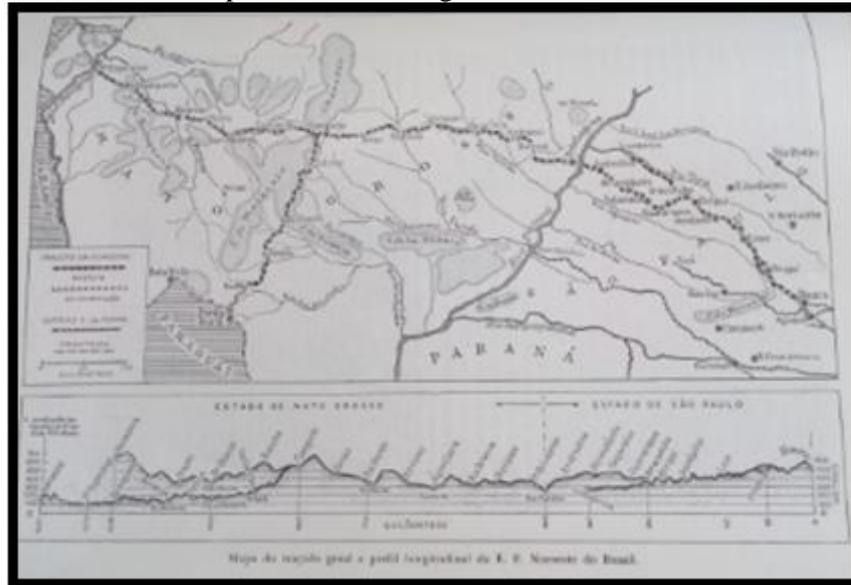
Fonte: AZEVEDO, 1950, p.39. Estradas de Ferro Paulistas

Azevedo, que escreve em data na qual o caminho ainda não estava totalmente concluído, faz uma exaltação da Estrada de Ferro Noroeste, apontando seu traçado e sua vocação rumo ao **oeste gigantesco** e, em sua visão, **inabitado**, desconsiderando os indígenas, reiterando que seguia caminhos antigos, desta vez citando os bandeirantes:

[...] A Noroeste (E.F. Noroeste do Brasil) que em Bauru, seu ponto de partida, se entronca na Sorocabana e na Paulista e atravessa o sul do Mato Grosso até Porto Esperança, encaminhando-se, de Campo Grande (ramal) em direção a Ponta Porã, em busca da fronteira com o Paraguai, e de Corumbá que deverá atingir brevemente, para se articular com a Brasil-Bolívia, tem, mais do que qualquer outra, no sistema ferroviário de São Paulo, a vocação do Oeste, com que nasceu, no seu traçado primitivo, e que herdou das bandeiras na sua fascinação pelos espaços, imensos e vagos, e na sua investida obstinada para a conquista civilizadora dos sertões. [...] (AZEVEDO, 1950, p.48).

O que instigava os paulistas ao movimento das bandeiras, segundo o autor, fazendo-os avançar para o sertão, expandindo o território, foi, nos séculos XVII e XVIII, a caçada ao indígena, além da exploração do ouro. O rio Tietê acabaria sendo um dos caminhos naturais desse avanço (AZEVEDO, 1950, p.65). A importância do rio é tamanha, que se pode perceber pelos mapas atuais que tanto a EFNOB como a mais recente rodovia Marechal Rondon seguem caminhos parecidos e paralelos a ele. Na segunda metade do século XIX, caberia ao café o movimento de expansão geográfica. Com ele, viriam também as primeiras estradas de ferro.

Mapa 13 – Perfil Longitudinal da EFNOB



Fonte: AZEVEDO, 1950, p. 67

A importância das estradas de ferro em São Paulo foi tanta que as regiões por elas atravessadas receberiam seus nomes. A Noroeste ganharia ainda mais importância, pois outras estradas não conseguiam atingir seus objetivos. Como exemplo, o objetivo da Mogiana era atingir Goiás e Mato Grosso e o da Sorocabana era atingir Presidente Epitácio, às margens do rio Paraná, e adentrar o Mato Grosso (AZEVEDO, 1950, p.69).

Para Azevedo, a Noroeste, iniciada em 1905, em Bauru, seria destinada a Cuiabá, capital de Mato Grosso, porém, esse plano foi desviado e seu destino foi alterado para Corumbá. O motivo seria atender a um plano político com a Bolívia de construção de uma ferrovia transcontinental que ligaria o Atlântico ao pacífico, além de ramal que se ligaria ao Paraguai:

[...] Com seus 1540 km, a Noroeste do Brasil, depois de percorrer extensa região do Estado de São Paulo (465 km) de um lado, pela sua linha-tronco, vara o sul de Mato Grosso até Porto Esperança, no Rio Paraguai e já se dirige para Corumbá, onde se articulará com a Brasil-Bolívia, rumo ao Grande Oeste, e, por outro, mais ao sul, pelo ramal de Campo Grande, em direção a Ponta Porã se encaminha para a fronteira do Paraguai, ligando o planalto e, portanto, o porto de Santos aos dois países centrais do continente sul-americano (AZEVEDO, 1950, p.70).

Azevedo comenta a escolha da cidade de Bauru e a situação em que ela se encontrava de pequena povoação de ligação com outros troncos ferroviários, bem como a presença dos indígenas na região. Bauru seria o ponto mais avançado na marcha para o sertão e, na época da construção da ferrovia, era área disputada junto aos Kaingang. A região entre a cidade e o rio Paraná era considerada terra desconhecida que manchava as

cartas paulistas. Os trilhos avançariam lentamente sob a dificuldade da mata fechada, dos ataques indígenas, que o autor classificava como desconfiados e traiçoeiros (AZEVEDO, 1950, p.72).

[...] Desde o início dos trabalhos de construção do ferro-carril, em 1905, até a pacificação dos índios em 1914, de acordo com o plano traçado pelo então Major Rondon, os Caingangues, ainda senhores desse vastíssimo sertão de mata até o Rio Paraná, irritados com as atrocidades dos brancos caçadores de índios, não davam sossego aos pertinazes abridores de estradas, engenheiros e operários, que se aventuravam pelos domínios solitários. Rebelavam-se contra os novos invasores, atacando-os, na calada da noite ou em pleno dia, e, obrigando-os a tomar posição belicosa de defesa e de ataque contra as agressões, rondavam-lhe as roças, as estações e os barracões de madeira à espreita do momento em que pudessem colhê-los de surpresa, como nos massacres de Água Branca, Birigui e Baguaçu, onde foram trucidados engenheiros, empreiteiros e trabalhadores da estrada em construção. [...] (AZEVEDO, 1950, p.73).

Com a estrada de ferro, chegaram o café e os imigrantes. Núcleos urbanos se formavam próximos às estações e o sertão estava sendo povoado, tudo em detrimento dos indígenas e de seus espaços. O autor, entretanto, classifica a Noroeste como o exemplo mais impressionante de colonização pelo trilho, geradora de transformações e progresso (AZEVEDO, 1950, p.78).

Foto 7 - Primeira Locomotiva (esquerda, acima), Estação em Bauru (esquerda abaixo) e Imagens da EFNOB (direita)



Fonte: AZEVEDO, 1950, p.80

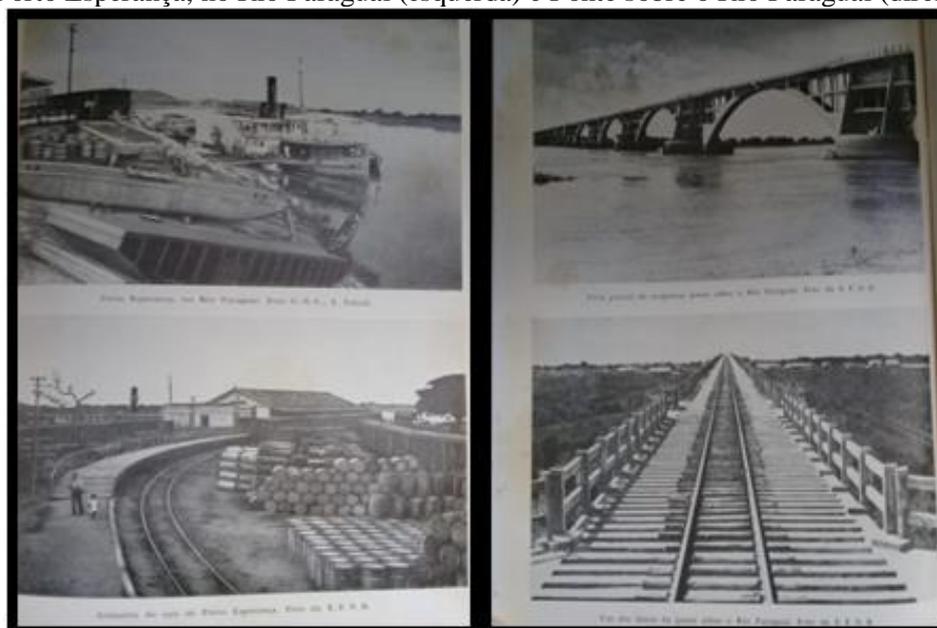
Seja falando do heroísmo que, na sua visão, consistiria a fase de construção da estrada de ferro, entre 1905 e 1914, seja fazendo uma análise capitalista das potencialidades que a região poderia dar com seus campos, madeiras, força hidrelétrica e cafezais, Azevedo relaciona o poder que a Noroeste teve para o crescimento das cidades da região, bem como a chegada dos imigrantes atraídos e trazidos por ela. Entretanto, não toca na questão do genocídio que a mesma ajudou a trazer (AZEVEDO, 1950, p.93-94).

Foto 8 - Oficina em Três Lagoas (esquerda acima), Campo Grande (esquerda abaixo) e Imagens da EFNOB (direita)



Fonte: AZEVEDO, 1950, p.128.

Foto 9 - Porto Esperança, no Rio Paraguai (esquerda) e Ponte sobre o Rio Paraguai (direita)

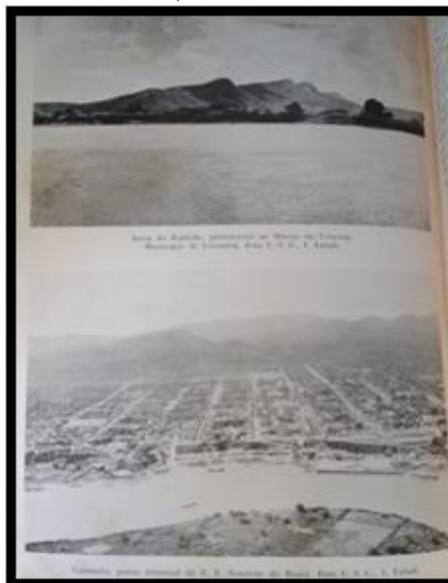


Fonte: AZEVEDO, 1950, p.160.

Azevedo aponta a dificuldade de conclusão da obra também do lado outrora dito mato-grossense:

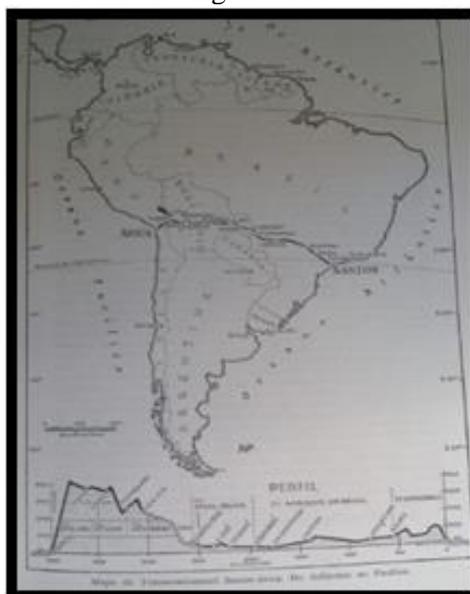
[...] estrada que só em 1927 pôde transpor sobre seus trilhos o Rio Paraná e teve de esperar até 1946 para inaugurar a ponte sobre o Paraguai, o esforço das administrações tinha de forçosamente concentrar-se em concluir a via férrea, ainda inacabada, erguer pontes definitivas, reforçar e elevar aterros, prosseguir no empedramento do leito, levar a seus pontos terminais a linha-tronco e seu mais importante ramal e construir variantes que, além de melhorarem o traçado, deviam trazer o real encurtamento de suas linhas. [...] (AZEVEDO, 1950, p.164).

Foto 10 - Corumbá, Ponto Terminal da EFNOB



Fonte: AZEVEDO, 1950, p.176

Mapa 14 - Ferrovia Ligando Atlântico ao Pacífico



Fonte: AZEVEDO, 1950, p. 181

contrapartida, violentas punições contra os indígenas ocorreriam (NEVES, 1958, citado por BORELLI, 1984, p.70).

Em 1909, diante dos conflitos e das epidemias, a Noroeste começou a exigir do Governo Federal proteção militar para continuar sua construção. Entretanto, demonstra-se que os massacres contra os Kaingang, de responsabilidade da empresa, que contratava bugreiros para isso, continuavam. A autora mostra, pois, a violência extrema utilizada por eles para matarem os indígenas, os quais não considerariam pessoas (BORELLI, 1984, p.72). Era uma visão estereotipada na qual o indígena não era humano digno de emoções e civilidade. Era, pois, a desculpa perfeita para eliminá-los e acabar com o problema dos atrasos na construção da estrada de ferro. A autora comenta, inclusive, que a solução de alguns cientistas era a de exterminar o chamado empecilho indígena, mas aponta que também existiram denúncias (BORELLI, 1984, p.74).

Segundo Pinheiro (1992, p.53), no processo de tomada de suas terras, os Kaingang, que preferiam os campos, fugiam para as florestas e matas. Eram perseguidos, escravizados e mortos. Usava-se até o método de se deixar roupas contaminadas para dizimá-los. Alguns os classificavam como hostis e aguerridos, outros diziam que só passaram a atacar com a chegada da estrada de ferro Noroeste e a intensificação das explorações.

Pinheiro aponta que, em meados do século XIX, já eram registradas denúncias de violência contra os indígenas na região de Bauru, organizadas pelas populações locais (PINHEIRO, 1992, p.104). Conflitos com os Kaingang cresciam nos rios Feio/Aguapei e do Peixe. Os fazendeiros pressionariam o governo que acabaria autorizando as batidas, que eram agrupamentos que partiam atrás de indígenas e aldeias para assassinatos ou captura.

As cidades de Campos Novos do Paranapanema, Botucatu, Bauru e o trecho da Estrada de Ferro Noroeste de Bauru entre as estações de Albuquerque Lins (atual cidade de Lins) e Araçatuba se sobressairiam na organização destas “batidas”. (PINHEIRO, 1992, p.105).

Ela diz que raramente os Kaingang atacavam. Seria uma forma de expressar sua insatisfação ante os invasores de suas terras, de vingar perseguições e de obter instrumentos de ferro e alimentos, já que a presença dos colonos e de seu gado espantavam a caça (PINHEIRO, 1992, p.107).

A estrada de ferro e a CGGESP seriam as últimas investidas da civilização no território Kaingang antes da pacificação. Pinheiro diz que o SPI seria chamado pela

EFNOB para evitar o ataque dos Kaingang. Entretanto, percorrendo o caminho da estrada, acabaram parando em região extrema do estado, até em território do atual Mato Grosso do Sul, percebendo que os reais motivos não eram os ataques indígenas. A autora aponta que foram para longe da área entre Lins e Araçatuba. Diz que as próprias bandeiras (dadas) já cumpriam o papel de afastar, prender e matar os indígenas (PINHEIRO, 1992, p.114). Demonstra que o objetivo não era de combatê-los, mas o de controlar os trabalhadores da EFNOB. Utilizaram-se da desculpa do perigo indígena para justificar o uso da força policial com investimento público de repressão e violência. As doenças é que seriam os verdadeiros inimigos dos trabalhadores da estrada (PINHEIRO, 1992, p.115). Os Kaingang não atacavam homens armados em grupos, e a autora demonstra que todos andavam armados naquela época. Os ataques indígenas só ocorriam em último caso e após várias advertências. Não existia, pois, motivo para a chamada de militares do governo para controlá-los. Os ataques Kaingang seriam mais frequentes nos locais de derrubada das matas, pois estas eram seu refúgio (PINHEIRO, 1992, p.117).

Em 17 de novembro de 1909, como aponta a autora, fixava-se o Distrito de Paz de Penápolis. Entre esta cidade e Araçatuba, localizava-se a última área de conflito entre Kaingang e colonizadores, antes da pacificação (PINHEIRO, 1992, p.117). Aponta também, através de citação de José Ribeiro Sá Carvalho, que a destruição das matas em Araçatuba acabou com o modo de vida Kaingang. Em 1912, o cacique Valvin se encontraria com a EFNOB e iria propor uma aliança contra outros Kaingang. Acabou mudando de ideia e auxiliando no posto de atração. Em 1914, não haveria mais registros de ocorrências na Noroeste. Em 1916, o Kaingang, pacificado e aldeado, em suas próprias terras, perto de Promissão, tiveram que sair do aldeamento. Era o café que os empurrava (PINHEIRO, 1992, p.118). Por fim, a autora traz em um anexo, mais demonstrações que reforçam os questionamentos sobre os ataques indígenas e a chamada do SPI para contê-los, ressaltando que o pedido se estendia para além da área Kaingang. Questiona as mortes e questiona o que significaria ser civilizado, tendo em vista que os ataques aos indígenas eram extremamente cruéis. (PINHEIRO, 1992, p.132-146).

2.3 A Pacificação: os Kaingang no Oeste Paulista

Baldus (1953, p.315-316) comenta que os Kaingang paulistas margeavam o rio Paraná, defrontando-se com seus inimigos, os Chavante, que dominavam o outrora Mato Grosso e eram conhecidos por Ofaié. Aponta que, em 1912, não eram mais do que 500 indivíduos. Icatu, em 1916, possuiria 64 indígenas. O autor aponta que os vizinhos dos Kaingang eram, a leste, os Guarani; a oeste, os Chavante; ao sul, os Oti. A relação com os poucos brancos, até o final do século XIX, foi tranquila. Entretanto, diz que a situação se agravou com a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo (CGGESP), no primeiro decênio do século XX, e, finalmente, com a EFNOB. Em decorrência disso, diz que Rondon e o SPI organizariam a pacificação (BALDUS, 1953, p. 318).

Ihering (1907, p.203) diz que a distribuição dos indígenas pelo território paulista do vale do Paranapanema e seus afluentes era constituída por indivíduos independentes e pagãos, não mais que dez mil pessoas. Diz que os Kaiowá só migraram para São Paulo entre 1830-1852. Afirma que os Kaingang eram os **Bugres do Brasil Meridional**, pois causavam muitos embaraços à população do interior do país. Afirma que já foram chamados de Guayanãs, mas que, em 1907, eram conhecidos por bugres ou coroados.

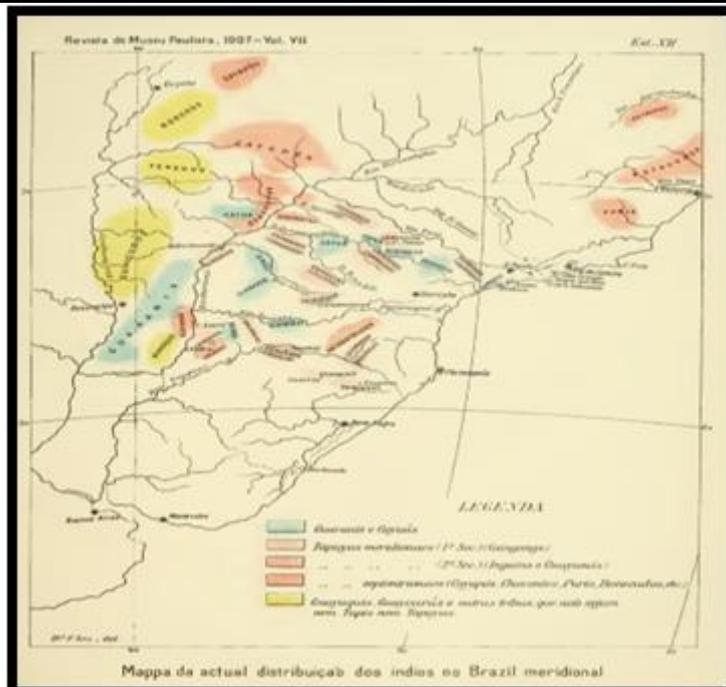
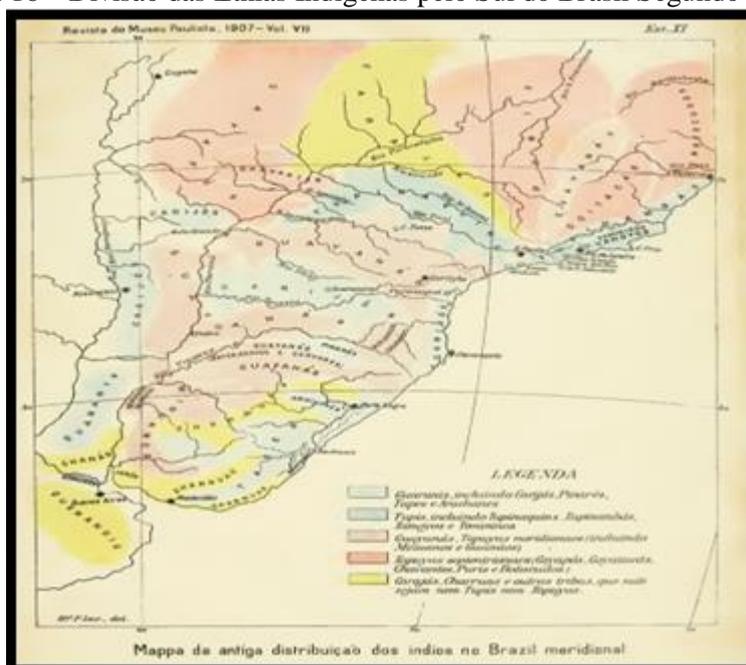
Para ele, a etnia cometeria vários assaltos e assassinatos, inclusive a do missionário Claro Monteiro, que tentou converter indígenas na região de Bauru, dificultando o povoamento das áreas (IHERING, 1907, p.210). Diz que o que se sabia da etnia provinha do Paraná e do Rio Grande do Sul, pois os membros de São Paulo eram quase desconhecidos, segundo o autor, por serem refratários às relações amistosas com os brasileiros (IHERING, 1907, p.211). Por fim, afirma que os indígenas da etnia, em São Paulo, não representariam elemento de trabalho e progresso, classificando novamente os Kaingang como empecilho. Para o autor, não haveria outro meio que não o extermínio:

Os actuaes Índios do Estado de S. Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros Estados do Brazil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos Índios civilizados e como os Caingangs selvagens são um impecilio para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não ha outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio. (IHERING, 1907, p.215).

Além disso, os indígenas, segundo ele, deixariam influências maléficas nos hábitos da população rural, que só seriam corrigidas com a introdução de imigrantes:

A conversão dos Índios não tem dado resultado satisfactorio; aquelles índios que se uniram aos portuguezes immigrados, só deixaram uma influencia maléfica nos hábitos da população rural. E' minha convicção de que é devido essencialmente a essas circumstancias, que o Estado de S. Paulo é obrigado a introduzir milhares de immigrantes, pois que não se pode contar, de modo efficaz e seguro, com os serviços dessa população indígena, para os trabalhos que a lavoura exige (IHERING, 1907, p.215).

Mapa 16 – Divisão das Etnias Indígenas pelo Sul do Brasil Segundo Ihering



Fonte: IHERING, 1907, p. 258-259

Barbosa (1913, p.3), através de uma conferência realizada na sala da Biblioteca Nacional, na dedicatória da mesma, lembra que a pacificação, ocorrida entre 1911 e 1913, deveu-se ao SPI. O autor diz querer expor como os funcionários do órgão captaram a confiança e amizade dos Kaingang, uma vez que estes resistiam ao avanço capitalista do estado de São Paulo, em seus territórios do baixo curso do Tietê, vale do Feio ou Aguapeí, do rio do Peixe e até do rio Paranapanema. Com isso, ele esperava modificar a falsa opinião de que se tinha da etnia.

O autor diz que os Guarani (outra etnia presente no Oeste Paulista), em 1910, já estavam em Jacutinga (atual município de Avaí), Itaporanga, Piraju e Itanhaém. Afirma que o SPI criaria, por conta de epidemias, um hospital indígena em Miguel Calmon, no atual município paulista de Avanhandava, e outro em Itaporanga. O território indígena do Araribá seria criado em terras de florestas virgens e para lá seriam dirigidos todos esses Guarani dispersos (BARBOSA, 1913, p. 8).

Foto 11 – Hospital Indígena



Fonte: SPI, 1940. Museu do Índio. Acervo on-line

Barbosa comenta que muito se falava dos atos cruéis dos indígenas, mas que pouco se falava nos jornais e livros sobre as batidas e massacres que antecediam esse comportamento. Para ele, os indígenas atacavam para se defender, quase sempre em desforra de sangrentas provocações, já que os que sobreviviam eram os que se defendiam, tornando-se os chamados índios ferozes, e sendo pleiteada sua eliminação (BARBOSA, 1913, p. 11). Fato que veio a piorar a situação foi a morte do padre Claro, que jogou de vez a opinião pública contra os indígenas:

[...] Padre Claro decidiu ir quasi sozinho ao encontro dos caingangs, com o fito de os pacificar e conduzir para o grêmio da igreja catholica. Para isso fez construir nas cabeceiras do Feio três canôas que tripulou

com Guaranys, e nelas descendo o rio, ia deixando pelas ribanceiras, onde encontrava vestígios dos índios, espelhos, facões e outros brindes. Por esse tempo ainda se acreditava que o Feio fosse um tributário do Tietê. O Padre Claro, que partira com essa idéia, tendo navegado até as imediações da barra do Presidente Tibiriçá, e notado que o curso do rio, até ahi, conservava-se paralelo ao Tietê, concluiu que ele ia diretamente desaguar no Paraná, e, provavelmente, por falta de viveres, resolveu dahi regressar para o ponto de partida.

No dia immediato ao em que começou a subir o Feio, foi a flotilha inopinadamente assaltada pelos Caingangs, que contra ella atiraram uma nuvem de flexas. Um desses tiros acertou no padre; outros mataram e feriram alguns tripulantes das canôas (BARBOSA, 1913, p. 13).

Pinheiro, ao abordar o mesmo assunto, traz passagens de Nimuendaju e Barbosa, nas quais se indica que era nítido o desconhecimento que os ditos civilizados tinham das relações entre as etnias e também demonstram que os Kaingang sabiam dos perigos que os rondavam e, inclusive, dos autores de atos cruéis que vinham ocorrendo contra eles:

Um filho de abastada família da capital paulista, Padre Claro Monteiro do Amaral, ouvindo dizer da selvageria dos índios dos “sertões” de Bauru, decidiu-se a “pacificá-los”. Caso conseguisse o seu intento, o padre estaria revalorizando a catequese como forma de pacificação dos indígenas, no momento bastante desgastada sob o comando dos capuchinhos. A opinião pública, influenciada pelo positivismo, estava mais favorável à transferência, das responsabilidades no contato com os indígenas, para administração leiga, através do Estado.

O padre seguiu para a fazenda do Cel. Sancho de Figueiredo. Lá chegando, reuniu sob seu comando, e com a orientação do famoso bugreiro, um grupo de “conhecedores do sertão”, dentre eles quatro Guarani Apapocúva, liderados pelo seu principal Araguyraá, e incluindo entre eles também o genro deste, Avajoguyroá.

Desde 1896, o grupo de Guarani mencionado já residia na região do rio Batalha, no ribeirão das Lontras, afluente da margem direita do rio Feio. Desceram o rio Feio, reduto Kaingang, em três canoas. O padre, apesar das advertências dos Guarani, ignorou o perigo. Talvez não lhes tenham dito aonde residia o maior risco: que Sancho de Figueiredo era procurado pelos Kaingang a fim de vingarem-se dos massacres que ele organizara contra os indígenas, e que os Guarani também eram inimigos históricos dos Kaingang. Eles representavam os antigos senhores das terras limítrofes às dos Kaingang. Eram exímios guerreiros, segundo informou-nos Nimuendaju, que com eles conviveu durante anos.

Segundo Horta Barbosa, a “expedição de catequizaçãõ” de Padre Claro ia descendo o rio das Águas Pretas (Feio-Aguapeí) e deixando nas suas barrancas alimentos, roupas, ferramentas e outros presentes. Os Kaingang, que já vinham há tempo espreitando a expedição das margens e barrancas do rio, desconfiam das intenções dos expedicionários, principalmente porque haviam reconhecido bugreiros e Guarani entre eles. A expedição seguiu rio abaixo, acompanhada pelos espiões Kaingang. Naquela época pensava-se que o rio Feio, ou das Águas Pretas, para os Kaingang, fosse um braço do Tietê. Percebendo que não era, e constatando a escassez de víveres, Padre Claro resolveu

voltar. Acontece que, durante as paradas, no percurso de ida, eles também haviam depositado, entre os presentes deixados para cortejar os Kaingang, uma carabina, a fim de demonstrar o seu intuito amistoso. Os Kaingang, desconfiados e não conhecendo as intenções da expedição, interpretaram o fato como mais uma armadilha para atraí-los com presentes aos locais e daí serem todos assassinados pela carabina ali deixada. Segundo eles acreditavam, ela disparava sozinha. Os Kaingang não deixaram a expedição voltar incólume. Os dois Guarani, Araguayraá e Avajogyroá, sogro e genro (cuja esposa esperava o primeiro bebê do casal para breve), bem como o jovem Padre, foram flechados e mortos; outros ficaram feridos.

O desconhecimento que o padre tinha a respeito da territorialidade indígena, das relações entre os diferentes povos que o habitavam e da identidade dos intermediadores - os “conhecedores do sertão” – por ele contratados, precipitaram a sua própria morte e a morte dos dois Guarani.

Em consequência, desinformada, ou melhor, informada para defender os interesses da classe dominante, a sociedade paulista imediatamente revoltou-se contra os Kaingang. As vozes que se levantavam proclamando o extermínio, as batidas e chacinas dos Kaingang, que eram muitos na época, adquiriram, com a morte do padre, respaldo inédito (PINHEIRO, 1999, p.93-95).

Nimuendaju (2013, p.291) discute sobre a culpa ou não dos indígenas nos ataques e fala que se acusou os Guarani do rio Batalha pela morte do padre Claro, porém, seriam acusações infundadas e que existiam fortes indícios de se terem brancos no meio dos atacantes (NIMUENDAJU, 2013, p. 295).

Para Barbosa (1913, p.14), a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil seria a grande fonte de hostilidades contra os indígenas, gerando um quadro de criação de batidas em represálias aos assaltos e vice-versa, fazendo com que o SPI estabelecesse um plano de pacificação, sendo que seria escolhido o tenente Rabello e seus auxiliares, tenentes Candido Sobrinho e Sampaio para tal. Rondon teria aproveitado alguns Kaingang do Paraná para serem intérpretes. Barbosa diz que indígenas escravizados em Campos Novos do Paranapanema por bugreiros famosos seriam somados aos intérpretes e, entre eles, a indígena Vanuire. O lugar ideal para o início do plano surgiu após um assalto próximo à estação de trem Hector Legru (atual município de Promissão), pois descobriu-se que o local era muito frequentado pelos indígenas (BARBOSA, 1913, p. 16). Barbosa conta que o tenente Sobrinho chegaria até o Ribeirão dos Patos, a 2 km da estação, confirmando ser ali um local bastante frequentado devido à existência de trilhas, caminhos e sinais. A partir disso, transferiu-se o acampamento para lá, fazendo-se uma plantação de milho e feijão para que se atraíssem os indígenas, entretanto, mostra que os indígenas tentavam afugentar os recém-chegados.

Barbosa cita que foi percorrida uma trilha até o rio Feio (30km), sendo feito um novo acampamento com a intenção de se construir uma ponte. Após isso, percorreu-se mais 30km até que se chegou à aldeia do cacique Vauhin, onde deixou-se presentes, mesmo ante a fuga apressada dos indígenas (BARBOSA, 1913, p. 18). O autor diz que foi aplicado rigorosamente o plano de Rondon, que pregava a ausência absoluta de manifestações de hostilidade ou má vontade para com os indígenas, mesmo com alguma atitude mais hostil destes integrantes do grupo de Vauhin, que logicamente estavam se resguardando de um possível ataque daqueles homens que entravam em suas terras.

Tempos depois, os militares seriam chamados de volta, deixando o acampamento. Manoel Miranda (O Bandeira) viria para cobrir o lugar deles. Este, inclusive, quase seria morto pelas flechas de Vauhin quando de uma incursão para os lados da aldeia deste chefe Kaingang (BARBOSA, 1913, p. 20). Entretanto, o episódio é considerado positivo, pois, representou uma das primeiras vezes em que os intérpretes conseguiram se comunicar com os Kaingang atacantes. Apesar de um breve abandono do acampamento dos Patos, logo retornariam reforçados com novos intérpretes Kaingang. Mesmo assim, tiveram que, novamente, enfrentar a resistência dos indígenas:

Então começaram as vigílias; as arriscadíssimas explorações de trilhas, para a descoberta de lugares próprios para nelles deixarem-se brindes; as dificuldades de, a noite, conter-se o pânico das mulheres e mesmo de alguns homens, apavorados quando ouviam o estrugir de buzinas ou o reboar das formidáveis pancadas vibradas contra arvores, por braços que se adivinhavam possantíssimos; e mais o trabalho de desfarçar esse pânico com musicas de gramofone, com os cantos de paz de Vanuire e as vezes dos interpretes chamando os temiveis visitantes para que entrassem no acampamento afim de receberem machados, cobertores e collares (BARBOSA, 1913, p. 22).

Em 19 de março de 1912, apresentaram-se dez guerreiros Kaingang no acampamento dos Patos, com claras intenções de travar relações, sendo que Vanuire teria papel principal como intérprete (BARBOSA, 1913, p. 22). Seriam homens do líder Vauhin. Após esse contato, muitos outros viriam e outras aldeias, além da de Vauhin, seriam visitadas, como as de Congre-Hui, Cangrui, Rugrê e Charin. Com isso, ficou-se provado, segundo o autor, que relações pacíficas com os indígenas eram possíveis, desmentindo-se, assim, a fama negativa (BARBOSA, 1913, p. 24).

Rodrigues (2007, p 87-88) cita Horta Barboza ([1916] 1954) para dizer que o acampamento seria estruturado com o grupo do Rekakê (cacique/líder) Vauhin, pois este já convivia próximo da inspetoria. Os outros grupos continuariam a viver em suas aldeias.

Cita que Rugrê, Doquê e Charin (outros Rekekês) achavam que o primeiro acampamento de atração seria uma aliança dos brancos com Vauhin, sendo, pois, inimigo. Passariam os anos de 1912 a 1914 nas florestas e, somente em 1915, o único grupo sobrevivente, o de Charin, chegaria ao acampamento.

Por fim, Barbosa conclui que o acampamento do Ribeirão dos Patos fez os indígenas se transformarem livremente em seus usos e costumes, evoluindo, segundo o autor, para a civilização. Diz estar satisfeito por colaborar com a fundação da unidade étnica do povo brasileiro, sonhada por José Bonifácio e iniciada pelas mãos de Rondon (BARBOSA, 1913, p. 49).

Nimuendaju (1982, p.41) diz que, em 19 de março de 1912, o 1º grupo de **Coroados** compareceu por vontade própria no Ribeirão dos Patos, acampamento do SPI. Conta sobre a dificuldade que se passou até que esse fato se desse, os deslizos do órgão, as trocas de funcionários e sua ida para cuidar dos Guarani em Araribá, deixando Bandeira de Mello para assumir o Ribeirão dos Patos. Nimuendaju descreve o encontro, os aspectos físicos dos Kaingang e comenta as brigas internas dos indígenas, porém, felicita a pacificação com os brancos.

Por sua vez, Ihering (1911, p.113) afirma que o governo brasileiro não colocava ordem contra os ataques indígenas e que era motivado por uma disposição sentimental do próprio brasileiro. Ihering pregava mão de ferro contra os indígenas, que chamava de bravos. Entretanto, ele se defende da acusação de ter pregado o extermínio dos indígenas (IHERING, 1911, p. 114) e reclama do não apoio dos colegas de sociedade científica. Diz que trata diferenciadamente indígenas que chama de mansos dos que chama de bravios, pregando a educação dos povos indígenas que, mesmo assim, dificilmente sairiam do que ele chama de atraso intelectual, moral e religioso, chegando a afirmar que não seriam cidadãos úteis (IHERING, 1911, p.118) e que, no máximo, não fariam barreira à civilização do sertão, misturando-se. Mais de um século após esse comentário, observa-se que a ideia contida nele ainda possui bastantes adeptos.

Critica o programa de Rondon, que chama de catequese leiga, por não tocar na questão da anarquia das relações das autoridades para com os indígenas bravios, dizendo não ser científico (IHERING, 1911, p. 125). As críticas continuam, com ele classificando o programa de Rondon como insuficiente e inoportuno, como sendo uma crença religiosa positivista que dispensava os missionários. Para Ihering, os massacres e assaltos continuavam contra os sertanejos, que tinham que se defender de maneira própria. Chega

Souza (1918, p.739) diz que foi, em 1916, em companhia dos irmãos Piza e Dr. Rivadavia, até terras entre os rios Feio e Peixe, que seriam de propriedade do senador Luiz Piza, sendo uma área pouco explorada, comentando que sabiam estarem os indígenas sob ação patriótica de Rondon. Sabia da existência de um quartel na região e queria vê-lo. Foi até Penápolis e, de lá, partiu para a região. Teria ficado alguns dias no acampamento, que classificou como sendo do Dr. Horta Barbosa, e em contato com os indígenas, afirmando ser um local viável e indo contra o que Ihering havia proposto, tempos antes, na mesma revista, isto é, a eliminação de indígenas.

Para Souza, a área entre o rio Tietê e o rio Paranapanema era Kaingang. Porém, as matas estavam sendo tomadas pelos lavradores que chegavam. Souza visitou dois acampamentos, um a 30 km de Penápolis e outro a 64km, fazendo uma análise dos locais:

Visitámos dous acampamentos de selvicolas, dirigidos pela comissão de protecção. O primeiro a cerca de 30 k. de Pennapolis, aquém do Feio e o segundo a cerca de 64 k. da mesma localidade, entre os rios Feio e Peixe. Ambos acampamentos estão situados em clareiras na densa matta da região. Algumas casas, construídas de troncos de coqueiro e folhas de zinco, abrigam o pessoal da Comissão. Vivem os índios em palhoças toscas, construídas pelos mesmos, á moda antiga. Umas, simples paraventos inclinados, feitos de alguns paus fincados ao solo, recobertos por folhagens; outras, de dous lances, em fórmula de telhado. Como dormem directamente sobre o solo, ás vezes apenas por sobre alguma folha de palmeira, não se vêem redes nas suas habitações. Em algumas, um pequenino cercado onde collocam animaes vivos, e sempre um pequeno brazeiro, quasi que completam o sóbrio aparelhamento da casa. Quando dormem, dirigem os índios, os pés para o brazeiro, para os aquecerem (SOUZA, 1918, p740).

Souza faz um censo de Icatu, em 1916, no qual consta 64 indígenas, e de Vanuire (Pirã), que constava 31 indígenas, mas afirma que a maioria estava na mata:

Em 1916, no primeiro acampamento, no Icatú, existiam 64 Índios, dos quaes 22 homens adultos, 11 menores e o restante mulheres; no segundo, no Piran, 31 índios, 12 homens, 13 mulheres e o restante crianças. Outros índios habitavam um aldeamento para os lados do rio do Peixe, afora os que viviam mesmo internados na matta. Note-se que essa população não permanece fixa aos acampamentos: a maioria dos índios, seja por nostalgia ou por causa outra, vae a matta e volta della para os aldeamentos (SOUZA, 1918, p. 741).

Souza cita Taunay para dizer que o termo Kaingang significaria índio na língua deles, e que o trabalho deste no Paraná podia ser aplicado aos indígenas do sertão paulista. Após isso, passa a tratar de questões culturais da etnia (SOUZA, 1918, p. 743).

Foto 12 - Menina Kaingang



Fonte: SOUZA, 1918, p.759

Foto 13 – Indígenas Pilando Milho



Fonte: SOUZA, 1918, p 767

Sampaio (1890, p.87-88) classificava como deserto o vale do rio Paranapanema e seu vasto território. Ele fala que a região dos Agudos e o vale do rio do Peixe era um sertão marcado pelo terror que os indígenas inspiravam, mas que o avanço continuava em detrimento deles, ganhando o que chamava de civilização. Sampaio narra a entrada dos pioneiros, descreve as áreas indígenas não submetidas, os ataques, afirma que a maioria da população não indígena era originária do sul de Minas Gerais, colocando-se a favor destes migrantes diante dos indígenas (SAMPAIO, 1890, p. 106).

Sampaio acaba relativizando os ataques contra os indígenas e descreve a catequese como meio importante para os reduzir pela mansidão, protegendo-os, fazendo a assimilação e promovendo a civilização (SAMPAIO, 1890, p. 109). Ele pede por aldeamento no rio do Peixe ou do Aguapeí, comenta a tomada de terras e a necessidade de leis, comenta a possibilidade de aldeias indígenas com pequenas frações de terra no vale do rio do Peixe. Coloca o vale do Paranapanema como rota para se atingir o antigo Mato Grosso (Miranda, no atual Mato Grosso do Sul). Por fim, cita quais seriam as etnias do vale: Coroado, Kaiowá e Chavante, apresentando muito preconceito no uso das palavras contra os Coroado (Kaingang) (SAMPAIO, 1890, p. 124).

Borelli (1984) comenta o processo de colonização tardia do Oeste Paulista e demonstra que a área entre os rios Aguapeí e Peixe era de domínio Kaingang:

Mapa 18 – Frentes Colonizadoras e o Contato com os Kaingang



Fonte: BORELLI, 1984, p.61

A colonização efetivada através da formação de núcleos de subsistência, compostos fundamentalmente por migrantes originários do Estado de Minas Gerais, encaminhou-se em duas direções. Por um lado, ocupando a região norte do estado, acima do rio Tietê, nas proximidades do rio São José dos Dourados e afluentes do rio Grande e, por outro, localizando-se na região sudoeste, abaixo do rio do Peixe, nas proximidades dos rios Santo Anastácio e afluentes do rio Paranapanema. Nesse contexto, a área de ação dos grupos Kaingang, limitada basicamente pelos rios Aguapeí e Peixe, não foi utilizada pelos colonizadores. Mesmo assim, a proximidade indígena e alguns contatos aleatórios originaram uma série de conflitos que merecem ser registrados (BORELLI, 1984, p.62).

Borelli demonstra, pois, que as primeiras frentes de ocupação da região dos sertões chamados de despovoados, pelos colonos, ocorreram em função de fluxos de migração dos mineiros devido à crise em Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XIX (BORELLI, 1984, p.47). Para Borelli, a colonização do Oeste Paulista só se efetivaria nas primeiras décadas do século XX, pois, anteriormente, nas palavras da própria autora, a região entre os rios Tietê, Feio, Aguapeí, do Peixe e Santo Anastácio era considerada sertão desconhecido:

A partir da segunda metade do século XIX e dos primeiros anos do século atual, tiveram início vários processos de reconhecimento, colonização e ocupação deste território, por meio de expedições de caráter exploratório, organizadas por comissões e instituições científicas, expedições de cunho religioso cujo objetivo era a catequização das populações indígenas, além da formação de núcleos de subsistência, expansão da economia cafeeira e construção de novas vias de comunicação, principalmente ferrovias (BORELLI, 1984, p.45).

Borelli descreve que os Kaingang habitavam pequenas aldeias no interior das matas do rio Feio, convivendo pacificamente com os primeiros colonizadores vindos de Minas Gerais. A situação mudaria após ataques a alguns indígenas por parte de colonizadores e da derrubada excessiva das matas no território deles. Diz que, quando a CGGESP chegou a Bauru, em 1886, já ficou ciente dos conflitos entre colonos e Kaingang. A estigmatização dos Kaingang como inimigos teve seu ápice com a morte do missionário padre Claro, em 1901, no rio Feio. Segundo ela, nenhuma comprovação foi dada e várias hipóteses foram lançadas, inclusive por ataques e mando de não indígenas insatisfeitos com os feitos do padre (BORELLI, 1984, p. 65-66).

Lima (1978) estudou o conflito entre brancos e indígenas na região de Bauru, entre 1850 e 1910, dizendo não se embasar em um choque racial, mas na questão da luta pela terra. Bauru era considerada, no início do século XX, como a boca do sertão, isto é, uma das últimas áreas povoadas pelos brancos, antes de adentrar nos territórios desconhecidos

do Oeste Paulista (habitados pelos Kaingang). A minúscula cidade era considerada pelo autor como vital ao estudo do conflito entre brancos e indígenas nas bacias dos rios Tietê, Peixe e Feio-Aguapeí, pois era um entroncamento de várias ferrovias, além de ser a sede urbana mais potencializada antes do território Kaingang (LIMA, 1978, p. 26).

Citando Schimidt, Lima informa sobre as hostilidades entre brancos e indígenas no Vale do Rio Feio-Aguapeí, ao qual chama de Reserva da Agricultura do Estado de São Paulo, mas que era todo desconhecido e habitado por indígenas (SCHIMIDT, citado por LIMA, 1978). Para resolver essa situação, seria função da CGGESP analisar as bacias dos rios da região. Para essa comissão, os espigões que comporiam o Oeste Paulista, além de delimitar as bacias hidrográficas, também serviriam para separar as etnias indígenas. Como exemplo, aponta que o espigão que separa o rio Paranapanema do rio do Peixe, também separava os Kaingang dos Oti (LIMA, 1978, p.30). A mesma comissão também classificaria as etnias encontradas em mansas (os Guarani), semicivilizadas (os Kaiowá), bravas e ferozes (os Kaingang) e sociáveis (os Ofaié) (LIMA, 1978, p. 9).

Para Borelli (1984), a pacificação dos Kaingang, em 1912, deve ser entendida num contexto de tentativa de preservação dos indígenas das chacinas, retirando-os de áreas de conflito e de expansão econômica e, assim, garantindo a tranquilidade do processo de colonização (BORELLI, 1984, p. 78). A autora aponta que o início do século XX foi particularmente desastroso para as populações Kaingang do Oeste Paulista. Em 1912, o grupo já estaria pacificado e vivendo em áreas reservadas. Entretanto, segundo ela, o que ocorreu de fato foi um extermínio, pois, de aproximadamente 1200 indivíduos antes de 1912, essa população caiu para 700 na data da pacificação, e para 200 em 1916. Números que podem ser considerados como um genocídio. Os fatores apontados para essa situação são a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, epidemias e ausência de nascimentos (BORELLI, 1984, p.81).

Rodrigues (2007, p.72), citando Ribeiro (1986), aponta que, até 1900, a situação Kaingang no Oeste Paulista era a de indígenas isolados, com território extenso entre os rios Tietê, Paraná, Paranapanema e a Serra dos Agudos. A área também seria disputada por outras etnias como os Oti-Xavante e os Guarani. Somente com o século XX e a expansão capitalista é que ocorreriam os grandes choques de expedições militares, científicas e a ocupação do Oeste Paulista.

Pinheiro (1999, p.10) mostra que o Oeste Paulista era área Kaingang, Guarani e Oti, mas que só sobraram as terras de Vanuire, Icatu e Araribá. Os Kaingang, em São Paulo, seriam habitantes imemoriais da região entre os rios Tietê, Peixe, Feio-Aguapeí e

Pelo mapa 19, percebe-se que a área Kaingang permanecia quase intocada pelas migrações. Enquanto a penetração dos mineiros se caracterizaria, segundo Borelli (1984), pela formação de pequenos núcleos de subsistência, o café e as novas vias de comunicação, que se expandiam pelo Oeste Paulista, incorporavam vastas regiões, transformando a terra em mercadoria e propriedade privada. Quem estivesse pelo caminho, e não tinha a posse, era expulso, mesmo que em terras devolutas (BORELLI, 1984, p.49).

Lima (1978, p.12) aponta que a fraude e a violência, além da atuação dos bugreiros e das Batidas contra os indígenas, caracterizaram o extermínio contra as populações originárias, gerando cada vez mais tensões. A lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850) dividiu as terras em particulares e devolutas. Como os indígenas não possuíam os títulos de compra de suas terras, logicamente, ocorreu que grande parte do Oeste Paulista se tornou área devoluta, sendo ocupado pela citada fraude e violência. O autor diz que a própria burguesia cafeeira, que dominava a política regional, fazia as leis, legalizando, assim, a conquista da terra (LIMA, 1978, p. 117).

Borelli (1984, p.65) aponta que uma tentativa malsucedida de missão religiosa para catequizar os Kaingang acabou por fazer surgir o núcleo colonizador que seria a cidade de Penápolis, em São Paulo. Relata outras missões religiosas e, entre elas, aborda o episódio da morte de notório padre na região que teve a culpa lançada sobre os Kaingang, fato que ajudou a estigmatizá-los. Aponta as expedições exploratórias, entre 1905 e 1907, da CGGESP, nos rios Feio/Aguapeí e do Peixe, como um início de sistematização das informações sobre os Kaingang (BORELLI, 1984, p.66), muito embora o interesse desta comissão fosse o reconhecimento geográfico e econômico da região, na tentativa de colonizá-la.

Junto às expedições, ocorria a expansão do café e a construção da Estrada de Ferro Noroeste em um projeto de colonização que cortava justamente o território Kaingang, que também é apontado pela autora como sendo a área entre os rios Feio/Aguapeí e do Peixe. Entretanto, aponta-se que essa região só seria efetivamente ocupada no final da década de 1920 (BORELLI, 1984, p.67).

Borelli faz descrições da resistência dos Kaingang e a classifica como um obstáculo significativo ao avanço do café nos primeiros anos do século XX. Os conflitos seriam constantes, tornando inviável a formação de algumas fazendas e colocando em risco a vida de colonizadores, o que geraria hostilidades contra os indígenas:

A expansão cafeeira foi, sem dúvida, a mais significativa das frentes de colonização do oeste do Estado de São Paulo e a pacificação dos Kaingang em 1912 colaborou diretamente para sua ampliação, na medida em que liberou, para o café, territórios anteriormente caracterizados pela presença indígena (BORELLI, 1984, p.68).

Borelli afirma que a intervenção do SPI para pacificar os Kaingang, em 1912, colocando-os em reservas e liberando o território para o café, foi fundamental para a colonização do Oeste Paulista. Analisa, porém, que a não intervenção do órgão poderia ter gerado a extinção da etnia em São Paulo, pois, segundo aponta, os indígenas dificilmente resistiriam à pressão da expansão capitalista. A Noroeste viria para desempenhar o papel definitivo na ocupação do Oeste Paulista. Cortou a área Kaingang e gerou resistência, entretanto, alguns autores apontam que as epidemias foram mais mortais que a luta contra os indígenas (BORELLI, 1984, p.69).

Borelli comenta que foi uma grande dificuldade se escolher o local do primeiro posto de atração, pois os Kaingang circulavam por uma área de aproximadamente 250 km entre os rios Peixe e Aguapeí. Mas, devido a um assalto na estação Hector Legru, atual Promissão, os funcionários do SPI descobriram a localização de um provável acampamento indígena, próximo ao Ribeirão dos Patos. Nesse local foi levantado o então primeiro posto de atração. Em 1911, foi encontrada a primeira aldeia Kaingang, que pertencia ao grupo do cacique Vahuin, porém, os indígenas saíram do local. Mesmo assim, o SPI deixou presentes, antes de retornar ao posto de atração. O local do posto logo foi requisitado para o café, que valorizava economicamente aquelas terras. O acampamento acabaria dissolvido em 1916 devido a essas pressões (BORELLI, 1984, p.78-79).

Os Kaingang também tentaram **amansar** o branco, segundo a autora, buscando se utilizar das próprias práticas ensinadas pelo SPI, além de acordos e relacionamentos. Borelli coloca como crucial o papel da índia Vanuire que, com sua música e voz, induziria os indígenas a entrarem no acampamento. Visitas se sucederiam nas aldeias, inclusive na de outros caciques como Congre-Hui, Cangrui, Rugrê e Charin. No mês de junho de 1916, seria criado o acampamento Icatu, às margens da estrada Penápolis-Aguapeí. Nesse local ficariam os Kaingang do grupo de Vahuin, transferidos do antigo acampamento do Ribeirão dos Patos (Promissão). Em terras doadas por Lélío Piza e Irmãos, em 4 de junho de 1917, ergueu-se o terceiro acampamento, chamado inicialmente de Índia Vanuire, na margem esquerda do rio Feio/Aguapeí. Nesse local, seriam instalados os Kaingang do

grupo do chefe Charim, só restando em aldeia própria o grupo do chefe Iacri, que vivia do outro lado do rio Feio (BORELLI, 1984, p.80-81).

Silva (2014, p.168) comenta que o Oeste Paulista, até boa parte do século XX, não tinha sido efetivamente ocupado pela urbanização, sendo, pois, uma região dita desconhecida e ocupada por populações hostis. Entretanto, as frentes de colonização e exploração vieram e foram seguidas por expedições religiosas, expansão cafeeira e construção da ferrovia. A autora diz que se tentou mostrar ao indígena as chamadas maravilhas do mundo civilizado, quando na verdade, tentava-se tomar suas terras.

Segundo consta em Rodrigues (2007), entre 1880 e 1910, o Planalto Ocidental Paulista recebeu os primeiros indivíduos ligados à cafeicultura. Em 1929, chegariam à região entre os rios Tietê e Aguapeí, atingindo a região de Araçatuba, e entre os rios Aguapeí e Peixe, na região de Marília. Com isso, houve uma grande procura por terras na região para o plantio de café. Com essa onda, chega também a Noroeste, estrada de ferro que atravessaria territórios Kaingang (MELATTI, citado por RODRIGUES, 2007, p.51).

O autor diz que as primeiras referências que identificam Kaingang na região dos rios Feio/Aguapei são os relatos da CGGESP (RODRIGUES, 2007, p.55). Outra importante fonte para identificação da presença dessa etnia na região seria Horta Barbosa (1913), um dos responsáveis pelas frentes de atração idealizadas pelo SPI e que resultaram na criação do primeiro aldeamento. Este seria chamado de Vila Kaingang e se localizaria próximo ao Ribeirão dos Patos:

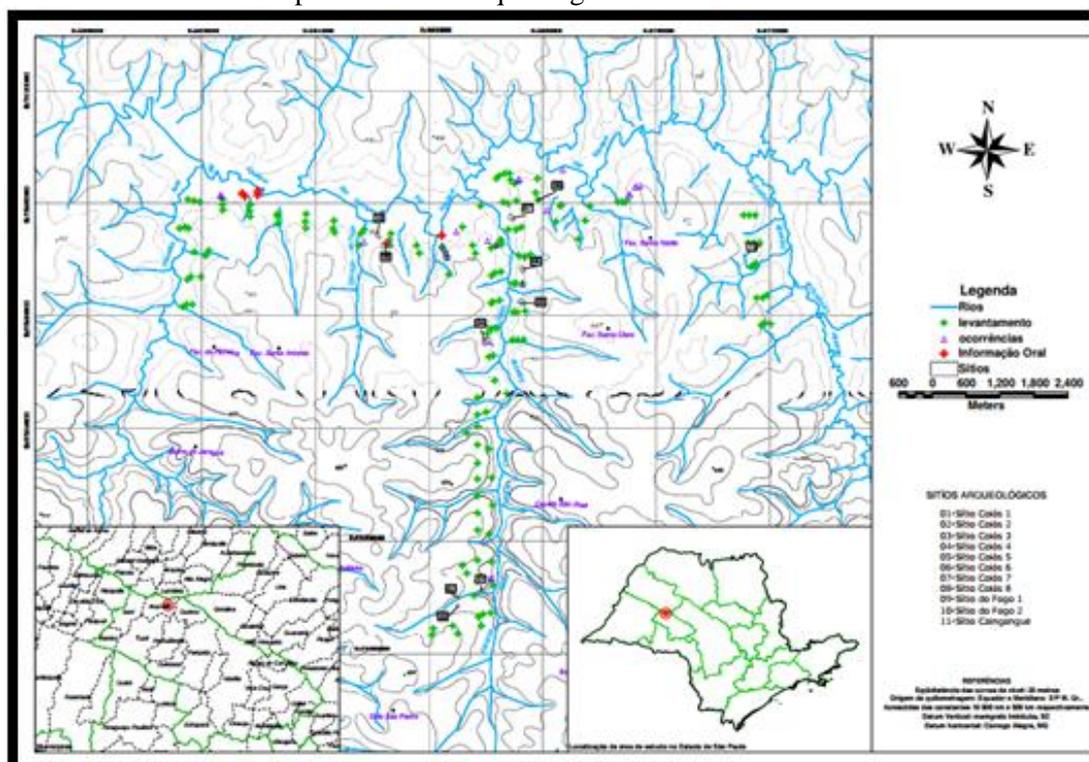
[...] Feito o acampamento ao lado dessa estação iniciou logo o tenente Candido Sobrinho a exploração da mata que a circundava, resultando daí a descoberta de que se achava num lugar muitíssimo frequentado pelos índios e por isso mesmo muito próprio para a fundação do projetado centro de atração. [...] seguindo por um dos trilhos mais batidos, foi o tenente Sobrinho esbarrar a 2 km da estação com o Ribeirão dos Patos, num ponto de passagem dos silvícolas e onde convergiam para todos os lados numerosos caminhos com sinais de serem muito trafegados. [...] Para aí resolveu ele transferir imediatamente o seu acampamento fazendo para isso a necessária derrubada do arvoredo secular; depois substituíu o abarracamento inicial por um arranchamento a servir de centro das operações que se haviam de desdobrar para o interior da floresta que se estendia ininterrupta para os lados do Feio. (BARBOZA citado por RODRIGUES, 2007, p.57).

Rodrigues comenta a mudança da Vila Kaingang, de Promissão, para um novo lugar, que acabou sendo, após descarta-se outro local ainda mais distante, Icatu, no atual município de Braúna. Teria ocorrido no começo de junho de 1916:

[...] decidiu-se a mudança de posto de atração, o que foi levado a efeito em princípio de junho deste ano de 1916. O primeiro projeto foi estabelecer o novo acampamento no lugar em que existiu a aldeia do chefe Iacry. Esse projeto, porém, teve de ser abandonado em vista das despesas. [...] ficando esse local 9 quilômetros além do Aguapey, o qual por sua vez dista da estação de Penápolis 7 léguas. (BARBOZA, [1916] 1954, p.65-67 citado por RODRIGUES, 2007, p.59).

Rodrigues (2007, p.59-64) continua citando outros autores que descreveram aldeias Kaingang pela região do Oeste Paulista, bem como faz uma análise dos locais, por meio de um arqueólogo que escavou cemitérios da etnia. Mais um exemplo de abordagem de Rodrigues (2007, p.85-89), é a descrição da imigração japonesa no Oeste Paulista, dizendo que ela foi fundada por Shuheji Uetsuka, em 1918, e que o fim da Vila Kaingang e sua retirada para o novo aldeamento de Icatu, em 1916, pode sugerir inter-relação. Rodrigues (2007, p.185) diz que Sakai [(1940) 1981], em pesquisas no Oeste Paulista, entre os anos de 1937 e 1940, realizou escavações em túmulos Kaingang que foram identificados quando da formação da colônia japonesa na região de Lins, principalmente em Getulina, Promissão e Guararapes, reforçando a presença dos Kaingang por vasto território de São Paulo.

Mapa 20 - Sítios Arqueológicos no Oeste Paulista



Fonte: RODRIGUES, 2007, Anexos.

Rodrigues (2007, p.66) destaca os grupos étnicos de São Paulo, entre eles, Guarani, Terena, Kaingang, Krenak e Pankararu, além de representantes dos Fulni-o e Atikum. Destaca os Kaingang no Oeste Paulista, nas áreas entre os rios Tietê e o Paranapanema.

O autor cita Horta Barbosa [(1916) 1954, p.68], sobre a transferência do primeiro acampamento de atração (Promissão) para a região de Penápolis, formando o segundo posto, o de Icatu. Diz que os Kaingang consideravam o posto como propriedade do grupo de Vauhin. Ficava claro ao SPI que existiam diferenças e rivalidades entre grupos Kaingang (RODRIGUES, 2007, p.83).

Rodrigues fala que a expulsão do primeiro acampamento se deu por motivos econômicos e políticos. Com o fim da Vila Kaingang, eles vão para Icatu, em Penápolis (hoje, Braúna), em 1916. Desestruturados, gerou-se novos conflitos entre grupos rivais (RODRIGUES, 2007, p.87). Para eliminar as inimizades em Icatu, Horta Barbosa autorizou a abertura de outro posto de atração: o aldeamento no Córrego Pirã, que hoje se chama Vanuire (RODRIGUES, 2007, p.88).

Rodrigues (2007), citando Pinheiro (1999), aponta que, na primeira década do século XX, o SPI cria áreas para as populações indígenas remanescentes do conflito com a frente de expansão capitalista no Oeste Paulista. Icatu, na estrada Penápolis-Aguapeí, e Vanuire, no rio Feio-Aguapei. Seriam aldeias multiétnicas, com partes de antigos territórios doados pelo Estado ou particulares ao SPI para atrair e localizar os indígenas. Então, de Ribeirão dos Patos (Promissão), vão para Icatu e Vanuire. Rodrigues cita Melatti (1976), para dizer que o processo começa com o SPI devido ao conflito e, Rondon, diretor desse órgão, começa a atração com a criação de um hospital e um acampamento em Promissão (RODRIGUES, 2007, p.91). Esse processo aconteceu entre 1911 e 1912 e foi até 1915. Para enfatizar, cita Pinheiro (1999, p.97), que diz que, por interesses econômicos e comerciais, os indígenas são transferidos para Icatu e confirma que a mudança se daria em junho de 1916.

Pinheiro (1999, p.7) resume que o papel do SPI era o de liberação das terras para colonização e controle das comunidades indígenas, por meio de uma estratégia de disciplina militar e regime tutelar para incorporá-los à civilização, mediante imposição de hábitos, costumes e trabalho dito civilizado. Seria uma aliança entre governo, bugreiros, grileiros e imigrantes para deslocar os indígenas para pequenas áreas. A meta do SPI era, então, integração, proteção, tutela e liberação de terras (PINHEIRO, 1999, p.10). A autora segue mostrando as alianças que se faziam contra os indígenas:

Alguns destacados bugreiros tornaram-se famosos e foram designados, oficialmente pelo governo estadual, como os “encarregados da catequese” e “chamamento” dos índios. Eles e seus auxiliares eram premiados com títulos honoríficos e com a posse de parte das terras recém apropriadas. Conforme carta/ofício do Diretor Geral dos Índios ao bugreiro na função de “encarregado da catequese”, é possível compreender com bastante clareza como as terras devolutas, pertencentes ao Estado, até então, antigos territórios indígenas ou provenientes de antigos aldeamentos desativados, foram sendo apropriadas pelos fazendeiros. Posteriormente, eles mesmos iam vendê-las ou passá-las às mãos de políticos influentes que as venderiam aos colonos. Dessa forma, pode-se entender como pessoas do tipo de Felicíssimo Antonio de Souza Pereira, Cel. Sanches de Figueiredo e Cel. Manoel Bento Cruz e outros, iam tornando-se proprietários latifundiários, políticos poderosos e temidos corretores de terras (PINHEIRO, 1999, p.89).

Em 1911, a autora afirma que o SPI encontraria alguns Kaingang prisioneiros de batidas em Campos Novos Paulista, São Paulo. Retirados do cativeiro, tornaram-se mediadores para a atração de outros Kaingang. Entre eles, estaria a Índia Vanuire:

[...] Em 1911, durante a expedição de reconhecimento da região de conflito, primeira etapa do plano de pacificação, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais localizou, na fazenda de um genro do grileiro e bugreiro Coronel Francisco Sanches de Figueiredo, Cel Sancho, em Campos Novos do Paranapanema, cinco Kaingang que haviam sido aprisionados em “batidas” e estavam agora sendo escravizados pelos grileiros. Retirados do cativeiro, tornaram-se importantes mediadores na “atração” dos Kaingang. A velha índia Vanuire destacou-se na intermediação pelo seu entusiasmo e cantoria constantes. (PINHEIRO, 1999, p.11)

Pinheiro diz que muitos assassinatos eram atribuídos aos indígenas, mas poucos tiveram provas. Muitos seriam praticados por não indígenas, mas com técnicas atribuídas àqueles para que fossem ditos obras de indígenas (PINHEIRO, 1999, p.86). Comenta as técnicas utilizadas para o extermínio deles, como roupas infectadas, envenenamento das águas, armas, batidas, além de forte uso de propaganda para que se pudesse usar de violência, tudo justificado pelo desenvolvimento:

Na segunda metade do século passado e início do século 20, a guerra contra os indígenas teve como estratégia o extermínio - roupas infectadas por vírus, envenenamentos de águas e aguadas, carabinas, expedições de “batidas” e uma potente propaganda desenvolvimentista para eficientemente justificar a violência – e, como consequência, a abertura de créditos milionários para a construção de estradas sofisticadas e cidades “relâmpago” em lugares onde só haviam rios pioscosos e florestas [...] (PINHEIRO, 1999, p.91).

Pinheiro demonstra a participação do governo nesse processo:

Sob pressão política de fazendeiros locais, o governo não só admitiu como também estimulou a formação de "batidas". Elas consistiam na organização de um agrupamento de sertanistas, fazendeiros, índios mansos e "homens práticos do sertão" que partiam para o interior do Planalto Ocidental em busca de aldeias ou de índios dispersos para assassiná-los ou capturá-los. O Governo Provincial costumava remunerar os integrantes destas expedições e fornecia instruções oficiais no tocante à sua formação e atuação.

As cidades de Campos Novos do Paranapanema, Botucatu, Bauru e o trecho da Estrada de Ferro Noroeste de Bauru entre as estações de Albuquerque Lins (atual cidade de Lins) e Araçatuba se sobressairam na organização destas "batidas". (PINHEIRO, 1992, p.105).

Também mostra a participação essencial de entidades científicas na exploração das áreas Kaingang, bem como demonstra as táticas de resistência desse povo:

Quando a Comissão Geográfica e Geológica iniciou a exploração do Rio do Peixe, em 1906, recebia quase diariamente advertências indígenas para que fossem interrompidos os trabalhos de exploração e registro da região. Caso continuassem já estavam avisados de que adentravam territórios Kaingang, sem o convite destes. As consequências não tardavam. Apareceram nas margens do Rio do Peixe e do Feio-Aguapei, as famosas flechas guerreiras fixadas nas margens dos rios e capinadas em volta. Os Kaingang deixaram aos grupos de exploradores sinais bastante visíveis de sua presença e do quanto lhes incomodavam a presença dos invasores. As canoas descendo o rio não deixavam de ver os "avisos" de que estas terras tinham donos e esses donos não queriam aí intrusos. Apesar dos avisos, quando os invasores continuavam sua marcha rio abaixo, eram inevitáveis os ataques ou punições dos Kaingang e também o revide dos invasores. Para puni-los os Kaingang faziam trincheiras de mais ou menos um metro de altura por quinhentos metros de comprimento nem sempre contínuas. Essas trincheiras de troncos de árvores ficavam sobre os barrancos das margens dos rios e chegavam a atingir seis metros acima de seu leito. Daí partiam suas flechas que raramente não deixavam feridos. (PINHEIRO, 1992, p.117).

Pinheiro afirma que, desde 1838, o IHGB já vinha discutindo formas brandas de contatar os indígenas para a formação da chamada Nação Brasileira, em um processo de consolidação de um Estado Nacional, controlador de um território unificado e de população homogeneizada (PINHEIRO, 1999, p.97). A estratégia de atração e pacificação dos Kaingang paulista iniciou-se, conforme relata a autora, com a fundação de um posto de atração no Ribeirão dos Patos. Nesse local, seria construída uma fazenda modelo. Era a criação da Vila Kaingang, destinada a ensinar usos e costumes de civilidade (PINHEIRO, 1999, p.100). Quatro anos mais tarde, o SPI transferiria os Kaingang para áreas menos férteis, fundando Icatu e Vanuire. Segundo o órgão, as terras desses postos

indígenas teriam sido doadas pelo senador Lelio de Toledo Pizza. Em Icatu, as divergências entre as facções, que teriam sido apaziguadas na Vila Kaingang, retornaram. Para evitar um retorno à mata, criou-se Vanuire (PINHEIRO, 1999, p.101). As cidades da região seriam fundadas nesse período, em cima de território Kaingang:

A partir daí, houve um aumento consideravelmente rápido e intenso na ocupação dos territórios Kaingang pelas fazendas de café, pelas estradas e pela urbanização. A “franja do sertão” já havia agora caminhado para além dos limites de Bauru, Campos Novos, Botucatu. As cidades de Lins, Cafelândia, Promissão, Penápolis, Araçatuba, Birigui, e outras, foram fundadas durante essa “entrada”, sobre as exóticas pirâmides tumulares dos cemitérios Kaingang, finalmente pacificados. (PINHEIRO, 1999, p.101-102).

Para a autora, grande parte das batidas era financiada pela Noroeste, portanto, com o dedo do governo, já que este investia muito nas estradas, colaborando com a situação de violência na região, por meio da figura dos bugreiros, investindo neles ou se omitindo. A criação do SPI, todavia, iria na contramão do bugreirismo. Em 1910, ocorreria a primeira expedição do órgão para pacificar a região Oeste de São Paulo. Pinheiro afirma que as pessoas que habitavam as cidades da região temiam os líderes e mandantes das batidas, pois o poder local pertencia a estes. Tudo com a anuência do poder central (PINHEIRO, 1999, p.108).

Para Pinheiro, o indígena era excluído da vida das novas áreas de povoamento, sendo-lhe atribuído um comportamento que mais se aproximava dos animais do que da humanidade. Essa mentalidade serviria de justificativa para injustiças e violência, criando-se tolerância e convivência das populações intituladas civilizadas do Planalto Paulista para com a discriminação, massacres e esbulho das terras indígenas (PINHEIRO, 1999, p.109).

Pinheiro reforça que as atuais aldeias do interior de São Paulo são parte dos antigos territórios indígenas que, apesar de já serem deles, foram oficialmente doados pelo Estado ou por particulares ao SPI, com o intuito de atrair e localizar os indígenas remanescentes do período das guerras com os bugreiros, época na qual se diz que foram pacificados pelo SPI (PINHEIRO, 1999, p.116).

Comenta a função dúbia do SPI de proteger indígenas, mas liberar terras. Para ela, Vanuire, por exemplo, seria formada pela transferência de indígenas para uma região arenosa, mais desvalorizada, transformando-se em uma pequena fazenda de criação de gado administrada pelo Governo e com indígenas em trabalho compulsório (PINHEIRO, 1999, p.117). Proteger era destruir, e o violento processo civilizatório, focando na

integração à sociedade do Oeste Paulista, era de controle e intervenção cultural e social, para adaptá-los à sociedade invasora (PINHEIRO, 1999, p.119). Lima (1978, p.199) também aponta a função dúbia do Estado na criação do SPI: criado pelo Estado, mas portador de ideais que iam contra ele, isto é, contra os colonizadores ávidos por destruir os indígenas e se apossar das terras deles. Entretanto, a criação de áreas minúsculas reservadas aos indígenas acabaria solucionando a questão.

Pinheiro (1999) diz que, antes, havia colonos, pescadores, caçadores e moradores dispersos que compartilhavam o sertão com os indígenas sem grandes problemas. Entretanto, aponta que, com a chegada da Noroeste, foi intensificada a colonização e as investidas dos bugreiros (PINHEIRO, 1999, p.129). Na imprensa, a culpa do conflito era jogada nas mãos do chamado insociável Kaingang:

[...] Através dessa perspectiva etnocêntrica, a hostilidade dos índios à civilização era atribuída à sua própria natureza, que era definida como selvagem e belicosa. Essa posição ganhou maior fôlego na imprensa paulistana depois do assassinato do Padre Claro e dos Guarani pelos Kaingang. Também nessa versão, a solução do “problema indígena” passava pela “civilização do selvagem”. (PINHEIRO, 1999, p.131).

Lima (1978, p. 160) destaca o papel, que chama de vital, da Noroeste, que não era apenas a construção de trilhos e estações de trem pelo território Kaingang, mas seria a ponta que trazia consigo o café e a especulação imobiliária, apressando a colonização e gerando ainda mais violência:

As tensões geradas pelo avanço indiscriminado das chamadas frentes pioneiras, acucando os indígenas cada vez mais na direção dos limites ocidentais do território paulista, dão a medida do estado das relações dominantes, no momento em que, a partir de 1905, começa a ser construída, desde Bauru, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Atravessando as terras dos Caingangues – muitas delas já violadas pela invasão dos chamados pioneiros –, e sem que para isso fosse anteriormente preparado nenhum contacto, a ferrovia polariza boa parte da luta armada, provocando a intervenção direta do Governo Federal e tornando-se mesmo um antecedente imediato da criação do Serviço de Proteção aos Índios (LIMA, 1978, p. 12).

Lima (1978, p.145) afirma que se tentou até justificar as dadas ou batidas, e a violência que elas simbolizavam, como necessárias para a defesa dos colonizadores. Entretanto, aponta que raras vezes tinham esse objetivo, pois constituíam-se, quase sempre, de um caráter ofensivo e sistemático utilizado pelo que chama de braço armado da ocupação, que seriam os bugreiros. Lima demonstra que a resistência Kaingang aprimoraria suas técnicas de defesa para reequilibrar o poder dos atacantes, através de

guerrilhas, emboscadas e retiradas sucessivas (MORAIS FILHO, citado por LIMA, 1978, p.167). Todavia, em contrapartida, também seriam ampliados o poder de fogo e as técnicas genocidas dos colonizadores.

Lima (1978, p.168-169) cita algumas dessas dadas em aldeias Kaingang, no ano de 1908. Em uma delas, na região do rio Campestre (provavelmente município de Lins, São Paulo), ocorreu a morte de vinte e nove indígenas e outros tantos feridos, em nome da abertura da via férrea. Outra descrição foi na chamada Aldeia do Córrego Azul, perto do município de Araçatuba, São Paulo, onde os indígenas foram pegos de surpresa durante a madrugada, pois estavam adormecidos e embriagados devido a uma comemoração ocorrida na véspera. Após as mortes, a aldeia foi destruída, com a mesma desculpa de ser inimiga da ferrovia. Nos cálculos da chacina, constariam a morte de mais de cem indígenas.

Lima escreve que, em 20 de julho de 1910, o presidente Nilo Peçanha assinou o Decreto nº 8072, estabelecendo o SPI. Rondon seria o responsável pela organização do grupo de aproximação, chefiado pelo tenente Manoel Rabello. Pedia-se a suspensão das dadas e pela criação de uma patrulha na área de conflito (LIMA, 1978, p. 183-184). Rabello operaria entre as estações de Miguel Calmon (Avanhandava) e Heitor Legru (Promissão). Lima comenta, inclusive, a criação do primeiro posto de atração, próximo ao Ribeirão dos Patos, localidade próxima a Heitor Legru, culminando com o encontro de 19 de março de 1912, marco das relações entre brancos do SPI e indígenas Kaingang.

Pinheiro (1999) faz uma breve descrição do que seria o primeiro posto de atração dos Kaingang em São Paulo, no meio da floresta. O local teria sido montado com verbas do Coronel Manuel Bento da Cruz e o objetivo seria o de atrair o indígena e mostrar a ele uma visão mais positiva do civilizado. Fixaram-se em região bastante frequentada pelos Kaingang, perto de um riacho onde existiam vários cruzamentos de trilhas vindas de aldeias distantes. Nesse local, fundava-se o Acampamento do Ribeirão dos Patos.

O processo da pacificação ocorreu no meio da floresta a poucos quilômetros da Estação de Trem Heitor Legru (hoje cidade de Promissão), que foi montada com recursos particulares do Cel Manuel Bento Cruz. Foram oito meses de preparação. A atuação dos militares foi inicialmente, conforme visto no capítulo anterior, organizar uma expedição de reconhecimento do problema no local e montar uma estratégia de “ataque pacífico” com o objetivo de atrair os indígena. Para isso, era necessário escolher um lugar bastante freqüentado por eles e agir no sentido de mudar a visão que os Kaingang tinham do “civilizado”.

[...] Para fixar o acampamento foi escolhido, um local bastante

freqüentado pelos indígenas, às margens de um riacho onde entrecruzavam-se várias trilhas vindas de diversas aldeias distantes. Nessa trilha Kaingang foi fundado o “acampamento do Ribeirão dos Patos”, tendo tido os cuidados de agir segundo certas regras (PINHEIRO, 1999, p.136).

Pinheiro se utiliza do inspetor do SPI em São Paulo (Barbosa) para descrever o início da pacificação dos indígenas da seguinte forma:

"Aí derrubou-se a mata secular, abrindo-se uma clareira retangular de 200 metros de largo por 300 de comprimento. No centro dêsse quadrilátero (...) construíram-se pequenos ranchos de estipes de coqueiros lascados ao meio, cobertos de palha e sem divisões internas. Serviam de residência ao chefe do serviço e aos seus auxiliares, num total que nunca excedeu de dôze pessoas; de arrecadação de víveres, brindes e outros artigos, cozinha, refeitórios, etc. O perímetro dêsse quadrilátero era cercado a arame farpado, além de protegido pelo intrincado dos ramos de muitas árvores abatidas. A noite era iluminado a lampeões de querosene, que se traziam sempre acesos, enquanto o centro jazia em profunda escuridão. O objetivo de tais cuidados era afastar, tanto quanto possível, as probabilidades de um assalto dos índios..." (PINHEIRO, 1999, p.136).

Continua a descrever o acampamento:

"Eles (os Kaingang) traziam o acampamento sob estreita e incessante vigilância, espionando noite e dia, com paciência infundável, o momento em que um nosso descuido lhes propiciaria a desejada oportunidade de desferirem o golpe da sua infalível estratégia. A luz do dia era-lhes desfavorável: forçava-os a embrenharem-se na mata e a só de longe observarem-nos, às vêzes por seus espias enrodilhados na copa de algum coqueiro. Mas a noite fazia-os ousados e empreendedores: vinham até próximo da nossa cêrca, a princípio sorrateiramente, enquanto esperavam surpreendernos; depois ameaçadores, soltando brados enormes e fazendo troar a mata com pancadas dos seus tacapes temerosos, os formidáveis garantãs, contra os troncos das árvores." (PINHEIRO, 1999, p.137).

Depois de muito tempo de hesitações e de certa hostilidade dos indígenas para com o acampamento, as aproximações começariam. Pinheiro demonstra que alguns deles vieram ao local, provaram da comida (prudentemente apenas após um dos não indígenas provar) e aceitaram objetos de presente (PINHEIRO, 1999, p.143). Destaca-se o papel da índia Vanuire no contato:

Um pouco depois do meio-dia, de 19 de março, no alto do caminho que vem do rio Feio, apresentaram-se a peito descoberto dez guerreiros caingangues, inteiramente desarmados e com a resolução evidente de travar relações com os ocupantes do acampamento dos patos.

A natural excitação dos primeiros momentos só durou o tempo necessário para a admirável Vanuíre dar-se conta do que se passava; então, correndo com entusiasmo incrível, foi ela resolutamente meter-se no grupo formado pelos caingangues e induziu-os a acompanhá-la até o recinto do acampamento (BARBOSA, 1947, citado por PINHEIRO, 1999, p.146).

Desde esse dia, as visitas recíprocas entre os Kaingang e os militares do SPI aumentaram. De início, os indígenas eram do grupo do cacique Vauhin. Entretanto, outros grupos de outros caciques viriam: Clenclá, Ererim, Iacri e Charim. A autora relata que até uma visita à cidade de São Paulo foi realizada:

Algumas semanas depois da pacificação, Bandeira de Mello convidou um grupo de homens, mulheres e crianças para visitar São Paulo. Hospedaram-se na sua própria casa, no Alto de Santana. Depois de muita discussão, os Kaingang decidiram que um grupo liderado por Clenclá faria a viagem no “giriti-tam-pim”, o trem temeroso e barulhento. Segundo o relato de Anna Izabel Bandeira de Mello, foi uma grande aventura tanto para os indígenas quanto para a família. Chegando em Bauru, cidade ainda com as ruas todas de areia, foram saudados pela população. Por onde passavam eram sempre saudados e presenteados. Em São Paulo não demonstraram admiração. Mostraram-se mesmo indiferentes, “com ares de superioridade”.

Ficaram hospedados na casa de Bandeira. A família do encarregado já havia visitado Clenclá e os seus parentes lá no acampamento. Por vinte dias, os Kaingang visitaram várias vezes o cinema, chamando-o de “tim-tim” por causa da campainha da porta de entrada. Visitaram a cadeia, os parques, o teatro, tomaram muito sorvete, “man-cutxá” (mel frio), e, segundo afirma a entrevistada Anna Izabel Bandeira de Mello, eles “se divertiram imensamente na capital do Estado” e, retornando à Aldeia, contavam as “aventuras” que tiveram. Mas, segundo o relato, logo sentiram saudades da Aldeia. Numa das visitas aos Clubes Esportivos das margens do Tietê, na ponte grande, sabendo que este rio desaguava no Rio Paraná, um deles pediu à Bandeira que fornecesse-lhe um barco que ele chegaria à sua Aldeia por este caminho mesmo. (PINHEIRO, 1999, p.147-148).

Foto 14 – Palhoça Kaingang no Ribeirão dos Patos



Fonte: PINHEIRO, 1999, p.156

Foto 15 – Atração e Pacificação Kaingang



Fonte: PINHEIRO, 1999, p.157

Pelas fotos, observa-se o estilo das casas Kaingang na época da chamada pacificação, bem como imagens do cacique Rerim e da própria Vanuire. Com a distribuição de roupas e objetos, esperava-se, por parte do SPI, acalmar e criar laços com os indígenas. Para a autora, na vila Kaingang, primeiro posto de atração administrado pelo SPI no Oeste Paulista, os indígenas teriam mantido suas relações internas, segundo suas tradições, mas incorporado elementos dos brancos. Segundo ela, quatro anos depois, Bandeira de Mello, responsável pelo início das relações, recebeu ordens de transferir os Kaingang para área de menor qualidade. Ao discordar da proposta, teria sido punido e encaminhado para Araribá. Logo após, os Kaingang seriam transferidos para Icatu e Vanuire (PINHEIRO, 1999, p.158). A destruição da Vila deixaria claro o compromisso maior do SPI com os fazendeiros, pois tinham que pesar na balança interesses indígenas, dos colonos, de políticos e do Governo (PINHEIRO, 1999, p.159).

Pinheiro traz relatos que tentam identificar a possível origem da indígena Vanuire:

No Estado de São Paulo, a velha índia Vanuire e o valente Vegmon que, juntamente com outros três índios Kaingang, auxiliaram Bandeira de Mello na pacificação, eram referidos nas narrativas como os Kaingang "mansos", os intermediadores. Eles já mantinham relações com os brancos desde 1845. Alguns autores afirmam serem eles provenientes de grupos Kaingang do Paraná, contactados em meados do século 19. Uma outra versão sobre eles é de que haviam sido raptados ou aprisionados pelos Caiuá-Guarani em guerra com os Kaingang. Outra versão afirma terem eles sido aprisionados numa "batida" por

bugreiros, liderados pelo Cel Francisco Sanches de Figueiredo e seu genro Cel Anibal Sodré, nos territórios do Oeste indígena. Acredita-se que alguns deles vieram do Estado do Paraná mas a maioria das informações concordam que Vanuíre, Vegmon, Futoio e Ducuten eram provenientes de São Paulo, da fazenda de Aníbal Sodré na qual trabalhavam como escravos (PINHEIRO, 1999, p.161).

Especificamente sobre a indígena Vanuire, Pinheiro aponta que Melatti comenta da seguinte forma, em nota de rodapé:

[...] a índia Vanuíre que auxiliou na pacificação dos Káingang paulistas, era do Paraná. Mas, segundo dados colhidos em pesquisa de campo, essa Káingang, chamada Uinvire (subgrupo Pênví e Grupo A) pertencia ao pessoal do líder Charin, sendo roubada criança pelos neo-brasileiros. Casou-se com regional e após a pacificação veio residir no Posto, trazendo sua família. Faleceu em Icatú. (PINHEIRO, 1999, p.162).

Demonstra a ação de Bandeira de Mello na tentativa de manter os Kaingang na região do primeiro acampamento e como ele era assediado para que efetuasse a transferência para terras menos férteis, até com subornos, acabando por ser transferido diante de sua recusa:

Bandeira de Mello, insistindo na idéia de que o lugar ideal para o Posto Indígena era o mesmo onde se dera a “pacificação” dos Kaingang, resistiu na aceitação da transferência. Ele enviou várias cartas e relatórios à inspetoria do SPI em São Paulo, explicando quão prejudicial para os Kaingang seria a tal transferência. A “Vila Kaingang” era o local que, segundo Bandeira de Mello, pertencia ao SPI e aos índios, os “seus primeiros donos”. Foi-lhe oferecido, pelo tal político influente, um suborno: se a transferência fosse efetivada ele teria direito de escolher, à seu bel prazer, 2.500 alqueires das terras liberadas “a título de recompensa”. Segundo depoimento de sua filha, Bandeira, indignado, recusou a proposta e saiu do escritório. Alguns meses depois, no ano de 1916, Bandeira foi transferido para a “Povoação Indígena do Araribá”. A partir dessa ocorrência, as relações entre Bandeira de Mello e Horta Barbosa ficaram abaladas, sofrendo Bandeira um tipo de perseguição, termo talvez um pouco forte para a sutileza da pressão para com o antigo “amigo”, evidentes nos documentos escritos pelo inspetor posteriormente (PINHEIRO, 1999, p.165).

Pinheiro demonstra que a saída de Bandeira de Mello geraria problemas e que se seguiriam divisões e retorno à mata (PINHEIRO, 1999, p.166). A própria Vila Kaingang já possuía divisões, pois, em pouca distância, já existia a Vila Sofia (ou Cabeça de Porco), habitada pelos Kaingang de outro grupo:

Os Kaingang que haviam se estabelecido nas imediações, um pouco distante da “Vila Kaingang”, eram os Kaingang liderados pelo rekakê Vauvin. Ele e seu bando fundaram a “Vila Sofia” ou “Cabeça de

Porco”. Eles tinham antigas rixas com um outro grupo Kaingang liderado por Charin.

Clenclá, líder de um dos grupos arranchados na “Vila Kaingang”, amigo de Bandeira e também dos outros dois rekakês, mediava as relações. Todos eles queriam estar próximos da sede para usufruir do roçado comum, das ferramentas e das novidades que os “civilizados” traziam. Ficando em “Vila Sofia” era viável o acesso ao “Posto” sem envolver-se continuamente com os “inimigos” das outras facções. (PINHEIRO, 1999, p.167).

A autora demonstra a importância dos relatos de Luiz Bueno Horta Barbosa, chefe da Inspeção Regional nº 5 (IR-5), à qual pertenciam Icatu, Vanuire, Araribá e sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), para a questão da pacificação Kaingang. Entretanto, aponta que Horta Barbosa quase não frequentava os acampamentos e, assim, contava com os relatos, principalmente os de Bandeira de Mello, mesmo com relações estremecidas após o incidente de oferta de propina mediante a retirada dos indígenas do Acampamento dos Patos (Vila Kaingang):

Horta Barbosa escrevia como se ele fosse um dos integrantes do Posto Indígena. Nas suas descrições ele evitava mencionar o nome de Bandeira de Mello ou de sua esposa, pessoas que indiscutivelmente foram a chave da “pacificação” dos Kaingang. A relação interna no SPI, entre os inspetores e os encarregados, demonstra que os interesses de ambos não coincidiam em tudo ou sempre.

Após o episódio do oferecimento de terras a Bandeira de Mello e a sua negativa, as relações entre Horta Barbosa e Bandeira de Mello tornaram-se formais, apesar do relacionamento próximo que tinham ambas as famílias.

[...] As cartas de H. Barbosa, também revelam alguns dados a respeito desse conflito interno no SPI. Quando são dirigidas a Bandeira de Mello, as cartas muitas vezes deixam de apresentar o nome do encarregado, constando apenas “ao encarregado do Posto”. Nesses casos sabe-se que esse encarregado era Bandeira de Mello.

Horta Barbosa atribuiu todo o mérito da “pacificação” ao Tenente Manuel Rabelo e à José Cândido Teixeira. No entanto, Rabelo foi chamado de volta para o Rio em 1911, antes da “pacificação”, sendo então atribuído a Bandeira a direção dos trabalhos. Segundo informou Nimuendaju e os familiares de Bandeira, ele já trabalhava na equipe de Rabelo e, pelo seu empenho fora escolhido como encarregado. Segundo Horta Barbosa, dentre os integrantes do grupo de Rabelo, o responsável pelo acampamento quando Rabelo partiu para o Rio de Janeiro ficou sendo “China”. Devido ao alcoolismo, China acabou abandonando o Posto de atração juntamente com outros funcionários. Posteriormente, assumiu a direção do Posto o encarregado Bandeira de Mello de quem José Cândido Teixeira era um dos capatazes. Era um capataz protegido por Horta Barbosa e que se tornou proprietário de terras na região dos Kaingang, na mesma época em que foi oferecido a Bandeira uma fazenda. Segundo Ana Izabel, Cândido Teixeira era “laranja dos Horta Barbosa”. Isto é, adquiria terras em seu nome para passá-las depois à família Horta, que teve quatro irmãos trabalhando no SPI.

Anna Izabel confirmou que seu pai já fazia parte do grupo de pacificação junto com o Tenente Rabello, isto é, desde o início dos trabalhos do SPI no acampamento do Rio dos Patos, antes de sua suspensão pelo ministro da guerra.

Nos relatos de Horta Barbosa, ele procurou enfatizar, em diversas passagens, a participação de José Cândido Teixeira, citando-o diversas vezes. Bandeira de Mello não foi mencionado, apesar de ser o “encarregado” que dirigia o grupo de atração do SPI no Ribeirão dos Patos. José Cândido Teixeira era “auxiliar” ou o capataz que, juntamente com outros, auxiliavam na execução dos trabalhos (PINHEIRO, 1999, p. 184-185).

Pinheiro aponta que, em 1917, o lote de Vanuire seria doado pela Companhia Lelio Piza e Irmãos. Doado aos antigos donos: os indígenas. Pinheiro, então, passa a discutir o processo de usurpação das terras Kaingang, que contava com a ação dos próprios funcionários do SPI, misturado à ação dos políticos e do próprio Governo:

Também os proprietários e comerciantes de terras ansiavam por uma intervenção imediata do Governo. As terras que os Caingangues teimavam em defender já estavam sendo negociadas ou renegociadas. O senador Luiz de Toledo Piza - representante político da região - adquiriu, em 1910, 94.000 alqueires de terras no vale do Feio-Aguapeí, o que representa quase $\frac{1}{4}$ de toda a bacia. O Cel Manoel Bento da Cruz, futuro vereador e prefeito em Bauru, proprietário de 30.000 alqueires na área, tinha pretensões de comercializar parte dessas terras e ensaiava um grande empreendimento colonizador. Estabelecera-se desde 1906, fundando, com os frades capuchinhos, o patrimônio de Santa Cruz de Avandava (futura Penápolis). Para apressar a valorização das terras, aí construiu, às suas próprias expensas, a estação da Noroeste, além de diligenciar por uma rápida elevação do patrimônio à categoria de distrito (o que aconteceu em 1909) e iniciar, em 1910, uma árdua luta para a sua emancipação como município. (...) ‘o desbravamento e o desdobramento do latifúndio dependiam agora da pacificação dos Caingangues’ (PINHEIRO, 1999, p. 189).

E continua demonstrando a venda de territórios Kaingang, venda que seria compensada, segundo acreditava-se, com a doação de pedaços minúsculos aos indígenas, como se fossem generosidades feitas a eles. Inclusive, ocorria a venda de pedaços de terras próximos aos que foram doados, que gerariam problemas fronteiriços aos indígenas futuramente:

Em 1917, o lote de Vanuire foi doado aos indígenas pela Companhia Lelio Piza & Irmãos “por escritura pública lavrada em São Paulo e registrada em Baurú”. Nesta mesma época, a Companhia vendeu parte das terras vizinhas de Vanuire ao italiano Domingos Zoner e ao funcionário do SPI, José Cândido Teixeira, outra parte, ficando este funcionário vizinho dos Zoner e dos indígenas, terras, ironicamente, “doadas” pela Companhia aos seus próprios donos imemoriais, os Kaingang (PINHEIRO, 1999, p. 190).

A extinção do Acampamento dos Patos forçou os Kaingang a irem para Icatu. Teria ocorrido, pois, em 1916. A mudança acarretaria brigas entre os grupos acampados, entre si e, também, com o SPI, gerando a criação de Vanuire, em 1917 (PINHEIRO, 1999, p.194).

Para a autora, a concentração forçada dos Guarani no Araribá e dos Kaingang em Icatu e Vanuire reorganizou o espaço econômico e social no Oeste Paulista, baseado no agrupamento dos indígenas, em pequenos territórios, sob tutela do Estado. A conquista e colonização através de expedições militares e científicas, somados a um imaginário desenvolvimentista, trouxe a chegada da “civilização” (PINHEIRO, 1999, p.195).

Para garantir segurança às populações de colonos que iam chegando e se apossando das áreas indígenas em torno da Aldeia Kaingang criada pelo SPILT, foi desenvolvido por este órgão um plano para fixar as tribos e transformar os indígenas em trabalhadores rurais civilizados. Concretamente, isso dependeria do esforço e do sucesso dos encarregados dos Postos Indígenas (PI) junto de seus auxiliares, em apagar a antiga sabedoria tribal e impor-se pela introdução de outro saber baseado na disciplina do trabalho, na utilização de artefatos civilizados como roupas e ferramentas, na derrubada das matas, na criação de gado, na construção de cercas, cercados e casas, na utilização dos derivados do gado como o leite, a carne, o couro, e também outras atividades agrícolas com o fim de subsistência e comércio. (PINHEIRO, 1999, p.197).

Para a autora, o SPI seria iniciativa inédita do Governo. Porém, tornou-se fachada. Deveria ser representação simbólica da proteção, mas suas consequências foram desastrosas para os indígenas: mortes, miséria, prostituição e epidemias. Com ele, acelerou-se a corrupção, o roubo, as influências, o descaso, as invasões... (PINHEIRO, 1999, p.208).

Acerca das denúncias que afirmavam serem os Kaingang ferozes e não civilizados, Carvalho (1979, p.58-59) traz uma citação de Horta Barbosa afirmando que os indígenas só estavam se defendendo de sangrenta provocação dos civilizados e que somente sobreviveram os que assim o fizeram. Por esse motivo, os civilizados os chamariam de ferozes e exigiriam seu extermínio. Por outro lado, traz as palavras de Hermann Von Ihering, diretor do Museu Paulista, que diz que índio não representava nem trabalho nem progresso. Para este, o Kaingang era selvagem e empecilho para a colonização, pregando, pois, o extermínio deles e pedindo a introdução de imigrantes para o trabalho nas lavouras no lugar dos indígenas.

Cruz (2007) cita autores que trabalharam a temática indígena no Oeste Paulista do período (início do século XX), como Von Ihering, Nimuendaju (que esteve entre os Kaingang paulistas entre 1910 e 1912), Baldus e Schaden. Segundo o autor, estudá-los pode dar um conhecimento mais geral sobre a etnia (CRUZ, 2007, p.14-15). Outra obra importante seria a de Manizer:

As primeiras observações compiladas em obra publicada sobre a organização social dos Kaingang do estado de São Paulo foram as do russo H.H. Manizer, Os Kaingang de São Paulo, obra recém-traduzida e publicada no Brasil que nos traz informações fundamentais sobre os Kaingang, povo com quem esteve dois anos depois de aldeados na Vila Kaingang. [...] (CRUZ, 2007, p. 15).

Cruz aborda a questão do protagonismo dos indígenas, tão importante para o processo de afirmação étnica e para uma mudança de visão da história e das pesquisas:

[...] Hoje, procuram se tornar protagonistas de sua história como sujeitos conscientes do lugar marginal em que a sociedade brasileira os colocou. Em lugar de meros receptores de velhas políticas assimilacionistas e integracionistas assumem papel ativo de valorização de sua identidade étnica ressaltando os traços diacríticos que os distinguem enquanto indígenas autônomos e senhores de seu próprio destino [...] (CRUZ, 2007, p. 21).

Cruz diz que, no final do século XIX, em 1890, foi criada e nomeada uma comissão de viação geral para planejamento de viação férrea e fluvial, para dar a região de Mato Grosso comunicação com outros Estados, no projeto de integração nacional. Pretendia atingir o Chile, mas parou na Bolívia, partindo de Bauru. A EFNOB iniciou em 1905. Previa ir até Cuiabá, mas, em 1907, desviou-se para Corumbá. A estrada cruzaria exatamente o território Kaingang (CRUZ, 2007, p.67).

A solução para a limpeza da área, isto é, para o genocídio, eram os bugreiros (com as dadas e batidas), contratados pela Noroeste, principalmente (CRUZ, 2007, p.68). O SPI atuaria, em seu início, em uma dicotomia onde o Estado sofria pressões da sociedade civil em defesa dos interesses indígenas e o risco de não fazer a unificação territorial e expansão de fronteiras de colonização. Cruz diz que, para Lima (1995), o processo de pacificação seria uma guerra de conquista realizada por uma organização militar e controlada pelo Estado. Seria através de Postos Indígenas que ocorreriam os desdobramentos da conquista do território Kaingang (LIMA, 1995, citado por CRUZ, 2007, p.73).

Cruz, através de citação de Ribeiro (1970), demonstra como se dava a organização do processo de pacificação:

[...] partindo de núcleos de atração de índios hostis e arredios, passava a povoações destinadas a índios já em caminho de hábitos mais sedentários e, daí, a centros agrícolas onde, já afeitos ao trabalho nos moldes rurais brasileiros, receberiam uma gleba de terras para se instalarem, juntamente com sertanejos. Esta perspectiva otimista fizera atribuir, à nova instituição, tanto as funções de amparo aos índios quanto a incumbência de promover a colonização com os trabalhadores rurais. Os índios, quando para isto amadurecidos, seriam localizados em núcleos agrícolas, ao lado de sertanejos (RIBEIRO, 1970, p.138 citado por CRUZ, 2007, p.75).

Cruz (2007, p.76) diz que, em 1912, seriam instalados centros de pacificação (postos de atração), em locais onde os indígenas estavam presentes. Citando Pinheiro (1999), também fala e confirma que o local escolhido para atração dos Kaingang, Ribeirão dos Patos, próximo à estação Heitor Legru (atual Promissão), foi denominado mais tarde de Vila Kaingang. Primeiro posto de atração, o local teria as condições naturais favoráveis. Deixavam-se presentes, roupas, facões, machados, cobertores na tentativa de se conquistar os indígenas. Entretanto, esses locais eram abandonados pelos indígenas ao menor sinal de aproximação do branco. O processo de aproximação seria lento, contando com intérpretes indígenas, sendo figura central a indígena Vanuire (CRUZ, 2007, p.77).

Cruz aponta que o SPI não observou as divisões entre os líderes indígenas (Rekakês). Ficariam quatro anos no posto. Em 1916, os Kaingang seriam transferidos. Cruz diz que, para Pinheiro (1999), o motivo era devido às terras da Vila Kaingang serem propícias ao café. (CRUZ, 2007, p.78). Transferidos para área adquirida pelo SPI, Icatu, passaram por conflitos entre os grupos, gerando a criação de outro posto, Vanuire, que o autor afirma ter sido criado em 1916 também. Apesar da dimensão reduzida, seria nesses territórios que os Kaingang dariam novos significados ao mundo, reinventando, recriando e fortalecendo sua identidade (CRUZ, 2007, p.79).

Entre os autores que falaram sobre os Kaingang, pode-se destacar dois que conviveram com eles durante a época da chamada pacificação e que podem contribuir muito com o entendimento desse processo. São eles o pesquisador russo, citado anteriormente, H.H. Manizer e o brasileiro Darcy S. Bandeira de Mello, filho do “Bandeira”, que, muito novo, morou no acampamento dos Patos, a chamada Vila Kaingang, participando, pois, dos primeiros contatos.

Em Manizer (2006), o etnólogo russo, membro de expedição científica no Brasil, entre 1914-1915, que esteve entre os Krenak, em Minas Gerais, e entre os Kaingang, no Oeste Paulista, demonstra sua experiência ao viver em aldeia Kaingang durante o processo de pacificação:

Foi num posto governamental da Inspetoria de Índios no Estado de São Paulo que tive oportunidade de fazer minhas observações sobre os Kaingang durante os meses de dezembro de 1914 e janeiro de 1915, período em que vivi entre eles (MANIZER, 2006, p.9).

Ele demonstra claramente a preocupação com o que chama de processo de desaparecimento em curso da etnia e, também, aproveita para destacar os nomes pelos quais eram conhecidos os Kaingang na época:

O desaparecimento iminente dessa tribo e a insuficiência de conhecimento de que dispomos a seu respeito oferecerão – eu ousa crer – um interesse científico ao material que vou expor aqui. Os Kaingang são, às vezes, designados também sob os nomes de Coroados, Bugres, Botocudos, Kamé (Martius) (MANIZER, 2006, p. 9).

Manizer aponta a importância e o objetivo da criação do SPI, bem como demonstra a localização do acampamento destinado à pacificação da etnia:

O mérito da pacificação dos Kaingang e da segurança da Estrada de ferro São Paulo-Mato Grosso é devido a um serviço governamental especial, criado em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios. Esse serviço conseguiu estabelecer relações com os Kaingang do Estado de São Paulo perto da estação ferroviária “Hector Legru” e fundou, dentro da própria floresta, um estabelecimento destinado a prolongar as relações pacíficas com os selvagens e iniciá-los, tanto quanto possível, aos usos e costumes da civilização. Foi ali que me foi dado observá-los. (MANIZER, 2006, p.11).

O autor também aponta o motivo dos males que estavam se abatendo sobre os Kaingang, bem como apresenta a área dos territórios tradicionalmente pertencentes a essa etnia em São Paulo:

O solo da floresta virgem habitado pelos Kaingang é a famosa “terra roxa”, extraordinariamente fértil e particularmente propícia à cultura do café; e esta é, precisamente, a causa pela qual os dias que restam de vida aos selvagens estão contados. As plantações de café, esse tão precioso arbusto do Brasil, já se estendem além da estrada de ferro que atravessou essas florestas inacessíveis; a floresta não tem condições de lutar contra esse novo inimigo. À espera, ainda existem, contudo, vastas extensões que permanecem intactas e mesmo inexploradas. Estas florestas estão situadas num planalto irrigado pelos afluentes da margem esquerda do rio Paraná: o Rio Tietê, o Rio Aguapehy e o Rio

Parapanema, que possui um curso impetuoso e cheio de corredeiras (MANIZER, 2006, p.13).

Manizer dá detalhes do posto onde viveu, citando uma divisão interna do posto entre a Vila Kaingang e a Vila Sophia:

O Posto da Inspetoria onde me foi permitido viver entre os Kaingang está situado a apenas dois quilômetros da estação da estrada de ferro “Hector Legru”, numa ampla clareira aberta numa densa floresta alta (a uma altitude de aproximadamente 400 metros acima do nível do mar). Esse Posto consiste em dois grupos de habitações, distantes meio quilômetro um do outro. O mais próximo da estação, a “Vila Kaingang”, é a instalação dos agentes do governo; ela é habitada pelo diretor e sua família, os trabalhadores e uma parte dos índios. O outro grupo, a “Vila Sophia”, mais distante da estação, se encontra em plena floresta, em um meio primitivo e semi-selvagem; ela é habitada somente pelos índios e é interdito entrar nela sem autorização do diretor e sem intérprete. (MANIZER, 2006, p.15).

O autor aponta que os indígenas mantiveram, mesmo assim, seus costumes:

Evidentemente, os índios não têm aprendido quase nada e não abandonaram de forma alguma os seus costumes, no espaço desses dois anos e meio. O papel do diretor consiste exclusivamente em conservar as boas disposições dos índios, evitar por todos os meios possíveis os mal-entendidos e as querelas, e proteger os índios de toda influência estrangeira [...] (MANIZER, 2006, p.15).

Para mais informações sobre o modo de vida dos Kaingang da época, Manizer (2006) traz observações em vários capítulos de seu livro, como características físicas, habitação, vestimentas, alimentação, casamentos, doenças, funerais e sobre a festa denominada *Kiki*. Inclusive, relata a ida de um grupo Kaingang para São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, visitando museus, prisões, hospitais, teatros e cinemas, dizendo que isto lhes causou grande impressão, pois não imaginavam a existência dos brancos e suas cidades para além da estrada de ferro (Manizer, 2006, p.16).

Em Mello (1982), já se aponta, nas chamadas orelhas e contracapa do livro, uma visão de que estariam ocorrendo novas bandeiras no sertão paulista, mas, desta vez, caracterizadas por uma política que afirma ser menos destrutiva sobre as nações indígenas. O autor apresenta suas memórias destacando a vida de seu pai, Manuel S. Bandeira de Mello, que era chamado de Bandeira pelos indígenas e teria sido um dos grandes responsáveis pela pacificação dos Kaingang paulistas, dentre outras etnias (MELLO, 1982, p.7).

Inicialmente e como que a marcar esse meu destino, tive a felicidade de, criança ainda, acompanhar meus jovens Pais e outros irmãos, todos pequenos como eu, na sua maravilhosa fixação em plena selva da zona noroeste do Estado de São Paulo, àquele tempo – ano de 1914 – recém conquistada aos seculares dominadores, – a brava tribo dos índios “KAINGANGUE”. (MELLO, 1982, p.11).

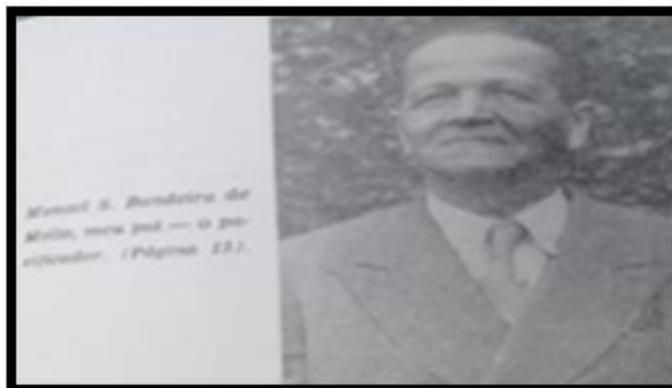
Mello comenta que foi a partir de 1904 que se iniciaria o desbravamento da região de além Bauru e esta cidade era só uma pequena vila de onde partiam trilhas em meio à mata para colocação dos trilhos da futura Noroeste, destacando as lutas que se ampliavam:

Travava-se, em busca de tal objetivo, luta tremendamente agressiva e, por vezes, feroz. De um lado, os trabalhadores da “Estrada”, protegidos por “grileiros” e “bugreiros”, todos aventureiros sem escrúpulos, dispostos a liquidar com a resistência que os “Kaingangue” ou “Coroados” – senhores há milênios, daquela vasta região – legitimamente ofereciam. Esses silvícolas constituíam grande tribo ainda em estado primitivo no Estado de São Paulo. Nesse seu direito incontestável de conservarem a posse das terras que ocupavam, os Kaingangue criavam terríveis dificuldades para a nossa chamada civilização [...] (MELLO, 1982, p.20).

Mello diz que o SPI teria sido criado para gerir a situação e impedir o extermínio sistemático dos indígenas, em 1910. Inicialmente, a pacificação, em São Paulo, estava ao encargo dos militares, nas pessoas dos tenentes Manuel Rabello, Sobrinho, Antônio de Paiva Sampaio e China. O pai do autor acabaria, posteriormente, aceitando convite para atuar na região Kaingang, tornando-se, segundo o autor, entusiasta da pacificação (MELLO, 1982, p.21). O órgão passaria a ser administrado, em São Paulo, por Luiz Bueno Horta Barbosa. Manuel S. Bandeira de Mello chefiaria as áreas dos sertões do estado, que seu filho localiza:

A localização de tal grupo sob a sua direção passou a desenvolver intensa e bem planejada atividade, acampado a quatro quilômetros da estação de Heitor Legru, que se transformou na hoje próspera cidade de Promissão. Foi ali, nas margens do saudoso e histórico Ribeirão dos Patos que, finalmente, o então apelidado Capitão Bandeira conseguiu a felicidade de abraçar como amigo, na histórica data de 19 de Março de 1912, o primeiro Chefe Guerreiro Kaingangue, Vauvin, que foi enleado no Pavilhão Nacional pelo homem branco, “Fog”, do qual se tornou amigo devotado e confiante. (MELLO, 1982, p.22).

Foto 16 – Bandeira de Mello, o Pai



Fonte: MELLO, 1982, Apêndice, Memória Fotográfica, sem página

Mello descreve o início do acampamento de atração e como era a estação:

De início fora aberto grande picadão através da mata exuberante, ligando o Acampamento à Estação de Heitor Legru; convém entretanto lembrar que essa “Estação” nada mais era do que uma modesta e tosca casa de tábuas. Ao seu lado havia sido construído um rancho pessoal do SPI, para abrigo quando das vindas à Estação (MELLO, 1982, p.23).

Diz que um acampamento de atração seria montado nas proximidades da estação de Heitor Legru, que receberia o nome de Vila Kaingangue, em plena floresta. Em meio à estrutura montada, destacava-se a presença de indígenas Kaingang outrora capturados por bugreiros e que agora eram utilizados como intérpretes: Vanuíre, Futoio, Vegmon e Ducuten (MELLO, 1982, p.24). De lá, partiam penetrações de Bandeira e dos tenentes Rabello e Sobrinho na selva em busca do contato com os indígenas, junto a intérpretes como Caetu e Futoio, procurando levar presentes e se mostrarem amistosos para não afugentarem ou provocarem a ira deles, já que eram vigiados de perto pelos Kaingang. O acampamento logo teria a baixa dos militares, que foram chamados de volta, cabendo ao Bandeira, a chefia do local.

Mello faz uma descrição das ocorrências do dia do primeiro contato, 19 de março de 1912:

[...] Era manhã, quando reboou pelo Acampamento do Ribeirão dos Patos um toque surdo e prolongado de buzinas sopradas, do picadão aberto da mata, à margem esquerda do córrego. Houve, é compreensível, grande alvoroço entre a gente do SPI (MELLO, 1982, p.28).

Era o anúncio da chegada dos indígenas. O autor aponta que os mais temerosos correram a se armar, mas não o conseguiram, pois Bandeira havia recolhido toda a munição:

Com energia e determinação meu pai conseguiu que a calma retornasse aos mais afoitos. Ordenou que se providenciasse imediatamente a abertura das caixas de presentes, que continham artigos que os índios tanto apreciavam, como foices, facões, machados, cobertores; não esquecera também de atrativos para as mulheres; espelhos e variados colares vistosos e coloridos (MELLO, 1982, p. 29).

O temor era legitimado, pois presumia-se que os Kaingang apareceriam em grande número:

Lá, no picadão à borda da mata, a uns 500 metros mais ou menos do Acampamento, notava-se movimento contínuo de aparição e sumiço de vultos completamente nus, bronzeados, de cabeleiras ao vento, demonstrando, também, de sua parte certo nervosismo. Os intérpretes, Vanuire e Vegmon, juntos ao chefe Bandeira, não disfarçavam a sua grande emoção ao repetirem aquela costumeira exortação de paz e amizade, ao que os “Coroados” cada vez mais próximos respondiam, exibindo as suas armas: “Ig moumetom”! – (não temos medo!) (MELLO, 1982, p. 29).

Os intérpretes chamavam os indígenas, que eram muito superiores em número. O pai do autor, o chefe Bandeira, curiosamente, pediu uma bandeira do Brasil e foi na direção de seis homens que se destacaram do grande grupo de indígenas. Eram os emissários armados dos Kaingang:

[...] Os guerreiros que a compunham já estavam a uns 10 metros dos homens do SPI e pararam para observações, pois como todo o índio, a desconfiança é a sua melhor arma. Após certificarem-se de que não só as palavras que vinham sendo apregoadas, mas todos os atos daqueles “fogs” (homens civilizados) eram de efetiva e sincera amizade, - não vacilaram mais, aproximando-se rapidamente. Do lado de cá, também mais confiantes, os pacificadores aguardavam o desfecho final daquele “namoro” sui-generis. Então, o índio mais idoso destacou-se dos companheiros, e, com passos firmes e fronte erguida encaminhou-se resolutamente na direção do pessoal que se concentrava em redor da arvoremirante (MELLO, 1982, p. 30).

O hino nacional foi colocado no gramofone e a bandeira do Brasil hasteada. O capitão Bandeira partiu na direção do chefe Kaingang. Vauvin e ele abraçaram-se. Depois dessa formalidade, os indígenas entraram. A importância da data é tanta, para o autor, que ele chega a considerá-la como um marco nas relações entre o branco e o indígena, dizendo que, a partir daquele dia, estava terminada a guerra entre os dois no estado de São Paulo. Entretanto, ele reconhece as perdas que a raça que chama de hígida e valorosa sofreria,

alertando para provável desaparecimento dela. Seriam transferidos, posteriormente, para as áreas de Icatu e Vanuire (MELLO, 1982, p.31).

Foto 17 – Grupo Kaingang Pacificado em Trânsito para São Paulo



Fonte: MELLO (1982), Apêndice, Memória Fotográfica, sem página

Após a consolidação da paz no acampamento, dois grupos Kaingang se fixaram próximos à área, divididos sob a chefia de Vauvin e de Clenclá (MELLO, 1982, p.32). Afirma que um grupo chegou a ir para a capital do Estado, visando solidificar as relações. Foram de trem, segundo o autor, chamado de *giriri-tam-pim* pelos indígenas, ou seja, carro que cospe fogo. Então, de um passado recente onde perseguiram a máquina objetivando destruírem a lanterna com suas flechas, segundo o autor, pensando ser ali o olho da locomotiva, passaram a se utilizar dela como transporte (MELLO, 1982, p.33).

Segundo Mello, os Kaingang que embarcaram portavam roupas, calçados e chapéus estranhos para eles e fizeram uma parada, horas depois, em Bauru, sendo festivamente recepcionados pela população da pequena cidade na época. Depois de pernoitarem, rumaram para a capital paulista. Mello relata que foi um grande sucesso, não para os indígenas, pois estes não estavam habituados com o que chama de progresso urbano. Diz até que estavam indiferentes com a maioria das coisas:

[...] Certa ocasião, em visita aos Clubes Esportivos instalados à margem do rio Tietê, na Ponte Grande, cientificados de que suas águas iam desaguar no grande Paraná, alguns deles insistiram com Papai para lhes fornecer barco a remos e abastecimento, pois empreenderiam a viagem de regresso por essa via! (MELLO, 1982, p.35).

Entretanto, Mello descreve o que mais lhes agradava:

[...] Apreciavam, de modo especial, doces e sorvetes, frutas com destaque a banana. A predileção por sorvetes, “man-cutxá” (mel frio) se evidenciou desde logo. Papai também fê-los conhecer o cinema, levando-os a alguns espetáculos no bairro (MELLO, 1982, p.35).

O autor faz uma nova descrição do acampamento, dizendo ser uma enorme clareira dentro da mata, com os vários ranchos de pau-a-pique, um pequeno canavial, bananeiras, milhoal e mandiocal:

Mais para além do grande terreiro, em cujo centro se erguia o alto mastro para hasteamentos oportunos da bandeira nacional, situava-se a Casa da Administração; o material de construção da mesma, não diferia do adotado no geral, só que revestido de barro, pintada a cal e coberta de folhas de zinco. Continha três cômodos, além de um amplo salão e o solo era de terra batida. A cozinha era outra construção separada, ampla, e utilizada para atender ao rancho dos camaradas e ao pessoal da Administração. Nesse caprichado “bungalow” ficamos instalados; o que muito estranhávamos é que para as necessidades fisiológicas, tinha-se que visitar a “casinha”, que ficava ali por perto, com a sua fossa primária (MELLO, 1982, p.42).

Mais abaixo da sede, na direção do Ribeirão dos Patos, havia os ranchos dos Kaingang chefiados por Clenclá. Uma estrada saía à direita do grande terreiro em direção a aldeia do outro grupo, chefiado por Vauvin, há uns dois quilômetros, lugar que seria batizado de Vila Sofia.

Mello ilustra uma passagem da vida do cacique Iacri, que, segundo dizia, havia despencado de uma árvore, por ter dormido, na qual tinha subido para fugir de uma onça (*Mim*). Apesar das sequelas, manteve a locomoção e a força. Este cacique participaria de vinganças organizadas pelos Kaingang contra os brancos (*Fog*):

Conforme me disse, a primeira decisão sua nesse terreno, decorreu do fato de haver presenciado, sem possibilidade de intervir em defesa, de um massacre total por “bugreiros”, de um pequeno grupo de Kaingangue. Nessa ocasião, - narrou-me ele ainda horrorizado – aqueles “fog” não vacilaram em assassinar a golpes de facão, até crianças que arrancaram dos braços das respectivas mães, lançando em seguida os pequenos corpos mutilados a uma fogueira que crepitava no local. Essas pobres mulheres após assistirem, alucinadas de desespero, a tal crueldade, tiveram a mesma sorte! (MELLO, 1982, p.48).

Esse fato descrito pode dar meios de se compreender as formas cruéis empregadas de perseguições aos indígenas e as reações que estes tiveram. Como exemplo, o autor relata que Iacri era um possante e terrível guerreiro, adotando forma particular de eliminar

o inimigo, isto é, agarrava-o entre os braços e o apertava contra o peito até que este era atirado ao solo como um saco vazio, asfixiado, expelindo sangue pela boca e nariz (MELLO, 1982, p.48).

Mello diz que Bandeira, ciente das rivalidades internas dos Kaingang, promovia reconciliações. Um exemplo foi a sugestão dele ao chefe Clenclá e ao irmão dele, Iricafire, para realizar um *Kiki*, isto é, a festa tradicional daqueles indígenas. O convite foi levado para outras aldeias Kaingang junto com presentes. Em uma tarde, quando Clenclá e Iricafire emitiram toques de buzinas, significando o regresso vitorioso de sua missão, logo foram até Bandeira comunicar-lhe a chegada do chefe Charim, desavença de Vauvin:

Charim era de estampa impressionante; tinha quase 1,90m de altura, corpo atlético corado por espessa cabeleira negra, comprida e ondulada. Era conhecido e temido como um dos maiores “cortadores-de-cabeça” de toda a região. Com ele o chefe Vauvin (o da Vila Sofia) não se dava; inimigos irreconciliáveis há muito tempo. Em tal emergência Papai socorreu-se da habilidade diplomática de Clenclá, amigo de ambos aqueles chefes. A todo custo era preciso evitar conflito e luta entre ambos e sua gente (MELLO, 1982, p.57).

Entretanto, após o contato, segundo a mãe do autor, Anita, chamada de Mãe Branca pelos indígenas, estes se acostumaram e passaram a viver como irmãos junto aos *fog* (MELLO, 1982, p.56). Esta personagem, segundo o autor, foi fundamental para o processo de pacificação com sua bondade, medicações, confecção de roupas e seus pães tão cobiçados pelos indígenas. Ela foi vital também na preparação e ocorrência da festa do *Kiki*, realizada na Vila Kaingang. Essa tradicional festa Kaingang seria a confirmação da paz já estabelecida no acampamento, pois muitos indígenas de fora e sob a liderança de vários caciques, por vezes rivais entre si, vieram (MELLO, 1982, p.53-55).

Foto 18 – Anita Bandeira de Mello, a Mãe



Fonte: MELLO (1982), Apêndice, Memória Fotográfica, sem página

O autor, que descreve a preparação da festa do *Kiki* nas páginas anteriores, diz que uma fogueira imensa era ateadada nas madeiras dispostas no centro do local do evento. Os Kaingang logo a circundariam com suas danças tradicionais que só eram interrompidas para beberem sua bebida típica que se encontrava em um cocho: o *Kiki*.

Beber muito Kiki – “Kiki cronía bang”, era a disposição de todos os participantes da festa. Dançavam, uns frente aos outros, batendo no chão os enormes guarantãs, ao mesmo tempo que os acorados tangiam maracás dolentemente, acompanhados por rústicos instrumentos de sopro. As mulheres também participavam das danças, cantando melodias diferentes; além disso, estavam equipadas com grossos bambus, totalmente ocos, os quais batiam no chão, produzindo um som surdo (MELLO, 1982, p.59).

Em uma das ocasiões em que Bandeira havia sido chamado em São Paulo, chegaria à Vila o afamado chefe Kaingang Ererim, desafeto de Vauvin. Clenclá receberia o grupo de Ererim e contaria com a ajuda de Anita, esposa de Bandeira, para acalmá-los quando o auxiliar Augusto de Avelar, o Txanguto (como diziam os indígenas), veio com a notícia de que os recém-chegados estavam em luta na aldeia de Vauvin:

Mamãe não vacilou, deliberando: - Vamos imediatamente para lá. Proveu-se de arnica, iodo, algodão e gaze, encaminhando-se acompanhada do “Txanguto” e outros para o sítio da peleja. Um mensageiro índio partiu, célere para a Vila Sofia, levando a notícia de que Anita para lá se encaminhava. Em lá chegando, notou que a pancadaria era de se assustar. Os adversários pulavam, atacando e defendendo com gritos infernais e a brandir aqueles “ka” avantajados. De vez em quando, um grito de dor de algum dos contendores atingido, o qual era logo socorrido pelas mulheres, no caso de pertencer ao grupo local.

Pouco após o mensageiro, seguiu-se-lhe a turma de socorro, a qual encontrou os ânimos serenados como por encanto. Isto porque não queriam dar desgostos diretos à “ian-cupri”. O grupo atacante – do Ererim – retirou-se amparando alguns dos seus homens feridos. Através de Clenclá, Mamãe enviou mensagens a ele, rogando não mais brigar com seus irmãos e que no dia seguinte iria lá ao seu acampamento a fim de medicar também a sua gente (MELLO, 1982, p. 65).

Curiosamente, o grupo de Ererim era o mesmo que havia chacinado a turma do engenheiro Sengner, em Araçatuba, pelos idos de 1911. Segundo Mello, o próprio Ererim teria narrado a ele o acontecido:

[...] Eles haviam armado barracas e alguns ranchos à margem da Estrada de Ferro Noroeste. Ao anoitecer do dia escolhido, Ererim e companheiros ficaram de atalaia, escondidos na mata, aguardando que o pessoal se acomodasse. Quando isso aconteceu, a fogueira continuava

a clarear as imediações, vendo-se dois homens armados de carabinas, rondando de um lado para o outro. Os cães não parando de latir, investindo para o lado da mata, os sentinelas desconfiados disparavam tiros naquela direção. Mas nada acontecendo em seguida, os vigilantes foram trocados normalmente. Os próprios cães acomodaram-se junto ao fogo, adormecendo, em consequência de haverem aspirado o pó narcotizante que os índios espargiram (MELLO, 1982, p. 66).

Após os cães dormirem, Erim e Dorarim lançaram o pó também nos vigias. Mesmo após todos estarem dormindo, Erim demorou para lançar a ordem de ataque aos outros indígenas escondidos, pois ouvia um barulho estranho vindo do interior de uma das barracas. Apesar disso, Erim acabaria lançando o ataque após ter a certeza de o cerco estar completo:

Não vacilaram mais; ele e Dorarim, subitamente caíram sobre os sentinelas, abatendo-os a bordoada, sem que pudessem dar um grito sequer. Incontinenti, os demais guerreiros agiram da mesma forma, confrontando-se, em grande maioria, com os demais trabalhadores (MELLO, 1982, p. 67).

Mello narra que Erim se encaminharia para a barraca de onde provinha um som diferente. Era o engenheiro Sengner, sentado à mesa e trabalhando em uma máquina de escrever. Este, ao se voltar, percebendo a entrada de alguém, recebeu violenta bordoada que lhe abriu o crânio e lhe tirou a vida.

Descrevendo fisicamente os Kaingang, Mello diz que os homens possuíam altura média de 1,80m e as mulheres 1,65m (MELLO, 1982, p.69). Também relata que estes teriam sido chamados de Coroados, pois os homens e mulheres, da infância até a adolescência, tem um corte especial nos cabelos:

A moda, pois, para adolescentes era a seguinte: crânio totalmente raspado, conservada franja curta ao longo da testa e mechas longas nas têmporas; à altura da nuca permanecia um chumaço comprido, de sorte que a cabeça ficava circundada por uma espécie de coroa, que perdurava até ser atingida a idade adulta. [...] (MELLO, 1982, p.70).

O autor cita a passagem de Manizer no acampamento, descrevendo-o como sendo muito simpático, bastante culto e ótimo desenhista. Nos vários meses que lá permaneceria pelas matas, o russo excursionaria, através das estradas abertas (picadões). Ficaria pesquisando e desenhando o que via. Guloso e bem-humorado, receberia o apelido de *cané iuro*, isto é, olhos arregalados (MELLO, 1982, p.74).

Mello relata que o pai, desde logo percebeu o perigo das constantes medições de terreno por conta de terceiros que passaram a abundar a área tão logo souberam da

pacificação. Este teria pedido junto ao SPI providencias no sentido de criação de área reservada para os indígenas, pois sabia que a maioria daquelas terras eram consideradas devolutas. O assédio foi tão grande, que um ilustre político e latifundiário paulista o teria chamado até a cidade de Penápolis para lhe solicitar a retirada do acampamento daquelas terras onde se encontrava e ser levado para local mais distante e menos fértil. Até foi oferecido ao Bandeira lotes de terras, como propina. Como não aceitou, poucos meses após, seria transferido para outro setor, onde existiam os indígenas Guarani, Araribá, em Jacutinga, atual Avaí, São Paulo, que, segundo o autor, no ano de 1916, estava em estado de caos generalizado (MELLO, 1982, p.75-76).

Com a saída de Bandeira, em pouco tempo o acampamento seria transferido de localidade. Os indígenas logo retornariam às suas lutas internas e grande parte deles retornaria à mata. Dois novos postos seriam criados pelo SPI: Vanuire (com terras muito ruins) e Icatu (com terras um pouco melhores). Seria, a princípio, terra de doações, porém, o SPI as adquiriria regularmente. Bandeira ainda seria escalado para pacificá-los novamente e ajudá-los a se fixarem nos novos postos (MELLO, 1982, p.79-80).

Mapa 21 - Povoamento do Oeste Paulista



Fonte: SILVA, 2011, p.132. Adaptado de Cava, 2004

Em notícia do jornal **A Gazeta**, de 1956, Manoel Rodrigues Ferreira delimita a área de domínio dos Kaingang antes da pacificação, resumindo o processo:

[...] uma linha unindo a vila de Campos Novos do Paranapanema, a Bauru; daqui, seguia pela margem esquerda do Tietê, até sua foz no Paraná; percorria a margem esquerda desse último, até encontrar o rio Paranapanema; subia por este até encontro Campos Novos. Nessa região, os Kaingang eram senhores principalmente dos vales e espigões divisores dos rios do Peixe e Feio (ou Aguapeí) (FERREIRA, 1956).

Diz que eram chamados de Coroados, pois as crianças da etnia usariam o cabelo de forma a lembrar do formato de uma coroa. Afirma que, em 1886, revidariam à agressão dos raros moradores de Avanhandava, surgindo daí a luta entre sertanejos e Kaingang. No começo do século XX, frades capuchinhos tentariam pacificá-los, mas sem sucesso. A luta contra os indígenas seria cruel e violenta. Nos meios cultos, inclusive, pregou-se o extermínio da etnia.

Descreve-se uma dada ou batida, que seria a organização de sertanejos, pioneiros, aventureiros e posseiros para atacar os Kaingang. Conhecidos como mateiros ou bugreiros, realizariam expedições punitivas aos aldeamentos. Aborda, também, o início da EFNOB, em 1905, que objetivava a colonização da área de domínio Kaingang. Os conflitos aumentaram muito e só diminuíram com a criação do SPI, em 1910, com Rondon, que mandou trazer Kaingang já pacificados do Paraná:

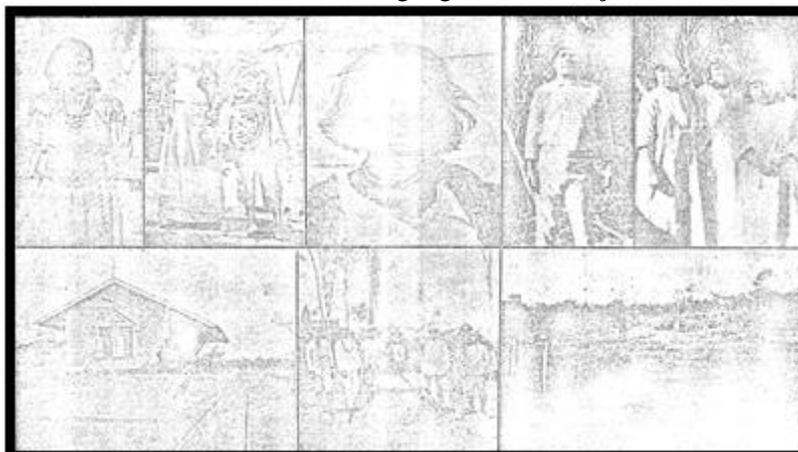
[...] Dentre as providências assentadas, estava a de trazer do Paraná, alguns Kaingang já pacificados, para servirem de intérpretes. Também viriam de Campos Novos do Paranapanema, índios que ali haviam sido aprisionados, e que se achavam em estado de escravidão numa fazenda da família do famoso “bugreiro” Cel. Sanches Figueiredo. Deles destacava-se a já idosa índia Vanuire (FERREIRA, 1956).

A notícia conta que, em 1911, os Kaingang atacariam a estação Hector Legru (Promissão). Junto ao Ribeirão dos Patos, a 2 km da estação, seriam encontradas trilhas indígenas. Nesse local, seria derrubada a mata para criação de um rancho, plantando-se gêneros agrícolas que atraíssem os indígenas. Usariam músicas e palavras na língua Kaingang para atraí-los. Com isso, foram expandindo e deixando presentes.

Diz que, em 19 de março de 1912, apresentaram-se 10 guerreiros Kaingang para dialogar. Vanuire, como intérprete e Kaingang, os recebe e os traz ao acampamento. O líder era o cacique Vauvin. Comenta-se que eles estavam procurando auxílio para atacar outros Kaingang. Entretanto, Vauvin desistiria do plano e até auxiliaria na catequese de outros. Por fim, diz que os Kaingang foram aldeados em duas colônias distantes (Icatu e

Vanuire), pois eram dois grupos rivais. Adquiririam os vícios dos brancos como o alcoolismo.

Foto 19 – Os Kaingang e a Pacificação



Fonte: FERREIRA, M.R. Jornal A Gazeta de 22 de maio de 1956 (CEDI – ISA)

Pelas imagens que estampavam a matéria do jornal, tem-se do alto, da esquerda para a direita, a imagem da Indígena Vanuire, figura vital no processo de pacificação ao ser, além de intérprete, Kaingang. Na segunda imagem, apareceriam o cacique Vauvin e sua esposa e, na terceira, somente a esposa. Eles estariam recebendo roupas durante os primeiros contatos. Na quarta imagem, aparece um Kaingang vestido com as novas roupas. A quinta imagem mostra três meninas da etnia também vestidas com as roupas não indígenas. Na parte de baixo, a primeira foto mostra o que seria a estação Hector Legru. A segunda foto mostraria os funcionários do SPI que participaram da pacificação e, por última, uma foto mostrando o que seria o Acampamento dos Patos. Todas as fotos seriam tiradas, segundo o jornal, em 1912, por funcionários do SPI.

Cruz (2006), através de citação de Ribeiro (1970), contribui para o debate acerca dos conflitos entre Kaingang e colonizadores, deixando claro que o número de mortos de indígenas era muito maior:

Em 1905 ocorre o primeiro ataque dos índios nas proximidades de Estrada, contra a turma de um agrimensor que, realizando uma medição, afastara-se muito dos trilhos. A esse ataque sucederam-se outros, nos anos seguintes, contra as turmas da estrada e contra agrimensores que operavam entre as estações que hoje correspondem às cidades de Lins e Araçatuba. Uma comissão de sindicância criada para estudar os conflitos verificou que todos esses ataques resultaram em menos de quinze mortes de civilizados. Em contraposição, nessa época foram realizadas diversas chacinas que levaram a morte às aldeias inteiras dos Kaingang, reavivando o ódio e dando lugar a novas represálias. (RIBEIRO, 1970, citado por CRUZ, 2006, p.43).

Para Cruz (2006), Borelli (1984) aponta a Noroeste como impulsionadora das mortes, armando funcionários e autorizando disparos sobre os indígenas. Além destes jagunços, contratava bugreiros, que eram caçadores especializados em exterminar nativos (CRUZ, 2006, p.43). O SPI, criado em 1910, seria o órgão encarregado de solucionar essa tensão (pacificação). Por fim, diz que os Kaingang chegam ao século XXI com menos de duas centenas de pessoas em São Paulo, confinados em áreas muito pequenas (CRUZ, 2006, p.44).

Finalizando, em Macedo (2001), tem-se a fala dos indígenas, sobre o contexto da pacificação e da chegada da EFNOB, que expressa a tragédia que estaria por vir:

Os brancos, no começo da construção da estrada ferroviária, não se importavam com a existência dos índios nas terras e começaram a construir a estrada, a desmatar as áreas indígenas. Espantavam a caça dos índios.

Os Kaingang começaram a enfrentar um grande problema: como fazer parar aqueles homens? Como parar aquela estrada que estava destruindo suas matas e espantando seus animais?

Então, com a intenção de expulsar aqueles homens, começaram a mandar sinais de ataque, deixando-os em árvores ou em pedras. Os brancos viam os sinais, mas nem se importavam. Então os índios ficaram mais bravos ainda, começando a aparecer perto de onde os operários trabalhavam. Não dava para que os brancos pudessem ter uma previsão de como e onde eles iriam aparecer novamente.

Os Kaingang armavam armadilhas: colocavam espinhos por onde os brancos passavam, cavavam buracos profundos para que eles caíssem, derrubavam árvores para que eles não passassem ou se escondiam entre as árvores e aprontavam uma emboscada. Com arcos e flechas, no meio da mata, os índios faziam barulhos batendo com seus ká (borduna) nas árvores, assoviavam imitando animais de várias espécies, não deixando, assim, os sertanejos dormirem, pois ficavam preocupados pensando ser milhares de índios, mas era apenas um grupo de, mais ou menos, 50 a 100 pessoas.

Os índios não compreendiam por que pegavam o que era deles sem permissão. Se defendiam como podiam, enquanto os brancos não se importavam com o que o índio pensava, invadindo as áreas indígenas.

[...] Os brancos diziam que nas terras entre os rios Tietê, Paraná e rio do Peixe, e também onde corriam os rios Aguapey e Feio, não havia pessoas morando. Mas ali viviam os Kaingang, donos daquelas terras.

[...] Os invasores foram até a beira do rio, beber água, e encontraram um povo indígena na margem do rio Feio - os Kaingang. E assim começou a sua destruição (MACEDO, 2001, p.44-46).

Fica claro que, no Oeste Paulista, durante a expansão cafeeira, a expansão da EFNOB e a expansão das cidades, nas décadas iniciais do século XX, houve uma enorme invasão do território Kaingang. Diante da resistência indígena, houve, pois, por trás da chegada da chamada civilização e do termo pacificação, um processo genocida.

CAPÍTULO 3

ICATU

3.1 Anos Iniciais

Baldus (1953, p.315-316) apontou que, em 1912, os Kaingang paulistas não eram mais do que 500 indivíduos. Icatu, em 1916, possuiria 64 indígenas. Souza (1918, p.741) elenca que, desses 64 indígenas, 22 eram homens adultos, 11 eram crianças e o restante eram mulheres. Fica claro que houve um genocídio da população Kaingang paulista no início do século XX, já que as estimativas apontavam pelo menos 1200 Kaingang poucos anos antes dessas datas. Genocídio que, em seu final, foi apelidado de pacificação. A transferência dos Kaingang do Posto de Ribeirão dos Patos, conforme descrito no capítulo anterior, foi uma das últimas artimanhas da sociedade paulista sedenta pelas terras da etnia. A mudança da chamada Vila Kaingang, em Promissão, deu-se para Icatu, no atual município de Braúna, no começo de junho de 1916.

Pinheiro (1999, p.179) relatou que a Vila Kaingang chegaria a 300 indígenas e, a Vila Sofia, divisão interna daquela, teria 150. Estes mal se familiarizaram com os brancos e já tiveram que sair do acampamento, pois as terras haviam sido vendidas a particulares. Os que não fugiram para as matas ou morreram de doenças foram transferidos para Icatu e Vanuire, em terras doadas:

Na grande imprensa, a transferência era vista como um direito dos “proprietários” Arantes que requisitavam “suas” terras. É possível que o Dr. Lélío de Toledo Piza tenha vendido as terras à família Arantes antes disso. No jornal “O Estado de S. Paulo”, os envolvidos na transferência apareceram da forma que segue:

“Esses aldeamentos (as duas “Vilas”) situavam-se em terras da família Arantes, que em 1916 exigiu a desocupação delas. O Dr. Lélío Piza havia doado 250 alqueires para o Serviço de Proteção aos Índios, nas vizinhanças dos córregos Pirã e Vanuíre. Neles foram instalados os silvícolas, bem como do córrego Icatú, a seis léguas de Penápolis, onde o Serviço adquiriu mais 30 alqueires.” (PINHEIRO, 1999, p.181).

Silva (2011, p.130), entretanto, coloca a fundação de Icatu como sendo em 1914. Para ela, a palavra Icatu seria de origem Guarani, *inhacatu*, e significaria rio da esperança, rio que corre (SILVA, 2011, p.131), o que diverge de algumas explicações de outros autores e até de indígenas Guarani que foram consultados a respeito do termo. A passagem que reforça a ideia da autora de colocar a data de criação de Icatu como sendo em 1914 é:

Desse processo de aldeamento e tomada de terras indígenas, em razão da construção ambiciosa da Estrada de ferro do Noroeste Paulista, surgiram desentendimentos no próprio grupo dos kaingang que permaneceram resistentes e vivos, ocasionando, assim, a dissidência e a formação de duas aldeias kaingang no Oeste Paulista: Icatu (1914) e Vanuíre (1918) [...]. (SILVA, 2011, p.131).

Segundo Silva (2011, p.20), os Kaingang do Oeste Paulista, depois da pacificação, seriam levados a viver em aldeias demarcadas pelo governo e administradas pelo SPI. A primeira delas seria Icatu, a 8 km de Braúna. Depois, Vanuire, em Arco-Íris, a 23 km de Tupã. Além dos Kaingang, os Terena também iriam para Icatu e os Krenak para Vanuire.

Foto 20 – Pacificação



Fonte: SPI, sem data. Museu do Índio. Acervo on-line

A Foto acima apresenta umas das poucas imagens digitalizadas encontradas no acervo do SPI sobre os momentos finais da chamada pacificação dos Kaingang no estado de São Paulo. Apesar de não se possuir a data oficial da imagem, tem-se a oportunidade de se ilustrar o processo e o ambiente dos acampamentos que o SPI construía tendo em vista os contatos e a fixação da etnia.

O SPI foi fundamental na organização do espaço do Oeste Paulista, principalmente na área Kaingang, e se intitulou o responsável pela mudança de atitude francamente hostil contra os indígenas, por uma atitude que chamava mais branda, porém, nem por isso menos destrutiva. Seria o responsável pela propagação de uma visão diferenciada em relação aos indígenas, dita mais civilizada e, para isso, teve que criar princípios e objetivos norteadores.

Nesse sentido, Mattos (2011, p.157) apresenta a busca do SPI pela imagem do indígena como elemento de resgate de um **passado original** e como construção de um distanciamento entre o **índio ideal** e o **índio real**, que deveria ser combatido ou absorvido.

O que ele chama de **problema do índio** era a ideia de se criar uma pretensa nação étnica e culturalmente homogênea, dita mais moderna. Para ele, o binômio tupi-tapuia demonstrava a oposição da imagem do indígena no indigenismo colonial português, que fazia alternar políticas de alianças e assimilação com práticas de extermínio. Mattos diz que era uma classificação entre **amigáveis** e **hostis**, que seria aprimorada no século XIX, quando intelectuais brasileiros tomaram o Tupi como símbolo maior da nacionalidade. Para ele, as etnias opostas ao ideal desse simbolismo nacional seriam a dos Botocudo, a dos Coroados e todas aquelas que eram chamadas de Bugres.

Mattos diz que, no período imperial, assumiu-se uma concepção indianista na abordagem de um programa identitário para o Brasil (mitos e heróis livres da Europa), porém, apesar da tendência iluminista do **bom selvagem**, as práticas pareciam guiadas por concepções anti-indígenas (MATTOS, 2011, p.158). O Regulamento das Missões (1845) e a Lei de Terras (1850), segundo o autor, podem ser considerados como conjunto articulado no sentido de exploração da terra e do trabalho indígena para civilização do país. Aldeados e tendo seus territórios incorporados à União, os povos indígenas poderiam ter seu desaparecimento justificado. Isso contribuiria para desimpedir entraves legais para uso de mão de obra e das terras (MATTOS, 2011, p.159).

Mattos diz que o ideal de construção de nações e identidades nacionais culturalmente civilizadas, através da dissolução de diferenças, norteou o trabalho dos políticos e administradores de indígenas no Brasil ao longo do período imperial e nas primeiras décadas da República. Uma nação homogênea seria pré-requisito para entrar na modernidade.

Para Freire e Libâneo (2011, p.169), na transição do século XIX para o XX, a sociedade brasileira passou por profundas modificações devido à proclamação da República, ao crescimento das cidades e à modernização tecnológica. A chamada elite intelectual estava se organizando e decidindo o que seria o moderno. Essa decisão acabou seguindo o padrão europeu.

Para eles, no início do século XX, a Comissão Rondon e o SPI se intitularam com a missão de virar os olhos do Brasil para o interior, para levar o **moderno** ao **antigo**. Dizem que, para Rondon, o telégrafo seria a abertura do país ao Ocidente, mas também uma forma de incorporar as populações indígenas do país, tornando-as produtivas. Essa doutrina de civilização utilizada por Rondon, segundo os autores, seria baseada no ideário de José Bonifácio, pelo qual o estado dos indígenas não era genético, mas conforme o meio social em que viviam. Logo, pela ideia evolucionista, os indígenas poderiam ser

capazes de contato e adoção de outra cultura (logicamente, a do invasor) (LIBÂNEO; FREIRE, 2011, p.170).

Erthal (2011, p.179) retoma a questão dizendo que, no final do século XIX, os debates acerca do destino das populações indígenas, em particular daquelas que se opunham ao avanço da sociedade nacional, desemboca na fundação, em 1910, do SPI. Do extermínio à catequese, encontrava-se um novo meio.

Para Erthal, a EFNOB, iniciada em 1905, é marco na guerra contra os indígenas do sertão paulista, até então travado por bugreiros e colonos. O SPI seria chamado para regularizar a situação. A escolha da **proteção fraternal** se dá como opção à antiga concessão de terras e aos benefícios para ordens religiosas dispostas a catequizá-los, e que não davam resultados, e aos massacres de bugreiros. A escolha da figura de Rondon seria vital (ERTHAL, 2011, p.186). Este deveria pacificá-los para abrir caminho aos trilhos. Segundo Erthal, essa seria a retórica da chamada civilização: os indígenas deveriam evoluir, passar de simples coletores a criadores de gado e agricultores. O SPI, nesse sentido, só era um meio de se ganhar mais tempo.

Erthal demonstra que, no final de 1912, houve forte valorização das terras marginais da EFNOB. Era a grande área dos Kaingang. Devido às precárias condições dos acampamentos para onde eram levados os indígenas para serem aldeados, doenças os vitimavam. Até 1916, mais da metade da população Kaingang que existia em 1912 já tinha morrido. Em 1916, o sarampo dá um golpe final. Trazido por colonos espanhóis, atinge Icatu e é levada para Iacri, daí atingindo os outros (ERTHAL, 2011, p.187).

Em Pinheiro (1992, p.9), tem-se a indagação sobre se as modificações sociológicas, históricas e étnicas foram impostas pelos conquistadores e pelo SPI ou se foram o resultado de uma relação interétnica particular na qual indígenas e brancos deram sua contribuição. Entre imposições e resistências, houve espaço para negociação, e foi construída, por ambas as partes, a nova realidade social multiétnica. Pinheiro se pergunta qual é, pois, o papel dos indígenas nesse processo? Seria viável compreender esse processo apenas como dominação e imposição da civilidade sobre o bárbaro? Instruir o inculto, o selvagem, o semi-humano, obstáculo ao desenvolvimento de viés europeu?

Pinheiro apresenta a visão de Bonifácio, que parece nortear os ideais do SPI:

"Os índios são humanos, capazes de perfectibilidade. Só o estado de sociedade, no entanto, lhes permite realizar a perfeição. Ora eles carecem de sociedade, na medida em que não reconhecem chefes permanentes nem leis ou religião que os coíbam. Cabe ao Estado fornecer-lhes a possibilidade de saírem de sua natureza bruta e

formarem uma sociedade civil: a educação que também assim lhe cabe supõe essas premissas. São condições para tanto que se sedentarizem as aldeias, se sujeitem a leis, à religião e ao trabalho. (...) É precisamente na medida em que não se reconhece que eles formem sociedade que se nega aos índios a autodomesticação. Cumpre ao Estado brasileiro realizar as sociedades indígenas que até então carecem de existência: passa-se da autodomesticação à heterodomesticação (PINHEIRO, 1992, p.37).

Retornando à questão da transferência dos Kaingang e do surgimento de Icatu, Mello (1982) demonstra que a pressão pela posse da terra e a saída de Bandeira em pouco tempo fariam com que o acampamento de Patos fosse transferido de localidade. A mudança acarretaria brigas entre os grupos acampados, entre si e, também, com o SPI, gerando a criação de Icatu, em 1916, e Vanuire, em 1917, mas grande parte dos Kaingang retornaria à mata. Segundo Mello, Vanuire possuiria terras muito ruins e Icatu teria terras um pouco melhores. Seria, a princípio, terra de doações, porém, o SPI as adquiriria regularmente. Bandeira ainda seria escalado para pacificá-los novamente e ajudá-los a se fixarem nos novos postos (MELLO, 1982, p.79-80).

Com auxílio da documentação gerada pelo SPI, 5ª Inspeção, digitalizadas pelo Museu do Índio, do microfilme 1 – número 2 a 506 (Araribá); microfilme 7 – número 1604 a 2337 (Icatu com Vanuire); microfilme 8 – Número 1 a 683 (Icatu com Vanuire), além de documentação esparsa encontrada no acervo do órgão citado e no microfilme 29, encontrou-se um relatório de 1940 contendo o histórico da aquisição das terras do Posto Indígena de Vanuire, de doze páginas, que também analisa a pacificação dos Kaingang nas áreas do Ribeirão dos Patos, em 1912, às margens da estação de trem Hector Legru. Nele, confirma-se que o local do acampamento era área requerida pelo franco desenvolvimento do café e da ferrovia, sendo logo requisitado e acabando por gerar a expulsão dos indígenas.

O documento analisa, pois, a questão da doação e delimitação das terras em Vanuire para o SPI. Cita como doadores os irmãos Piza e a efetivação do fato no ano de 1917. Diz que o nome seria em homenagem à indígena que teria sido aprisionada e que foi intérprete durante a fundação do Ribeirão dos Patos e dos primeiros contatos com os Kaingang. Vanuire seria formada, pois, em 1917, com o pessoal do chefe Kaingang Charin. Icatu seria formada, em 1916, com o pessoal do chefe Vauim que, tendo morrido, foi substituído por Careg. Os Kaingang que ficaram isolados eram os do chefe Iacri. Confirma-se, pois, as desavenças entre os vários grupos. Diz que, até 1929, Vanuire não havia recebido investida contra sua área, entretanto, o posto não recebia os mesmos

cuidados que Icatu, sendo mesmo considerado um sub-posto deste, fato que se confirma pela documentação do período.

Inicia-se, então, a descrição da chegada do italiano Domingos Zoner que, com um barracão e lavouras, pleiteava parte das terras de Vanuire, dizendo tê-las adquirido dos irmãos Piza. Zoner opta por uma desistência amigável com a chamada de Lelio Piza, mas este faz a questão pender contra Zoner. Entretanto, Zoner mantém a compra de um lote, concordando com uma troca de terras com a inspetoria através de um acordo verbal. Zoner, mesmo assim, desrespeitaria a documentação e invadiria terras de Vanuire, alegando ter documentação comprobatória. O documento alega má-fé por parte do litigante ao não buscar diálogo e elucidação dos fatos com a Inspetoria. Cita participação de funcionários do próprio SPI na possível má-fé. Por fim, a documentação diz que o ocorrido só teve existência devido ao estado de acefalia no qual se encontrava a Inspetoria a partir de 1933.

Pelo que se pode observar, os Kaingang consideravam o posto dos Patos como propriedade do grupo de Vauhin. Eram nítidas as diferenças e brigas internas dentro da etnia. Nesse sentido, com a transferência para o novo posto e para eliminar as inimizades em Icatu, Horta Barbosa autorizou a abertura de outro posto de atração: o aldeamento no Córrego Pirã, que hoje se chama Vanuire (RODRIGUES, 2007, p.88). Como exemplo, Baldus (1953) demonstra que as brigas internas continuariam, desde o surgimento de Icatu e Vanuire, e aponta como o chefe de posto fez para eles se unirem:

[...] Esses rancores intra-tribais continuaram quando, em 1915, os grupos que, até então, tinham evitado o contacto com o branco, resolveram fazer as pazes, e quando, um ano mais tarde, foi construído Icatu (cf. Bandeira 1926 pp. 66-67). Obrigaram a organizar, algum tempo depois, um segundo estabelecimento para os Kaingang não amigos dos de Icatu, estabelecimento êsse que recebeu o nome de Vanuire, velha kaingang do Paraná, que desempenhou papel decisivo como mensageira de paz dos brancos. O sr. Érico Sampaio me contou que, quando chegou, em 1930, a Icatu, as brigas entre os dois grupos tradicionalmente inimigos e separados pelo rio Feio já tinham cessado, persistindo, porém, os sentimentos de hostilidade. Queria, então, o novo administrador criar perfeita harmonia entre todos os tutelados, enviando, por isso, em 1933, um caminhão a Vanuire a fim de trazer os índios de lá para, em Icatu, assistir a um kiki, grande festa kaingang com dança, canto e bebida e de vários dias de duração. Quando os convidados vieram, a festividade já havia começado. Aí, as mulheres dos ádvenas, pálidas de medo, foram diretamente à casa do encarregado do Serviço de Proteção aos índios, não tomando parte na festa. Pois era sabido que, geralmente, safa briga por ocasião de um kiki. Só foram elas juntar-se aos índios de Icatu no dia seguinte, depois de terem verificado que tudo estava em paz. Os homens de Vanuire, porém, embora

numericamente inferiores aos de Icatu, uniram-se imediatamente a êstes. Certa desconfiança com que foram recebidos, desapareceu logo e não voltou, ao ficarem todos bêbados. "A boa harmonia então estabelecida se conserva até hoje", afirmou o sr. Sâmpaio ao finalizar seu relato (BALDUS, 1953, p.319).

Afirma, ainda, que os Kaingang desapareceriam:

Mas é uma harmonia ao ocaso dum povo, ao desaparecer de uma cultura. Já os primeiros contactos pacíficos com os brancos surtiram epidemias chamadas, naquele tempo, de "influenza" que extinguiram em poucos dias bandos inteiros (cf. Bandeira 1926 pp. 71-72). Os últimos sobreviventes dos Kaingang paulistas guardam tão pouco da cultura dos antepassados que, provàvelmente, daqui a duas gerações existirá dela nada além dos reflexos na literatura etnológica e alguns artefatos nos museus (BALDUS, 1953, p.319).

Oliveira (2011) destaca que o recurso das imagens foi usado para ressaltar a eficácia da política civilizatória do SPI. Os indígenas pousavam para as fotos de forma a ser algo além da realidade. Era um futuro almejado. Representavam eles na escola, no trabalho e no manejo de instrumentos (OLIVEIRA, 2011, p.192). Era uma natureza domesticada, com gestos delicados, distanciados de um passado rude. Os rostos estampavam docilidade e passividade. Era o **índio idealizado**. Para Oliveira, o SPI queria instalar benfeitorias, produzir gêneros agrícolas, desenvolver a criação de animais, incorporando modelos de produção e trabalho. A escola desenvolveria hábitos alimentares, higiênicos e padrões morais, sendo, pois, local de inserção de símbolos de progresso, civilização e proteção. O indígena era visto como criança, cabendo ao SPI realizar sua passagem para a maturidade, ou seja, a civilização (OLIVEIRA, 2011, p.194).

Em Freire (2011, p.17), aponta-se que as imagens produzidas por agentes do SPI tinham três objetivos: demonstrar e propagandear o sucesso do processo civilizatório, mostrando que os indígenas poderiam ser civilizados por meios pacíficos, além de adquirir habilidades que os tornassem trabalhadores nacionais; prestar contas das ações do órgão, legitimando-o como formulador e executor da política indigenista brasileira; sensibilizar os brasileiros dos grandes centros urbanos sobre a necessidade de intervenção de uma chamada proteção fraternal aos indígenas. As fotos ilustravam atividades como indígenas sendo educados na cultura dos brancos, aprendendo a ler, produzindo lavouras, trabalhando nas oficinas e com gado. Vestidos, seriam civilizados. Com raras exceções, não haviam cenas de fome, doenças, desnutrição, invasões, massacres, conflitos, etc. Eram fotografados ao lado da sede de posto indígena e também ao lado de casas tradicionais para revelar o contraste entre **civilizados** e **bugres**.

Nesse sentido, a criação de Icatu, bem como sua estrutura, foi pensada no ideal do SPI exposto até aqui. Entretanto, Oliveira (2011) descreve que as relações entre indígenas e brancos eram de ganhos recíprocos. Diz que não se pode pensar o contato apenas sob a ótica da resistência e negação. Os indígenas também fizeram escolhas, apegaram-se a procedimentos e lógicas próprias, inserindo elementos não indígenas. Essa nova maneira não os aproximava dos brancos, mas os diferenciavam com novos critérios de afirmação de identidade própria dos indígenas (OLIVEIRA, 2011, p.198).

Foto 21 – Muare do Posto



Fonte: SPI, 1921. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 22 – Casas em Icatu



Fonte: SPI, 1922. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 23 – Casa de Máquinas de Icatu



Fonte: SPI, 1922. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 24 - Carro Puxado por Carneiros em Icatu



Fonte: SPI, 1922. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 25 – Represa de Icatu



Fonte: SPI, 1941. Museu do Índio. Acervo on-line

Segundo Rodrigues Pedro, um dos mais antigos moradores de Icatu, havia bastante gado e cavalo na aldeia. Ele também diz que, no tempo do encarregado Érico Sampaio, existia criação de porco. Rodrigues Pedro diz que, quando chegou em Icatu, não havia mais a represa. Ele não soube precisar a data, mas diz que um açude foi reformado depois. A casa de máquinas ficaria atrás de onde hoje se encontra a sua casa.

Foto 26 – Antiga Escola de Icatu



Fonte: SPI, 1941. Museu do Índio. Acervo on-line

Segundo Rodrigues Pedro, a construção que aparece na imagem acima era um posto de saúde. “Era escola antes. Desmancharam e fizeram o atual”. Diz que chegou a morar ali.

Foto 27 – Casa da Administração de Icatu



Fonte: SPI, 1941. Museu do Índio. Acervo on-line

Para Rodrigues Pedro, o local acima deveria ser um escritório, mas foi derrubado. Diz lembrar do chefe batendo na máquina de escrever. Aproveitando sua recordação, diz que, anteriormente, existia polícia e não podia entrar sem autorização. Era policial indígena.

Foto 28 – Lago Artificial para Carpas em Icatu



Fonte: FOERTHMANN, H. 1942. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 29 - Indígenas Trabalhando em Icatu



Fonte: SPI, 1922. Museu do índio. Acervo on-line

Foto 30 – Construção em Icatu



Fonte: SPI, 1922. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 31 – Visão de Icatu em 1922



Fonte: SPI, 1922. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 32 – Mulheres em Icatu



Fonte: SPI, 1940. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 33 – Icatu, Década de 1940



Fonte: FOERTHMANN, H. 1942. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 34 – Homens de Icatu



Fonte: FOERTHMANN, H. 1942. Museu do Índio. Acervo on-line

Em relação ao ano de 1920, encontrou-se na documentação do SPI, também digitalizada pelo Museu do Índio, no microfilme 7, nº 1901 a 1903, correspondência endereçada a um Inspetor do órgão, José de Avelar, enviada por José Chagas. Diz ser uma resposta a uma circular na qual se pediam explicações acerca de glebas de terras ou lotes de posse legal dos indígenas dos postos, além de terras ocupadas por eles, mas sem

registro. Percebe-se uma descrição espacial dos tamanhos e limites geográficos de Icatu e Vanuire, bem como dos grupos Kaingang que lá estavam. Icatu aparece com 55 alqueires (posteriormente, outro terreno seria adquirido, ampliando o tamanho):

1º

Gleba de Teras, pertencente ao posto do Icatú, aonde se acha localizado o Acampamento do mesmo nome, medindo 55 alqueres cincoenta e cinco alqueres çita a margem direita do rio feio, ná fazenda Goaporanga, município do pennapolis, á margem esquerda do córrego Icatú, aonde, actualmente se acha residindo 33 índios do grupo Dombruy, além de 12 índios deste mesmo grupo que se acham no paraná servindo de interpretes, aos índios daquele estado, no posto Laranginhas

2º

Gleba de teras, Pertencente ao serviço de proteção aos índios, aonde se acha localizado o posto do Vanuire, um lote medindo 100 alqueres, cem alqueres, çita a margem esquerda do rio feio, fazenda Goaporanga, no município de pennapolis, tambem a (margem ~~(esquerda)~~ direita do corrego do Pyran, ao lugar aonde se acha localisada a sede do referido posto, e aonde reside actualmente 5 familias do grupo de Charim.

Um outro lote, çita a mesma margem do rio feio, no mesmo município, margem esquerda do pyran vezinho ao posto do Vanuire, este lote mede 150 alqueres, cento e cincoenta alqueres e é par ao lote de 100 alqueres em que se acha o referido posto (SPI – Museu do Índio – 5ª Inspetoria - Microfilme 7, nº 1901-1903).

Na mesma documentação se apresenta, então, um questionário onde as respostas principais indicam que o Posto Indígena de Icatu estava localizado a 36 km da sede do município, na cabeceira do córrego Icatu. Na época, Braúna era distrito de Glicério. A forma de se atingir a localidade era por uma estrada, de Glicério até Braúna (23Km) e de Braúna ao posto, por estrada, distante 11 km. Classifica-se a etnia que habitava o local (que na documentação aparece como tribo) de Kaingang. O posto seria constituído por 15 casas, existindo um poço para obtenção de água. A iluminação se dava por lampião a querosene. Havia um engenho de cana com evaporadeira e turbina, máquina de arroz, moinho para fubá, um galpão, dois depósitos, duas dispensas e uma garagem. Já o estábulo possuiria duas cocheiras e dois apartadores para bezerros. O curral possuiria dois lances, com 111 animais, e o chiqueiro possuiria 34 cabeças. Possuiria uma roça de 40 hectares, um pomar de 1 hectare, pasto de 50 hectares e um pasto cultivado, mas necessitando de reforma de 160 hectares.

Pelos documentos, afirma-se que as terras pertenciam aos Kaingang e que haviam 23 não indígenas, que chamavam de civilizados. Relata-se que existiam dois agrupamentos ou aldeias com 41 indígenas. Diz-se que as terras foram doadas por civilizados aos indígenas... A escola mais próxima ficaria a 2km, mas que não havia nenhuma criança indígena matriculada nela. A doença mais impactante nos indígenas dali era a gripe, para a qual não tinham imunidade. Por fim, afirma-se que não havia nenhuma missão religiosa que ajudava os mesmos.

Para o ano de 1929, documentação do microfilme 7, nº 1900, descreve um terreno a ser vendido ao Posto Indígena Icatu, dando a metragem e a localização. A metragem aparece com dados confusos, alternando-se entre alqueires e hectares. Ao que se parece, o numeral 15,30 se refere aos alqueires e o numeral 32 se refere aos hectares. Entretanto, na conversão desses números, os resultados não batem. A documentação diz que o terreno tem princípio em um marco cravado na estrada e no alto do espigão que faz divisa com as fazendas Valle Formoso, Icatu e Francisco Barroso, marco que chama de Velho. Daí seguia para a estrada de auto e rodagem que ia para Braúna.

Documento encontrado no acervo do SPI, também digitalizado pelo Museu do Índio, datado de 1949, diz que Icatu possuía 109 alqueires paulista. Em hectares, seriam algo em torno de 264. Pelo que aponta o site da Funai, a área atual é de 301 hectares. Não se encontrou documentação que indicasse a origem dessa diferença, como uma compra ou doação de terras. A área, contudo, é extremamente pequena para a população indígena que nela se encontra e necessitaria de ampliação para o bem-estar e manutenção da comunidade. Na mesma documentação também se propõe o fim da criação de gado de corte, substituindo-a pelo leiteiro, além do início do plantio do café.

Foto 35 - Vista do Posto de Icatu em 1921



Fonte: SPI, 1921. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 36 – Icatu em 1921



Fonte: SPI, 1922. Museu do Índio. Acervo on-line

As fotos acima ilustram as paisagens dos primeiros anos de Icatu, facilitando o processo de percepção daquele ambiente, bem como demonstram o esforço para se tomar o território junto à floresta, para a construção das moradias e da preparação do campo para a agricultura e pecuária. Percebe-se também a participação e a chegada da própria Estrada de Ferro Noroeste que, apesar da distância em relação à aldeia, tem seu nome gravado em uma das fotos (foto 36).

Foto 37 – Casa de Máquinas de Icatu em 1922



Fonte: SPI, 1922. Museu do Índio. Acervo on-line

Segundo Rodrigues Pedro, indígena morador de Icatu, conforme já dito, a casa de máquinas ficava nos fundos da casa dele. Havia em Icatu plantação de cana, fazia-se fubá, açúcar, tudo para consumo próprio. O entrevistado diz que ajudou a desmontar as máquinas. Quando chegou no Icatu, afirma que não existiam máquinas. Fala que era tudo no boi, na carreta. Diz que desmancharam a casa de máquinas para levar ao Paraná e não trouxeram mais. A madeira da casa de máquinas teria sido levada para uma serraria com vistas a se fazer um curral, com tábuas, mas não trouxeram mais. Fala que, em sua época, já não tinha mais porteira, mas havia uma chaminé do fogão de açúcar e garapa.

Foto 38 - Animais de Criação em Icatu



Fonte: SPI, 1920. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 39 – Indígenas de Icatu em 1922



Fonte: SPI, 1922. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 40 – Indígenas na Lateral da Casa de Máquinas de Icatu



Fonte: SPI, 1922. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 41 – Casas de Indígenas de Icatu em 1922



Fonte: SPI, 1922. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 42 – Cata-Vento e Casa do Encarregado de Icatu



Fonte: FOERTHMANN, H. 1942. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 43 – Casa Indígena em Icatu



Fonte: FOERTHMANN, H. 1942. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 44 – Rebanho em Icatu



Fonte: FOERTHMANN, H. 1942. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 45 – Casa de Máquinas na Década de 1940



Fonte: FOERTHMANN, H. 1942. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 46 – Oficina, Serraria e Escola de Icatu



Fonte: FOERTHMANN, H. 1942. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 47 – Cata-Vento, Casa da Administração e Casa do Chefe de Posto de Icatu



Fonte: FOERTHMANN, H. 1942. Museu do Índio. Acervo on-line

Segundo Rodrigues Pedro, a foto acima representava a casa do chefe. Para ele, o moinho puxava água do poço com o tocar do vento. Pedro diz que o moinho e a casinha não existem mais, e que achava que a construção menor era uma casa de motor para puxar luz, para o posto somente. Afirma que tudo era só na lamparina e que o vento derrubou as pás do moinho.

Foto 48 – Escola e Depósito



Fonte: FOERTHMANN, H. 1942. Museu do Índio. Acervo on-line

Rodrigues Pedro, ao analisar a foto acima, diz que, na época dele, não existia o depósito (construção menor). Mas não soube informar a data precisa.

Em relação ao ano de 1922, documentos do SPI, microfilme 8, de números 589 ao 604, digitalizados pelo Museu do Índio, apresentam um relatório enviado em 20 de dezembro do mesmo ano, ao Sr. José de Avellar Seixas, Inspetor do SPI, pelo encarregado do posto, contendo os detalhes dos Postos Indígenas Icatu e Vanuire. O encarregado diz que eles foram criados para pacificação dos Indígenas Kaingang do estado de São Paulo. Diz que foi pequeno o desenvolvimento (no sentido de multiplicação) do que chama de raça Kaingang, que receberia proteção a seu cargo, tendo-se registrado apenas quatro nascimentos. Relata também a morte de indígenas assistidos. Diz que os indígenas domiciliados em ambos os postos muito tinham contribuído com o desenvolvimento e progresso da lavoura, a quem cabiam os principais esforços. Eles auxiliariam no tratamento do cafezal, bem como de cereais como soja, milho, arroz, feijão, mandioca e cana, além de outros. Diz que não se necessitava mais tecer elogios constantes aos indígenas, como teria feito em outros relatórios. Relata também o retorno de indígenas que estavam no posto Laranjinhas, no Paraná. Nota-se que os dois postos, Icatu e Vanuire, estavam vinculados no período, o que se pode claramente ser notado pela presença de somente um encarregado para os dois e das documentações serem, praticamente, conjuntas.

Nesse sentido, pode-se lançar dúvidas quanto ao que disseram vários autores, pois afirmaram que os Terena viriam para a região em 1930 para ensinar agricultura aos Kaingang do Oeste Paulista, mas, como se nota, a documentação citada é de 1922, parabenizando os indígenas pelo pleno trabalho agrícola. Ou os Kaingang já estavam praticando a agricultura e, assim, não precisavam que outra etnia lhes ensinasse ou, do contrário, os Terena haveriam de ter chegado antes de 1930, para lhes ensinar, caso este fosse o único motivo para sua vinda do atual Mato Grosso do Sul.

O documento segue descrevendo a plantação de arroz, feijão, milho, abóbora e mandioca. Comenta as dificuldades que tiveram com a cana, demonstra otimismo em relação ao café e inicia a descrição das plantações dos colonos em relação ao arroz, feijão e milho. Inicia também a descrição das plantações de Vanuire como a de arroz, milho e feijão. Descreve a manutenção de máquina de arroz e o moinho de fubá, em Icatu, dizendo que as demais máquinas estavam em bom estado, com exceção da turbina de açúcar. Descreve os medicamentos e ferramentas presentes nos postos. Faz uma descrição dos objetos inutilizados, apontando o empréstimo de alguns, inclusive armas, para outras povoações e reclama da ausência de outros. Faz uma descrição superficial dos veículos e móveis, iniciando a análise da construção da sede, de madeira, dotada de dois pavimentos:

Pavimento Térreo

Este pavimento mede-se a altura de 11 palmos ou seja 2m, e 44 centímetros regularmente abitavel com as seguintes divisões. Uma sala de jantar para índios e trabalhadores, uma dispensa, um quarto para dormitório de cozinheiro e um amplo salão que em ocasião oportuna terá que ser dividido em 3 ou mais compartimentos.

Pavimento superior

Mede-se a altura de 14 palmos ou seja 3m, e 11 centímetros.

Devidamente assoalhada e assim dividida 3 dormitórios uma sala de espera uma sala de jantar e varanda abalaustrada em toda frente. Tem cozinha que fica contigua ao pavimento térreo e comunica com o pavimento superior por uma escada. Esta casa é servida por 3 escadas, uma que da entrada para a sala de jantar, outra que dá entrada pelo alpendre e outra para a cozinha que fica contigua ao pavimento inferior conforme já me referi. As dimensões desta casa é de 8 metros de frente por 12 de fundos e cozinha de 4m, e 44c, por 3m, e meio metros (SPI, 1922. Museu do Índio, 5ª Inspeção, Microfilme 8, nº 598-599).

Foto 49 – Casa do Encarregado



Fonte: Próprio Autor, 2019 (Esquerda). FOERTHMANN, H. 1942. Museu do Índio. Acervo on-line

O mesmo documento relata o abastecimento de água para a casa sede por meio de uma cisterna, a construção de uma cercada, no fundo da casa sede, para construção de um pomar, a construção de um curral ao lado da casa sede e o reforço das cercas de arame dos pastos para que os animais não ultrapassassem e comessem as plantações. Descreve os pastos e plantações de Icatu e Vanuire, dizendo que, no ano anterior, tiveram problemas com secas e geadas. Os indígenas também faziam roças particulares de milho, feijão, fava e abóbora. Descreve, também, a criação de bovinos, ovinos, suínos e muares, finalizando o relatório.

Documento de 1946, do SPI, também digitalizado pelo Museu do Índio, cita a descoberta de um cemitério indígena e a perda de documentação durante fase em que o SPI tornou-se parte do Departamento de Povoamento, mas que, entretanto, havia sido encontrado documentação referente ao início do posto de Vanuire, como aquele que indica a doação das terras pelos irmãos Piza, em 17 de junho de 1917. Esse documento confirma que o nome Vanuire foi uma homenagem à indígena intérprete e que o local

abrigou o pessoal do chefe Charin. Os indígenas que ficariam isolados nesta fase inicial de contato e que estavam fora de Vanuire e Icatu seriam os do chefe Iacri. Por essa documentação, indica-se que os cemitérios que eram encontrados nas terras vendidas pelos Piza eram dos Kaingang que, por serem habitantes daquelas áreas, estavam morrendo devido às constantes epidemias trazidas pelos brancos. Mais uma prova do genocídio que ocorreu.

Em relação ao ano de 1931, documentos do microfilme 29, nº 1928 a 1934, digitalizados pelo Museu do Índio, indicam protagonismo dos indígenas ao cobrarem seus direitos, pois demonstram a representação enviada pelos habitantes de Araribá, assinada em 21 de novembro de 1931, ao interventor Manoel Rabello. A documentação presta esclarecimentos ao ministro do Departamento de Povoação. Diz ser fruto da reunião dos desejos dos Guarani, Kaingang e Terena reunidos naquela povoação. Nela, os indígenas dizem que foram visitados no pontal do Araribá e rio Batalha pelo SPI e que há vinte anos foram socorridos pelo tenente Manoel Rabello, fundador da inspetoria de São Paulo e que estavam alegres por saber que o coronel agora era o interventor paulista, a quem felicitavam e pediam por socorro para que suas terras não fossem retalhadas e dadas a estranhos, caso fossem abandonados pelo governo. Temiam não conseguir empregos devido à crise e, além disso, temiam perder o controle das terras e retornarem a um tempo no qual diziam não ter justiça. Finalizam dizendo que foi o governo que os encontrou, deu recursos e tratamento às doenças. Agora, pediam auxílio para que a povoação não acabasse. Seguem assinaturas.

Horta Barbosa presta esclarecimentos ao interventor federal de São Paulo, Manoel Rabello, acerca da representação dos indígenas. Diz que eles estavam em terras que passaram à administração de sua inspetoria por decreto nº 2371-F, de 28 de abril de 1913, do Governo Estadual, com o fim de atendê-los, no mesmo local onde, em 1910, o interventor os teria atendido. Diz que vinha comprovar a fiel observância dos preceitos em favor dos indígenas, descrevendo as benfeitorias e que, apesar da crise financeira do país, os indígenas em nada poderiam reclamar. Entretanto, haveria um motivo para a inquietação deles.

Segundo a documentação, teria visitado o local (Araribá), em fins de junho do mesmo ano, um inspetor de povoamento, o engenheiro Cristiano O. Ribeiro da Luz, que acabou por espalhar notícia falsa de que o Serviço de Proteção dos Índios seria extinto e que as terras deles seriam distribuídas para estrangeiros e nordestinos e que, além disso, teria dito palavras imprudentes e injustas contra os indígenas e moradores da povoação,

comparando a um quilombo e chamando-os de malta de vadios. Além de falsear os fatos, o engenheiro ainda negou em relatório a existência de qualquer trabalho agrário e qualquer organização econômica em Araribá e demais aldeias indígenas. Diz ser grave o relatório e a proposta do engenheiro. Por fim, passa a resumir as informações constantes na representação dos indígenas.

A documentação argumenta que o SPI fez os indígenas acharem em Araribá uma povoação com proteção, leis e regulamentos na qual eles prosperavam com lavouras, criações, maquinários, escola e farmácia. Diz que a inspetoria observou fielmente os regulamentos, defendendo judicial e administrativamente os indígenas. Considera injusto acreditar que a inspetoria não estaria velando por eles. Entretanto, diz que a apreensão se justificava devido às palavras do engenheiro já citado, palavras ditas injustas e ofensivas. As palavras geraram insegurança e pânico nos indígenas. Segue assinatura e palavras que diziam garantir que se agiu com rapidez devido ao problema gerado e ao que poderia ter acarretado.

Para o ano de 1933, documentação do Departamento Nacional do Povoamento, 4ª Seção, números 21 a 24 e 32, digitalizada pelo Museu do Índio, aborda um processo pedido pelo inspetor regional da Bahia, Samuel da Silveira Lobo, para dar-lhe como auxiliar o senhor Manoel Silvino Bandeira de Mello, que o inspetor declara ser de confiança e ter sido o pacificador dos Kaingang. Entretanto, respondem-lhe argumentando um papel secundário que Bandeira de Mello teria tido na pacificação dos Kaingang paulistas. O SPI teria se baseado nas informações e testemunhas de três chefes para negar a importância de Bandeira.

Os três chefes teriam feito o trabalho de pacificação que, segundo o documento, Bandeira se atribuiria e que Silvino Lobo pretendia homologar. Os chefes seriam o General Manoel Rabello, Manoel Tavares da Costa Miranda e Luiz Bueno Horta Barbosa (Ex-Inspetor do SPI em São Paulo e diretor entre 1918 e 1922). O SPI sugere a dispensa de sua ida para a Bahia. Chega-se a dizer que Bandeira era velho e doente para vir ao sul baiano, falando mal de seu caráter, que seria um provocador de intrigas, desleal e mentiroso. Diz, por fim, que ele nem fazia parte do SPI na época da pacificação...

A documentação diz, então, que não será indicado ao cargo o sr. Manoel Silvino Bandeira de Melo, pois, segundo o documento, haveria desvios de conduta e duplicidade de caráter por parte dele, e que ele se atribuiria imaginários serviços prestados, depreciando a outros. Bandeira não teria ido junto à expedição do rio Feio, permanecendo no Ribeirão dos Patos, comandado por Antônio de Paiva Sampaio.

Entretanto, também se encontrou documentação do SPI, digitalizada pelo mesmo Museu, por meio da qual se apresentou uma carta para Bandeira de Melo, de 1944, com assinatura semelhante à de Horta Barbosa, saudando-o ante sua doença. Cargo em Vanuire, que estaria em estado lamentável, estaria guardado para ele, visto o que ele já teria feito nos episódios da pacificação. Assim, percebe-se uma oscilação de qual teria sido o papel de Bandeira na pacificação, o que pode ter sua explicação no episódio no qual ele não aceitou o suborno para a transferência dos Kaingang do Ribeirão dos Patos, indo contra um possível planejamento do SPI.

Em 1941, por meio de documentação do SPI (microfilme 7, nº 2285), também digitalizada pelo Museu do Índio, Érico Sampaio endereça correspondência pedindo instrução para se iniciar os recenseamentos em Icatu. Ele pergunta se deve ser mencionada só a população com residência fixa, ou se também deveria incluir os Terena que lá estavam trabalhando. Pergunta, além disso, sobre a questão dos chamados civilizados que também lá se encontravam.

Em relação ao ano de 1951, no microfilme 8, foi encontrado um documento, nº 619, que recomendava que o Posto Indígena Icatu não fosse mais utilizado para cumprimento de penas correcionais de indígenas. Entretanto, os demais postos da inspetoria teriam ainda menos condições. Nele, pede-se, pois, por um novo local em outra inspetoria para esse fim. Icatu foi, durante algum período, um posto utilizado para penas correcionais de indígenas, inclusive de indivíduos vindos do Mato Grosso do Sul, fato também comprovado por bilhetes de trem digitalizados pelo Museu do Índio, comprados junto à Noroeste pelo SPI, com nomes de indígenas Terena, Guarani e Kaiowá e indicando que vinham para cumprimento de pena.

Foto 50 – Casa de Correção em Icatu



Fonte: FOERTHMANN, H. 1942. Museu do Índio. Acervo on-line

Foto 51 – Casa de Correção em Icatu B



Fonte: FOERTHMANN, H. 1942. Museu do Índio. Acervo on-line

Documentação do SPI, datada de 1950 (microfilme 8, nº 547), digitalizada pelo Museu do Índio, diz que, em 1948, existiam 44 indígenas em Icatu. Nos postos que hoje seriam do estado do Mato Grosso do Sul, existiam 476 indígenas em Buriti, 752 em Cachoeirinha e 947 em Taunay. Juntos aos demais, eram 7069 indígenas no território abrangido pela IR-5, ao qual pertencia Icatu. Pertencer ao mesmo território da inspetoria nº 5 facilitava a movimentação de indígenas entre essas aldeias, o que facilitou o trânsito de populações Terena entre o Mato Grosso do Sul e Icatu.

Tabela 5 – Média Populacional dos Kaingang Paulistas e de Icatu (1912-2018)

Ano	Média	Fonte
Kaingang Paulistas até 1912	1200	BARBOSA; RIBEIRO (1954) citado por BORELLI (1984)
Kaingang Paulistas em 1912	700	BARBOSA; RIBEIRO (1954) citado por BORELLI (1984)
Kaingang Paulistas em 1916	200	BARBOSA; RIBEIRO (1954) citado por BORELLI (1984)
Kaingang de Icatu em 1916	64	SOUZA (1918); BALDUS (1953)
Kaingang de Icatu em 1942	61,3	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1943	60,25	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1944	60,75	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1945	60,8	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1946	41,5	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1947	41,5	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1948	44,08	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1949	42,75	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1950	40,66	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1951	38,54	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1952	41	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1953	40	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1954	45,1	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1955	45,33	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1956	44,75	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1957	49	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1958	51	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1959	51,41	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 1960	50,6	SPI, 5ª Inspetoria, Microfilme 7, Fotografia 1613 a 2178 e Microfilme 8, Fotografias 18 a 612. Museu do Índio
Kaingang de Icatu em 2018	140	SESAI

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

A tabela acima representa, pois, a média populacional anual de Icatu. Entre os anos de 1942 e 1960, utilizou-se de dados extraídos da documentação do SPI (digitalizados pelo Museu do Índio), que fazia a medição mensalmente. Para o ano de 2018, utilizou-se de dados fornecidos pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Os dados referentes aos Kaingang paulistas nos anos pré-1912, 1912 (pacificação) e 1916 (início de Icatu), foram fornecidos por Borelli (BARBOSA; RIBEIRO, 1954 citado por BORELLI, 1984). O dado referente à população de Icatu, em 1916, teve base em SOUZA (1918) e BALDUS (1953).

Para comparação, dados mais atuais, obtidos por meio de documento solicitado pelo autor via Serviço de Informações ao Cidadão (e-sic), e respondido pela SESAI, apontam, com base no ano de 2018, a existência de 140 pessoas em Icatu, 218 em Vanuire e 630 em Araribá (250 na aldeia Kopenoty, 98 na Nimuendaju, 103 na Tereguá e 179 na Ekeruá). O órgão, contudo, explica que esses dados se referem a populações que vivem em território indígena e que são atendidas por ele. Além disso, diz que os números poderiam variar já que os dados não são realizados para fins censitários, bem como que os dados são referentes ao ano de 2018 e ainda não estavam fechados. Infelizmente, o censo de 2020 foi cancelado devido à pandemia do Covid-19, não permitindo dados mais atualizados para essa dissertação.

O Governo paulista faz um histórico de três etnias presentes em seu estado: Guarani, Terena e Kaingang, e diz que o SPI transferiu os Terena para ele, em 1930, para serem exemplos aos Kaingang e Guarani, dizendo que eles eram obedientes ao órgão, desconsiderando aqui qualquer motivação da etnia:

O oeste paulista tem como peculiaridade a presença da etnia terena, ao lado dos povos guarani e kaingang. Trata-se de decorrência de uma iniciativa do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que, na década de 1930, transferiu famílias terena para a região, a fim de que servissem de “exemplo” aos indígenas nativos – exemplo de afinco nas práticas agrícolas, mas também de obediência ao sistema de controle imposto pelos funcionários daquele órgão público (SÃO PAULO, 2012, p.19).

Para Vargas (2011, p.386), o Estado brasileiro, entre os séculos XIX e XX, considerava os Terena como ótimos agricultores, que se sustentavam e abasteciam as cidades com seus produtos. A reunião de indígenas numa mesma área concentraria mão de obra e liberaria áreas para as fazendas. A política do SPI atendia aos interesses do Governo de controlar os povos indígenas e suas terras, transformando-os em trabalhadores. Os Terena aceitavam as diretrizes do SPI em troca de recursos dos postos, além de outros benefícios. Era uma reciprocidade, e não apenas obediência ao órgão.

Em Coelho (2016), demonstra-se a ideia do SPI de se trazer os Terena para aculturar os Kaingang em Icatu e Vanuire, no final dos anos 1920. Reforça-se a ideia com a fala de Carvalho (1979, p.73), demonstrando com base em relatório da 5ª Inspeção regional do SPI que esta teria mandado alguns indígenas Terena, excelentes vaqueiros, para Icatu e Vanuire, para serem mestres aos Kaingang. Já para Araribá, o autor aponta que a chegada dos Terena parece ter ocorrido devido ao despovoamento gerado pela epidemia de gripe espanhola entre os Guarani. Visava, pois, a manutenção da reserva (COELHO, 2016, p.48). Por fim, Coelho traz citação de Stucchi que mostraria a tríplice finalidade em trazê-los para São Paulo:

A transferência dos Terena para o estado de São Paulo foi triplamente justificada pela possibilidade de utilização e emprego de sua força de trabalho, pelo ‘papel inovador que poderiam representar dada a singularidade de seu desenvolvimento cultural’ e pela expectativa de repovoar e de reforçar as defesas da reserva Araribá contra as ameaças e as invasões dos regionais”. (STUCCHI, 2011, citado por COELHO, 2016, p.49).

Oliveira (2002, p.45) relata em seus diários, quando visitou áreas Terena do atual Mato Grosso do Sul, que a área que ele apontou como sendo a reserva de Francisco Horta, no município de Dourados, apesar de ser área Guarani, contava com população Terena que havia sido transferida para lá seguindo a política do SPI que chamou, entre aspas, de civilizatória. Nessa política, os Terena seriam os instrutores de técnicas agrícolas aos Guarani. O mesmo procedimento seria adotado junto aos Kaingang de São Paulo.

Oliveira comenta a ida de indígenas para Araribá, em 1932, dizendo que foi a convite do encarregado daquela localidade e completa com as motivações:

Interessante dizer que nas reservas paulistas, como Araribá e Icatu, era comum o recrutamento de índios terêna como uma forma de “civilizar” os Kaingang aldeados, especialmente em Icatu. Foram transferidos para servir de exemplo, no que tange ao trabalho agrícola, seja para os índios guarani de Araribá, seja para os Kaingang de Icatu. Foi uma política do SPI aplicada durante longo tempo (OLIVEIRA, 2002, p.124-125).

Oliveira faz referência a Icatu, dizendo que o posto sempre aparecia na vida dos indígenas das aldeias que ele visitou e de outras também, pois relata que Icatu foi uma agência disciplinar da qual se valia o SPI para impedir a interferência da polícia e dos tribunais no mundo indígena. Funcionaria, pois, também como uma colônia penal indígena (OLIVEIRA, 2002, p.139).

Buscando entender a motivação e as versões indígenas, parte-se para a oralidade Terena e Kaingang. Nesse sentido, Elias (1999, p.3), Terena de nome *Hipolio'ó*, que foi cacique de Icatu, conta que, em 1930, os Terena começaram a ser chamados pelo diretor Horta Barbosa, do SPI, para incentivar a aproximação entre a etnia deles e a dos Kaingang, para troca de experiências e cultura, impulsionando a agricultura e pecuária.

Teriam vindo do Mato Grosso do Sul para Icatu, e, de lá, posteriormente, foram para Araribá e Vanuire:

Depois, conta tio Mauricio Pedro, que o pai dele, Antônio Pedro, foi o primeiro Terena que veio para o Icatu com toda a família e mais alguns jovens do Posto Indígena Bananal, Ipegue e Limão Verde. Isso aconteceu por volta de 1940. Veio com toda a família. Cinco anos ficaram aqui e, então, todo mundo voltou.

Os rapazes Terena começaram a gostar das moças Kaingang (você já viu como elas são bonitas?) e foram conversar com o Coronel Horta Barbosa, e este então perguntou-lhes: “Vocês querem ir mesmo?” e responderam-lhe: “Nós queremos”. E foi juntando mais Terena... vieram 20 famílias!

O filho mais velho de Antônio Pedro, Florentino Pedro, Hôienó casou-se com Catarina Campos Pedro, que é Kaingang.

Minha mãe, Rosa Pedro sempre vinha para cá visitar seu irmão Florentino, e eu a acompanhava. Desse modo, eu fui criando amor pelo Icatu e, já fazem vinte anos que eu moro e trabalho dedicando a vida à Comunidade Icatu. Casei-me com Neuza Umbelino Elias e tivemos cinco filhos.

Os Terena também participaram da Revolução Constitucionalista de 1932. Entre eles estava nosso tio Francisco Xupa'acá, além do Lindolfo, Pedro Candelário Há'á Kai, Kaly ayá, Olimpio Marques Himingú, Lino Oliveira, Manuxú, Emílio, Aparício Polidoro, Sérgio Muxaxo Eyé, Julinho Hôoketi. Todos seguiram para São Paulo para entrar na luta ao lado dos Constitucionalistas, os paulistas (ELIAS, 1999, p. 3-4).

Elias conta que os antepassados Terena eram nômades e que passaram pelo Chaco, atravessando o rio Paraguai e chegando ao atual território do Mato Grosso do Sul. Seu relato ainda conta um pouco mais da cultura e história Terena, suas danças e brincadeiras. Por fim, conta a história da chegada dos brancos (*Puxarará* ou *Purutuhé*) ao que hoje é chamado Brasil.

Macedo (2001) diz que o livro que organizou é um esforço conjunto de pesquisadores Kaingang, Terena e Krenak, de Icatu e Vanuire. No ano da publicação, Icatu teria 122 alqueires (o que daria quase 296 hectares) e contava com 120 pessoas. Já Vanuire, teria 205 alqueires (o que daria quase 497 hectares) e contava com 170 pessoas (MACEDO, 2001, p.6). Fala que os Terena passaram a viver em Icatu, entre 1930 e 1950. Já os Krenak, diz que passaram a viver em Vanuire, entre 1940 e 1960. Aponta que a área Kaingang paulista entre os rios Feio/Aguapeí era considerada fértil, desconhecida, mas que era habitada pelos chamados ferozes coroados (MACEDO, 2001, p. 14). Faz uma análise, através de relatório da CGGESP, de 1913, dizendo que a região era bela e rica em flora e fauna.

Cruz (2007) apresenta mapas da colonização do Oeste Paulista, demonstrando as diferentes fases de penetração, do século XIX ao início e meados do século XX, além de localizar os postos indígenas de Icatu, Vanuire e Araribá:

Em Acçolini e Moura (2015, p. 262), fala-se da chegada dos Terena em São Paulo, fato que teria ocorrido entre as décadas de 1920 e 1930, quando migraram para Araribá e Icatu. Para Vanuire, a migração teria ocorrido somente em 1940. Para as autoras, um dos argumentos para essa transferência seria o de ensinar as técnicas agrícolas aos indígenas paulistas (ACÇOLINI; MOURA, 2015, p.263).

Em Bittencourt e Ladeira (2000, p. 18), fala-se que, na década de 1930, um grupo de Terena foi para o estado de São Paulo, em áreas habitadas por Kaingang e Nhandeva (Guarani), na região do município de Bauru. As autoras não citam a motivação. Como uma resposta a essa situação, pode-se ter a chegada da estrada de ferro no Oeste Paulista, que invadia os territórios Kaingang. Procurava-se uma forma de mantê-los aldeados e pacificados, trabalhando como agricultores, isto é, mão de obra para as fazendas. A solução seria utilizar os Terena, considerados exemplos.

Em 1905, houve o início da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. O trajeto percorreria entre Corumbá e Bauru, com grande utilização dos indígenas:

Os Terena que já haviam participado da instalação da linha telegráfica, trabalharam na construção do trecho de Mato Grosso da ferrovia, juntamente com os purutuyé pobres. No trecho paulista os trabalhos tiveram que ser suspensos por um bom tempo por causa da resistência do povo Kaingang contra a invasão de seu território (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.82).

As autoras afirmam, entretanto, que os Kaingang já estavam em guerra contra os cafeicultores antes mesmo da ferrovia (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.82). Também apontam que funcionários do SPI teriam sido mandados para fazer um acordo de paz com eles e, em 1912, um grupo dessa etnia, liderado pelo cacique Vauhin, teria concordado com a paz. Outros grupos a aceitariam mais tarde. Devido a esse tratado, os Kaingang seriam aldeados em áreas diminutas, perdendo suas terras para os fazendeiros. Somar-se-ia a isso, a morte por epidemias (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.84). Esta, mais uma motivação para a chegada dos Terena: repovoar.

Para Borelli e Luz (1984, p. 9), o estado de São Paulo possui três grandes grupos étnicos: Kaingang e Terena, no interior, e Guarani, no interior e litoral (incluindo a capital). Apresentam um mapa com a localização das áreas indígenas no estado até 1984:

Mapa 26 – Postos Indígenas e Aldeias no Estado de São Paulo



Fonte: BORELLI; LUZ, 1984, p.10

Para as autoras, entre 1927 e 1930, alguns Terena foram transferidos para postos indígenas de São Paulo. O objetivo seria ocupar a terra indígena Araribá (atual município de Avaí), que estava quase desabitada em função de um surto de gripe espanhola que atacou os Guarani, e servir de exemplo aos Kaingang na questão da agricultura (BORELLI; LUZ, 1984, p.12).

Elas comentam que a fixação dos Terena em território paulista parece ter ocorrido primeiramente em Icatu e, posteriormente, em Araribá e Vanuire (terra indígena localizada no atual município de Arco-Íris). A maioria deles ficaria em Araribá (BORELLI; LUZ, 1984, p.13).

Pinheiro (1999, p. 39), relatando o caso da Terra Indígena Vanuire, demonstra a chegada dos Terena (Aruak), da atual região do Mato Grosso do Sul, além dos Krenak (Borun), do Vale do rio Doce. Para ela, os primeiros seriam direcionados. Os segundos, forçados. Vanuire seria uma sociedade multiétnica e todo seu processo de formação iniciou-se após a pacificação e aldeamento dos Kaingang.

A autora, através de uma citação do SPI, datada de 1941, demonstra que a chegada dos Terena para a região de Vanuire e Icatu pode ter ocorrido no ano de 1930 ou 1939:

A cerca (aramado) que do marco do canto dos lotes de Vanuíre e José Cândido desce ao Piram foi concertada pelos terenos creio que em 1930 ou 1939; concertada ou reformada apenas. Para o lado do Cóiói seguia

também um pedaço de cerca. (SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, citado por PINHEIRO, 1999, p.194).

A autora demonstra que a Inspetoria Regional 5 (IR-5), sediada em Campo Grande (Mato Grosso do Sul), congregava Icatu, Vanuire e Araribá (São Paulo), Cachoeirinha e Francisco Horta (Mato Grosso do Sul). Os indígenas, estimulados e facilitados pela administração comum, movimentavam-se entre essas aldeias. Os Terena, que eram maioria em Icatu e minoria em Vanuire, teriam vindo de Cachoeirinha, na década de 1930. Por serem Aruak, segundo a autora, eram considerados pelos brancos como civilizadores, já que praticavam uma agricultura mais elaborada, sendo menos nômade, o que seria o oposto dos Kaingang (PINHEIRO, 1999, p.201).

A chegada dos Terena, como aponta a autora, foi uma estratégia política do SPI, que procurava estimular o convívio e o casamento entre etnias, apostando em uma influência Terena sobre os Kaingang. Porém, aponta-se também problemas no Mato Grosso do Sul, como a exploração de madeira que estaria expulsando os indígenas daquelas terras (PINHEIRO, 1999, p.202). Destaca que os deslocamentos entre Icatu e Vanuire eram constantes, mas que, atualmente, a concentração de Terena se dá em Icatu, e a dos Krenak, em Vanuire (PINHEIRO, 1999, p.222).

Por fim, Pinheiro demonstra que o desaparecimento das afiliações a grupos e subgrupos é aspecto importante do processo de entrelaçamento de culturas e de situações criadas a partir da chamada pacificação dos Kaingang. A chegada dos chamados civilizadores Terena e Krenak reforçariam esse processo (PINHEIRO, 1999, p.241).

Rangel (1984) cita Vanuire como constituída por Kaingang, Krenak, Terena e Kaiowá e fala sobre as possíveis origens:

A presença de etnias não-Kaingang se deve à extrema redução populacional da qual o grupo foi vítima. Os Crenaque, provenientes de Minas gerais, provavelmente foram alojados em Vanuíre após a desativação da Fazenda Crenaque (uma colônia penal indígena, objeto de graves denúncias de corrupção por parte de funcionários do SPI e de submissão de índios a trabalhos forçados e toda sorte de violências, processo que ocorreu no final da década de 50). A presença de indivíduos Terena e Caiuá é fruto das relações mais ou menos constantes entre os habitantes de Vanuíre, Icatu e Araribá, o que facilita o intercâmbio matrimonial [...] (RANGEL, 1984, p.84-85).

Para Rangel, a chegada dos Terena no Posto Indígena do Icatu remontaria à época em que o local era uma colônia penal indígena. Rangel também aponta a presença de certa

hostilidade entre as duas etnias, já que os Terena eram considerados pelos Kaingang como estranhos em suas terras (RANGEL, 1984, p.86).

Rangel diz que o Posto Indígena Araribá seria constituído, na maioria, pelos Terena (ainda hoje é). Para ela, a localidade teria sido criada inicialmente para abrigar os Guarani da região, na época em que os Kaingang estavam sendo neutralizados (1912), acabando sendo praticamente desabitada, na década de 1920, devido à gripe espanhola (RANGEL, 1984, p.87). No final da década de 1920, chegariam as primeiras famílias Terena vindas do atual Mato Grosso do Sul. Rangel aponta, novamente, certa hostilidade, pois os Guarani acabariam entendendo os Terena como invasores, e os Terena, por sua vez, classificariam os Guarani como maus trabalhadores (RANGEL, 1984, p.88).

Silva (2012, p.33) fala do conflito no Oeste Paulista, comenta o aldeamento e a chegada dos cafeicultores, relatando os possíveis motivos do surgimento das aldeias da região e a questão da pacificação do Kaingang, motivo justificado para a vinda dos Terena ao local:

A Terra Indígena do Icatu SP localiza-se perto da cidade de Braúna e tem como base de sua administração a FUNAI da cidade de Bauru. O surgimento da reserva foi o resultado de uma atuação do SPI na “pacificação” dos bravos Kaingang do oeste paulista. A fim de diminuir as tensões entre os índios e os agentes de ocupação, o SPI trouxe os Terena à região. Isso porque, os Terena eram considerados pacificadores, conhecedores dos métodos de trabalho de produção agrícola e criação Bovina (MANIZER, 2006, citado por SILVA, 2012, p.33-34).

A autora coloca que, até o século XX, o Oeste Paulista era considerado desabitado ou, no máximo, habitado por populações hostis e que, citando Monteiro (1984), as frentes de colonização tentavam convencer os indígenas das maravilhas da civilização, mapeando áreas desconhecidas e os afastando das áreas cobiçadas. Ainda com base no autor citado, diz que, no início da década de 1930, grupos Terena da aldeia de Cachoeirinha (atual Mato Grosso do Sul) foram transferidos pelo SPI para postos indígenas no interior de São Paulo para acalmarem os Kaingang, ensinando-lhes técnicas de produção e cultura agrícola. Icatu seria um local preferencial para isso. A missão seria a de ensinar **civilidade** para que não atrapalhassem a construção das linhas ferroviárias da Noroeste (SILVA, 2012, p.34).

Silva comenta que a chegada dos Terena é explicada em um pequeno livro produzido pela USP, em 1999, no qual os autores seriam os Kaingang de Icatu, contando a história de sua aldeia. Adianta-se, porém, que a autora, baseada no depoimento contido

no livro citado, apresenta a inauguração do Icatu em 1914, data que difere dos demais autores trabalhados nessa dissertação. Outra questão apontada é que as terras seriam a doação de uma fazendeira e não do governo (SILVA, 2012, p. 36). Foi ouvido entre os indígenas de Icatu, durante visitas à aldeia, no período de escrita dessa dissertação, a versão de que as terras de Icatu seriam fruto da doação de uma fazendeira, mas eles não souberam entrar em maiores detalhes.

Para Silva (2014, p.169), citando Manizer, o surgimento de Icatu resulta de ação do SPI para pacificar o Kaingang do Oeste Paulista. Nesse processo, para diminuir as tensões entre estes e os ocupantes, o órgão governamental teria trazido os Terena, considerados pacificadores e conhecedores dos métodos de trabalho de produção agrícola e criação bovina. No início de 1930, grupos Terena da aldeia de cachoeirinha, atual Mato Grosso do Sul, foram transferidos para postos indígenas de São Paulo. Icatu foi o local preferido para que a construção da Noroeste pudesse seguir.

Mussi (2006) fala em **reservas** indígenas próximas da aldeia de Cachoeirinha, na região de Miranda, Mato Grosso do Sul, criadas entre 1904 e 1905. Diz que as primeiras reservas instituídas na região foram (além de Cachoeirinha) Bananal, Ipegue e Lalima, na época, pertencentes ao município de Miranda. As três últimas passariam, posteriormente, a pertencer ao município de Aquidauana (MUSSI, 2006, p.112-113). Esta autora, citando Cardoso de Oliveira, aponta que, em 1920, os Terena estariam passando por um conflito de ordem interna dada por divergências políticas causadas pelo confronto de líderes locais. O resultado seriam acusações contra os Terena de saques a fazendas vizinhas e a submissão destes ao trabalho escravo (MUSSI, 2006, p.131). Comenta, por fim, que o trabalho, para os Terena, assumiria três formas: meio de subsistência, expansão (impulsionando deslocamento) e auxílio no processo de inserção junto à sociedade brasileira, o que ajuda a pensar a utilização deles em outras áreas, além de seu aceite e interesse nesses deslocamentos (MUSSI, 2006, p.144).

Em Vargas (2003, p.96), fala-se que os Terena se permitiram transferir para outras aldeias que não eram as suas para ensinar trabalho agrícola a outras etnias, como no caso de Araribá, junto aos Guarani. Pode-se colocar, por extensão, o caso de Icatu. Pelas palavras colocadas pela autora, percebe-se a intenção de demonstrar os interesses Terena e não somente o interesse do SPI. Essa posição inova as explicações dadas pela quase totalidade dos demais autores, colocando a questão do protagonismo indígena.

Como demonstra Vargas (2011), os Terena têm em seu jeito de ser o processo de se juntarem em aldeias para depois se dividirem em núcleos menores. Esse fato pode ser

usado para se entender seu deslocamento para fora do Estado. Dividir os Terena acaba sendo fortalecê-los, pois novas lideranças surgiriam:

Esses vínculos eram fortes e permaneceram por muito tempo entre os Terena e não foram rompidos facilmente, como desejava o SPI, que até procurou adotar várias estratégias para provocar o rompimento desses laços. Seus agentes incentivavam divisões internas nos grupos, que provocaram separações e levaram à formação de novos núcleos Terena dentro das reservas. Destaca-se, no entanto, que essas ações entre os Terena, de juntar e depois dividir formando novos grupos independentes entre si, era prática comum entre eles desde quando habitavam o Chaco paraguaio, como será visto adiante. Esses processos implicavam o reconhecimento de novas lideranças Terena pelo SPI e a reorganização interna dos grupos, o que provocava o fortalecimento, não o enfraquecimento de suas lideranças indígenas (VARGAS, 2011, p.104).

A autora coloca que os estudos indígenas não levariam em consideração os interesses deles nos processos de mudança e sua rearticulação cultural e identitária, pois julgariam a sua cultura como estática, não reconhecendo que os grupos indígenas poderiam se transformar (VARGAS, 2011, p.34). Demonstra, também, a questão do protagonismo buscado pelos pesquisadores indígenas e não indígenas e que isso não significaria deixar de **ser indígena**, mas que são apropriações e ressignificações. Deve-se tratá-los como sujeitos e não apenas como vítimas (VARGAS, 2011, p.35).

Vargas, por meio de citação de entrevista realizada com a indígena Miguelina da Silva (2007), mostra mais um exemplo do deslocamento constante dos Terena, nesse caso, de Ipegue para o interior de São Paulo, junto aos Kaingang:

[...] O coronel, parece Horta Barbosa, né. A minha mãe entrou nesse meio, meu pai, NE parece que ela só tinha um filho, nessa época, levou né. Não sei quantas famílias o Cel mandou pra Icatu pra ensinar os índios trabalhar lá, em Icatu; esses dias eu tava lembrando isso aí, né, os índios Kaingang a trabalhar. Eles não trabalhavam. Eles ficaram um tempo lá. [...] ensinar os índios trabalhar, cozinhar fazer roça, depois vieram pra cá. Era pra ficar no distrito, morar no distrito, mas como eles iam construir a linha de trem lá ele resolveu que não podia lá (Entrevista, Miguelina Silva, LHIN/UFMS/CPAQ) (VARGAS, 2011, p.116).

Os Terena foram considerados dóceis e pacíficos pelas autoridades brasileiras, úteis ao Estado, que os consideravam prestadores de serviços de abastecimento de alimentos para o exército, ensino da agricultura aos demais indígenas que não faziam uso dela e **civilização** de indígenas considerados atrasados (VARGAS, 2011, p.122).

Adsuara (2016, p.7) contextualiza a Terra Indígena de Araribá, localizando-a no município paulista de Avaí, como uma das primeiras a serem instituídas pelo SPI, em 1913, para concentrar a população Guarani, que atualmente fica em uma de suas aldeias: Nimuendaju. Completando o quadro de aldeias de Avaí, também cita Kopenoty, Ekeruá e Tereguá, sendo que essas três últimas são de maioria Terena, vindos, segundo a autora, de Limão Verde, Cachoeirinha e Ipegue, aldeias do atual Mato Grosso do Sul, a partir de 1930. Afirma que esse deslocamento ocorreria até 1940, promovido pelo SPI, com os objetivos de repovoar o local devido a epidemia ocorrida em 1927 e de formar mão de obra agrícola.

O SPI acabaria por promover a vinda dos Terena para o Oeste Paulista em um projeto, segundo a autora, positivista, para ensinar os Guarani a trabalhar:

[...] Tinham como horizonte que a tradição agrícola dos primeiros poderia assegurar a posse do território e o próprio trabalho da instituição: “Várias famílias terenas foram transferidas pelo SPI, na década de 30, para a reserva fundada por Curt Nimuendajú para os Guarani, num projeto que, orientado pela visão positivista da época, visava que os Terena ‘ensinassem aos Guarani a trabalhar’ [...] (CARVALHO, citado por ADSUARA, 2016, p.14).

Adsuara diz que Araribá seria a primeira terra Indígena em São Paulo, demarcada em 1910, e que, antes da vinda dos Terena, os Guarani habitavam as margens do rio Batalha. O SPI, então, com auxílio daqueles, visava educar estes para o trabalho rural, bem como tentar estabelecer uma convivência pacífica, garantindo a sobrevivência física dos indígenas através da fixação deles à terra, povoando regiões distantes, criando mão de obra e integrando-os à nação brasileira (ADSUARA, 2016, p.15).

A escolha dos Terena para a tarefa foi, portanto, norteada pela caracterização que a sociedade nacional fazia dos indígenas, mediante seu fecundo trabalho agrícola. Isso porque, entre os Terena, o trabalho agrícola era uma característica de tal forma marcante que tornou em “critério” de identificação e reconhecimento da etnia pela sociedade nacional (ADSUARA, 2016, p.16-17).

Adsuara comenta que o meio de agir dos Terena, socializando e conquistando o respeito da sociedade em geral era uma forma de se aproveitar da situação. Ela comenta também os fortes laços de Araribá com o Mato Grosso do Sul, já que foi daquele Estado que muitos tiveram seus ancestrais diretos (ADSUARA, 2016, p.17), além da **gravitação** sobre aquele estado, em um processo de ir e vir frequente atrás de referências e elementos de seu território ancestral, afirmando até uma vontade de se ter um **padrão MS**, um jeito

aproximado de ser igual ao daquela região (ADSUARA, 2016, p.59). Marcados por uma história de deslocamentos, a vida Terena se realizaria em trânsito constante.

Carvalho (1979, p.12) mostrou o processo de transferência de uma parcela do povo Terena, rumo ao estado paulista, lutando para se reproduzir como força de trabalho e como comunidade indígena. Para ele, a incorporação dos grupos indígenas, a chamada integração, efetiva-se não pela assimilação étnica, mas pelo que ele classifica como uma participação tangencial na sociedade mais ampla.

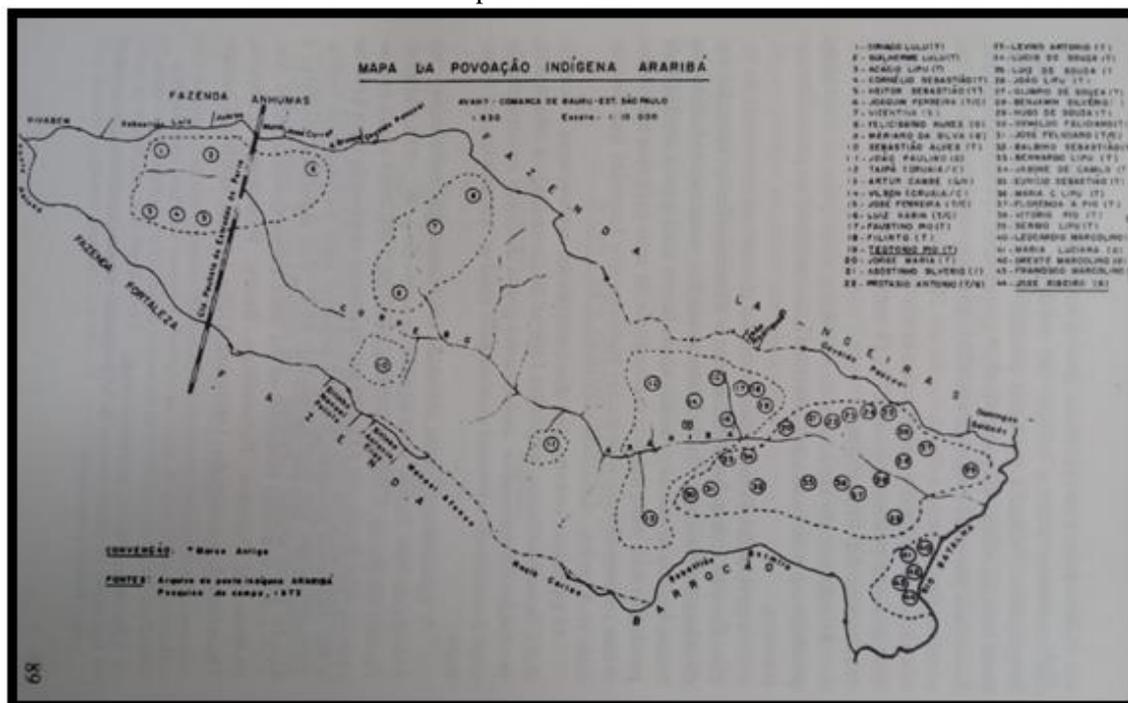
Sua exemplificação no Posto Indígena Araribá demonstra as relações de trabalho e os mecanismos de dominação exercidos sobre essa população indígena, que apareceria como simples mão de obra assalariada ou como pequenos produtores de alimentos (CARVALHO, 1979, p.13). Seu objetivo seria o estudo das transformações econômicas sofridas pelos Terena, em Araribá, decorrentes das articulações estabelecidas com a sociedade envolvente (CARVALHO, 1979, p.20).

O Autor aborda as características geográficas, físicas e climáticas de Araribá:

O Posto Indígena Araribá acha-se localizado no município de Avaí. Sua sede dista aproximadamente 16 km de Avaí, 22 km de Duartina e 41 km de Bauru. A área está circundada por propriedades particulares, tendo por limites: ao norte e leste, Fazenda Laranjeiras, ao sul Fazenda Inhumas e fazenda Barroão; a oeste, igualmente a fazenda Barroão. O rio Batalha, o mais importante, passa nos fundos da área; é pequeno, porém de curso permanente (CARVALHO, 1979, p.51).

A superfície seria de 890 alqueires (o que daria quase 2154 hectares) e o clima seria temperado, com mudanças bruscas na temperatura, sujeito a secas e geadas. O solo seria **tabatingoso**, havendo terras barrentas à margem do Córrego Araribá e o relevo seria pouco acentuado. Por fim, diz que o rio Batalha, afluente do Tietê, passaria pelos fundos da área e o Córrego Araribá percorreria toda sua extensão (CARVALHO, 1979, p.51-52).

Mapa 27 – Araribá



Fonte: CARVALHO, 1979, p.89

Carvalho cita a criação de Araribá como sendo de 1911. Horta Barbosa, inspetor do SPI em São Paulo, teria dito que as terras foram cedidas pelo Governo do Estado nessa data. Trezentos Guarani morariam nela. Nimuendaju teria vivido com eles entre 1905 e 1907, em uma aldeia próxima ao rio Batalha. Carvalho faz uma descrição da migração dos Guarani do Mato Grosso do Sul para São Paulo (CARVALHO, 1979, p.52-55). Durante essa migração, iniciaram-se as hostilidades com os Kaingang, já que os Guarani estavam passando por territórios considerados daqueles. Nesse sentido, grupos Guarani tiveram que fugir para a região de Bauru. Carvalho comenta que Nimuendaju teria dito que, com o auxílio de Horta Barbosa, Araribá havia sido declarado asilo para numerosos Guarani espalhados pela região, pois em 1910, eles estavam em Jacutinga, Bauru, Itaporanga, Piraju e Itanhaém. (CARVALHO, 1979, p.55).

Carvalho diz que, por volta de 1919, os Guarani foram atingidos pela gripe espanhola, causando dizimação no Araribá. O despovoamento e a ameaça de invasão dos brancos contribuíram para que já na década de 1920 se mencionasse a ideia de Rondon de se levar Terenas para lá (CARVALHO, 1979, p.72). Com citação de Cavalcanti, Carvalho demonstra que a inspetoria mandou vir os Terena do então Mato Grosso para Icatu e Vanuire, pois seriam excelentes vaqueiros, para ensinarem aos Kaingang:

A inspetoria mandou vir de Matto Grosso alguns índios Terenos, excellentes vaqueiros e os alojou em Icatu e Vanuire para servirem de mestres aos Caingangs, medida essa que será ampliada si a experiência der, como é de esperar bom resultado.

Os Terenos são também bons artifices dos officios comuns, o que certamente será de muito proveito, para os seus irmãos Caingangs, cujo atraso ainda é grande. (CAVALCANTI, citado por CARVALHO, 1979, p.73).

Outras citações, agora do inspetor da 5ª Inspetoria Regional do SPI, Estigarribia, de 1928, falam que os Terena parecem ter vindo do aldeamento Lalima (CARVALHO, 1979, p.73). Demonstrando indicadores do nível de desenvolvimento deles, Carvalho diz que os Terena são de extrema importância e que seriam tão produtivos quanto os japoneses e melhores que os alemães e italianos (CARVALHO, 1979, p.75). Neste contexto, ele diz que a transferência de indígenas era prática já tradicional no Brasil. Porém, os Terena que vieram para São Paulo não vieram somente como mão de obra, mas como inovadores, devido ao seu desenvolvimento cultural.

Carvalho comenta que os Aruak foram sempre colocados na tarefa de **amansar e civilizar os primitivos**, e que a fixação dos Terena em São Paulo parece ter ocorrido primeiro em Icatu, conforme demonstraria Estigarribia. Depois, estendeu-se ao Araribá e Vanuire. Os primeiros Terena chegariam no Araribá somente em 1930 (CARVALHO, 1979, p.76). O autor cita relatórios disponíveis no Posto Indígena Araribá que confirmariam essa chegada, transferidos de áreas que naquela época pertenciam ao Mato Grosso. Cita os nomes de Teotônio Pio, capitão na época, Calixto e Hopólito como os primeiros a chegar (CARVALHO, 1979, p.83).

O autor conclui que os Terena foram fixados em São Paulo para equilibrar a depopulação indígena dos anos 1930, no Araribá, esperando-se que desempenhassem um papel civilizador. A suposta superioridade cultural dos Aruak, frente aos demais indígenas, teria feito com que os Terena se convertessem em agentes de difusão de conhecimentos agrícolas e artesanais. (CARVALHO, 1979, p.124).

Coelho (2016, p.8 e 20) analisa a formação de Araribá e a mistura entre Terena e Guarani. Para ele, a área foi criada em 1913, pelo SPI, para territorializar os Guarani. Os Terena chegariam em 1930. Foca-se, pois, a aldeia Tereguá, em um trabalho dito etnográfico. Comenta que o nome Tereguá seria uma união das sílabas iniciais das palavras Terena e Guarani.

O autor diz que Carvalho (1979, p.72) afirma que os Guarani foram assolados pela gripe espanhola, em 1919, causando o despovoamento de Araribá. O SPI, apoiado nas

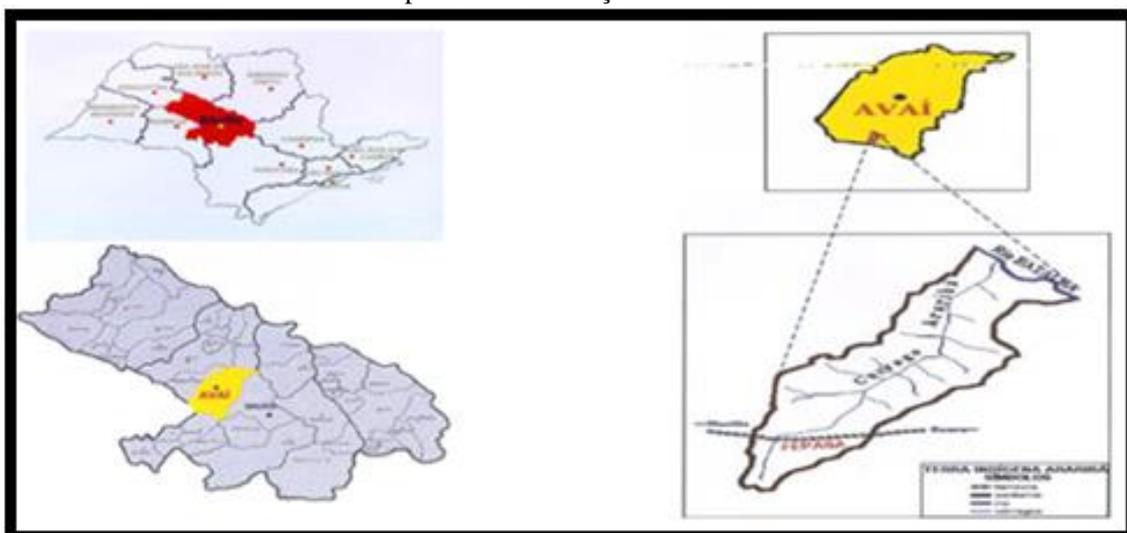
ideias de Rondon, traça, então, planos para trazer os Terena e evitar invasões. Assim, a partir de 1930, os Terena chegariam no local para garantir a existência da reserva e serem reforço na força de trabalho (COELHO, 2016, p.19-20).

Coelho comenta a migração de grupos Guarani, ocorrida entre 1903 e 1913, do Mato Grosso do Sul, passando pelo Norte do Paraná e Oeste de São Paulo, em direção ao litoral paulista, quando Nimuendaju os trouxe ao Araribá, entre 1912 e 1913 (COELHO, 2016, p.37). Os Guarani foram vitimados por doenças e pelo avanço econômico, além de sua exploração como mão de obra e com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a partir de 1905. Os primeiros grupos Guarani teriam chegado na região de Bauru, São Paulo, no final do século XIX, em região fronteira com os Kaingang. A região do Rio Batalha seria, no início do século XX, uma área de ocupação tradicional Guarani e Kaingang (COELHO, 2016, p.44).

Para o autor, os Terena foram atraídos pelo SPI para as reservas de Dourados (Mato Grosso do Sul) e Araribá (São Paulo). Aqui, não se fala de Icatu. A motivação inicial do SPI seria a de aumentar a população do Araribá. Citando Diniz, Coelho diz que a chegada teria sido iniciada em 1932, trazidos para dedicarem-se ao plantio e à colheita do café, atividades para as quais os Guarani não teriam mostrado aptidão ou interesse (DINIZ, 1976, citado por COELHO, 2016, p.47-48).

Para Coelho (2016, p.53), em 1913, cria-se a Reserva Indígena Araribá, no distrito de Jacutinga (atual município de Avaí), que pertencia a Bauru. Estaria a 16 km de Avaí, 22 km de Duartina e 41 km de Bauru. A partir de 1906, com a inauguração do 1º trecho da EFNOB, o povoado de Avaí começou a se formar e, em 1919, viraria município. Coelho comenta que o nome da cidade de Avaí seria em referência a sua tradução do Guarani, que significaria rio dos homens ou rio dos índios, mas também que poderia ser uma homenagem à região paraguaia onde se deu a Batalha do Avaí (Guerra do Paraguai).

Mapa 28 – Localização do Araribá



Fonte: BERTONCINI, 2003. In: COELHO, 2016, p.54-55

Coelho, citando Diniz, aponta que o governo iniciou o que chama de demarcação de Araribá, em 1910, comentando também os nomes que a localidade já possuiu:

A partir de 1910, o governo do estado de São Paulo inicia a demarcação da Reserva Indígena de Araribá, situada nas cercanias do então distrito de Jacutinga, que seria cedida ao Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPI/LTN, criado pelo Decreto N° 8.072 de 20/07/1910, para ser ocupada pela “Povoação Indígena do Araribá”. Entre 1911 e 1945, a unidade administrativa do SPI na reserva teve o nome de Posto Indígena Araribá, sendo que a partir de 1945 até 1960 recebeu o nome de “Posto Indígena Curt Nimuendajú”. Já entre 1960 e 1969 o Posto Indígena recebeu o nome de Capitão Iacri, voltando a ser denominado Posto Indígena Araribá a partir de 1969 (DINIZ, 1976, p.26, citado por COELHO, 2016, p.56).

Devido às mortes provocadas por epidemia de gripe espanhola, já havia sido cogitada pelo SPI a vinda dos Terena para Araribá desde o início da década de 1920:

Por volta de 1919, os Guarani foram atingidos por esse tipo de gripe e sua maior parte foi dizimada, provocando, com isso, o despovoamento quase total do Posto Indígena Araribá. Esse despovoamento, aliado à ameaça de penetração de elementos civilizados, contribuiu para que já na década de 1920, se optasse por uma ideia do marechal Rondon de se trazer para lá os Terena de Mato Grosso. (CARVALHO, 1979, p.72, citado por COELHO, 2016, p.63).

Entretanto, Coelho traz citação, também de Carvalho (1979), onde se aponta o relatório de um diretor interino do SPI, chamado José Bezerra Cavalcanti, dizendo que se optou inicialmente pelos Guarani do litoral.

Foram recolhidos ao Araribá, os índios Guarany que se achavam no littoral em numero de 110 individuos. Essa remoção teve a dupla vantagem de por esses índios mais à mão em uma situação onde há recursos de dar sangue novo à população do Araribá melhorando assim as futuras gerações. A população ficou elevada a 230 índios. (CARVALHO,1979, p.73, citado por COELHO, 2016, p.63).

Coelho demonstra que, somente em 1930, vieram os Terena do Mato Grosso do Sul. Cita que apenas cinco famílias seriam trazidas pelo SPI, mas que número relevante voltaria. Entretanto, haveria novas famílias que chegariam devido ao parentesco:

Primeiramente aí aportaram 21 indivíduos, entre adultos e menores, sendo 11 do sexo masculino e 10 do sexo feminino. Foram trazidos para dedicarem-se ao plantio e colheita do café, atividades em que os Guarani não haviam mostrado aptidão ou interesse. Tempos depois, 12 deles, 6 de cada sexo, regressaram a Mato Grosso. Posteriormente houve novas chegadas, devido às ligações de parentesco (grifo do autor). (DINIZ, 1976, p.46, citado por COELHO, 2016, p.63).

Através de tabela apresentada em Coelho (2016), pode-se entender a presença Guarani em relação à Terena em Araribá. Enquanto a presença dos primeiros quase sempre diminui, a dos segundos quase sempre aumenta:

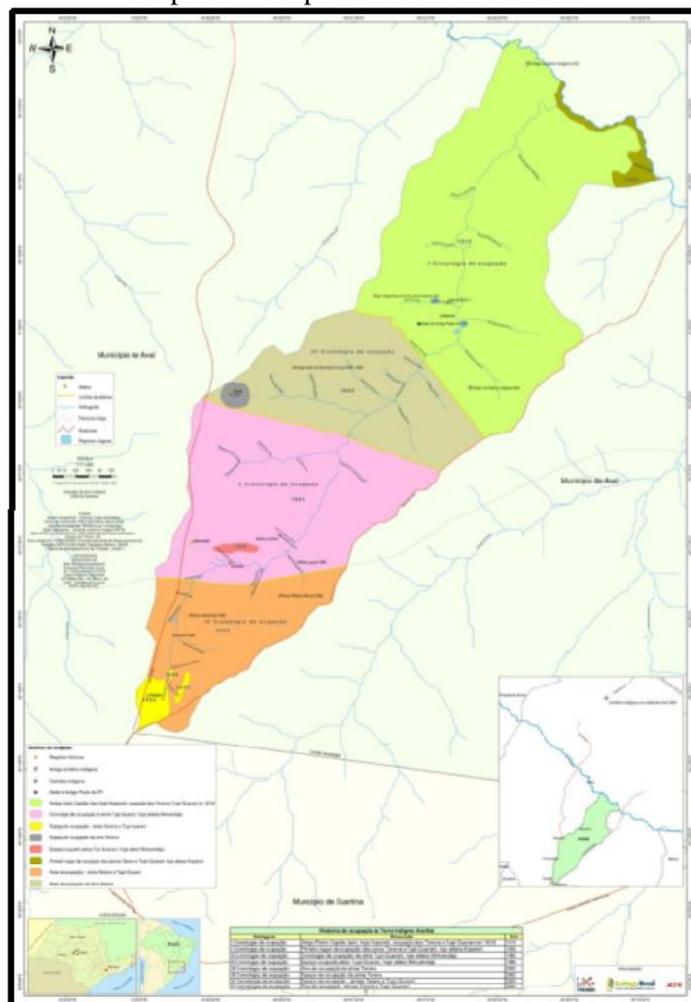
Tabela 6 – População Guarani e Terena de Araribá (1906 – 1974)

ANO	GUARANI	TERENA
1906	67	**
1911	40	**
1912	125	**
1913	300	**
1914	300	**
1916	292	**
1919	200	**
1932	69	70
1941	65	67
1945	79	82
1947	73	78
1949	66	86
1953	91	**
1957	45	106
1964	42	226
1972	50	177
1973	52	168
1974	56	176

Fonte: STUCCHI, 2011. In COELHO, 2016, p.66

Devido ao crescimento populacional em Araribá, ocorreram divisões que acabaram por definir a formação de quatro aldeias: Kopenoty, Nimuendaju, Ekeruá e Tereguá. Em 1985, o autor aponta que houve um deslocamento dos Guarani das margens do rio Batalha para um ponto dito mais favorável ao atendimento da saúde indígena, local próximo da vicinal que liga hoje Avaí à estrada Bauru-Marília. Com essa transferência, surgiria Nimuendaju, habitada pelos Guarani. Kopenoty seria habitada pelos Terena. A partir de 2002, surgiriam Ekeruá (Terena) e Tereguá (Terena e Guarani). Segundo demonstra Coelho, as lideranças indígenas locais afirmariam que as divisões são processos naturais que visariam racionalizar o desenvolvimento da agricultura. Em entrevista dada ao Jornal da Cidade, em 29 de junho de 2003, o cacique Jazone de Camilo, da aldeia Ekeruá, confirma a ideia e diz que sempre que aumenta a população, eles procuram outro lugar: “sempre ele fica num grupo, quando ele vai espichando ele fala: aqui não está bom. Vamos mudar para outro canto” (COELHO, 2016, p.69-70).

Mapa 29 – Mapa Histórico de Araribá



Fonte: COELHO, 2016, p.125

As cores do mapa representam, segundo Coelho, a divisão espaço-temporal entre os Guarani e os Terena em Araribá. A pequena área verde escura (canto alto da direita) representa o local onde estava a antiga aldeia Guarani, perto do rio Batalha. De lá, para a área amarela (canto baixo esquerdo), a colonização dos indígenas vai sendo mais recente.

Ortiz (2014, p.28) fala do processo de vinda dos Terena para Araribá, em 1932, incentivadas pelo SPI. Diz que os povos indígenas do Mato Grosso do Sul são símbolos de resistência e coragem. Comenta sobre Ekeruá, dizendo ser aldeia fundada em 2002, pertencente à Terra Indígena Araribá, criada em 1913, onde hoje é o município de Avaí, São Paulo. Também afirma que Araribá é composta por Ekeruá e mais três aldeias: Nimuendaju, Tereguá e Kopenoty.

A autora traz o relato de Jazone de Camilo, cacique da aldeia de Ekeruá, que é pai de uma das lideranças da aldeia de Icatu:

[...] chegamos aqui em 1932 [...] outros voltaram para trás, não acostumaram, mas alguns ficaram aqui. E aí foram buscando os parentes, trazendo os parentes, ficamos aqui e estamos aqui até hoje, trabalhando, tocando a vida... eu cheguei aqui estava com nove anos fui criado aqui no Araribá [...] (Cacique Jazone, diálogo realizado em 07/08/2012 na aldeia Ekeruá). (ORTIZ, 2014, p.28).

Documentos do SPI de 1931, do microfilme 29, nº 1928 a 1934, digitalizados pelo Museu do Índio, que comentam a representação enviada pelos indígenas de Araribá ao interventor Manoel Rabello, apresentados anteriormente, dizem ser fruto da reunião dos desejos dos Guarani, Kaingang e Terena reunidos naquela povoação. Demonstrem, pois, oficialmente, que o SPI confirma a existência de indivíduos Terena em Araribá naquela data. Outra forma de confirmação da presença Terena no Oeste Paulista, nas datas citadas pelos autores até aqui apresentados, são as cópias dos bilhetes de trem entre o Mato Grosso do Sul e São Paulo em nome de indivíduos da etnia pagas pelo SPI e que também foram digitalizadas pelo Museu do Índio. Alguns vinham para trabalhar e outros vieram para pagar alguma pena.

Documentação de 1964, do SPI, também obtida digitalmente por meio do Museu do Índio, descreve as atividades da escola em Araribá e diz que as aulas eram ministradas em português e em Terena. A população era composta por Terena (maioria) e Guarani. Diz que os Terena habitariam o lado esquerdo do posto, com boas lavouras e que os Guarani, habitariam o lado direito, com lavouras incipientes. Os dois grupos manteriam suas línguas e o Guarani ainda manteria sua religião. Seriam 226 Terena e 42 Guarani, totalizando 268 pessoas.

A ligação que o povo Terena do Mato Grosso do Sul tem com os Terena paulistas cresceu ao longo das décadas e se multiplicou conforme essa parcela da etnia também crescia. Como exemplo, o professor Vavá, já apresentado em capítulo anterior, demonstra as ligações que sua aldeia mantém com os Terena do estado de São Paulo. Comenta que, anualmente, ocorre a chegada de uma caravana vinda do estado paulista que gera troca de experiências, vivência, cultura e que até outras etnias acabam vindo, fato que pode ser relacionado com a vontade já citada de se manter os vínculos com a antiga terra sul-mato-grossense:

Como eu disse anteriormente, o povo Terena não está apenas no MS, mas está em outros estados, como São Paulo e Mato Grosso. Um fato interessante é que já é da cultura da comunidade Limão Verde, todo mês de janeiro, de vir para cá uma caravana, ou várias caravanas de povos... dos parentes do estado de São Paulo, da aldeia Araribá e de outras aldeias. Eles ficam aqui uma semana e é uma troca de vida, uma troca de experiências. E vem ônibus e vem van. Outros vem de carro particular... então é uma ligação que já tem mais de dez anos, mais de 20 anos. Aqui na aldeia Limão Verde, essa vinda dos parentes do estado de São Paulo, do povo Terena e do povo Guarani Kaiowá e de outras etnias que estão por aí e estão em São Paulo, eles vêm visitar a aldeia de Limão Verde e tem uma preparação muito grande, a comunidade toda envolvida... Há uma ligação muito grande entre os parentes de lá e os parentes do MS, mas basicamente na aldeia Limão Verde (CARDOSO, V.G. Entrevista via áudio realizada em 3/4/2020).

Vavá volta a falar das relações mantidas entre os Terena de São Paulo e Mato Grosso do Sul, elencando as formas pelas quais elas são construídas. Ele dá destaque para as relações entre a aldeia de Limão Verde e as de Araribá. Entretanto, pelos fortes laços existentes entre Araribá e Icatu, pode-se estender para essa última, pois, durante a pesquisa desta dissertação, soube-se que os ônibus e carros particulares também levavam pessoas de lá:

Essa ligação acontece por parentesco. As pessoas têm parente lá, tem parente aqui, ou por algum relacionamento tipo casamento, namoro... e um fato interessante é que muitos daqui da Limão Verde foram para Araribá e constituíram suas famílias e muitos de lá vieram para cá, para a aldeia Limão Verde e constituíram também suas famílias. E tem aquelas pessoas que vão à procura de trabalho, que mudam, que constroem suas casas na região de São Paulo, mais especificamente Araribá. E a mesma coisa acontece que, de repente, vem alguém de Araribá e fica aqui e constrói suas casas e tem sua família e mora definitivo aqui na aldeia. Além do final de ano e mês de janeiro, onde acontece a festa de São Sebastião, há também a vinda deles para aniversário, para casamento, formatura. São os fatores que aproximam essas comunidades do estado de São Paulo e daqui do MS (CARDOSO, V.G. Entrevista via áudio realizada em 3/4/2020).

Por fim, Vavá reforça os contatos entre as aldeias Terena de São Paulo e a Limão Verde, ressaltando o uso da internet e das redes sociais para que o vínculo se mantenha durante todo o ano. Destaca que os vínculos são tantos que uma causa de dor ou alegria de uma aldeia é sentido e vivenciado pela outra. Ele também reforça que a agricultura faz parte de suas aldeias e de seu povo, demonstrando que os Terena são marcados por esse aspecto, o que o SPI certamente percebeu e tentou se utilizar no passado, seja no caso por essa dissertação estudado, que foi o de Icatu, mas que também ocorreu em Araribá, Vanuire, Dourados (Mato Grosso do Sul), entre outros:

Além da vinda em período, às vezes, distante durante o ano, as redes sociais são o que tem aproximado os povos, os Terena de São Paulo e os Terena de Limão Verde. E tudo que acontece, por exemplo, em Araribá, ou o que acontece aqui em Limão Verde, ambas as comunidades ficam sabendo. Se lá é dia de luto, aqui também a comunidade sente, porque talvez é um parente conhecido, um amigo. A mesma coisa acontece quando tem festa aqui, tem alegria aqui, é motivo de alegria também para eles. Mas quando tem luto na comunidade, também tem esse sentimento de tristeza, entendeu, por que essa ligação parentesca, essa amizade, esse relacionamento de pessoas, são comunidades como se fossem duas irmãs tão distantes. Tem uma importância de uma para com a outra. As vezes até do plantio, vem sementes de algumas plantas que tem aí, na região de São Paulo, e que não tem aqui no MS. Eles trazem a semente, mudas. Os Terena, como eu disse antes, são um povo agricultor, produzem muito. O produto produzido aqui na Limão Verde, por exemplo, ele é vendido todos os dias em Aquidauana, na feira indígena. As mulheres vão para lá. Então, às vezes, essas trocas de sementes, de mudas frutíferas... acaba acontecendo que eles também de São Paulo, Araribá e outras regiões aí, buscam ou levam daqui sementes e mudas e trocam. Um ajudando o outro. Essa questão de agricultura está muito ligada na vida desses povos (CARDOSO, V.G. Entrevista via áudio realizada em 3/4/2020).

3.3 ATUALIDADES

Os três territórios indígenas do Oeste Paulista, conforme já citado e ilustrado anteriormente, são: Icatu, território Terena/Kaingang, no município de Braúna, com superfície de 300,9625 ha., regularizado e tradicionalmente ocupado (FUNAI, 2019b); Araribá, território Terena, Guarani e Kaiowá, no município de Avaí, com superfície de 1.930,3369 ha., regularizado, tradicionalmente ocupada (FUNAI, 2019a); Vanuire, território Kaingang, no município de Tupã e Arco-Íris, com superfície de 708,9304, regularizado, tradicionalmente ocupado (FUNAI, 2019c).

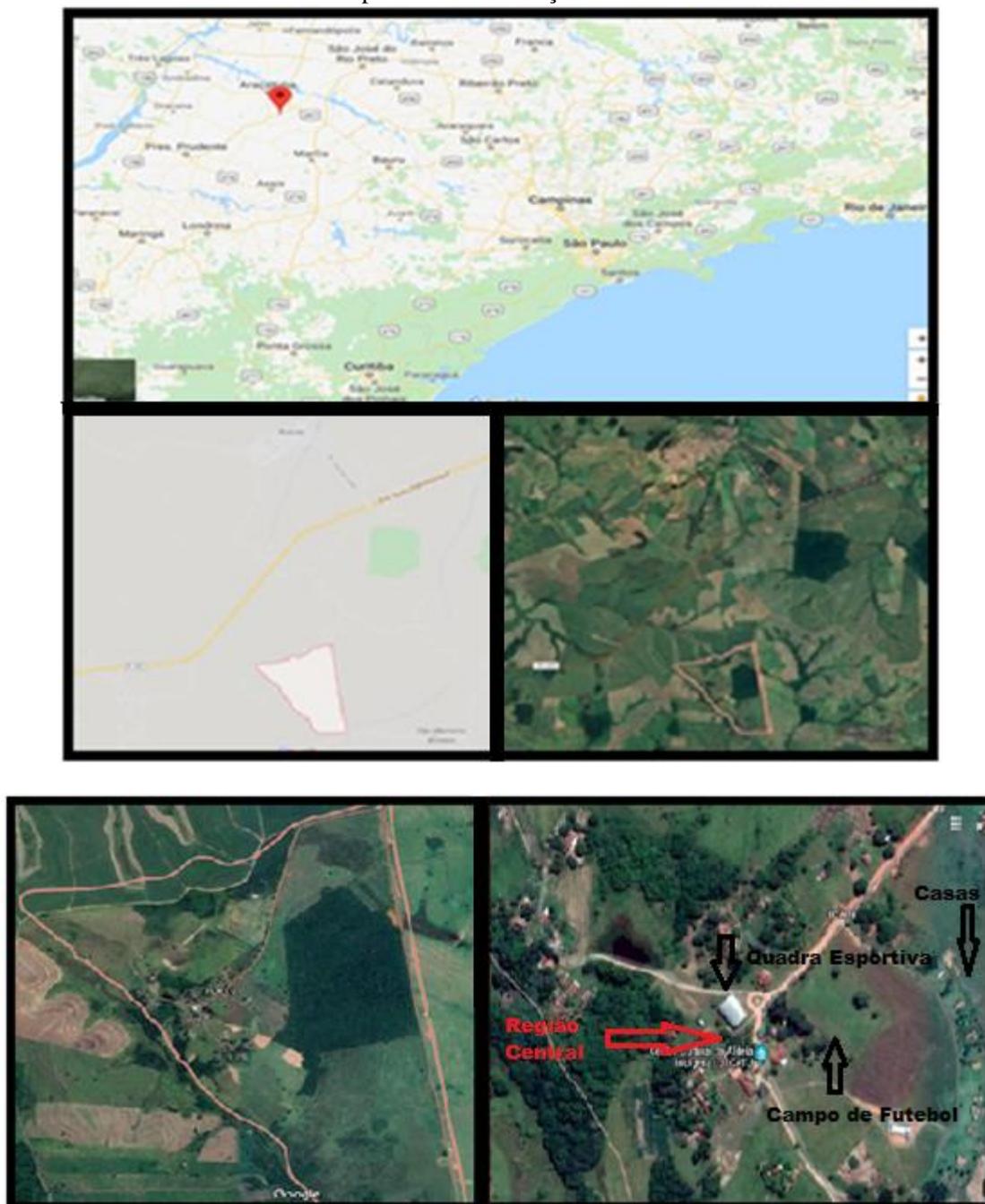
O tamanho de Icatu variou, segundo a documentação apresentada nesta dissertação, em 1920 (55 alqueires paulista), 1929 (compra de terreno com tamanho incerto), 1949 (109 alqueires ou 263 hectares) e hoje seria de 301 hectares. Dados do censo 2010, já apresentados, apontavam uma população de 138 pessoas em Icatu. Já os dados apresentados pela Sesai indicavam uma população de 140 pessoas.

Foto 52 – Icatu Vista de Cima



Fonte: Cedida pelo Cacique Ronaldo, sem data

Mapas 30 – Localização de Icatu



Fonte: Google Maps, 2020.

Silva (2012, p.62) dá uma breve descrição da aldeia de Icatu. Para ela, esta não possui padrão circular, pois as casas estariam dispersas pelos caminhos e trilhas que se comunicam com o **centrinho**, que seria o nome dado às partes comuns da localidade. Entretanto, nas visitas à aldeia durante a escrita dessa dissertação, foi observado certa circularidade nas casas que estão perto do campo de futebol. Silva descreve a existência de uma escola, de um ponto de ônibus, do centro comunitário, da igreja e da quadra esportiva. Diz que a escola dentro de Icatu é diferenciada, multilíngue (com material

próprio nas línguas Kaingang e Terena), integral e com turmas até o 5º ano do fundamental (SILVA, 2012, p.112).

Silva diz que, a partir de 1998, com a criação do Núcleo de Educação Indígena (NEI/SEE-SP), as escolas indígenas contratariam professores indígenas bilíngues (conforme parecer CNE nº14/99) para garantir uma educação escolar específica. A Resolução CNE/CEB nº3, de 10 de novembro de 1999, fixaria as diretrizes nacionais para funcionamento das escolas indígenas, como, por exemplo, o uso da língua materna e a prioridade para professores da etnia (SILVA, 2012, p.21).

Com a proposta de descrever a língua Kaingang falada especificamente em Icatu, a autora levanta a hipótese da divergência desta variante paulista com a do Sul ser devido ao contato com os Terena (Aruak) e com o português, que é a primeira língua da aldeia (SILVA, 2012, p.23).

Sobre a escola Indígena de Icatu, chamada **Índia Maria Rosa**, que a autora descreve como espaço de preservação linguístico-cultural, diz que seu nome viria de uma indígena Oti-Xavante, que foi criada, desde pequena, pelos Kaingang. Chegaria à aldeia como fruto de guerras, passando a ensinar as crianças a ler e a escrever embaixo de uma árvore. Seria, portanto, a primeira professora indígena da aldeia (SILVA, 2012, p.51).

Foto 53 – Escola Indígena de Icatu



Fonte: SILVA, 2011, p.52

Foto 54 - Mural da Escola Indígena “Índia Maria Rosa”



Fonte: Foto tirada pelo autor, 2018

Em fala do advogado Mauricio Pedro, indígena, presente em livro já citado, aponta-se a ambição como causa da devastação da região de Icatu (MACEDO, 2001, p. 16). Sua mãe teria vivido em época anterior à EFNOB, quando havia onças e muita natureza, tudo destruído pelo branco. Contudo, diz que os Kaingang sobreviveram como grupo e comunidade, preservando suas tradições, língua e costumes. Após essas falas do indígena, o livro faz uma análise de itens como a alimentação da etnia, suas moradias, a particularidade das antigas construções de inverno (buraco e fogueira), a preparação dos jovens, a importância da festa do *Kiki* e a chefia dos Kaingang no início do século. Também fala sobre o capitão Kenkrá, cacique de Icatu, sobre a visão indígena da invasão do branco, e sua estrada de ferro, que passou em cima do território Kaingang, destruindo matas e afastando animais. Por fim, traz uma bibliografia (MACEDO, 2001, p. 51).

Outra contribuição indígena é a do amigo Murilo Pedro Campos de Camilo, 26 anos, morador da Aldeia Indígena de Icatu, sem cargos na mesma, da etnia Terena, nascido em Penápolis, que diz um pouco sobre sua aldeia:

Para mim, a aldeia Icatu é uma das que tem a melhor estrutura que eu já vi. Vai das moradias que são de alvenaria bem estruturadas, a aldeia não é de uma área grande, possui poucas matas e rios, a escola e a saúde são ótimas. Não tenho do que reclamar. Pelo que sei, a terra foi doada por uma fazendeira, dando origem à aldeia (CAMILO, M.P.C. de. Entrevista manuscrita digitalizada em 22/01/2020).

Ronaldo Kankri, amigo e cacique de Icatu, também apresenta um pouco de sua aldeia e fala do orgulho que é ser Kaingang. Além disso, comenta que Icatu possui duas etnias:

Meu nome é cacique Ronaldo Kankri. Sou da etnia Kaingang e moro na aldeia Icatu, município de Braúna, São Paulo. Ser Kaingang, para mim, é uma honra e também um orgulho de ser indígena. Na minha aldeia tem duas etnias: Kaingang e Terena. Temos trilhas na aldeia, muitos artesanatos, danças das duas etnias e também temos um pajé da etnia Terena. Forte abraço a todos (Cacique Ronaldo. Entrevista realizada via áudio em 20/05/2020).

Foto 55 - Cacique Ronaldo Kankri



Fonte: cedida pelo Cacique Ronaldo, 2020

Com relação ao relacionamento entre os Terena e os Kaingang na aldeia de Icatu, Silva (2012, p.37) diz que a língua Terena é mais fácil que a Kaingang, e que a criança, filha de pais Kaingang e Terena, pertence às duas etnias, e quando cresce é que escolhe se é mais Terena ou mais Kaingang. Mesmo assim, a escolha não seria fixa. A autora percebe, entretanto, diferenciações entre as duas etnias, apesar das falas de união (SILVA, 2012, p.38).

O que se pôde perceber durante as visitas à aldeia Icatu é que a convivência entre as duas etnias é tranquila e amistosa. No dia a dia, nos eventos na localidade e nas visitas externas em faculdades, encontros e demais atividades, é sempre exposta essa amizade, seja pela apresentação de danças e da cultura das duas etnias de forma harmônica, seja pela exposição de seus anseios e luta por direitos, que podem ser expressos pela frase sempre estampada em suas falas: **dois povos e um luta**.

Alguns comentários sobre dizer que os Terena vieram ensinar agricultura aos Kaingang, pois estes não saberiam ou, no mínimo, não tinham interesse, são ditos como

preconceituosos, principalmente pelos Kaingang. Os Terena tentam não transparecer essa versão, mais alguns acabaram falando que era isso mesmo, seja por que acreditavam ser essa a verdade, seja para, no mínimo, fazerem uma provocação com frases do tipo: eles não trabalhavam a agricultura mesmo (risos).

Foto 56 – Icatu Hoje



Fonte: Próprio Autor, 2019

Foto 57 – Lideranças de Icatu



Fonte: Próprio Autor, 2017

A foto 57 foi tirada durante visita da aldeia Icatu ao IFSP Birigui, para palestra, danças, venda e exposição de artesanato das etnias da aldeia. Durante o evento, foi realizado arrecadação de alimentos. Na foto, aparecem os senhores Ranufo (esquerda) e Ronaldo, cacique (direita).

Foto 58 – Passagem pela Aldeia Renascer, em Ubatuba



Fonte: Próprio Autor, 2019

Pela imagem acima, mostra-se a visita de intercâmbio cultural da aldeia Icatu à aldeia Renascer, em Ubatuba, São Paulo, que contou com a participação do autor. Laços culturais entre as aldeias puderam ser estreitados.

Percebe-se nas falas e no dia a dia dos indígenas de Icatu, bem como na de todos os outros indígenas que contribuíram com essa dissertação, uma convergência de temáticas que necessitam aparecer em todo trabalho que envolva povos indígenas. Afinal, Icatu surgiu de um contexto de resistência Kaingang e, somado à chegada dos Terena, tornou-se um ponto de afirmação étnica, que insiste em mostrar ao Brasil que a luta pelos direitos à terra e à diversidade cultural será constante. Nesse sentido, obteve-se a participação de vários indígenas que atuam no movimento e que contribuíram para a análise das pautas reivindicatórias e da própria contextualização desta dissertação.

Uma destas contribuições partiu de Danilo Benites (Verá Mirim), 34 anos, Guarani M'Bya, nascido em Aldeia Limeira, em Chapecó, Santa Catarina. Cacique desde 2014, é professor, artesão, militante assíduo nos movimentos da causa, estudante do ensino superior em História na faculdade Unisantos, idealizador e executor de encontros dos jovens Guarani, em São Paulo, nas regiões do Litoral Sul, Capital, Litoral Norte e Vale do Ribeira, além de Santa Catarina. É também coordenador regional da Comissão Guarani Yvy Rupá. Sobre a visão que os não indígenas têm em relação aos povos indígenas, Danilo diz:

Olá, javyju. Eu hoje vou falar um pouco sobre a visão dos não indígenas em relação aos povos indígenas do Brasil, como é contada a história sobre os povos originários do Brasil e que também temos a nossa visão própria de contar uma história, temos a nossa versão da ciência e do estudo que os não indígenas fazem em relação aos povos indígenas. Historicamente falando, antes da chegada dos europeus, éramos muitas etnias aqui no Brasil, que é chamado de yvy rupá por nós indígenas, principalmente os Guarani, chamamos de yvy rupá, nosso território brasileiro. Obviamente, os povos indígenas, cada um com sua cultura, costumes, línguas diferentes, tradições diferentes... e hoje somos apenas mais de 200 povos indígenas aqui no Brasil. A partir do contato com os portugueses, eles, segundo os Juruá, estimavam que os povos indígenas eram mais ou menos 10 milhões de indivíduos aqui no Brasil, mas não definiam a quantidade certa. É mais ou menos o que os Juruá falam (BENITES, D. Depoimento realizado via áudio em 3/4/2020).

Fica claro que Danilo quis salientar que existe uma visão indígena da história que não é a **oficial**. Começa por mostrar que eram muitas as etnias e as diferenças culturais na região em que hoje se chama Brasil. Mesmo com o genocídio que ocorreu, ainda aponta um número expressivo de etnias que continuam sua luta. Danilo passa, então, a comentar a chegada e as intenções dos europeus aqui no Brasil:

Então, quando os europeus chegaram aqui no Brasil, eles não tinham nem um pouco de intenção de criar cultura, eles vieram somente para fazer exploração no Brasil e em busca de riqueza. Exploravam, navegavam em busca de riquezas. Então, encontravam o pau-Brasil, que era um produto, matéria prima que era valiosa, então eles conseguiram achar aqui no Brasil (BENITES, D. Depoimento realizado via áudio em 3/4/2020).

Para ele, a intenção dos europeus era a de exploração, não vindo criar cultura ou tendo algum ideal de fixação. Queriam riquezas. Danilo aborda a questão do surgimento e origem do homem sul-americano, questionando algumas versões:

Uma das coisas que é difícil de entender, o que a ciência fala em relação ao surgimento da humanidade, ou seja, pelo que existe, os povos originários aqui do Brasil, eles falam que os indígenas não existiam aqui no Brasil. Na verdade, eles falam... a ciência fala... até mesmo onde eu estudo, na universidade, os professores falam que não existem povos originários do Brasil, e que nós viemos da Ásia, do continente asiático, milhares de anos atrás. Cientistas falam, né. E quando nós chegamos aqui, existia um grupo que era chamado homens do sambaqui, que não é considerado como os indígenas. Só que, para nós, os nossos parentes, que viviam aqui, que viviam na verdade nosso tempo também, mas só que a ciência fala que nós exterminamos esse grupo quando chegamos aqui. Mas isso é, por nós indígenas, inaceitável (BENITES, D. Depoimento realizado via áudio em 3/4/2020).

Sobre a questão dos livros de história e do que se fala sobre os indígenas, Danilo diz que houve e ainda há muita discriminação. Quando se aborda a questão indígena, sempre é de maneira rasa, ocultando-se fatos, principalmente acerca do genocídio que ocorreu:

No livro de história, na verdade, o que fala e que a gente vê, fala que somos preguiçosos, que não prestávamos para ser escravizados. E fala um pouco de nossa cultura, que a gente vive de coleta, caça, pesca... essas coisas básicas sempre constam na história, mas, muitas vezes está sendo ocultada a história verdadeira, por exemplo, massacres que haviam aqui no Brasil contra os povos indígenas, genocídio, etnocídio... essas coisas estão sendo ocultadas, não está escrito nos livros. A gente é difícil de... os não indígenas de falar sobre isso, ne. Mas nós e as lideranças mais antigas sabemos essa realidade que a gente passava. E uma coisa muito importante de ressaltar é que, para os não indígenas, somos vistos como indivíduos que não tem alma, que não tem Deus (BENITES, D. Depoimento realizado via áudio em 3/4/2020).

Danilo continua afirmando que muita informação foi ocultada, tocando na questão da ditadura militar, na qual os indígenas sofreram muito e da qual muito pouco se divulga, o que pode ser motivo de desinformação que produz falas, por exemplo, como as de muitos brasileiros que pedem a volta dela, como sendo um período glorioso. Aponta que as cidades vêm sendo construídas em cima de território e às custas de sangue indígena:

Ainda hoje eles pensam assim de nós. Muitas histórias sobre os povos originários não são verdadeiras. Por exemplo, quando era ditadura militar, os indígenas sofriam com escravidão, sofriam torturas. Muitas coisas estão sendo ocultadas, como até o Relatório Figueiredo fala, ne. A verdade está sendo ocultada. E hoje, estamos vendo que as cidades, grandes cidades, metrópoles, estão sendo construídas em cima de cemitérios indígenas. Então, é a cidade que hoje a gente considera como o maior cemitério da extinção da cultura, da língua dos povos nativos (BENITES, D. Depoimento realizado via áudio em 3/4/2020).

Danilo cobra uma releitura da história, pois afirma que o protagonismo dos guerreiros e caciques que foram heróis indígenas e, por conseguinte, nacionais, não é explicitado nos livros, nas escolas, etc. Também aponta que se faz uma heroicização de figuras como os bandeirantes que, na verdade, nada mais eram, segundo ele, que caçadores de indígenas. Ele lembra que são poucas as sociedades indígenas que merecem folhas nos livros, como a Asteca e a Maia e que não se reconhecem os saberes dos indígenas brasileiros:

No Brasil, não se vê os status de nossos guerreiros, caciques que foram heróis, defendendo nossos direitos, que defendiam nossos direitos até o

último suspiro. Mas só que isso a gente não vê homenagem, a gente não vê estátua, essas coisas. Única coisa que a gente vê bastante é estátua de bandeirante que eram maior assassino dos povos indígenas e outros que são considerados heróis, que eram matadores dos indígenas, que escravizavam nosso povo. Então, isso tudo a gente vê que não conta na história. A gente sabe que isso não é uma história. Na verdade, é uma memória histórica, pois história é uma coisa e memória outra coisa, diferente da história né. Então, a gente tem essa memória que a gente passou e uma das coisas que eu quero ressaltar também é que os povos indígenas não são considerados como sociedade. Fala bastante no livro também que é só a sociedade Asteca e a Maia que são reconhecidas como sociedade, que evoluíram, que vem nesse processo de evolução. E aqui no Brasil, nós, povos indígenas, não somos vistos como uma sociedade, também não como civilizados. Mas, nessa parte, eu falo que nós não somos mesmo civilizados [...] por que cada povo tem a sua epistemologia que deveria ser reconhecida cientificamente, mas isso não está sendo valorizado (BENITES, D. Depoimento realizado via áudio em 3/4/2020).

Danilo continua demonstrando o apagamento da sabedoria indígena, que não seria aceita porque os não indígenas a classificariam com não científica, isto é, fora dos padrões ocidentais, fora do método científico:

Tipo nossos antepassados, nossos povos têm o conhecimento, tem a maneira de se contar a história do Brasil ou de como se formou a humanidade aqui no Brasil. A gente tem essa história, mas só que isso não está sendo valorizado, porque os Juruá, não indígena, valorizam mais o estudo científico. Então, isso é uma das coisas que já ressaltar na faculdade onde eu estudo. Hoje, eu estou fazendo história (BENITES, D. Depoimento realizado via áudio em 3/4/2020).

A discriminação contra os indígenas é tanta, segundo Danilo, que não os consideram como uma sociedade, como civilizados, dizendo que não possuem Deus, cultura e língua própria. Com isso, tentaram catequizá-los. Cita o grande herói Guarani, brasileiro, e a influência que a igreja gera nas perdas culturais da etnia:

Por isso, voltando àquele assunto de que não se considera sociedade, não considera como civilizado, não considera uma pessoa que tem Deus, seu Deus próprio, sua cultura, sua língua e, por isso, começou até a questão da catequização, lá no Rio Grande do Sul, onde Sepé Tiaraju que comandava... liderava na realidade Sete Povos Indígenas na época. [...] mas ainda hoje são muitas comunidades, principalmente algumas regiões do Brasil estão passando ainda por essa situação. Algumas aldeias, a maioria são de evangélicos, que entram na casa de... nas aldeias, construindo igrejas. Então, isso, de uma certa forma, como que vou falar, não é que atrapalha, mas isso está levando para o sentido da aculturação. A gente tem a nossa cultura, a nossa crença, a nossa língua e o Nhandê que a gente acredita, mas, com isso, tem algumas comunidades que estão sofrendo essa situação, estão passando por isso de processo de aculturação, perder a sua cultura, desvalorizando a sua

cultura para valorizar outra cultura que não seja a nossa (BENITES, D. Depoimento realizado via áudio em 3/4/2020).

Danilo passa a apontar a organização que estão fazendo dentro do movimento indígena no Brasil, procurando estudar, aprender e cobrar pelos direitos deles:

Falando um pouco sobre o nosso movimento, atualmente, temos a nossa organização própria, como a Comissão Guarani-Gurupá e tem várias organizações pelos povos indígenas pelo Brasil Afora [...]. Então, todo esse movimento que a gente faz, que a gente participa, a gente defende nossos direitos que estão escritos na Constituição Federal de 1988. Isso dificilmente sai do papel, até mesmo em relação às demarcações de nossas terras (BENITES, D. Depoimento realizado via áudio em 3/4/2020).

Danilo demonstra que é por meio da Constituição Federal de 1988 que se embasam para cobrar seu direito à terra, a tão citada demarcação, palavra que é vista e ouvida em todos os encontros indígenas, direito constitucional que ainda lhes é negado. Por meio da organização de jovens lideranças, estão debatendo a conjuntura política e, além da questão dos direitos, debatem a questão da manutenção de sua identidade:

Está escrito na Constituição Federal de 1988 que temos esse direito à terra, reconhecido como organização social. Portanto, isso não está sendo respeitado. Por isso, a gente faz um movimento, passeata, manifestação em defesa dos nossos direitos que não prevalecem, que não estão cumprindo os governantes que estão atuando hoje. Não só hoje, mas há muitos anos atrás já acontecia isso. E, atualmente, temos um grupo de jovens aqui no estado de São Paulo, grupo de jovens lideranças guarani que a gente chama, que a gente realizava vários e vários encontros para debater a conjuntura política, para debater direitos à educação escolar indígena, direito à saúde e, acima de tudo, os jovens estão se preparando para acompanhar essa jornada dos mais velhos, dos caciques, para entender como defender os nossos direitos que estão previstos na Constituição Federal. Mas, acima de tudo, atualmente, nossa preocupação maior é em relação à preservação de nossa cultura, a preservação de nossa identidade, então é onde debatem bastante as jovens lideranças Guarani. Eu sou uma das lideranças, idealizador de encontro de jovens daqui do estado de São Paulo, além de representante da Comissão Guarani-Gurupá regional, e temos nacional também. Então, esse é um ponto que eu vejo, particularmente, pela minha própria experiência e espero que isso ajude um pouco sobre o que você estava me pedindo (BENITES, D. Depoimento realizado via áudio em 3/4/2020).

Outra importante contribuição a essa dissertação são as palavras dos pesquisador e amigo de mestrado Elemir Soare Martins, Guarani, atuante no movimento indígena, que se apresenta e fala da origem de sua aldeia da seguinte forma:

Meu nome é Elemir Soare Martins, sou da reserva indígena de Caarapó, ao mesmo tempo conhecida como reserva indígena Te'yikue, que foi colocada pelos nossos antepassados que lutaram para resistir a toda atrocidade e também a violência que ocorreu durante esse período, sobretudo no ano de 1924 (MARTINS, E.S. Depoimento realizado via áudio em 2/4/2020).

Por essas palavras, pode-se relacionar que a aldeia, situada no município de Caarapó, Mato Grosso do Sul, também surge em contexto de violência contra os indígenas, de roubo de seus territórios tradicionais e fixação em territórios menores com vista à liberação de grandes espaços para não indígenas, mas também revela a resistência dos indígenas para manterem um território onde pudessem preservar suas tradições. Martins, após essas considerações, passa a tratar da questão de como é visto o indígena perante a história ocidental:

Então, as histórias que contaram ou que foram escritas pelos brancos, sempre nos colocam como se fôssemos uma sociedade ou comunidade indígena que não teve uma história de violência e de exclusão, ou seja, de aniquilação. Então, sou também indígena da etnia Guarani Nhandeva e pertencente ao povo Guarani e Kaiowá. Sou estudante e pesquisador da área de história, mestrando na UFGD, pelo Programa de Pós-Graduação em História, mestrado e doutorado. Vejo as histórias, como todos indígenas no Brasil, que foram narradas pelos cronistas, que registraram o momento em que os europeus adentraram por aqui. Nesse sentido, podemos ressaltar o processo de colonização que ocorreu, que isso, de alguma forma, foi silenciado pela ignorância, pela ganância e também pelo próprio sistema que foi imposto no decorrer dessa história, desde 1500. Por isso, ficamos fora da linha cronológica da história geral que é dito pela historiografia mais ocidental. Nessa cronologia, nos foi colocado como se fosse uma história terceirizada, apenas como uma parte em que a gente foi contribuindo, sendo que a gente é protagonista da história, desde a invasão europeia aqui na América do Sul (MARTINS, E.S. Depoimento realizado via áudio em 2/4/2020).

Para Martins, fica claro que houve um apagamento do protagonismo e da história indígena. Isso gera, segundo ele, dificuldades para vencerem o preconceito e a invisibilização que lhes são impostos. Para ele, a luta e a resistência indígena são silenciadas e não se percebe que buscam uma forma mais saudável e harmônica de se viver e de se relacionar com a terra:

Por isso, na maioria das vezes, a gente enfrenta as dificuldades de vencer o sistema e o preconceito, ao mesmo tempo, a invisibilização. E, na atualidade, a gente sente isso vendo toda forma de violência simbólica e física da sociedade que desconhece a nossa luta, nossa resistência e, também, a nossa forma de criar um protagonismo dentro do espaço em que vivemos e ocupamos. Também planejamos outra forma no teko, que seria viver, uma forma mais harmônica e saudável, sabendo que nosso território foi destruído também, no que diz o

progresso, que se prioriza isso ao valor de um indígena ou mesmo de uma família ou de um grupo (MARTINS, E.S. Depoimento realizado via áudio em 2/4/2020).

Martins cobra, então, uma outra maneira de se pensar a história nacional, revendo-a e escrevendo-a para que se planeje um processo mais humano que geraria benefícios ao indígena e, com isso, ao Brasil:

Por isso, temos que pensar uma outra forma, uma outra narrativa para a história indígena e também para história geral do nosso país, por que a sociedade ocidental está cada vez mais se distanciando da sua própria realidade. Um exemplo disso seria a ditadura militar de 1964, que foi implantada, mas que não deu certo. É mais uma das formas da gente pensar essa história negativa que aconteceu, e também na era Vargas, que o indígena também estava nesse ramo historiográfico, também contribuindo de uma forma muito triste, por que sofreram com o impacto da política, dita nova política. Então, fica a minha análise nesse sentido, e continuaremos. Acredito que através da história poderemos pensar uma outra forma de viver e de também planejar uma política mais humana. Pensando nisso, poderíamos também ressaltar que em relação ao conhecimento mais profundo da história do povo, da diferença, da cultura, e sobretudo também da parte da religião, que a gente sofre. Como tenho feito a minha pesquisa, na área em que eu moro, vejo isso, essa ignorância da colonização que foi implantada e que tenta excluir a nossa sabedoria, a nossa própria forma de acreditar, de jeroviapy, da reza e, como disse um rezador pra mim, nós acreditaremos nisso sempre e sempre e não desistiremos da nossa reza, da nossa forma de acreditar nos seres, ou seja, nos Jara, que sempre estiveram com a gente, na maior parte da vida e, também, quando a gente estava sofrendo todo tipo de violência (MARTINS, E.S. Depoimento realizado via áudio em 2/4/2020).

Foto 59 - Elemir Soare Martins



Fonte: cedida por MARTINS, E.S. 2020

Outra contribuição à dissertação foi a de Janete Robakolim Surui, pessoa que tive o privilégio de conhecer e que se tornou amiga, e que traz a palavra dos indígenas de Rondônia para demonstrar que as pautas, apesar da distância, são muito parecidas:

Sou da etnia Paiter Surui, do estado de Rondônia. Moro na reserva 07 de Setembro, na aldeia Placa, perto do município de Cacoal, que foi onde eu nasci. É um tanto desafiante ser indígena da etnia Paiter Surui, pois, assim como todos os povos indígenas aqui do Brasil, após o contato, que acho que foi muito recente (completamos 53 anos de contato) tivemos que nos adequar a outra cultura. Claro, sem esquecer ou deixar a nossa cultura, pois os impactos foram grandes. Assim, procuramos ganhar nosso espaço na sociedade não indígena, visando sempre adquirir conhecimento para podermos saber dos nossos direitos em prol de nossas comunidades, procurando sempre beneficiar o nosso povo (SURUI, J.R. Depoimento manuscrito digitalizado em 3/4/2020).

A aquisição de conhecimentos que possam ser utilizados para a busca de seus direitos, para a manutenção de suas culturas e para o benefício de suas etnias está presente também em sua fala. Surui passa, então, a discorrer sobre a juventude indígena:

Destaco que tem sido um grande desafio à juventude Surui ganhar ou se apropriar do seu espaço, pois, às vezes, a falta de oportunidade que sofremos, devido à carência de ajuda dos órgãos públicos, tem deixado a desejar, afetando os estudos de muitos jovens que, às vezes, desistem de ingressar neles. Lembrando sempre das discriminações que sofremos no nosso dia a dia, pois, em vez de nossos direitos serem respeitados, eles, às vezes, são violados e sofremos com isso (SURUI, J.R. Depoimento manuscrito digitalizado em 3/4/2020).

Surui faz uma descrição de sua aldeia e destaca o projeto de implantação de uma escola indígena nela. Ela fala também sobre as formas de subsistência da aldeia e a intenção de se criar uma associação:

Aqui na aldeia Placa, moram nove famílias. Todos meus parentes, sendo tios, tias, primas e irmãos. O total é de 34 pessoas. A maioria é de jovens. Aqui, o cacique é meu irmão. Ele que administra tudo. Estamos com o projeto encaminhado para solicitar a nossa própria escola na nossa aldeia. A nossa fonte de sobrevivência é a roça tradicional e benefícios do governo como bolsa família e aposentadoria e estamos com um projeto de fazer uma associação e iniciar esse ano mesmo, 2020, mas que teve que ser adiado, por causa da pandemia (SURUI, J.R. Depoimento manuscrito digitalizado em 3/4/2020).

Surui conta um pouco da história de sua etnia e demonstra como o contato com o branco foi recente para ela, o que gerou uma situação caótica de extermínio por epidemia. Ela também volta a destacar fontes de subsistência de sua aldeia:

Nós, da etnia Paiter Suruí, moramos no estado de Rondônia. As nossas aldeias estão situadas na reserva 07 de Setembro. O primeiro contato com branco ou homem não indígena foi no ano de 1967. A história diz que éramos mais de três mil, mas, devido ao contato com o homem não indígena, trouxe a consequência de sermos quase dizimados pelo surto de sarampo. E, com isso, o número de indígenas do povo Suruí chegou

a diminuir para 300. Atualmente, vivemos, ou seja, a nossa sobrevivência, é por meio de roças comunitárias tradicionais, coleta de castanha, plantio de café, associações e cooperativas (SURUI, J.R. Depoimento manuscrito digitalizado em 3/4/2020).

Por fim, Suruí reforça o que os indígenas vêm cobrando, e que é pauta constante em suas reivindicações, que é o respeito à Constituição Federal de 1988, o respeito aos seus direitos, a conclusão das demarcações e o respeito às diferenças culturais. Para ela, o estudo é uma arma poderosa para se atingir esse fim:

Assim vem sendo a nossa resistência após o contato com o homem não indígena. Na atualidade, o grande foco do indígena tem sido a briga para o governo brasileiro respeitar os nossos direitos que estão escritos na Constituição Brasileira, artigos 231 e 232, que, por muitas vezes, são violados e, sendo violados, sofremos violência nas nossas próprias aldeias, ou seja, comunidades onde moramos e vivemos. Creio que cada indígena, de todos os povos aqui no Brasil, só quer ter o direito à demarcação de suas terras. Ter o direito dos governos por serem povos originários com modos de viver diferentes e culturas diferentes. É por isso que ingressar nos estudos tem sido uma arma poderosa para a geração de jovens indígenas, porque precisamos dizer em alto e bom tom: é, somos indígenas! Estamos aqui e sabemos dos nossos direitos e queremos que eles sejam respeitados! (SURUI, J.R. Depoimento manuscrito digitalizado em 3/4/2020).

Foto 60 – Janete Robakolim Surui



Fonte: cedida por SURUI, J.R. 2020

Foto 61 - Aldeia Placa, em Cacoal, Rondônia



Fonte: cedida por SURUI, J.R. 2020

Mais uma grande contribuição para se entender a problemática que os indígenas estão passando no Brasil atual veio de Sandra Regina, amiga da etnia Tapuia, que conheci nos jogos indígenas de 2019, na Aldeia Ekeruá, em Avaí – São Paulo, na Terra Indígena do Araribá. Ela se apresenta:

Meu nome é Sandra Regina Gomes (53), mãe de Rafael (33) e Paula (23), avó do Rafinha (8) e do Théo, ainda na barriguinha da Paula (- 30 semanas). Filha de d. Maria Neuza (+79), nascida em Belo Horizonte-MG, de família proveniente da cidade de Coração de Jesus-MG, de origem indígena por parte de avó materna, d. Idalina (+104) Tapuia e avô materno Pedro (+?) Xakriaba. Diante da mistura étnica seguimos a de quem nos educou: Tapuia. Diante de tantas fases na vida, hoje me tornei a segunda cacique da Aldeia Guatapu, no propósito de revitalizar e fomentar a tradição e cultura do Povo Tapuia; juntamente com meu amigo cacique Guarani Mbya Nery, que fará a manutenção da medicina indígena entre outras práticas tradicionais de sua cultura. Nesta aldeia, de formação como área particular com gestão compartilhada de dois povos, a integração com a sociedade local se faz presente e bem aceita (GOMES, S.R. Depoimento manuscrito digitalizado em 6/4/2020).

Sandra retoma a narrativa lembrando de sua vivência, desde a infância. Com essa fala, ela reforça os exemplos de dificuldades pelas quais passam os indígenas, principalmente referindo-se à questão da terra e das constantes migrações:

Minha primeira infância vivemos, como todo e qualquer indígena, migrando entre MG, MT, SP, permanecendo mais tempo em MG pela raiz de nossa família. Vivi de modo simples em casa de pau a pique, dormia em colchão de palha, comia comidas feitas em fogão de lenha, plantávamos nosso alimento e nosso remédio, tínhamos carne da

criação ou dos animais da redondeza, cultivávamos algodão com o qual, após nós crianças ajudarmos nas colheitas e tirar as sementes, ficávamos admirando nossa avó tecer algumas vestimentas no seu tear, com uma agilidade que eu sonhava ter um dia. O desejo era tal que ela me presenteou com seu tear quando eu ficasse mais velha. Brincávamos na mata, tomávamos banho no rio ou em água esquentada na lenha. Nossas roupas eram lavadas nas pedras que amparavam as corredeiras do rio Canabrava. Nosso banheiro era o mato, onde, com muito cuidado, enterrávamos nossos "bolinhos", kkk inté porque o buraco que servia de banheiro tínhamos medo de cair dentro (GOMES, S.R. Depoimento manuscrito digitalizado em 6/4/2020).

Sandra aponta que seguia os conhecimentos da avó, mas que, em determinado tempo, teve que entrar para a escola, o que foi um motivo de orgulho para sua família, até que terminou por trabalhar com políticas públicas para comunidades indígenas:

Cresci seguindo os conhecimentos de minha avó e mãe, mas chegou a hora de entrar na escola bem na segunda vez que minha mãe passou por SP. Me dediquei aos estudos, pois via no olhar de minha genitora o orgulho de me ver escrevendo e lendo, coisas que ela não pôde fazer. Desde menina trabalhou muito e pesado, seja nas fazendas em Minas Gerais cuidando do gado, babá de grã-fino e como cozinheira de mão cheia. Teve mais quatro filhos e com isso desde cedo fui responsável nas tarefas de casa e nos cuidados com meus irmãos, mas sem nunca deixar de estudar. Anos passaram ... com meu instinto natural e "cargas do destino", trabalhei com políticas públicas que envolviam as comunidades indígenas. Cada situação que vivi durante as rotinas das minhas atividades me encontrava com as lembranças de minha infância (GOMES, S.R. Depoimento manuscrito digitalizado em 6/4/2020).

Após fazer esse retorno ao passado, Sandra retoma a questão da dor pela falta e da luta pela terra, afirmando que nessas constantes mudanças atrás de terras e proteção, acabaram ocorrendo perdas culturais, mas que sempre acabava se envolvendo nos assuntos indígenas, entretanto, desta vez, de indígenas de outras etnias:

Conversando com minha mãe, ela me esclareceu que, para não morrer por questão de terra, largou MG e nos protegeu ficando em SP. Foi dolorido demais saber disso que resultou nas várias perdas que nossa família tem (cultura, convívio e outros). Ao mesmo tempo, me vi firme no propósito de ajudar "meus parentes" indígenas de outras etnias do Estado que nos acolheu. Coincidência foi me envolver com um destes "parentes" e, de novo "cargas do destino" acabei morando em aldeia (GOMES, S.R. Depoimento manuscrito digitalizado em 6/4/2020).

Sandra passa então a relatar o que é ser indígena e os problemas que isso acarreta. Entretanto, percebe que houve avanços, tudo com muito esforço e luta. A meta, segundo ela, é a defesa dos territórios indígenas.

Dentre o que vivi quando criança com a realidade atual, ser indígena é muito complexo. Eu não percebia a maldade, ambição, poder, discriminação, desrespeito. Minha raiz vem de família humilde e com humildade minha avó e mãe nos ensinaram a superar a adversidade, mas com garra e honra. Nisso não dei valor quando, ao me apresentar como indígena, recebia descrédito, desrespeito, discriminação, mesmo daqueles por quem eu trabalhava para que não passassem pelo que me faziam. Hoje, depois de envolver e fomentar as várias políticas públicas: municipais, estaduais e federais, vejo que o indígena avançou muito nos vastos campos do conhecimento não indígena: saúde, educação, agricultura, mas continua tendo os mesmos problemas que a minha raiz enfrentou há anos atrás: a defesa do seu território (GOMES, S.R. Depoimento manuscrito digitalizado em 6/4/2020).

Segundo Sandra, muitas das dificuldades pelas quais os indígenas passam parecem ter raiz na forma como se ensinam nas escolas e como se tratam a história deles. Questiona o chamado descobrimento que não teria sido mais que uma invasão, já que os indígenas por aqui estavam. Questiona a imagem de preguiçosos que foi estigmatizada aos indígenas, pois queriam que eles trabalhassem aos moldes capitalistas. Entretanto, pode-se questionar isso, pois os chamavam de preguiçosos, mas os queriam como escravos, para que trabalhassem em seu lugar... muitos preconceitos ficaram enraizados. Nesse sentido, a discriminação é tanta que até a Constituição Federal de 1988 não é respeitada:

Apreendi na escola (na época só tinha de não indígena) que o Brasil foi descoberto pelos portugueses, mas que anos antes havia passado por aqui um espanhol. Havia no livro gravuras do Rugendas, uma delas mostrava as embarcações atracadas com os marujos feios e barbudos já na praia e os habitantes locais, nus, espiando no mato. Este desenho não me sai da cabeça, assim como a pergunta: como esta terra pôde ter sido descoberta quando já se tinham moradores? Pessoas estas que também sofreram perseguições, desrespeito, violências de várias formas e que seguem até hoje. Exemplo é dizer que o Índio é preguiçoso, quando ele tem seu tempo e seu modo de viver muito diferente do não indígena. Até antes da nova Constituição éramos chamados de silvícolas quando o correto é: indígenas. Éramos donos do território todo, hoje precisamos até morrer em defesa de um pedacinho de chão. Tínhamos a liberdade de ir e vir, hoje as fronteiras existem para delimitar até onde podemos frequentar, exigindo documentos o que antes nos bastava a palavra. Nossa alimentação e cuidados com a saúde nós mesmos plantávamos ou buscávamos na floresta, hoje temos que consumir os industrializados pelo capitalismo pela falta de nossa terra. Eu sou feliz por ter vivido momento que não percebia as coisas do mundo, pois hoje, na defesa dos nossos direitos inté crianças estão na linha de frente nos movimentos (GOMES, S.R. Depoimento manuscrito digitalizado em 6/4/2020).

Foto 62 – Sandra Regina Gomes



Fonte: cedida por GOMES, S.R. 2020

Mais uma contribuição veio do povo Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, na pessoa do amigo mestrando e pesquisador indígena Gileandro Barbosa Pedro, que muito tem auxiliado na luta pelos direitos de seu povo e que muito tem a nos esclarecer. Ele aponta a diferença de visões entre os indígenas e aqueles que apenas visam ao lucro:

Meu nome é Gileandro Barbosa Pedro, sou da etnia Kaiowá. Moro na Terra Indígena de Panambi, em Douradina, e penso que ser da etnia Kaiowá tem sido bastante complicado nesses dias, nesses tempos. A luta pela terra, pela sobrevivência e pelo reconhecimento tem sido constante, porém, bastante difícil também, uma vez que a gente está situado em um local onde é bastante forte o agronegócio e, pelo que a gente percebe, a visão capitalista ela não se preocupa com o bem-estar, com a convivência [...] enquanto que os não indígenas têm o lucro como valor principal, os Kaiowá Guarani têm a espiritualidade como uma das coisas fortes a ser seguida. Tradicionalmente tem sido o que manteve esse povo vivo, que manteve as lutas, a vida. Minha aldeia está a 7 km da cidade e é bastante pequena em relação às outras [...] (PEDRO, G.B. Entrevista realizada via áudio em 03/04/2020)

Gileandro enfatiza a resistência que seu povo, bem como todos os indígenas, tem que enfrentar ante o avanço da cultura ocidental. Destaca que a pretensa miscigenação pretendia desfazer a cultura indígena, mas aponta que, ao contrário, a resistência indígena só aumenta:

Mas eu vejo que ainda há uma tentativa de sobrevivência, do povo se manter, de certa forma, ainda resistente àquilo que propõe a cultura ocidental. Por muito tempo pensou-se que iriam se miscigenar, que iriam se desfazer de toda a sua identidade cultural. Porém, com o passar do tempo, eu vejo que essa resistência tem se tornado cada vez maior e ainda persiste na juventude atual, onde ecoam as lutas dos antigos, da

sobrevivência cultural, das lutas pela terra, da luta pelo reconhecimento do ser Guarani Kaiowá, enquanto que eu vejo entre os não indígenas um discurso muito grande em integrar o indígena na sociedade, que é algo totalmente ultrapassado, na tentativa de fazer os Kaiowá e Guarani serem como civilizados. Eu vejo que ainda ecoa resistência muito grande na tentativa de ser reconhecido como povo, como pessoas e como seres independentes. Eu vejo isso entre os Kaiowá da atualidade (PEDRO, G.B. Entrevista realizada via áudio em 03/04/2020).

Foto 63 – Gileandro Barbosa Pedro



Fonte: Cedida por PEDRO, G.B. 2020

Finalizando, a amiga e mestrande em Geografia, Beatriz Vera, indígena Guarani Nhandeva, contribui com a discussão sobre o que é ser indígena no Brasil e quais as dificuldades que isso acarreta. Primeiramente, ela apresenta sua aldeia e a si mesma:

Meu grupo étnico é Guarani Nhandeva, que vive no Centro Oeste do Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul. Hoje moro na reserva Pirajuí, que foi criada em 1928, pelo SPI - Serviço Proteção ao Índio. Localizada no município de Paranhos (MS), tem, aproximadamente, 2000 pessoas. A reserva é de 2.018 hectares. Agora vivo na pesquisa sobre “ Árvore e plantas na reserva Pirajuí: entre memórias e (os) agora”, como mestrande em Geografia pelo programa da Faculdade de Ciências Humanas (FCH), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (VERA, B. Entrevista manuscrita cedida em 11/05/2020).

Beatriz diz que ser indígena é seguir os modos de viver, as crenças, a história e a cultura de sua família e de seu grupo étnico, vivendo em contato com a terra e a natureza de forma harmônica:

Quando se pergunta sobre o que é ser indígena, vem na mente quem eu sou, como eu vivo, quais são os meus modos de viver, as crenças, quem é minha família, que história eu faço parte, como é a história de como é meu grupo étnico, como estamos agora, como eu estou e que lugar vivo. Ao me interrogar, consigo pensar o que é ser indígena para mim, a Beatriz, que eu sou uma pessoa que vive de acordo com a educação

de meus pais, que me direcionaram saber viver em contato com a terra e suas plantas, construir uma identidade do saber viver bem, adotando as crenças dos avós da família e dos grupos de pessoas em que vivo, de meu grupo étnico. Ser indígena é ser filha de pais indígenas que tem história de lutas. A história de meu grupo de pessoas indígenas que viveram nas matas praticando seus cantos e danças, consumindo comidas típicas e sendo caçadores, pescando e produzindo alimentos na roça sem destruir as matas. Deslocavam-se respeitando a recuperação do lugar, a terra (VERA, B. Entrevista manuscrita cedida em 11/05/2020).

Beatriz termina enfatizando que ser indígena é estar em constante resistência, pois vivem a própria cultura enfrentando a cultura do outro, do branco, do não indígena, cultura esta que é altamente preconceituosa e discrimina o modo de ser indígena. Entretanto, Beatriz demonstra seu protagonismo ao dizer que estudou e conheceu o pensamento do outro, sem deixar de ser Guarani Nhandeva:

Agora moramos numa reserva criada, onde vivemos em resistência. Viver em resistência no sentido de viver a própria cultura e enfrentar a cultura de outro, o sistema. O sistema de organização. E agora contínuo no ser de uma indígena Nhandeva, mas que conheceu o pensamento de outros que desconhecem a cultura indígena. Faço parte de um grupo de pessoas que mais sofrem discriminação racial e preconceito pelo ser indígena. Ser indígena é estar sempre disposta a dizer a si mesmo que também sou pessoa com a mesma necessidade e a mesma capacidade de adquirir conhecimento que os outros (VERA, B. Entrevista manuscrita cedida em 11/05/2020).

Foto 64 – Beatriz Vera



Fonte: Cedida por VERA, B. 2020

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a carência do uso da história indígena nos atuais livros didáticos e nas aulas de história. Quando se fala dela, aparecem velhos estereótipos, discriminação e ausência de protagonismo por parte dos indígenas. Essas foram algumas das queixas relatadas pelos próprios indígenas, e os não indígenas podem ser o exemplo e a prova ao não saberem quase nada do assunto. Nesse sentido, buscou-se contribuir para a discussão e propagação da história indígena do Oeste Paulista, fato que gerou conexões com a história do estado de Mato Grosso do Sul.

A história da formação da aldeia de Icatu, em Braúna, São Paulo, trouxe à tona uma história do genocídio da população Kaingang que habitava a região. O desenvolvimento e o progresso do capitalismo paulista fizeram com que as terras outrora chamadas de desabitadas fossem solicitadas ao plantio do café e à passagem de ferrovias. A terra que, na verdade, era habitada pela etnia, viu um processo de luta e resistência que quase gerou a extinção dos Kaingang em São Paulo.

Analisando a documentação e a bibliografia escrita pelos autores e pelos órgãos governamentais, encontrou-se os caminhos que apontaram o avanço dos não indígenas sobre o território indígena, mostrando os conflitos que ocorreram, as mortes, as associações de matadores, as epidemias, as chacinas, mas também se mostrou a resistência que o povo Kaingang desfechou contra as agressões que sofria.

Após a análise desse material, e com o auxílio da oralidade dos indígenas, tanto na convivência em festas, palestras e eventos, como no dia a dia da aldeia, observou-se que muito da história Kaingang da época da pacificação e início de Icatu não é mais conhecida por todos da aldeia, e que houve muita dificuldade em se conseguir falas de pessoas mais velhas, seja por dificuldade de acesso a elas, seja pela timidez que elas tinham em falar, seja por previdência dos próprios indígenas, que já estão calejados de tantos pesquisadores que não dão um retorno à comunidade. Já a história Terena, observou-se que foi mais facilmente lembrada.

A palavra dos indígenas foi vital na construção dessa dissertação. Entretanto, fato é que a maioria preferiu o anonimato ou foi ouvida em momentos que podem ser classificados como **informais**, ou seja, momentos em que não se estava gravando ou contando como sendo entrevista para o trabalho. Contudo, obteve-se a contribuição também valiosa de indígenas que aceitaram gravar áudios ou que escreverem textos que versavam sobre as temáticas abordadas.

Diante da proposição inicial apontada pelo SPI e pela maioria dos autores utilizados que remetem aos motivos da fundação de Icatu e da chegada de famílias Terena, chegou-se à conclusão de que Icatu surgiu, em 1916, após o início do processo de pacificação dos Kaingang do Oeste Paulista, em 1912. Estes teriam sido retirados do primeiro acampamento de atração, o do Ribeirão dos Patos, no atual município paulista de Promissão, e foram parar em duas aldeias, Icatu e Vanuire, criadas para separar grupos rivais e tentar mantê-los aldeados, assim fazendo com que os vastos territórios continuassem livres para o café. Os Terena chegaram a Icatu por volta da década de 1930, com a intenção do SPI de auxiliar os Kaingang no desenvolvimento da agricultura e no desenrolar do processo de pacificação.

Para os indígenas entrevistados, a maioria informalmente, essa versão do SPI é quase que idêntica, exceto para a motivação total da vinda dos Terena e da questão de um pretense atraso agrícola dos Kaingang. Para os Terena com quem se falou, os motivos são, além de ensinar agricultura, a busca por novas terras, por trabalho, por segurança, por uniões matrimoniais, em suma, por melhores condições de vida para aqueles que vieram, demonstrando assim protagonismo e motivação para se deixarem ser trazidos à região. Para os Kaingang com quem se falou, dizer que eles eram atrasados na questão da agricultura foi algo inaceitável. Evita-se falar de forma pejorativa sobre a chegada de outra etnia em sua área. Pelos documentos que se encontrou, mostrou-se que o próprio SPI já tecia elogios para os Kaingang e suas plantações em Icatu mesmo antes da chegada dos Terena. Assim, uma associação de motivos é muito mais elucidativa do que apenas a versão do SPI de que os Terena vieram ensinar os Kaingang. A resposta parece estar na soma dessa versão oficial, com outras como a de que vieram para repovoar áreas indígenas paulistas que foram assoladas por epidemias e com a versão dos próprios indígenas de que os fluxos de pessoas entre as aldeias que faziam parte da 5ª região do SPI, que incluía aldeias hoje sul-mato-grossenses e as aldeias do Oeste Paulista, era constante. Nesses fluxos, alianças, parcerias e matrimônios acabaram ocorrendo, unindo essas etnias.

Com a oralidade indígena, essa mescla das versões foi reforçada, tanto nas falas de indígenas de São Paulo como nas dos indígenas de Mato Grosso do Sul. A união das etnias é de longa data e se mantém até hoje. Apesar de alguns momentos de registros de atritos, que apareceram mais na documentação de Araribá, hoje nota-se uma busca de consenso por pautas que vão ao encontro de todos, como a busca por seus direitos como

indígenas, o respeito à Constituição de 1988, no que se refere à demarcação das terras, a manutenção da saúde indígena e a preservação de suas histórias e de suas culturas.

Ficou demonstrado que os Terena, hoje presentes nos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo, são pertencentes à família linguística Aruak, fazendo parte dos antigos Chané ou Guaná. De origem chaquenha, Êxiva na língua deles, cruzaram o rio Paraguai no século XVIII e se fixaram no atual estado de Mato Grosso do Sul, na região do Pantanal. Há quem diga que, por isso, não seriam brasileiros. Entretanto, as fronteiras eram fluidas, a própria região nem era parte do que hoje é o Brasil. Contrário a essas falas, a história Terena sempre esteve ligada à história nacional, mas foi sendo excluída. Não para os Terena e, felizmente, não para a historiografia atual. O protagonismo da etnia com relação ao Brasil é demonstrado e pode ser percebido em documentação, como no caso da Guerra do Paraguai, na qual foram vitais ao exército como soldados e como agricultores. Foram uteis na implantação do telégrafo, na construção da EFNOB, que cruzou o estado, como mão de obra em geral, como soldados na 2ª Guerra Mundial, na Revolução Constitucionalista de 1932 e, por fim, como auxiliares na difusão de trabalhos agrícolas entre outras etnias.

Quanto aos Kaingang, ficou demonstrado que são do tronco linguístico Macro-Jê e que eles têm um passado distante no Brasil Central. Hoje, estão territorializados pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. As parcelas paulistas da etnia, segundo a maioria dos autores utilizados nesta dissertação, teriam vindo dos ascendentes Guaianá, que habitavam a região onde hoje se encontra a capital paulista e o litoral do estado. Alguns apontam uma provável descendência de parcelas que estavam em território hoje paranaense. Ficou demonstrado pela documentação e pela análise dos autores que a etnia habitava a região entre os rios Tietê, Paraná e Paranapanema, em uma área formada pelo Oeste Paulista, com concentração entre os rios Peixe e Feio/Aguapeí. Não estavam centralizados na época da chamada pacificação, sendo formados por vários grupos rivais. Faziam fronteira com os Guarani, a leste, os Oti, ao sul, e os Ofaié, a oeste. A região, que era considerada desabitada até o início do século XX, logo seria requisitada pelo avanço do café e das estradas de ferro, justamente o território Kaingang. Lutaram bravamente pela manutenção de suas terras, mas acabaram sofrendo com o peso das batidas ou dadas, com as epidemias e com as diversas formas de perseguição.

A solução governamental apontada pelos autores utilizados nessa dissertação foi a criação do SPI para tentar pacificar a etnia e garantir os avanços do capitalismo. Acampamentos foram criados para atrair os indígenas, mas o peso do café faria com que

se buscasse terras ainda mais distantes para aldeá-los. Nesse momento, surgem as aldeias de Icatu e Vanuire, que abrigariam grupos Kaingang rivais. Anos mais tarde, as primeiras famílias Terenas chegaram ao local. Notou-se alguma divergência de onde seria essa chegada: Icatu, Araribá ou Vanuire. A documentação do SPI aponta a chegada primeiramente em Araribá, para repovoar o local devido às mortes provocadas por epidemia. Alguns autores e alguns indígenas apontaram a primeira chegada em Icatu, para ensinar aos Kaingang a agricultura. Em rara quantidade de citações, fala-se em Vanuire. Alguns indígenas de Icatu falam da chegada dos Terena na aldeia ainda antes de 1930. O fato é que esses territórios indígenas estão muito entrelaçados em suas histórias e os deslocamentos eram e são constantes. Para os Terena entrevistados no Mato Grosso do Sul, sabe-se mais de Araribá do que de Icatu.

O apagamento da história indígena no ensino das escolas, bem como dos livros didáticos e da própria história oral, inclusive dos indígenas, pois muitos não sabem mais suas origens, foi atribuído a um processo histórico discriminatório que julgava ser a história indígena de menor valor e que não seria possível estudá-la academicamente por ser, em grande parte, oral. Foi uma política intencional de branqueamento, de apagamento, de encobrimento de genocídios que ocorreram, feita pelos ditos civilizados perante povos que quase foram dizimados, mas que resistiram e se articularam para lutar por seus direitos.

Hoje, desde as aldeias até as assembleias, passando pelos acadêmicos indígenas, pelas lideranças e caciques mobilizados, pelos organismos e eventos criados por eles, cobra-se o respeito por seus direitos, por suas individualidades, pela valorização de suas culturas e, principalmente, pela demarcação de suas terras.

Essa dissertação espera somar diante do processo de revalorização das identidades indígenas. Espera contribuir para que se quebrem paradigmas como aqueles que dizem ser todos os indígenas iguais, com a mesma cultura e com a mesma língua, e que não eram capazes de serem sujeitos de sua própria história, agindo e sendo protagonistas. Espera-se ajudar a reconstruir a história paulista e nacional, forçando o desenterramento do genocídio ocorrido em território do estado de São Paulo, que trouxe a exploração da terra, o desenvolvimento do café, o nascimento de cidades, estradas de ferro, mas, com isso, a expulsão e a quase aniquilação da etnia Kaingang no território paulista.

Com a análise dos autores e da oralidade daqueles que versaram sobre a aldeia de Icatu, sobre os Terena e sobre os Kaingang, espera-se ter contribuído para a difusão dessa história que estava quase sendo relegada ao esquecimento, não pelos indígenas da aldeia,

que se esforçam em manter suas histórias e suas culturas, mas pelos governantes e pelos não indígenas que parecem não se interessar por saber sua própria história, sua origem, seu contexto no Oeste Paulista.

A conjugação entre análise bibliográfica e oralidade foi utilizada e, com ela, conclui-se ser uma forma mais atraente e mais eficaz para se pesquisar qualquer assunto relacionado à história indígena. Apesar das dificuldades e dos inconvenientes que ela pode acarretar, somado ao tempo singular que foi vivido devido à pandemia de COVID 19, pôde-se aprender sobre a história de Icatu, dos Kaingang e dos Terena, buscando revalorizá-las. O genocídio não pode ser esquecido, a resistência indígena continuará e seguirá combatendo o apagamento de sua história. Espera-se ter ajudado nesse processo. Termina-se com o pensamento geral dos indígenas: Terra é vida! Demarcação já!

REFERÊNCIAS

ACÇOLINI, G. Xamanismo e Protestantismo entre os Terena: Contemporaneidades. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v.6, n.1, p. 24-27, jan./jun. 2012.

ACÇOLINI, G.; MOURA, N. Os Terena em Mato Grosso do Sul. In: CHAMORRO, G.; COMBES, I. (Org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados: UFGD, 2015. Disponível em: <http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/povos_indigenas_e_m_mato_grosso_do_sul.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

ADSUARA, C.H.C. **Unatí Yapey!** Aspectos da vida Terena em Araribá. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade estadual Paulista, Araraquara, 2016.

ALMEIDA, M. R. C. de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

AZEVEDO, F. de. **Um Trem Corre para o Oeste**. São Paulo: Melhoramentos, 1950.

BALDUS, H. Sinopse da História dos Kaingangs Paulistas. In: **IHGB. São Paulo em quatro séculos**. São Paulo: Tip. Ideal, 1953. P.313-320. Disponível em: <<http://etnolinguistica.org>> . Acesso em: 8 set. 2018.

BARBOSA, L.B.H. **A Pacificação dos Gaingangs Paulistas: hábitos, costumes e instituições desses índios**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1913. Cópia acervo do ISA.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria e Formação do Historiador**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

BITTENCOURT, C. M. F.; LADEIRA, M. E. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC; São Paulo: USP/CTI, 2000.

BORELLI, S.H.S. Os Kaingang no Estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração**. São Paulo: Yankatu, 1984. Disponível em: <<http://www.cpsp.org.br/pdf/IndiosemSaoPaulo-ResistenciaeTransfiguracao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BORELLI, S.H.S.; LUZ, M.L.M. Introdução. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração**. São Paulo: Yankatu, 1984. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/pdf/IndiosemSaoPaulo-ResistenciaeTransfiguracao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CARVALHO, E. de A. **As alternativas dos vencidos: índios Terena no estado de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CAVALCANTE, T. L. V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História**, São Paulo, n. 30, v. 1, p. 349-371, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-90742011000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 jan. 2018.

COELHO, M.O. de C. **Terena e Guarani na Reserva Indígena de Araribá: um Estudo etnográfico da Aldeia Tereguá**. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

COMBÈS, I; RICHARD, N. O complexo alto-paraguaiense: do Chaco a Mato grosso do Sul. In: CHAMORRO, G.; COMBES, I. (Org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados: UFGD, 2015. Disponível em: <http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORIA/catalogo/povos_indigenas_e_m_mato_grosso_do_sul.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

CRUZ, L. de O. Historicidade do Contato entre Índios e Não Índios no Oeste Paulista. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v.6, n.1/2/3, p.39-45, 2006.

_____. **O “Ser” e o “Estar” Índio: Produção de Identidades entre Kaingang e Krenak, em Vanuíre**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

CUNHA, M. C. da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

ELIAS, C. M (Hipólio 'ó). **Nzopuné. Sonho meu: Histórias Terena**. Penápolis: Mari/USP, 1999.

ERTHAL, R. M. de C. A Ciência e o sertão: um projeto de população. In: FREIRE, C. A. da R. (org.). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de proteção aos índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011.

FERREIRA, M.R. A Pacificação dos Índios Coroados. **A Gazeta**, 22 de maio de 1956. CEDI, Acervo ISA.

FREIRE, C. A. da R. Imagens de uma História de confrontos. In: FREIRE, C. A. da R. (org.). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de proteção aos índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011.

FREIRE, J. R. B.; LIBÂNEO, P. Rondon, o Brasil dos sertões e o projeto de nação. In: FREIRE, C. A. da R. (org.). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de proteção aos índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011.

FUNAI. Terras Indígenas - **Araribá**. Disponível em:
<<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em 6 dez. 2019a.

_____. Terras Indígenas - **Icatu**. Disponível em:
<<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em 6 dez. 2019b.

_____. Terras Indígenas – **Vanuire**. Disponível em:
<<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em 6 dez. 2019c.

GARCIA, A.C. **A Participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato grosso (1845 – 1930)**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o Método. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 291-300.

IHERING, H. von. A Antropologia do estado de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho, 1907. Disponível em:
<http://biblio.etnolinguistica.org/ihering_1907_anthropologia>. Acesso em: 8 set. 2018.

_____. A questão dos índios no Brasil. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo: Typ. Do Diário Oficial, 1911. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/ihering_1911_questao>. Acesso em 8 set.2018.

ISA. **Povos Indígenas do Brasil (PIB)**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>>. Acesso em: 3 dez. 2019 A.

_____. **Povos Indígenas do Brasil (PIB)**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Terena>>. Acesso em: 3 dez. 2019 B.

LIMA, J. F. T. **A Ocupação da Terra e a destruição dos índios na região do Bauru**. 1978. 199 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

MACEDO, A.V. (org.). **Uma história Kaingang de São Paulo**: trabalho a muitas mãos. Brasília: SEF/MEC, 2001.

MANIZER, H.H. **Os Kaingang de São Paulo**. Campinas: Curt Nimuendaju, 2006.

MATTOS, I.M. O Indigenismo na Transição para a República: fundamentos do SPILT. In: FREIRE, C. A. da R. (org.). **Memória do SPI**: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011.

MARQUES, C.N. **Os Terena da Terra Indígena Limão Verde**: História e memória. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

MEIHY, J. C. S. B. **Augusto & Lea**: Um caso de (des)amor em tempos modernos. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MELLO, D. S. B. de. **Entre Índios e Revoluções**. São Paulo: Soma, 1982.

MONTEIRO, J.M. O desafio da História Indígena. In: SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L.D.B. (Orgs.). **A temática indígena na Escola**. MEC: Brasília, 1995, p.221-228.

_____. Vida e Morte do Índio: São Paulo colonial. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração.** São Paulo: Yankatu, 1984. Disponível em:<<http://www.cpis.org.br/pdf/IndioemSaoPaulo-ResistenciaeTransfiguracao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MOTA, L.T. A Denominação Kaingang na literatura antropológica, histórica e linguística. In: Tommasino, Kimiye; Mota, Lucio Tadeu; Noelli, Francisco Silva. (Org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang.** 1ed.Londrina: Eduel, 2004, p. 1-16.

_____. A Passagem e a presença dos Jê meridionais por São Paulo e Paraná: uma reflexão etno-histórica. **R. Museu Arq. Etn.**, 27: 135-157, 2016.

_____. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2014.

MUSSI, V.P.L. **As Estratégias de Inserção dos Índios Terena: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005).** 2006. 332 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

NIMUENDAJU, C. Carta sobre a pacificação dos Coroados (1912). In: _____. **Textos indigenistas:** São Paulo: ed. Loyola, 1982.

_____. **Etnografia e Indigenismo:** sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará. Campinas: editora da Unicamp, 1993.

_____. Mais Uma Vez a Questão Indígena. **Tellus**, Campo Grande, ano 13, n.24, p.269-274, jan./jun.2013.

_____. Quanto à questão Coroados. **Tellus**, ano 13, n. 24, p. 291-297, jan./jun. 2013 Campo Grande, MS.

OBERG, K. **The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil** United States Government Printing Office: Washington, 1949.

OLIVEIRA, E.A. **História dos Terena na Aldeia Buriti:** memórias, rituais, educação e luta pela terra. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013

OLIVEIRA, J. E. de. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 178-218, jul./dez. 2012. Disponível em: <seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/31745>. Acesso em 8 set. 2019.

_____. **Sobre os conceitos de etnohistória e história indígena**: uma discussão ainda necessária. .ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.

OLIVEIRA, J.P. de; FREIRE, C.A. de R. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/Secad, 2006.

OLIVEIRA, P. E. de. “Transformar o Índio em um Índio Melhor”: saúde e doença no contexto do indigenismo (1910-1967). In: FREIRE, C. A. da R. (org.). **Memória do SPI**: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011.

OLIVEIRA, R.C. de. Aspectos demográficos e ecológicos de uma comunidade Terena. **Boletim do Museu Nacional**, Antropologia, Rio de Janeiro, n.18, 5 de setembro de 1958.

_____. **Os Diários e suas margens**: viagem aos territórios Terêna e Tükúna. Brasília: Editora UNB, 2002.

ORTIZ, M.S. **Valorização dos Saberes Astronômicos de uma Aldeia Indígena Terena no Estado de São Paulo**. 2014. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2014.

PEREIRA, L.M. A Reserva Indígena de Dourados: a atuação do Estado brasileiro e o surgimento de figurações indígenas multiétnicas. In: CHAMORRO, G.; COMBES, I. (Org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul**: história, cultura e transformações sociais. Dourados: UFGD, 2015. Disponível em: <http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORIA/catalogo/povos_indigenas_e_m_mato_grosso_do_sul.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018

PINHEIRO, N. S. **Os nômades**: etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912. 1992. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1992.

_____. **Vanuíre: conquista, colonização e indigenismo: oeste paulista, 1912-1967.** 1999. 292 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999.

QUEIROZ, P.R.C. Uma esquina nos confins da América: encontros e desencontros nos processos de povoamento e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul. In: CHAMORRO, G.; COMBES, I. (Org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais.** Dourados: UFGD, 2015. Disponível em: <http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/povos_indigenas_e_m_mato_grosso_do_sul.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

RANGEL, L.H. Vida em Reserva. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração.** São Paulo: Yankatu, 1984. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/pdf/IndioemSaoPaulo-ResistenciaeTransfiguracao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

RIBEIRO, D. **Falando dos índios.** Brasília: Editora da UNB, 2010.

RODRIGUES, R.A. **A Ocupação Kaingang no Oeste Paulista.** XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira “Arqueologia, Patrimônio e Turismo”, Campo Grande- MS, 1997.

_____. **Os Caçadores-Ceramistas do Sertão Paulista: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no Vale do Rio Feio/Aguapeí.** 2007. 209f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SÃO PAULO (Estado). **Programa de moradia indígena.** São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.cdhu.sp.gov.br/download/manual/ProgramaMoradiaIndigena.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

SAMPAIO, T. Considerações geográficas e econômicas sobre o Valle do Rio Paranapanema. **Boletim da Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo**, n. 4. São Paulo: Typographia King, 1890. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio_1890_consideracoes>. Acesso em: 8 set. 2019.

SCHADEN, E. A Origem dos homens, o dilúvio e outros mitos Kaingang. **Revista de Antropologia**, v.1, n.2, p. 139-141. 1953. Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aschaden-1953-origem/Schaden_1953_A_origem_dos_homens.pdf>. Acesso em: 8 set. 2019.

_____. Os Primitivos Habitantes do território paulista. **Revista de História**. São Paulo, 1954. v.8, n.18, p.385-406.

SCHADEN, F.S.G. Denominações Kaingang na Geografia Brasileira. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, 1938. v. XLIII, p.23-30. Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aschaden-1938-denominacoes/Schaden_1938_DenominCaingangGeogrBras.pdf>. Acesso em: 8 set. 2019.

SILVA, D. **Estudo Lexicográfico da Língua Terena**: proposta de um dicionário bilíngue Terena-Português. 2013. 292 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade estadual Paulista, Araraquara, 2013.

SILVA, M.S.R. **A Língua Kaingang da Aldeia Paulista Icatu**: uma descrição funcional. 2011. 261 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2011.

SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SILVA, T. R. M. da. **Crianças invisíveis da reserva Icatu-SP**. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

_____. Mulheres e crianças Kaingang da Aldeia Icatu-SP: etiquetas de convivialidade. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 19, n. 2, p.164-184, jul./dez., 2014. Disponível em:<[dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2014v19n2p164](https://doi.org/10.5433/2176-6665.2014v19n2p164)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SOUZA, G. de P. Notas sobre uma visita a acampamentos de índios Caingangs. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo: Typ. Do Diário Oficial, 1918. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/souza_1918_caingangs>. Acesso em: 8 set. 2019

TAUNAY, V. de. **A Retirada da Laguna**. Rio de Janeiro: Ediouro, [19--?]

_____. **Entre nossos índios**. São Paulo: Melhoramentos, 1931. Disponível em: etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Ataunay-1931-indios/Taunay_1931_EntreNossosIndios.pdf. Acesso em: 15 maio de 2018.

_____. Os Índios Caingangs (Coroados de Guarapuava). Monographia acompanhada de um vocabulário do dialecto de que usam. **Revista Trimensal do**

Instituto Historico e Geographico Brasileiro, suplemento ao tomo LI (comemorativo do quinquagésimo aniversário do Instituto), p. 251-310. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1888.

TOMMASINO, K. **Terras Indígenas Kaingang**. Maringá: LAEE/UEM, 2003.

VARGAS, V. L. F. **A construção do território Terena (1870-1966):** uma sociedade entre a imposição e a opção. 2003. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2003.

_____. **A Dimensão Sociopolítica do Território para os Terena:** as aldeias nos séculos XX e XXI. 2011. 187 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

VASCONCELOS, C.A. de. A Política indigenista em Mato Grosso (1845 – 1889). In: CHAMORRO, G.; COMBES, I. (Org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul:** história, cultura e transformações sociais. Dourados: UFGD, 2015. Disponível em: <http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/povos_indigenas_e_m_mato_grosso_do_sul.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018

XIMENES, L.G. **Terra Indígena Buriti:** estratégias e performances Terena na luta pela Terra. 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

FONTES

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2020.

SPI, 1910-1967. Correspondência da 5ª Inspeção. Microfilme 1, Fotogramas 1 a 407. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 1910-1967. Correspondência da 5ª Inspeção. Microfilme 7, Fotogramas 1604 a 2285. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 1910-1967. Correspondência da 5ª Inspeção. Microfilme 8, Fotogramas 1 a 619. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 1910-1967. Correspondência da 5ª Inspeção. Microfilme 29, Fotogramas 1928 a 1998. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI, 1942. Arquivos Fotográficos. Museu do Índio, Rio de Janeiro. Coleção Fotográfica FOERTHMANN, H.

ENTREVISTAS

BEATRIZ VERA (2020). Entrevista manuscrita entregue digitalmente por Beatriz Vera. Entrevistador: LANZA, R.F. Birigui, 11/05/2020.

DANILO BENITES (2020). Entrevista via áudio entregue digitalmente por Danilo Benites. Entrevistador: LANZA, R.F. Birigui, 03/04/2020.

ELEMIR SOARE MARTINS (2020). Entrevista via áudio entregue digitalmente por Elemir Soare Martins. Entrevistador: LANZA, R.F. Birigui, 02/04/2020.

GILEANDRO BARBOSA PEDRO (2020). Entrevista via áudio entregue digitalmente por Gileandro Barbosa Pedro. Entrevistador: LANZA, R.F. Birigui, 03/04/2020.

JANETE ROBAKOLIM SURUI (2020). Entrevista manuscrita entregue digitalmente por Janete Robakolim Surui. Entrevistador: LANZA, R.F. Birigui, 03/04/2020.

MURILO PEDRO CAMPOS DE CAMILO (2020). Entrevista manuscrita entregue digitalmente por Murilo Pedro Campos de Camilo. Entrevistador: LANZA, R.F. Birigui, 22/01/2020.

RODRIGUES PEDRO (2020). Entrevista de Rodrigues Pedro. Entrevistador: LANZA, R.F. Aldeia Icatu, Município de Braúna, 22/01/2020.

RONALDO KANKRI (2020). Entrevista via áudio entregue digitalmente por Ronaldo Kankri. Entrevistador: LANZA, R.F. Birigui, 20/05/2020.

SANDRA REGINA GOMES (2020). Entrevista manuscrita entregue digitalmente por Sandra Regina Gomes. Entrevistador: LANZA, R.F. Birigui, 06/04/2020.

VALDEVINO GONÇALVES CARDOSO (2020). Entrevista via áudio entregue digitalmente por Valdevino Gonçalves Cardoso. Entrevistador: LANZA, R.F. Birigui, 03/04/2020.

APÊNDICE A

Tabela 7 – População de Icatu

População de Icatu						
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1942	Janeiro	19	16	15	11	61
	Fevereiro	19	16	16	11	62
	Março	20	16	15	12	63
	Abril	20	16	15	12	63
	Maio	18	16	14	12	60
	Junho	18	16	14	12	60
	Julho					0
	Agosto	18	16	14	12	60
	Setembro	18	16	14	12	60
	Outubro					0
	Novembro	18	16	16	12	62
	Dezembro	18	16	15	13	62
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1943	janeiro	17	16	14	13	60
	maio	18	16	14	9	57
	novembro					62
	dezembro					62
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1944	janeiro					62
	fevereiro					62
	março					48
	abril					62
	maio					63
	junho					62
	julho					62
	agosto					50
	setembro					63
	outubro					65
	novembro					65
	dezembro					65
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1945	janeiro					65
	fevereiro					65
	março					65
	abril					65
	maio					66

	junho					67
	julho					67
	agosto					0
	setembro					0
	outubro					0
	novembro					44
	dezembro					44
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1946	junho					45
	julho					40
	setembro	11	15	12	3	41
	outubro	11	15	12	3	41
	novembro	11	15	12	3	41
	dezembro	11	15	12	3	41
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1947	janeiro	11	15	12	3	41
	fevereiro	10	15	13	3	41
	abril	10	15	12	3	40
	maio	12	16	12	3	43
	julho	12	16	12	3	43
	novembro	14	15	10	2	41
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1948	janeiro	16	15	8	2	41
	fevereiro	13	15	12	2	42
	março	16	15	10	2	43
	abril	19	15	10	2	46
	maio	18	15	10	2	45
	junho	18	15	10	2	45
	julho	18	15	10	2	45
	agosto	18	15	10	2	45
	setembro	18	15	10	2	45
	outubro	15	15	12	2	44
	novembro	17	15	10	2	44
	dezembro	17	15	10	2	44
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1949	janeiro	15	14	10	2	41
	fevereiro	15	14	10	2	41
	março	15	14	10	2	41
	abril	14	14	10	2	40
	maio	16	14	10	3	43
	junho	16	14	10	3	43

	julho	16	14	10	4	44
	agosto	16	14	10	4	44
	setembro	16	14	10	4	44
	outubro	16	14	10	4	44
	novembro	16	14	10	4	44
	dezembro	16	14	10	4	44
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1950	janeiro	16	14	10	4	44
	fevereiro	16	14	10	4	44
	março	15	14	10	4	43
	abril	15	14	10	4	43
	maio	15	14	10	4	43
	junho	11	13	10	5	39
	julho	11	13	10	5	39
	agosto	11	13	10	5	39
	setembro	11	13	10	5	39
	outubro	11	13	10	5	39
	novembro	11	13	9	5	38
	dezembro	11	13	9	5	38
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1951	janeiro	11	13	9	5	38
	fevereiro	11	13	9	5	38
	março	11	13	9	5	38
	abril	11	13	9	5	38
	maio	11	13	9	5	38
	junho	11	13	9	5	38
	julho	11	13	10	5	39
	agosto	11	13	10	5	39
	setembro					0
	outubro	11	13	10	5	39
	novembro	11	13	10	5	39
	dezembro	11	13	11	5	40
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1952	janeiro	11	13	11	6	41
	fevereiro	11	13	11	6	41
	março	11	13	11	6	41
	abril	11	13	11	6	41
	maio	11	13	11	6	41
	junho	11	13	11	6	41
	julho	11	13	11	6	41
	agosto	11	13	11	6	41
	setembro	11	13	11	6	41

	outubro	11	13	11	6	41
	novembro	11	13	11	6	41
	dezembro	11	13	11	6	41
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1953	janeiro					
	fevereiro					
	março	10	13	11	6	40
	abril	10	13	11	6	40
	maio	10	13	11	6	40
	junho	10	13	11	6	40
	julho	10	13	11	6	40
	agosto	10	13	11	6	40
	setembro	10	13	11	6	40
	outubro	10	13	11	6	40
	novembro	10	13	11	6	40
	dezembro	10	13	11	6	40
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1954	janeiro	11	13	11	6	41
	fevereiro					0
	março					0
	abril	10	13	11	6	40
	maio	10	16	14	7	47
	junho	10	16	14	7	47
	julho	10	16	14	7	47
	agosto	10	16	14	7	47
	setembro	10	15	14	7	46
	outubro	10	15	14	7	46
	novembro	10	15	13	7	45
	dezembro	10	15	13	7	45
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1955	janeiro	10	15	13	7	45
	fevereiro	10	15	13	7	45
	março	10	15	13	7	45
	abril	10	15	13	7	45
	maio	10	15	13	8	46
	junho	10	15	13	8	46
	julho	10	15	13	8	46
	agosto	10	15	13	8	46
	setembro	10	15	13	8	46
	outubro	10	15	13	8	46
	novembro	10	15	13	8	46
	dezembro	12	13	9	8	42

Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1956	janeiro	12	13	9	8	42
	fevereiro	12	13	9	8	42
	março	12	13	9	8	42
	abril	12	13	9	8	42
	maio	12	13	9	8	42
	junho	12	13	9	8	42
	julho	12	13	9	8	42
	agosto	14	15	9	10	48
	setembro	14	15	9	10	48
	outubro	14	15	9	11	49
	novembro	14	15	9	11	49
	dezembro	14	15	9	11	49
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1957	janeiro	14	15	9	11	49
	fevereiro	14	15	9	11	49
	março	14	15	9	11	49
	abril	14	15	9	11	49
	maio	14	15	9	11	49
	junho	14	15	9	11	49
	julho	14	15	9	11	49
	agosto	14	15	9	11	49
	setembro	14	15	9	11	49
	outubro	14	15	9	11	49
	novembro	14	15	9	11	49
	dezembro	14	15	9	11	49
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1958	janeiro	14	15	11	12	52
	fevereiro	13	15	11	12	51
	março	13	15	11	12	51
	abril	13	15	11	12	51
	maio	13	15	11	12	51
	junho	13	15	11	12	51
	julho	13	15	11	12	51
	agosto	13	15	11	12	51
	setembro	13	15	11	12	51
	outubro	13	15	11	12	51
	novembro	13	15	11	12	51
	dezembro	13	14	11	12	50
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1959	janeiro	13	15	12	12	52

	fevereiro	13	14	12	12	51
	março	13	14	12	12	51
	Abril	13	14	12	13	52
	Maio	13	14	13	13	53
	junho	13	14	13	13	53
	Julho	13	14	13	13	53
	agosto	12	14	13	13	52
	setembro	12	13	12	13	50
	outubro	12	13	12	13	50
	novembro	12	13	12	13	50
	dezembro	12	13	12	13	50
Ano	Mês	Homem	Mulher	Menino	Menina	Total
1960	janeiro	12	13	12	13	50
	fevereiro	12	13	12	13	50
	março	12	13	12	14	51
	Abril	12	13	12	14	51
	Maio	12	13	12	14	51

Fonte: SPI, 1910-1967. Correspondência da 5ª Inspetoria. Microfilmes 7, Fotograma 1613 a 2178; Microfilme 8, Fotograma 18 a 612. Museu do Índio, Rio de Janeiro. Adaptado pelo autor.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 7 de junho de 2020.

Renato Felix Lanza